



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**



# **DIÁRIO DO SENADO FEDERAL**

---

**ANO LXIII - Nº 030 - QUINTA-FEIRA, 20 DE MARÇO DE 2008 - BRASÍLIA-DF**

---

MESA DO SENADO FEDERAL	
<b>PRESIDENTE</b> Garibaldi Alves Filho - (PMDB-RN) (2) <b>1º VICE-PRESIDENTE</b> Tião Viana - (PT-AC) <b>2º VICE-PRESIDENTE</b> Alvaro Dias - (PSDB-PR) <b>1º SECRETÁRIO</b> Efraim Morais - (DEM-PB) <b>2º SECRETÁRIO</b> Gerson Camata - (PMDB-ES)	<b>3º SECRETÁRIO</b> César Borges - (PR-BA) (1) <b>4º SECRETÁRIO</b> Magno Malta - (PR-ES)  <b>Suplentes de Secretário</b> <b>1º</b> - Papaléo Paes - (PSDB-AP) <b>2º</b> - Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE) <b>3º</b> - João Vicente Claudino - (PTB-PI) <b>4º</b> - Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

LIDERANÇAS		
<b>Maioria</b> <b>(PMDB) - 19</b> <b>Líder</b> <b>Valdir Raupp - PMDB</b> Vice-Líder ..... <b>Líder do PMDB - 19</b> <b>Valdir Raupp</b> Vice-Líderes do PMDB Almeida Lima Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto De Conto	<b>Bloco de Apoio ao Governo</b> <b>(PT/PR/PSB/PC DO B/PP/PRB) - 21</b> <b>Líder</b> <b>Ideli Salvatti - PT</b> Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles ..... <b>Líder do PT - 12</b> <b>Ideli Salvatti</b> Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns <b>Líder do PR - 4</b> <b>João Ribeiro</b> Vice-Líder do PR Exedito Júnior <b>Líder do PSB - 2</b> <b>Renato Casagrande</b> Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares <b>Líder do PC DO B - 1</b> <b>Inácio Arruda</b> <b>Líder do PP - 1</b> <b>Francisco Dornelles</b> <b>Líder do PRB - 1</b> <b>Marcelo Crivella</b>	<b>Bloco Parlamentar da Minoria</b> <b>(DEM/PSDB) - 27</b> <b>Líder</b> <b>Demóstenes Torres - DEM</b> Vice-Líderes Flexa Ribeiro Adelmir Santana Eduardo Azeredo Kátia Abreu Mário Couto Heráclito Fortes João Tenório Raimundo Colombo Papaléo Paes ..... <b>Líder do DEM - 14</b> <b>José Agripino</b> Vice-Líderes do DEM Kátia Abreu Jayme Campos Raimundo Colombo Romeu Tuma Maria do Carmo Alves <b>Líder do PSDB - 13</b> <b>Arthur Virgílio</b> Vice-Líderes do PSDB Sérgio Guerra Alvaro Dias Marisa Serrano Cícero Lucena
<b>PTB - 7</b> <b>Líder</b> <b>Epitácio Cafeteira - PTB</b> Vice-Líder Sérgio Zambiasi ..... <b>PDT - 5</b> <b>Líder</b> <b>Jefferson Peres - PDT</b> Vice-Líder Osmar Dias	<b>PSOL - 1</b> <b>Líder</b> <b>José Nery - PSOL</b> Vice-Líder	<b>Governo</b> <b>Líder</b> <b>Romero Jucá - PMDB</b> Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares Sibá Machado João Vicente Claudino João Pedro Gim Argello

1. Senador César Borges comunicou filiação partidária ao PR em 01.10.2007 (DSF 02.10.2007).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado, na Sessão Deliberativa Extraordinária de 12.12.2007 (DSF 13.12.2007).

EXPEDIENTE	
<b>Agaciel da Silva Maia</b> Diretor-Geral do Senado Federal <b>Júlio Werner Pedrosa</b> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <b>José Farias Maranhão</b> Diretor da Subsecretaria Industrial	<b>Cláudia Lyra Nascimento</b> Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal <b>Maria Amália Figueiredo da Luz</b> Diretora da Secretaria de Ata <b>Denise Ortega de Baere</b> Diretora da Secretaria de Taquigrafia

# CONGRESSO NACIONAL

## ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 5, DE 2008

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 404, de 11 de dezembro de 2007**, que “*Altera o art. 41-A da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, modificando a data de pagamento dos benefícios da previdência social*”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 24 de março de 2008, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 18 de março de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

---

## ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 6, DE 2008

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 385, de 22 de agosto de 2007**, que “*Acréscenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 11.368, de 9 de novembro de 2006, para estender ao trabalhador rural enquadrado como contribuinte individual o prazo previsto no art. 143 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991*”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 27 de março de 2008, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 18 de março de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ELABORADO PELA SECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### 1 – ATA DA 33ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 19 DE MARÇO DE 2008

#### 1.1 – ABERTURA

#### 1.2 – EXPEDIENTE

#### 1.2.1 – Comunicação da Presidência

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 372, 397, 405, 420, 424, 428, 436, 438, 448 e 459, de 2007; e 2, de 2008, que tendo sido aprovados terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, vão à promulgação. ....

6394

#### 1.2.2 – Parecer

Nº 197, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício nº S/45, de 2007 (nº 80/2007, na origem), do Supremo Tribunal Federal, encaminhando ao Senado Federal, para os fins do art. 52, inciso X, da Constituição Federal, e cópia do Acórdão proferido nos autos do Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 398933-7 que declarou a inconstitucionalidade do § 2º do art. 250 do Decreto-Lei nº 5, de 15 de março de 1975, com as redações sucessivamente dadas pela Lei nº 3.188, de 22 de fevereiro de 1999, e pela Lei nº 3.334, de 29 de dezembro de 1999, todos do Estado do Rio de Janeiro. (Projeto de Resolução nº 12, de 2008) .....

6394

#### 1.2.3 – Ofício do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Nº 8/2008, 27 de fevereiro último, comunicando a aprovação do projeto de resolução oferecido como conclusão do Parecer daquela Comissão ao Ofício “S” nº 45, de 2007 (Projeto de Resolução nº 12, de 2008).....

6398

#### 1.2.4 – Comunicação da presidência

Abertura de prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Resolução nº 12, de 2008, que suspende a execução do § 2º do artigo 250 do Decreto-Lei nº 05, de 15 de março de 1975, com as redações sucessivamente dadas pela Lei nº 3.188, de 22 de fevereiro de 1999, e pela Lei nº 3.334, de 29 de dezembro de 1999, todos do

Estado do Rio de Janeiro, resultante de parecer lido anteriormente, seja apreciado pelo Plenário. ....

6398

#### 1.2.5 – Leitura de Proposta de Emenda à Constituição

Nº 10, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que estabelece idade mínima para a concessão de aposentadoria no regime geral de previdência social, bem como regra de transição. ....

6398

#### 1.2.6 – Discurso do Expediente

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Celeridade para votação do projeto de lei que cria o piso salarial do professor brasileiro, aprovado na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados.....

6404

#### 1.2.7 – Leitura de requerimentos

Nº 296, de 2008, da Comissão de Educação, solicitando voto de congratulações ao Jornal do Senado, à Agência Senado e à TV Senado. ....

6406

Nº 297, de 2008, da Comissão de Educação, solicitando voto de congratulações ao Colégio Batista Shepard do Rio de Janeiro.....

6408

Nº 298, de 2008, de autoria do Senador Eduardo Azeredo e outros senhores Senadores, solicitando a realização no dia 9 de abril próximo, às 10 horas, de Sessão Especial de Comemoração ao Dia Mundial da Saúde e 60 anos de fundação da Organização Mundial de Saúde – OMS. ....

6409

Nº 299, de 2008, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, solicitando voto de aplauso ao Clube Atlético Mineiro. ....

6409

Nº 300, de 2008, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando a retirada definitiva do Projeto de Lei do Senado nº 67, de 2003. Deferido...

6410

Nº 301, de 2008, de autoria do Senador Romeu Tuma, solicitando a autorização para desempenho de missão parlamentar, na Cidade de Montevideu, Uruguai, no período de 28 de março a 02 de abril de 2008.....

6411

Nº 302, de 2008, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar, na Cidade de Montevideu, Uruguai, no período de 29 de março a 2 de abril de 2008.....

6411



Nº 303, de 2008, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, <i>solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar, na Cidade de Montevideu, Uruguai, no período de 30 de março a 1º de abril de 2008</i> .....	6411	2001, Joseph Stiglitz, sobre os custos da invasão do Iraque pelos Estados Unidos.....	6424
Nº 304, de 2008, de autoria do Senador Cristovam Buarque, <i>solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar, na Cidade de Montevideu, Uruguai, no período de 30 de março a 1º de abril de 2008</i> .....	6411	SENADOR OSMAR DIAS, como Líder – Cobrança ao governo federal para aplicação da lei que instituiu o sistema de seguro para os produtores rurais.....	6439
Nº 305, de 2008, de autoria dos Senadores Paulo Paim e Cristovam Buarque, <i>solicitando voto de aplauso ao Reitor e à Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares</i> .....	6411	SENADOR MÃO SANTA – Condenação aos incentivos do governo aos financiamentos de longo prazo. Defesa pelo reajuste dos benefícios dos aposentados.....	6440
Nº 306, de 2008, de autoria do Senador Alvaro Dias, <i>solicitando a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 83, de 2008. Deferido</i> .....	6412	SENADOR PAULO PAIM – Cobranças de maior rapidez na apreciação de matérias de interesse dos aposentados e pensionistas.....	6443
Nº 307, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, <i>solicitando voto de aplauso à jornalista e professora da Universidade Federal do Amazonas, Ivânia Vieira</i> .....	6412	SENADOR SÉRGIO GUERRA, como Líder – Críticas à edição de Medidas Provisórias que abrem créditos extraordinários, que contraria o artigo 167 da Constituição Federal.....	6450
Nº 308, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, <i>solicitando voto de aplauso ao Programa Manhattan Connection</i> .....	6412	SENADOR ROMEU TUMA – Apelo em favor da rápida implantação da CPI da Pedofilia. Reflexão sobre a situação no Rio de Janeiro, onde há a necessidade de combate armado nos morros com a implantação do PAC da Segurança.....	6456
Nº 309, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, <i>solicitando voto de lembrança em homenagem póstuma à Professora Sebastiana Braga</i> .....	6413	1.3 – ORDEM DO DIA	
Nº 310, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, <i>solicitando voto de pesar pelo falecimento do empresário Elias Abraim Calil</i> .....	6414	<b>Item 1 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)</b>	
Nº 311, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, <i>solicitando a criação de Comissão Temporária Externa do Senado Federal com o objetivo de visitar a base do Exército em Vila Bitencourt-AM</i> ..	6414	Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2008, que abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e dos Ministérios dos Transportes, do Meio Ambiente e da Integração Nacional, no valor global de trezentos e cinquenta e nove milhões e quinhentos mil reais, para os fins que especifica (proveniente da Medida Provisória nº 399, de 2007). <b>Não houve acordo da Lideranças para sua apreciação</b> .....	6458
Nº 312, de 2008, de autoria do Senador Pedro Simon, <i>solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar, na Cidade de Montevideu, Uruguai, no período de 30 de março a 1º de abril de 2008</i> .....	6414	<b>São os seguintes os itens que tiveram a apreciação sobrestada, em virtude de não haver acordo para a apreciação do item 1:</b>	
<b>1.2.8 – Discursos do Expediente (continuação)</b>		<b>Item 2 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)</b>	
SENADOR MÁRIO COUTO – Refuta o trancamento da pauta do Senado, em razão do excesso na edição de Medidas Provisórias.....	6414	Medida Provisória nº 400, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e do Ministério da Saúde, no valor global de cinquenta milhões de reais, para os fins que especifica.....	6458
SENADOR ALVARO DIAS – Protestos contra a cópia de projetos de parlamentares pelo governo federal que os apresenta em forma de medidas provisórias, citando projeto de autoria de S.Exa, de 2002, que prorroga o prazo para que trabalhadores rurais autônomos reivindiquem aposentadoria por idade junto ao INSS.....	6417	<b>Item 3 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)</b>	
SENADOR PEDRO SIMON – Defesa da necessidade de um acordo entre os partidos governistas e da oposição para disciplinar a edição de medidas provisórias.....	6419	Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2008, que altera as Leis nºs 11.134, de 15 de julho de 2005, que dispõe sobre a remuneração devida aos militares da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, e 11.361, de 19 de outubro de 2006, que dispõe sobre os subsídios das carreiras de Delegado de Polícia do Distrito Federal e de Polícia Civil do Distrito Federal; e revoga as Leis nºs 10.874, de 1º de junho	

de 2004, e 11.360, de 19 de outubro de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 401, de 2007)...

**Item 4 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)**

Medida Provisória nº 402, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de um bilhão, seiscentos e quarenta e seis milhões, trezentos e trinta e nove mil, setecentos e sessenta e cinco reais, para os fins que especifica.....

**Item 5 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)**

Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2008, que dispõe sobre o exercício da atividade de franquia postal, revoga o § 1º do art. 1º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 403, de 2007)...

**Item 6 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)**

Projeto de Lei de Conversão nº 6, de 2008, que altera o art. 41-A da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, modificando a data de pagamento dos benefícios da Previdência Social (proveniente da Medida Provisória nº 404, de 2007). .....

**Item 7 (Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)**

Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator **ad hoc**: Senador Antonio Carlos Júnior), que aprova a programação monetária para o quarto trimestre de 2007. ....

**Item 8**

Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação*.....

**Item 9**

Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar*. ....

**Item 10**

Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50-A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar*. ....

**Item 11**

Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador

6458

Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de deputados e senadores)*.....

**Item 12**

Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.....

**Item 13 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)**

Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal*. ....

**Item 14 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)**

Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal*. ....

**Item 15 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)**

Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal*. ....

**Item 16 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)**

Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Íris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece*. ...

**Item 17 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)**

Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos*. ....

**Item 18 (tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)**

Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador

6459

6460

6460

6460

6460

6460

6461

Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*.....

6461

**Item 19**

Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *estabelece diretrizes gerais de Programa Nacional de Habitação para Mulheres com responsabilidade de sustento da família.*.....

6461

**Item 20**

Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a Administração e o Conselho Fiscal das sociedades cooperativas).*..

6461

**Item 21**

Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, de autoria do Senador Paulo Hartung, que *altera a redação do § 1º do artigo 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para definir que o Presidente do Banco Central comparecerá, pessoalmente, à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, para fazer relato sobre a execução da programação monetária que se finda e a exposição e entrega da Programação Monetária Trimestral.*.....

6461

**Item 22**

Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente ou de terceiros por conta dele).*.....

6461

**Item 23**

Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.*.....

6461

**Item 24**

Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na relação descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).*.....

6462

**Item 25**

Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.*.....

6462

**Item 26**

Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas.*.....

6462

**Item 27**

Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).*.....

6462

**Item 28**

Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).*.....

6462

**Item 29**

Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).*.....

6462

**Item 30**

Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).*.....

6462

**Item 31**

Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.*.....

6462

**Item 32**

Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela.*.....

6463

**Item 33**

Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários.*.....

6463

**Item 34**

Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que *acrescenta o*



§ 3º-C ao art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos).....

6463

**Item 35**

Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional dos Surdos. ....

6463

**Item 36**

Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional do Vaqueiro. ....

6463

**Item 37 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)**

Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. ....

6463

**Item 38**

Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal. ....

6463

**Item 39 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)**

Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade. ....

6463

**Item 40**

Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.....

6464

**Item 41**

Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa). ...

6464

**Item 42**

Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Flores-

tal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural. ....

6464

**Item 43**

Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica. ....

6464

**Item 44**

Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator **ad hoc**: Senador Flávio Arns, concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, a Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa.....

6464

**Item 45**

Requerimento nº 1.302, de 2004, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que requer com fundamento no art. 215 do Regimento Interno do Senado Federal, seja instituída, no âmbito do Senado Federal, a Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas, enfatizando o papel da Ciência no nosso dia-a-dia e demonstrando a sua importância para a saúde e o desenvolvimento do País.....

6464

**Item 46**

Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.....

6464

**Item 47**

Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. ....

6464

**Item 48**

Requerimento nº 1.242, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.....

6465

**Item 49**

Requerimento nº 1.494, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, com

*o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.....*

6465

**Item 50**

Requerimento nº 1.495, de 2007, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.....

6465

**Item 51**

Requerimento nº 115, de 2008, do Senador Cícero Lucena e outros Senhores Senadores, solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta por cinco membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de doze meses, acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco.....

6465

**Item 52**

Requerimento nº 175, de 2007, do Senador Marconi Perillo, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 121 e 156, de 2007-Complementares, com o Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2007-Complementar, por regularem a mesma matéria.....

6465

**Item 53**

Requerimento nº 176, de 2007, do Senador Flexa Ribeiro, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2005, com os Projetos de Lei do Senado nºs 370, de 1999; 145, de 2000; e o Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 2001, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria.....

6465

**Item 54**

Requerimento nº 186, de 2008, do Senador Expedito Júnior, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 210, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.....

6465

**Item 55**

Requerimento nº 193, de 2008, do Senador Jayme Campos, solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta por cinco membros titulares e igual número de suplentes, com prazo de doze meses, destinada a verificar o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa – INPE em seu “Mapa do desmatamento”.....

6465

**Item 56**

Requerimento nº 199, de 2008, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos

*Projetos de Lei do Senado nºs 7, de 2005 e 17, de 2006-Complementar, com os Projetos de Lei do Senado nºs 129 e 183, de 2003 e 291, de 2005, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria.....*

6465

**Item 57**

Requerimento nº 210, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2004, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 187, 2002; 44, de 2004; e 113, de 2006, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.....

6466

**Item 58**

Requerimento nº 247, de 2008, do Senador Paulo Paim e outros Senhores Senadores, solicitando, nos termos do art. 336, inciso III, do Regimento Interno, urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 296, de 2003.....

6466

**Item 59**

Requerimento nº 248, de 2008, do Senador Paulo Paim, solicitando a dispensa do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2003, cujo prazo encontra-se esgotado.....

6466

**1.3.1 – Discursos após a Ordem do Dia**

SENADOR MARCO MACIEL – Comentários ao livro de autoria do mestre e crítico literário Frederick G. Williams, intitulado “Poetas do Brasil”. ...

6467

SENADOR JOÃO PEDRO – Registro do recebimento de revista sobre os 30 anos de militância do Deputado Aldo Rebelo. Comentários sobre matérias divulgadas pela imprensa sobre o marco regulatório que trata da exploração de petróleo e gás.....

6468

SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINO – Preocupação com a escassez de mão-de-obra especializada no país. Registro da visita do Ministro Carlos Luppi ao Piauí, onde lançou programas de incentivo à juventude.....

6470

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Manifestação sobre graves irregularidades no desvio de recursos no governo do Estado do Amazonas, em obras de infra-estrutura não realizadas.....

6474

SENADOR JOSÉ NERY – Denúncia de ameaça de morte a Paulo Melo, dirigente sindical e partidário do P-SOL, em Unaí, por meio de carta anônima.....

6489

SENADOR MAGNO MALTA – Satisfação com a instalação da CPI que investigará a Pedofilia na internet.....

6489

SENADOR AUGUSTO BOTELHO – Anúncio de que o Ministério das Comunicações universalizará o acesso à internet, em banda larga, em diversos municípios do Estado de Roraima, através de Telecentros Comunitários.....

6493

SENADOR JAYME CAMPOS – Denúncia da situação de incerteza e insegurança jurídica em que se encontram municípios de Mato Grosso, inclusive em razão da Operação Arco de Fogo.....

6497

### 1.3.2 – Apreciação de matérias

Requerimentos n°s 301, 302, 303, 304 e 312, de 2008, lidos no Expediente da presente sessão. Aprovados.....

6500

### 1.3.3 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR PAPALÉO PAES – Registro da matéria intitulada “Palocci atuou em quebra de sigilo, diz procurador”, publicada no jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 27 de fevereiro último. Registro da matéria intitulada “Ele morre de inveja de Fidel”, publicada no jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 1° de março corrente.....

6500

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Registro da matéria intitulada “Os gastos que Lula quer esconder”, publicada na revista **IstoÉ**, edição de 20 de fevereiro último. Registro da matéria intitulada “PAC de Lula beneficia ‘Jaderlândias’ do Pará”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 2 de março corrente.....

6502

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Exposição no prédio da Fundação Bienal, em São Paulo, sobre o que a arte pode fazer pela floresta Amazônica. Comentários sobre o editorial intitulado “Água fria na fervura”, publicado no jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 4 de março corrente. Comentários sobre o artigo intitulado “O que ruboriza uma prostituta”, de Ruth de Aquino, publicado na revista **Época**, edição de 3 de março corrente. Transcrição nos Anais do Senado do Termo de Compromisso da TAM com os familiares das vítimas do voo 3054, formalizado na Secretaria de Justiça do Estado de

São Paulo, junto à Defensoria, Ministério Público e PROCON. Registro da matéria intitulada “Cidades ignoram fundo ambiental”, publicada no jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 9 de março corrente. Saudação ao artigo do jornalista Alberto Tamer, intitulado “O realismo solitário do BC”, publicado no jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 9 de março corrente.....

6510

### 1.4 – ENCERRAMENTO

### 2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO, EM 19-3-2008

#### SENADO FEDERAL

### 3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 53ª LEGISLATURA

#### 4 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

#### 5 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

#### 6 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

#### 7 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

#### 8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

#### 9 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

#### CONGRESSO NACIONAL

#### 10 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

#### 11 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

#### 12 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

#### 13 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

# Ata da 33ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 19 de março de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Alvaro Dias, Magno Malta,  
João Vicente Claudino, Romeu Tuma, Mão Santa e João Pedro*

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES  
AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

## SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

**Período : 19/3/2008 07:36:18 até 19/3/2008 19:51:02**

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	
DEM	MG	ELISEU RESENDE	X	
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	X	
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	
PTB	DF	GIM ARGELLO	X	
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X	
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X	
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
-	MA	LOBÃO FILHO	X	
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	X	
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	
DEM	PE	MARCO MACIEL	X	
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X	
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X	
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	
PTB	SP	ROMEU TUMA	X	
PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	X	
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	

**Compareceram: 43 Senadores**



**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 43 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 372, de 2007** (nº 262/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Eldorado do Paraná Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 397, de 2007** (nº 244/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Coração de Jesus Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Quilombo, Estado de Santa Catarina;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 405, de 2007** (nº 265/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Rádio Comunitária de Central para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Central, Estado da Bahia;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 420, de 2007** (nº 150/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Chico Florentino para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Juazeiro, Estado da Bahia;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 424, de 2007** (nº 197/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV Mar Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Santos, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 428, de 2007** (nº 216/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Mídia Comunitária de Caieiras para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caieiras, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 436, de 2007** (nº 243/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Ibaté para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibaté, Estado de São Paulo;

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 438, de 2007** (nº 280/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Notícias de Americana Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Americana, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 448, de 2007** (nº 180/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Senhor Menino Deus para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aurora, Estado do Ceará;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 459, de 2007** (nº 298/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à FM Rádio Independente de Arcoverde Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Arcoverde, Estado de Pernambuco; e
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 2, de 2008** (nº 269/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária de Altamira para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Altamira, Estado do Pará.

Tendo sido aprovadas terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, as matérias vão à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Sobre a mesa, parecer que passo a ler.

É lido o lido o seguinte:

#### **PARECER Nº 197, DE 2008**

**Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício “S” nº 45, de 2007 (nº 80/2007, na origem), do Supremo Tribunal Federal, encaminhado ao Senado Federal, para os fins do art. 52, X, da Constituição Federal, e cópia do acórdão proferido nos autos do Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 398933-7 que declarou a inconstitucionalidade do § 2º do art. 250 do Decreto-Lei nº 5, de 15 de março de 1975, com as redações sucessivamente dadas pela Lei nº 3.188, de 22 de fevereiro de 1999, e pela Lei nº 3.334, de 29 de dezembro de 1999, todos do Estado do Rio de Janeiro.**

Relator: Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**  
Relator **ad hoc**: Senador **Jarbas Vasconcelos**



## I – Relatório

A Presidente do Supremo Tribunal Federal-STF, Ministra Ellen Gracie, encaminhou ao Senado Federal, juntamente com o Ofício citado à ementa, cópia do acórdão, transitado em julgado em 29 de junho de 2007 e proferido nos autos do agravo regimental no agravo de instrumento mencionado, convertido em recurso extraordinário, mediante o qual o Plenário daquela corte declarou a inconstitucionalidade do § 2º art. 250 do Decreto-Lei nº 5, de 15 de março de 1975, com as redações sucessivamente dadas pela Lei nº 3.188, de 22 de fevereiro de 1999, e pela Lei nº 3.444, de 29 de dezembro de 1999, todos do Estado do Rio de Janeiro.

O Decreto-Lei nº 5, de 15 de março de 1975, que “Institui o Código Tributário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências”, teve seu art. 250 declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal que revendo entendimento anterior, assentou que a exigência do depósito prévio do valor da multa questionada, como condição de admissibilidade de recurso administrativo, ofende o art. 5º, LV, da Constituição da República (RE 388.359, PI, 28-03-07, M. Aurélio, inf./STF 461).

O Agravo regimental provido e convertido em recurso extraordinário, ao qual se dá provimento, conforme o precedente, com ressalva do voto vencido do Relator, Ministro Sepúlveda Pertence, para declarar a inconstitucionalidade do § 2º art. 250 do Decreto-Lei nº 5, de 15-3-1975, com as redações sucessivamente dadas pela L. Nº 3.188, de 22 de fevereiro de 1999 e pela Lei nº 3.344, de 29 de dezembro de 1999, todos do Estado do Rio de Janeiro.

Argumentou, na ocasião, o Ministro Marco Aurélio que “o Estado não pode dar com uma das mãos e retirar com a outra e que o direito de petição independente do pagamento de taxa e muito menos da feitura do depósito, e que, em certas situações, o recurso fica inviabilizado no campo administrativo quando se exige o depósito da quantia”, posição esta mantida pelo Pleno do STF, em larga maioria.

A redação do dispositivo declarado inconstitucional pelo STF estabelecia o seguinte:

“Art. 250. Da decisão de Primeira Instância Administrativa poderá ser interposto recurso voluntário, total ou parcial, com efeito suspensivo, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da decisão.

(...)

§ 2º Nas autuações, cujo crédito tributário exigido seja de valor superior a 50.000 (cinquenta mil) UFIR como condição de admissibilidade do recurso voluntário, o recorrente deverá instruir a respectiva petição com prova do depósito de

valor correspondente a, no mínimo, 30% (trinta por cento) da exigência fiscal definida na decisão, à conta do Tesouro Estadual.

(...)”.

Encaminhado ao Senado, o processado veio à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para manifestação, de acordo com o art. 101, III, do Regimento Interno do Senado Federal e para os fins do art. 52, X, da Carta Magna.

## II – Análise

Nos termos do inciso X do art. 52 da Constituição Federal, compete privativamente ao Senado Federal suspender no todo ou em parte, lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal e, conforme o Regimento Interno do Senado Federal (art. 101, III), cabe a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprestar o projeto de resolução que realiza essa competência do Senado.

Na espécie, temos que § 2º art. 250 do Decreto-Lei nº 5, de 15-3-1975, com as redações sucessivamente dadas pela Lei nº 3.188, de 22 de fevereiro de 1999 e pela Lei nº 3.344, de 29 de dezembro de 1999, todos do Estado do Rio de Janeiro, foram considerados inconstitucionais por decisão do Supremo Tribunal Federal. Essa decisão transitou em julgado no dia em 29 de junho de 2007, conforme a certidão que consta do acórdão proferido nos autos do agravo regimental no Agravo de instrumento nº 398.933-7.

Em cumprimento de exigência regimental (art. 387 do Regimento Interno do Senado Federal), o ofício do presidente do Supremo Tribunal Federal é acompanhado de cópia do acórdão, com relatório e votos; assim como da lei objeto de apreciação naquele feito; do parecer da Procuradoria-Geral da República e da certidão de trânsito em julgado.

## III – Voto

Em face de todo o exposto, considerando cumpridas as normas constitucionais e regimentais pertinentes à espécie, e, ademais, diante do mérito da matéria e da conseqüente avaliação quanto à conveniência e oportunidade do exercício de competência que a Constituição confere ao Senado Federal, propomos nos termos do art. 388 do Regimento Interno do Senado Federal, o seguinte projeto de resolução:

### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 12 DE 2008

**Suspende a execução do § 2º do art. 250 do Decreto-Lei nº 5, de 15 de março de 1975, com as redações sucessivamente dadas pela Lei nº 3.188, de 22 de fevereiro de 1999, e pela Lei nº 3.334, de 29 de de-**

**zembro de 1999, todos do Estado do Rio de Janeiro.**

O Senado Federal, considerando a declaração de inconstitucionalidade constante de decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal nos autos do agravo regimental no Agravo de Instrumento nº 398.933-7, convertido em recurso extraordinário, resolve:

Art. 1º É suspensa a execução do § 2º do art. 250 do Decreto-Lei nº 5, de 15 de março de 1975, com as redações sucessivamente ditadas pela Lei nº 3.188, de 22 de fevereiro de 1999, e pela Lei nº 3.334, de 29 de dezembro de 1999, todos do Estado do Rio de Janeiro.

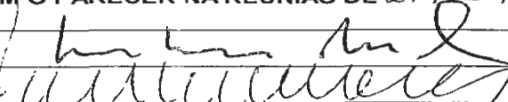
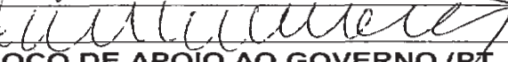
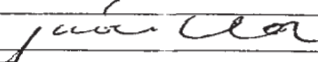
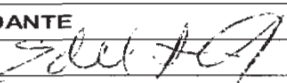
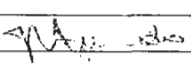



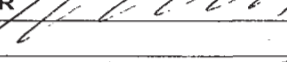
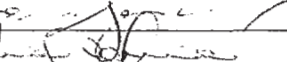
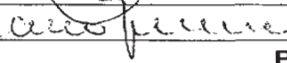
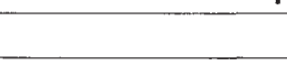

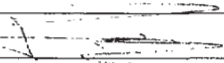
Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 27 de fevereiro de 2008.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

**PROPOSIÇÃO:** OES Nº 45 DE 27

**ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 27/02/2008, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):**

<b>PRESIDENTE:</b> 	
<b>RELATOR:</b> Ad Hoc  <i>Sen. J. Vasconcelos</i>	
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)<sup>1</sup></b>	
SERYS SLHESARENKO	1. JOÃO RIBEIRO
SIBÁ MACHADO	2. INÁCIO ARRUDA 
EDUARDO SUPPLY	3. CÉSAR-BORGES
ALOIZIO MERCADANTE	4. MARCELO CRIVELLA
IDELI SALVATTI 	5. MAGNO MALTA
ANTONIO CARLOS VALADARES	6. JOSÉ NERY (PSOL) <sup>2</sup> 
<b>PMDB</b>	
JARBAS VASCONCELOS ( <i>Relator ad Hoc</i> )	1. ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON	2. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	3. LEOMAR QUINTANILHA
ALMEIDA LIMA	4. VALDIR RAUPP
VALTER PEREIRA	5. JOSÉ MARANHÃO
GILVAM BORGES	6. NEUTO DE CONTO
<b>BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)</b>	
ADELMIR SANTANA 	1. ELISEU RESENDE
MARCO MACIEL ( <i>Presidente</i> )	2. JAYME CAMPOS
DEMÓSTENES TORRES 	3. JOSÉ AGRIPINO
KÁTIA ABREU 	4. ALVARO DIAS <sup>3</sup>
ANTONIO CARLOS JÚNIOR 	5. MARIA DO CARMO ALVES
ARTHUR VIRGÍLIO 	6. FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO 	7. JOÃO TENÓRIO
LÚCIA VÂNIA 	8. MARCONI PERILLO
TASSO JEREISSATI 	9. MÁRIO COUTO
<b>PTB<sup>4</sup></b>	
EPITÁCIO CAFETEIRA	1. MOZARILDO CAVALCANTI
<b>PDT</b>	
JEFFERSON PÉRES 	1. OSMAR DIAS

Atualizada em: 14/02/2008

<sup>1</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22/11/2007 (DSF de 28/11/07).

<sup>2</sup> Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo;

<sup>3</sup> Vaga cedida pelo Democratas;

<sup>4</sup> Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: CFS Nº 45, DE 2007

## LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERYS SLHESARENKO					1 - JOÃO RIBEIRO				
SIBÁ MACHADO					2 - INÁCIO ARRUDA	X			
EDUARDO SUPLICY					3 - CÉSAR BORGES				
ALOIZIO MERCADANTE					4 - MARCELO CRIVELLA				
IDELI SALVATTI	X				5 - MAGNO MALTA				
ANTONIO CARLOS VALADARES					6 - JOSE NERY (PSOL)	X			
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JARBAS VASCONCELOS	X				1 - ROSEANA SARNEY				
PEDRO SIMON					2 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA				
ROMERO JUCÁ					3 - LEOMAR QUINTANILHA				
ALMEIDA LIMA					4 - VALDIR RAUPP				
VALTER PEREIRA					5 - JOSÉ MARANHÃO				
GILVAM BORGES					6 - NEUTO DE CONTO				
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ADELMI R SANTANA	X				1 - ELISEU RESENDE				
MARCO MACIEL (PRMDEM 12)					2 - JAYME CAMPOS				
DEMÓSTENES TORRES	X				3 - JOSÉ AGRIPINO				
KÁTIA ABREU					4 - ALVARO DIAS				
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	X				5 - MARIA DO CARMO ALVES				
ARTHUR VIRGÍLIO					6 - FLEXA RIBEIRO				
EDUARDO AZEREDO	X				7 - JOÃO TENÓRIO				
LÚCIA VÂNIA	X				8 - MARCONI PERILLO				
TASSO JEREISSATI	X				9 - MÁRIO COUTO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EPITÁCIO CAFETEIRA					1 - MOZARILDO CAVALCANTI				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JEFFERSON PÉRES	X				1 - OSMAR DIAS				

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: 1 ABSTENÇÃO: 1 AUTOR: 1 PRESIDENTE 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 27 / 02 / 2008

Senador MARCO MACIEL  
Presidente

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, do RISF)

U:\CC\2007\Reunião\Votação nominal.doc (atualizado em 14/02/2008)



LEGISLAÇÃO CITADA  
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....  
Art. 52. compete privativamente ao Senado Federal:

.....  
X – suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal;

.....  
**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)  
– O parecer que acaba de ser lido vai à publicação.  
Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 8/2008 – PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 27 de fevereiro de 2008.

Assunto: decisão terminativa

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no art. 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em reunião ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela aprovação do projeto de resolução oferecido como conclusão do parecer da CCJ ao Ofício S nº 45, de 2007.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Marco Maciel**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)  
– Com referência ao Ofício lido, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, por um décimo da composição da Casa, para que seja apreciado, pelo Plenário, o **Projeto de Resolução nº 12, de 2008**, que *suspende a execução do § 2º do art. 250 do Decreto-Lei nº 5, de 15 de março de 1975, com as redações sucessivamente ditadas pela Lei nº 3.188, de 22 de fevereiro de 1999, e pela Lei nº 3.334, de 29 de dezembro de 1999, todos do Estado do Rio de Janeiro.*

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)  
– Sobre a mesa, Proposta de Emenda à Constituição que passo a ler.

É lida a seguinte:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 10, DE 2008

**Estabelece idade mínima para a concessão de aposentadoria no regime geral de previdência social, bem como regra de transição.**

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O inciso I do § 7º do art. 201 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 201. ....

§ 7º .....  
.....

I – sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher, vedada a aplicação de qualquer tipo de redutor sobre o valor do salário-de-benefício;

..... (NR)”

Art. 2º O limite de idade introduzido para a aposentadoria previsto no inciso I do art. 201 da Constituição é fixado em cinquenta e um anos para os homens e quarenta e seis para as mulheres, observado o disposto no § 8º do mesmo artigo, ampliados em um ano a cada três, contados da publicação desta emenda, até atingirem o limite por ela estabelecido.

Art. 3º Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas pelo art. 201 da Constituição Federal e observado o disposto no art. 2º, o segurado do regime geral de previdência social, inscrito efetivamente no regime até a data da publicação desta emenda, terá assegurada aposentadoria no regime geral de previdência social, nos termos da lei e vedada a aplicação de qualquer tipo de redutor sobre o valor do salário-de-benefício, obedecidas as seguintes condições:

I – trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;

II – idade mínima resultante da redução, relativamente aos limites permanentes estabelecidos no art. 201, § 7º, inciso I, da Constituição Federal, observado o disposto no art. 2º, de um ano de idade para cada ano de contribuição que exceder a condição prevista no inciso I deste artigo.

Parágrafo único. Para o professor que comprove tempo de efetivo exercício nas funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio

serão reduzidos em cinco anos os requisitos a que se refere o inciso I deste artigo e serão considerados, para efeito de redução da idade mínima a que se refere o inciso II deste artigo, os limites decorrentes do art. 201, § 8º, da Constituição Federal.

Art. 4º É assegurado àqueles que, na data da publicação desta emenda, estiverem em gozo de aposentadoria no regime geral da previdência social e também estiverem em atividade sujeita a esse regime ou a ele retomarem em qualquer tempo, acréscimo no valor de seu benefício equivalente a um trinta e cinco avos, se homem, e um trinta avos, se mulher, por ano de contribuição adicional.

Parágrafo único. O adicional de que trata o **caput** será calculado sobre o valor do salário-de-contribuição e será concedido a cada três anos ou no momento em que o aposentado se afastar da atividade definitivamente, não podendo o valor do benefício da aposentadoria, acrescido do adicional, exceder o limite máximo dos benefícios do regime geral da previdência social.

Art. 5º Esta emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação, observado o disposto no art. 2º.

### Justificação

O crescimento da economia nos últimos anos, que veio acompanhado do forte aumento do emprego formal e da massa de salários, mostrou que o regime geral de previdência social (RGPS) é sustentável no curto prazo, sem a necessidade de alterações urgentes à atabalhoadas.

De outra parte, é forçoso reconhecer que se impõe a promoção de mudanças paulatinas no regime para garantir a sua sustentabilidade a longo prazo.

Entre essas mudanças, há consenso entre os especialistas de que a mais importante é o estabelecimento de idade mínima para a concessão de aposentado-

ria voluntária, mecanismo que existe em praticamente todos os regimes de previdência do mundo.

Trata-se, aqui, de igualar o RGPS à situação existente no regime próprio de previdência dos servidores públicos, como mais um passo na direção de aproximar as regras de concessão de benefícios nos dois regimes, continuando o que foi feito pela emenda Constitucional nº 41, de 2003, complementada pela emenda Constitucional nº 47, de 2005, originária da chamada “PEC paralela” da reforma da previdência.

Assim, estamos propondo a definição, como regra geral para aposentadoria por tempo de contribuição no RGPS, da exigência de que o segurado tenha completado 60 anos de idade e 35 de contribuição, se homem, e 55 anos de idade e 30 de contribuição, se mulher. Como contrapartida a essa fixação, teríamos a extinção do odioso “fator previdenciário”, que tem sido o grande pesadelo dos aposentados brasileiros.

A implantação dessa regra, entretanto, não seria de imediato. Como forma de evitar injustiças e de assegurar os direitos daqueles que já estão no sistema, especialmente dos que estão próximos à aposentadoria, propomos algumas normas de transição, cuja aplicação é possível, tendo em vista a janela de oportunidade que temos com a situação favorável da economia do país.

A primeira regra de transição refere-se à implantação propriamente dita do limite de idade. Nesse ponto, a idéia é fixar, inicialmente, os limites de 51 anos de idade para os homens e de 46 para as mulheres – que correspondem à soma da idade de 16 anos, definida constitucionalmente como o mínimo para entrada no mercado de trabalho, com o tempo mínimo de contribuição para cada sexo – e prever que esse limite será elevado em um ano a cada três, até chegar ao patamar de 60 e 55 anos, respectivamente. A situação pode ser resumida na tabela que se segue:

IDADE MÍNIMA PARA APOSENTADORIA PELO RGPS		
ANO	HOMENS	MULHERES
2008	51	46
2009	51	46
2010	51	46
2011	52	47
2012	52	47
2013	52	47
2014	53	48
2015	53	48

2016	53	48
2017	54	49
2018	54	49
2019	54	49
2020	55	50
2021	55	50
2022	55	50
2023	56	51
2024	56	51
2025	56	51
2026	57	52
2027	57	52
2028	57	52
2029	58	53
2030	58	53
2031	58	53
2032	59	54
2033	59	54
2034	59	54
2035	60	55

Com esse procedimento, garantimos uma implantação suave do novo limite de idade, diluindo os seus efeitos no tempo.

Além dessa transição, também inspirados no que foi aplicado aos servidores públicos pelas Emendas Constitucionais nºs 41, de 2003, e 47, de 2005, institui-se uma segunda, para beneficiar aqueles que já tenham se inscrito no RGPS na data da publicação da Emenda Constitucional que se originar desta Proposta e tenham começado a trabalhar mais cedo.

Aqui se permite que, para essas pessoas, a idade mínima prevista a cada ano, na forma da regra de transição anterior seja reduzida de um ano de idade para cada ano de contribuição que exceder 35 anos para os homens e 30 para as mulheres. Vejamos os exemplos abaixo:

1. Homem que tenha completado 30 anos de idade e 14 anos de contribuição no início de 2008, poderá se aposentar aos 55 anos de idade e 39 de contribuição:

ANO	IDADE DO SEGURADO	TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO	IDADE MÍNIMA GERAL	IDADE MÍNIMA COM REDUTOR
2008	30	14	51	
...	...	...	...	...
2029	51	35	58	58
2030	52	36	58	57
2031	53	37	58	56
2032	54	38	59	56
<b>2033</b>	<b>55</b>	<b>39</b>	<b>59</b>	<b>55</b>
2034	56	40	59	54

2. Homem que tenha completado 40 anos de idade e 24 anos de contribuição no início de 2008,

poderá se aposentar aos 53 anos de idade e 37 de contribuição:

ANO	IDADE DO SEGURADO	TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO	IDADE MÍNIMA GERAL	IDADE MÍNIMA COM REDUTOR
2008	40	24	51	
...	...	...	...	...
2019	51	35	54	54
2020	52	36	55	54
<b>2021</b>	<b>53</b>	<b>37</b>	<b>55</b>	<b>53</b>
2022	54	38	55	52

Trata-se de fazer justiça com aqueles que já estão no sistema, estão próximos a se aposentarem e começaram a trabalhar cedo.

Finalmente, como forma – mitigada, reconhecemos – de tentar compensar a situação daqueles que já se aposentaram com aplicação do famigerado “fator previdenciário” sobre os seus benefícios, é assegurado àqueles que, na data da publicação da Emenda que se originar desta proposta, estiverem em gozo de aposentadoria no RGPS e também estiverem em atividade sujeita a esse regime ou a ele retornarem em qualquer tempo, acréscimo no valor de seu benefício equivalente a um trinta e cinco avos, se homem, e um trinta avos, se mulher, por ano de contribuição adicional.

Temos a certeza de que a aprovação desta proposta permitirá resolver, de forma permanente a situação do RGPS, sem jogar todo o peso dessa alteração nas legítimas expectativas daqueles que já estão contribuindo e, muitas vezes, estão extremamente próximos à aposentadoria.

Além disso, ela possibilitará a extinção do “fator previdenciário”, atendendo uma das principais reivindicações dos trabalhadores brasileiros no campo da previdência social.

Sala das Sessões, 19 de março de 2008. – Senador **Paulo Paim**.

**Estabelece idade mínima para a concessão de aposentadoria no regime geral de previdência social, bem como regra de transição.**

**SENADOR**

FLEXA RIBEIRO

JOSÉ NERY

MARCELO CRIVEL

ROMEL TUMA

CRISTO AN

**ASSINATURA**

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

EDUARDO AZEREDO

Valter Pereira

João Carlos

Maurício do Carmo Alves

Aldemir Dias

Sônia Machado

Júlio César

Sônia Machado

Sônia Machado

Sônia Machado

Sônia Machado

Sônia Machado

Sônia Machado

Sônia Machado

Sônia Machado

Sônia Machado

Sônia Machado

Sônia Machado

Sônia Machado

Sônia Machado

Sônia Machado

Sônia Machado

Sônia Machado

Sônia Machado

Sônia Machado

Sônia Machado

Sônia Machado

Sônia Machado

Sônia Machado

Sônia Machado



Luís Santo

Alvaro Bozza

LEOMAR QUINTANILHA

MARCO MACIEL

JOÃO PEDRO

Sergio Guerra

Jaimes

H. Quintanilha

Luís Santo

Bozza

Antônio

# LEGISLAÇÃO CITADA

## CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

### Emendas Constitucionais

### Emendas Constitucionais de Revisão

### Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

### ÍNDICE TEMÁTICO

### Vide texto compilado

### PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e

a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

§ 3º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos

termos da lei, a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

.....  
§ 7º É assegurada aposentadoria no regime geral de previdência social, nos termos da lei, obedecidas as seguintes condições: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

I – trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher; (Incluído dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

II – proteção à maternidade, especialmente à gestante; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 8º Os requisitos a que se refere o inciso I do parágrafo anterior serão reduzidos em cinco anos, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

.....  
Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.  
.....

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 41,  
DE 19 DE DEZEMBRO DE 2003

**Modifica os arts. 37, 40, 42, 48, 96, 149 e 201 da Constituição Federal, revoga o inciso IX do § 3º do art. 142 da Constituição Federal e dispositivos da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e dá outras providências.**

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 47,  
DE 5 DE JULHO DE 2005

**Altera os arts. 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a previdência social, e dá outras providências.**

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Cons-

tituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

.....  
(*À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A Proposta de Emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes dos arts. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria será publicada e remetida à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Com a palavra o primeiro orador inscrito, Senador Cristovam Buarque, por permuta com o Senador Mário Couto.

V. Exª dispõe de dez minutos.

Estão abertas as inscrições para as comunicações inadiáveis. Faço a minha inscrição, e fica à disposição dos Srs. Senadores.

Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, esta manhã, Senador Mário Couto, a Câmara dos Deputados aprovou, na Comissão de Finanças e Tributação, o projeto de lei que cria o piso salarial do professor brasileiro.

Foi um longo processo. Cinco anos atrás, essa idéia começou quando eu, então Ministro do Presidente Lula, levei para a Casa Civil o projeto que criava o piso salarial do professor no Brasil. Cinco anos! O projeto ficou parado. Quando voltei para o Senado, em 2004, logo no começo do meu mandato, como uma das minhas primeiras ações, talvez o primeiro projeto de lei, retomei a idéia do piso salarial do professor da educação de base no Brasil.

De 2004 até hoje passaram-se quatro anos. Quatro anos de calmo, constante, lento processo de avanço desse projeto no Senado até sua aprovação aqui e o envio para a Câmara dos Deputados. Na Câmara dos Deputados, ele já passou pela Comissão de Educação e Cultura e pela Comissão de Finanças e Tributação, mas o processo não se esgota nem vai ainda para a Mesa da Câmara. O projeto do piso salarial, cinco anos depois de iniciado, vai ser discutido agora na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados. E lá a gente sabe, Senador Paim, que é natural que, com as agendas que temos hoje, esse projeto possa terminar sendo postergado.

O projeto, aguardado por dois milhões de professores no Brasil, que estabelece o piso salarial, vai beneficiar uma boa parcela dos professores. Ainda que seja um piso baixo – eu próprio o coloquei no projeto de lei, portanto, reconheço que é baixo –, é o que pode ser feito hoje.

Esse piso salarial depende agora da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara. Falei hoje de manhã com o presidente daquela Comissão, Deputado Eduardo Cunha, que me prometeu que fará o possível para que o projeto seja analisado rapidamente. E nós temos pouco tempo.

Temos pouco tempo, primeiro, diante de um semestre que se esgota dentro de mais dois, três meses e de um ano que se esgota nesses dois, três meses. Mas nós temos um prazo urgente, sobretudo, pela angústia dos professores, para terem esse direito que lhes é negado há tanto tempo no Brasil.

Por isso, meu apelo aqui, em primeiro lugar, para que os Deputados da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania façam com que esse projeto passe rapidamente e chegue à Mesa para ser votado em plenário. Mas isso não pode demorar muitas semanas, Sr. Presidente, porque cada semana que passa, pelo menos, seiscentos a setecentos mil professores deixam de ter uma ascensão salarial. E a gente não pode deixar que isso aconteça. Na verdade, eu cometi um erro ao dizer seiscentos mil; provavelmente, 1,6 milhão professores serão beneficiados. Não podemos deixar que isso demore.

E, aí, Senador Paim, quero fazer aqui um apelo ao Presidente da República: se o Presidente da República quiser, ele pode, perfeitamente, pedir, em nome do Governo, a urgência para a votação desse projeto. Se a liderança da maioria na Câmara dos Deputados pedir urgência, tem o prazo fixo, determinado de, no máximo, 45 dias, e a gente pode ter certeza disso.

Deixo esse apelo ao Presidente, mas deixo também a esta Casa uma preocupação: se não fizermos isso logo, Senador Mário Couto, sabe o que pode acontecer? Seremos surpreendidos com uma medida provisória. E qual de nós vai ficar contrário a essa medida provisória? A uma medida provisória que venha criar o piso salarial do professor, quem de nós vai ficar contra? Mas, se isso acontecer ou se isso for necessário – sou até mais condescendente –, significa que, de fato, este País não tem mais democracia.

Nos regimes autoritários, a gente termina pedindo ao ditador para fazer as leis que são boas para o país,

e todo ditador termina fazendo algumas leis boas também. O regime militar não foi só coisa ruim. Já pensou se daqui a algumas semanas eu tiver que vir aqui pedir ao Presidente da República que faça uma medida provisória para os professores? Já pensou se a gente tiver de fazer esse pedido porque as engrenagens que funcionam por conta das medidas provisórias nos amarram nas medidas provisórias?

Ontem, o Presidente disse que não consegue governar sem medida provisória. Lembro-me quando a Constituição criou esse instituto, do qual fui e continuo sendo a favor, Senador Mário Couto. Acho que, no mundo de hoje, em que as coisas acontecem com tanta rapidez, é preciso um instrumento do Poder Executivo tipo medida provisória. O que não pode, em primeiro lugar, é tudo virar medida provisória e, segundo, a medida provisória trancar a pauta, porque quando a medida provisória tranca a pauta dos outros projetos de lei, aí precisamos de outra medida provisória para fazer as coisas acontecerem. E nós chegamos a esse ponto desse círculo vicioso: de sermos contra a medida provisória, mas estarmos tão amarrados nelas que terminamos precisando delas, como nos regimes autoritários – volto a repetir – em que, é claro, as coisas necessárias para o país terminamos pedindo ao ditador de plantão, como naquela época, que faça seus decretos para que o país continue caminhando, para que o país avance.

Creio que o Presidente da República teria um gesto extremamente positivo para com os professores e profundamente respeitoso para com o Congresso – obrigação dele – se orientasse seus líderes na Casa a pedirem urgência ao processo. Falta muito pouco para a gente, de fato, aprovar, na Câmara dos Deputados, o projeto de lei que cria o piso salarial.

Não serei eu que virei aqui querer adiar a votação para manter a paternidade do projeto de lei. Não. Eu quero que isso saia rápido. Agora, eu quero que isso saia rápido, de preferência, com duas coisas boas: uma é poder dizer a todos, neste País, que esse projeto começou com minha intenção; e a segunda, que os professores ganharam o piso salarial democraticamente, por meio de um projeto de lei iniciado no Congresso e não por cima, por uma medida provisória, que não deixa de ser autoritária.

Ao mesmo tempo em que faço o apelo ao Presidente da República, pedindo que ele solicite urgência para que não haja necessidade de editar uma medida provisória, quero fazer outro apelo aos dois milhões de professores deste País, inclusive àqueles que ganham

acima do piso, porque, um dia, esse piso vai subir. Apelo que mandem para cá, para os Parlamentares, mensagens pedindo que esse projeto seja apressado; que mandem mensagens, obviamente, bem respeitadas aos Parlamentares, pedindo que não deixem o projeto ficar sendo postergado por causa de outros que estão na frente, porque esse é, sem dúvida, um dos mais importantes projetos para o Brasil. A partir do resgate do salário do professor é possível recuperarmos a nossa educação.

Portanto, faço um apelo ao presidente e aos Deputados da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e outro aos professores: que mandem mensagens para cada Deputado. Não vou dizer os endereços, não vou dizer os nomes. Quero que procurem saber – não é difícil; basta entrar no *site* da Câmara dos Deputados – quais são os Deputados que fazem parte da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e enviem suas mensagens.

Mas não quero só isso. Quero que façam também pedidos ao Palácio do Planalto, ao Presidente da República. Peço a cada professor deste País que solicite ao Presidente da República, por *e-mails* enviados ao Palácio do Planalto, que o Governo peça urgência na votação desse projeto, porque, há cinco anos, se tenta criar um piso salarial no Brasil para os professores.

Há cinco anos, quando eu estava no Ministério, tomei essa iniciativa e entreguei o projeto na Casa Civil. Há quatro anos, de volta ao Senado, dei entrada em um projeto. Um ano atrás, o Governo mandou seu projeto também, em cima do projeto que já estava aqui dentro há dois ou três anos. O Senador Osmar Dias vem tantas vezes aqui reclamar da carona que o Governo pega em projetos iniciados no Congresso. Fizeram o mesmo com o projeto do piso salarial. Isso não importa.

O fato é que o Relator na Câmara, o Deputado Severiano Alves, agarrou tudo o que havia e elaborou o seu relatório, juntando o projeto do Governo ao meu projeto. Esse projeto está caminhando no penúltimo ponto, que é a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Aprovado naquela Comissão, vai para o Plenário. Se o Presidente e os líderes do Governo quiserem, pode ser rapidamente aprovado, e o Presidente poderá sancionar, dentro de poucas semanas, o projeto que trará para os professores brasileiros, pela primeira vez na nossa história, um piso nacional.

Fica aqui o meu pedido ao Presidente, aos Deputados e aos professores do Brasil inteiro.

Antes de terminar, nesses dois minutos que me restam, Sr. Presidente, passo a palavra ao Senador Paim, que pediu um aparte.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Senador Cristovam, quero somente me somar à sua caminhada. Tive a alegria de votar no seu projeto, lá na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o piso dos professores. Acho que o seu apelo é importante, e seria importante que todos os Senadores, dentro do possível, fizessem o mesmo pedido, para que a pressão democrática aconteça. Eu venho agora de uma reunião com o Presidente da Câmara, que me disse que existem praticamente 14 MPs obstruindo a pauta. Então, é fundamental que a CCJ vote logo, para que, entre aqueles projetos a que se pode dar urgência, no momento em que a pauta for desobstruída, esteja o projeto que vai garantir o piso dos professores. Quero apenas dar esse rápido depoimento da sua luta em prol desse projeto. Somente a pressão popular vai garantir que ele seja aprovado com rapidez e sancionado ainda – oxalá! – neste mês, ou, no mais tardar, no mês que vem. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (PDT – DF) – Obrigado, Senador Paim.

Concluo lembrando o outro aspecto que me traz aqui, que é o problema das medidas provisórias. Há 14 medidas provisórias que interrompem o processo de outros projetos de lei. Esse é um instrumento autoritário quando usado dessa forma. Medida provisória pode ser uma necessidade em momentos de crise, de algo que necessite de urgência, mas pode ser um instrumento autoritário quando vira rotina e impede o resto do Poder Legislativo de funcionar.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

#### REQUERIMENTO Nº 296, DE 2008

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de congratulações ao **Jornal do Senado**, à Agência Senado e à TV Senado, pela competente, qualificada e ampla cobertura dada ao Ciclo de Audiências Públicas, destinado a debater idéias e propostas para a educação brasileira e o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, realizado por esta Comissão entre os meses de abril e setembro, que culminou na excelente matéria publicada, pelo **Jornal do Senado**, no formato de caderno especial, no dia 10 de março do corrente.

Sala das Sessões, 19 de março de 2008.

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ASSINAM O REQUERIMENTO DE VOTO DE CONGRATULAÇÃO NA REUNIÃO

DE 11/03/08

OS SENHORES SENADORES:

### Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)

FLÁVIO ARNS	1- PATRÍCIA SABOYA GOMES
AUGUSTO BOTELHO	2- JOÃO PEDRO
FÁTIMA CLEIDE	3- ALOÍZIO MERCADANTE
PAULO PAIM	4- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
IDELI SALVATTI	5- FRANCISCO DORNELLES
INÁCIO ARRUDA	6- MARCELO CRIVELLA
RENATO CASAGRANDE	7- MAGNO MALTA
SÉRGIO ZAMBIASI	8- JOÃO VICENTE CLAUDINO
JOÃO RIBEIRO	9- SIBÁ MACHADO

### PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- ROMERO JUCÁ
GILVAM BORGES	2- LEOMAR QUINTANILHA
MÃO SANTA	3- PEDRO SIMON
VALDIR RAUPP	4- VALTER PEREIRA
PAULO DUQUE	5- JARBAS VASCONCELOS
(VAGO)	6- GILBERTO GOELLNER
GERSON CAMATA	7- NEUTO DE CONTO

### BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)

(VAGO)	1- ADELMIR SANTANA
HERÁCLITO FORTES	2- DEMÓSTENES TORRES
MARIA DO CARMO ALVES	3- GILBERTO GOELLNER
MARCO MACIEL	4- JOSÉ AGRIPIANO
RAIMUNDO COLOMBO	5- KÁTIA ABREU
ROSALBA CIARLINI	6- ROMEU TUMA
MARCONI PERILLO	7- CÍCERO LUCENA
MARISA SERRANO	8- EDUARDO AZEREDO
PAPALÉO PAES	9- SÉRGIO GUERRA
FLEXA RIBEIRO	10- LÚCIA VÂNIA

### PDT

CRISTOVAM BUARQUE	1- JEFFERSON PÉRES
-------------------	--------------------



**REQUERIMENTO Nº 297, DE 2008**

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de congratulações ao Colégio Batista Shepard do Rio de Janeiro, pela passagem de seu centenário de fundação. O Colégio Batista foi fundado no dia 5 de março de 1908 pelo idealismo de três pessoas: Dr. A. B. Deter, Sr. W. C. Canadá e Dr. John J. Watson Shepard, este que o dirigiu inicialmente. O Colégio, localizado na Rua José Higino, na

Tijuca, constitui-se num centro de educação, espaço de encontro interpessoal que relaciona o educando com o seu meio, tempo, história e cultura. Sua filosofia educacional pauta-se nos princípios cristãos, buscando uma visão integrada de educação que promove a criatividade e a consciência crítica, buscando facilitar a integração do educando no mundo, com base na dignidade da pessoa humana.

Sala das Sessões, 19 de março de 2008.

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE**

**ASSINAM O REQUERIMENTO DE VOTO DE CONGRATULAÇÃO NA REUNIÃO  
DE 11/03/08  
OS SENHORES SENADORES:**

**Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)**

FLÁVIO ARNS	1- PATRÍCIA SABOYA GOMES
AUGUSTO BOTELHO	2- JOÃO PEDRO
FÁTIMA CLEIDE	3- ALOÍZIO MERCADANTE
PAULO PAIM	4- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
IDELI SALVATTI	5- FRANCISCO DORNELLES
INÁCIO ARRUDA	6- MARCELO CRIVELLA
RENATO CASAGRANDE	7- MAGNO MALTA
SÉRGIO ZAMBIASI	8- JOÃO VICENTE CLAUDINO
JOÃO RIBEIRO	9- SIBÁ MACHADO

**PMDB**

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- ROMERO JUCÁ
GILVAM BORGES	2- LEOMAR QUINTANILHA
MÃO SANTA	3- PEDRO SIMON
VALDIR RAUPP	4- VALTER PEREIRA
PAULO DUQUE	5- JARBAS VASCONCELOS
(VAGO)	6- GILBERTO GOELLNER
GERSON CAMATA	7- NEUTO DE CONTO

**BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)**

(VAGO)	1- ADELMIR SANTANA
HERÁCLITO FORTES	2- DEMÓSTENES TORRES
MARIA DO CARMO ALVES	3- GILBERTO GOELLNER
MARCO MACIEL	4- JOSÉ AGRIPINO
RAIMUNDO COLOMBO	5- KÁTIA ABREU
ROSALBA CIARLINI	6- ROMEU TUMA
MARCONI PERILLO	7- CÍCERO LUCENA
MARISA SERRANO	8- EDUARDO AZEREDO
PAPALÉO PAES	9- SÉRGIO GUERRA
FLEXA RIBEIRO	10- LÚCIA VÂNIA

**PDT**

CRISTOVAM BUARQUE	1- JEFFERSON PÉRES
-------------------	--------------------

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Os dois requerimentos foram aprovados pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

A Presidência encaminhará os votos de congratulações solicitados.

A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos vão Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

**REQUERIMENTO Nº 298, DE 2008**

O Senador que este subscreve, com base no Art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, requer seja realizada no dia 9 de abril de 2008, às 10:00 horas, Sessão Especial de Comemoração do “Dia Mundial da Saúde instituído” em 1948 como o dia 7 de abril de cada ano e dos 60 anos de fundação da Organização Mundial de Saúde – OMS.

**Justificação**

A instituição de datas comemorativas é um procedimento mundial para que todos tenham oportunidade de reservar um tempo para a necessária reflexão, avaliação e proposição de novos encaminhamentos sobre a matéria objeto da comemoração.

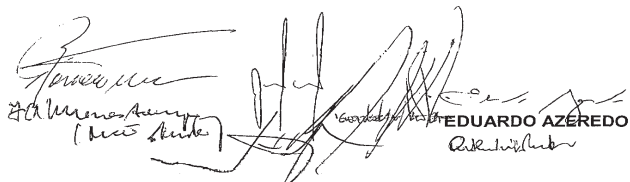
Por proposta dos delegados brasileiros à Organização das Nações Unidas – ONU, para a criação de um organismo internacional de saúde pública de alcance mundial, foi fundada, em 7 de abril de 1948, a Organização Mundial de Saúde – OMS, que assim comemora 60 anos, e instituindo este dia como o “Dia Mundial da Saúde”, a ser comemorado todo ano.

Não bastasse a nossa autoria e participação histórica na direção da OMS, este dia deve ser para nós brasileiros uma das datas mais caras para que se cumpra o objetivo da comemoração, em relação à saúde brasileira, a qual, embora com avanços significativos, reclama permanentemente de melhor atenção e maiores recursos.

Tudo isto para que se alcance o objetivo maior da saúde, qual seja, “estado de completo bem estar físico, mental e social, e não consistindo somente da ausência de uma doença ou enfermidade”, na definição dada pela própria OMS.

Assim submeto a aprovação deste Requerimento aos meus nobres pares.

Sala das Sessões, 19 de março de 2008. –



EDUARDO AZEREDO

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação e será votado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

**REQUERIMENTO Nº 299, DE 2008**

O Senador que este subscreve, com base no Art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requer seja oficiado, voto de aplauso ao Clube Atlético Mineiro pelo transcurso do seu Centenário de Fundação, ocorrida em 25 de março de 1908.

**Justificação**

Conhecido pelos nomes de “galo”, “massa atlética”, “campeão dos campeões”, “campeão do gelo”, “galo forte vingador”, e mais recentemente, “vencedor do século XX”, em 25 de março de 1908, há cem anos, um grupo de estudantes trocou as aulas daquela quarta-feira por uma reunião no coreto do Parque Municipal, em Belo Horizonte para fazer nascer ali o Atlético Mineiro Football Club, que em 1912 sofreria uma mudança de grafia e passada a se chamar Clube Atlético Mineiro, romperia fronteiras e gravaria seu nome no desporto mundial.

Torcidas, as haverá mais numerosas ou mais conhecidas mas nenhuma delas se compara àquela do Clube Atlético Mineiro em mística apaixonada, em poesia acumulada ao longo dos anos. “A Massa”, deixa-se conhecer com um substantivo ou adjetivo comum transformado em nome próprio, inconfundível. Poucas torcidas transformaram um nome comum em nome próprio.

Desde o primeiro jogo traçou sua trajetória gloriosa e o primeiro gol foi marcado por Aníbal Machado, que mais tarde se tornaria um grande escritor brasileiro.

São cem anos de história marcados pelo pioneirismo dentro e fora de campo. Em 1908, foi o primeiro time mineiro a trocar as antigas bolas de meia pelas de couro. Seis anos mais tarde, conquistou o primeiro torneio de futebol realizado em Minas Gerais, a Taça Bueno Brandão. Em 1915, venceu o primeiro campeonato oficial de futebol do Estado, organizado pela Liga Mineira de Esportes Terrestres, atual Federação Mineira de Futebol (FMF).

Permitindo o ingresso de quantos queriam participar, rico, pobre ou simplesmente estudante, o Atlético se firmava a cada dia como time do povo, o que provocou o crescimento do Clube. Em 1929, o Alvinegro de Minas teve o primeiro jogador de fora do eixo Rio-São Paulo convocado para a Seleção Brasileira: o atacante Mário de Castro. O convite, no entanto, foi

recusado pelo atleta sob a alegação de que não vestiria nenhuma camisa que não a alvinegra, com a qual marcou 195 gols em apenas 100 jogos, provavelmente a maior média do futebol mundial.

Ainda em 1929, o Galo disputou o primeiro jogo internacional de um time mineiro, vencendo o então Campeão Português Victória de Setúbal por 3 a 1. A partida foi disputada no Estádio Antônio Carlos, que havia sido inaugurado naquele ano e foi um dos primeiros do País a instalar refletores. O jogo de inauguração do também chamado Estádio de Lourdes foi contra o Corinthians e o Galo venceu por 4 a 2. Em 17 de agosto de 1930, o estádio recebeu a visita do então presidente da FIFA, Jules Rimet, que acompanhou pela primeira vez um jogo noturno.

Em 1937, o Atlético se sagrou Campeão dos Campeões do Brasil, na primeira competição interestadual profissional realizada no País, em torneio organizado pela Federação Brasileira de Futebol (FBF) entre os campeões de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo.

Em 1950, o Galo realizou inédita excursão pela Europa. Entre novembro e dezembro, o time disputou dez partidas contra equipes da Alemanha, Áustria, Bélgica, Luxemburgo e França, com seis vitórias, dois empates e duas derrotas. A notável campanha nos frios gramados, alguns cobertos de neve, rendeu ao Clube o título simbólico de 'Campeão do Gelo' e abriu as portas da Europa para o futebol brasileiro.

E em 1969, se tomou a única equipe do mundo a derrotar a Seleção Brasileira que conquistaria o tricampeonato mundial em 1970, no México, jogando no Mineirão e vencendo por 2 a 1.

Em 1971, o Galo se sagrou novamente Campeão Nacional ao vencer a primeira edição do atual Campeonato Brasileiro, e depois veio a conquistar três vice-campeonatos brasileiros, 1977 (invicto), 1980 e 1999. A escrita continuou em 1992 com a conquista continental da primeira Copa Conmebol em 1992, repetindo em 1997.

Foi vencedor de torneios ao redor do mundo, elevando o alto conceito do futebol brasileiro na França, Espanha, Portugal, Holanda, Suíça, Estados Unidos, México e Vietnam.

O Atlético foi o primeiro clube no mundo a incentivar a participação das crianças que passaram a entrar com seus ídolos em campo, antes dos jogos. Sem falhar em nenhuma partida, até hoje os atleticanos e atleticanas mirins fazem a festa no gramado dos estádios onde o Galo joga. E em 2006 torcedores e conselheiros criaram o Centro Atleticano de Memória — CAM para pesquisar, registrar, organizar e enaltecer os 100 anos de tradição e paixão da história do Clube.

Nos últimos anos, o Atlético vem se modernizando e, com as obras realizadas na Cidade do Galo, já é um dos clubes mundiais com maior estrutura para futebol profissional e de base.

Atual Campeão Estadual, o Alvinegro é o clube que mais vezes gritou "campeão", ao levantar a taça máxima de Minas Gerais 39 vezes.

Quero aqui homenagear seus fundadores — Aleixanor Alves Pereira, Antônio Antunes Filho, Augusto Soares, Benjamim Moss Filho, Carlos Maciel, Eurico Catão, Francisco Monteiro, Hugo Fracarolli, Humberto Moreira, Horácio Machado, João Barbosa Sobrinho, Jorge Dias Pena, José Soares Alves, Júlio Menezes Mello, Leônidas Fulgêncio, Margival Mendes Leal, Mário Neves, Mário Lott, Mário Toledo, Mauro Brochado, Raul Fracarolli e Sinval Moreira.

E homenageio também seus técnicos e jogadores memoráveis, em nome dos quais saúdo todos os demais, alguns cedidos para a Seleção Brasileira, como Telê Santana, Dario, Reinaldo, Toninho Cerezo, Paulo Isidoro, Eder, Nelinho, Taffarel, Gilberto Silva, João Leite, e outros notáveis como Ubaldo, Kafunga, Haroldo, Zeca, Nívio, Lero, Amorim, Barbatana, Mussula, Lacy, Márcio, Vanderlei, Odair, Grapete, Wantuir, Renato, Marcelo, Romeu, Mazurkiewicz e o atual presidente do clube, ex-Deputado Federal Ziza Valadares.

A galeria de troféus do Clube, é também enriquecida por grandes conquistas em outros esportes.

No futebol de salão, o futsal, o Atlético obteve o título máximo da categoria ao se sagrar Campeão Mundial de Clubes em 1998, jogando na Rússia e vencendo o Dinamo de Moscow por 3 a 0. Sua equipe contava com craques como Falcão, Manoel Tobias, Rogério e Lenísio, entre outros. O futsal alvinegro é, ainda, tricampeão nacional profissional (1985/97/99).

Entre os inúmeros títulos no atletismo, destaca-se o da mais importante competição nacional, a Corrida de São Silvestre, vencida pelo atleta João da Mata em 1983.

Sala das Sessões, 19 de março de 2008. — **Eduardo Azeredo.**

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)  
– A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 300, DE 2008**

Com fundamento no art. 256, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requero a retirada



definitiva de tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 67, de 2003, de minha autoria.

Sala das Sessões, 19 de março de 2008. – Senador **Romero Jucá**.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)  
– A Presidência defere o requerimento que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

#### **REQUERIMENTO Nº 301, DE 2008**

Como membro titular da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, fundado no art. 40 do Regimento Interno do Senado, requeiro licença para ausentar-me dos trabalhos da Casa no período de 28 de março a 2 de abril de 2008, para fins de participar da Sessão do Parlamento do Mercosul, a realizar-se em Montevideu, no Uruguai.

E, nos termos do art. 39 do Regimento Interno desta Casa, comunico que estarei ausente do País no mesmo período.

Sala das Sessões, 19 de março de 2008. – Senador **Romeu Tuma**.

#### **REQUERIMENTO Nº 302, DE 2008**

Requeiro, nos termos do artigo 40 combinado com o artigo 13 do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução no 37, de 1995, que seja considerada como desempenho de missão no exterior, minha participação nos dias 30 de março a 1 de abril de 2008 na Oitava Sessão do Parlamento do Mercosul, que se realizará na cidade de Montevideu, no Uruguai.

Para efeito do disposto no art. 39 comunico que estarei ausente do País no período de 29 de março a 2 de abril de 2008.

Senado Federal, 19 de março de 2008. – Senador **Sérgio Zambiasi**.

#### **REQUERIMENTO Nº 303, DE 2008**

Sendo membro titular da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-me dos trabalhos da casa, no dia 1º de abril do corrente, quando participarei da Oitava Sessão do Parlamento do Mercosul, na cidade de Montevideu, Uruguai.

Comunico, ainda, que atendendo o disposto no artigo 39, inciso I, estarei ausente do País no período de 30 de março a 1º de abril do corrente ano.

Senado Federal, 19 de março de 2008. – Senador **Aloizio Mercadante**.

#### **REQUERIMENTO Nº 304, DE 2008**

Requeiro, nos termos do art. 40, II, c), do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para que seja considerada “desempenho de Missão Política e Cultural de interesse parlamentar no exterior”, minha ausência dos trabalhos desta Casa, no período de 30 de março a 1 de abril do corrente ano, quando fui designado pela Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul para participar da Reunião Ordinária do Parlamento do Mercosul, na cidade de Montevideu – Uruguai, conforme cópia do documento que encaminho em anexo.

Comunico, ainda, a Vossa Excelência, para fins do disposto no art. 39, I do Regimento Interno, que estarei ausente do País nesse período para esse fim.

Sala das sessões, 19 de março de 2008. – Senador **Cristovam Buarque**.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)  
– Os requerimentos que acabam de ser lidos vão à publicação e serão apreciados oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 305, DE 2008**

Nos termos do Art. 222 do Regimento Interno da Casa, requeiro Voto de Aplauso ao Reitor e à Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares pela comemoração da formatura da primeira turma de alunos do curso de Administração celebrado no dia 13 de março de 2008.

#### **Justificação**

Em março de 2002, a Afrobras (Sociedade Afro-brasileira de Desenvolvimento Sociocultural) criou o Instituto Afrobrasileiro de Ensino Superior com o objetivo de esclarecer pessoas e empresas sobre o conceito de cidadania e responsabilidade social no seu cotidiano, incorporando ações afirmativas em sua gestão. O Instituto possui como finalidade primeira ser o órgão mantenedor da Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares.

“Sem Educação não há liberdade”. Este é o lema primordial da Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares. A partir de sua construção ocorreu o início da verdadeira liberdade do povo negro brasileiro e, por consequência, do próprio Brasil.

Pela busca da igualdade a universidade constituiu-se uma instituição superior, de caráter comunitário, com excelência na promoção do ensino, da pesquisa e da extensão, alicerçada na formação hu-

manística do profissional, levando em consideração a equidade.

A Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares tem por missão a inclusão dos afrodescendentes no ensino superior, viabilizando a integração de negros e não-negros em ambiente favorável à discussão da diversidade social, no contexto da realidade nacional e internacional.

Em razão do seu valor social para o país, apresso com muito estima o presente Voto de Aplauso pela comemoração da formatura da primeira turma da Unipalmares no curso de Administração. Tenho a certeza de que os seus formandos irão contribuir para o desenvolvimento de um País mais justo e sem preconceitos.

Sala das Sessões, 19 de março de 2008. – Senador **Paulo Paim**.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 306, DE 2008**

Nos termos do art. 256, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requero a retirada do Projeto de Lei do Senado Federal, nº 83, de 2008, da qual sou o primeiro signatário.

Sala das Sessões, 19 de março de 2008. – Senador **Alvaro Dias**.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A Presidência defere o requerimento que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 307, DE 2008**

**Requer Voto de Aplauso à jornalista e professora da Universidade Federal do Amazonas, Ivânia Vieira, pela homenagem recebida da Assembléia Legislativa do Estado.**

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos **Anais** do Senado, Voto De Aplauso à jornalista e professora da Universidade Federal do Amazonas, Ivânia Vieira, pela homenagem recebida da Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas por ocasião do Dia da Mulher.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento da homenageada.

#### **Justificação**

A jornalista Ivânia Vieira recebeu, no último dia 12 de março, uma placa comemorativa pelo dia da mulher, como reconhecimento ao trabalho da jornalista e professora na editoria de política do jornal **A Crítica**, de Manaus.

A homenagem ilustra como Ivânia é respeitada dentro e fora da sua categoria.

Sala das Sessões, 19 de março de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

*(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Álvaro Dias PSDB - PR) - O requerimento que acaba de ser lido vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

#### **REQUERIMENTO Nº 308, DE 2008**

**Requer Voto de Aplauso ao Programa Manhattan Connection pelo seu aniversário de 15 anos ocorrido neste mês de março.**

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos **Anais** do Senado, Voto de Aplauso ao Programa Manhattan Connection pelo seu aniversário de 15 anos ocorrido neste mês de março.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento dos cinco membros atuais da bancada: Lucas Mendes, Caio Blinder, Diogo Mainardi, Lúcia Guimarães e Ricardo Amorim.

#### **Justificação**

O Manhattan Connection, é o programa ideal para aqueles que desejam informação com qualidade sobre o que acontece nos Estados Unidos e no mundo. O programa, que não é voltado apenas para política, mas também economia, cultura, sociedade, etc., é o programa mais antigo da televisão por assinatura.

O jornalista Caio Blinder, que está no Programa desde seu início, define bem o Programa: “Uma combinação entre humor e informação”. Outro que está desde o começo, o jornalista Lucas Mendes, gosta de lembrar que a idéia do formato atual apareceu depois de se pensar em um programa de rádio e em um especial com reportagens pelo mundo.

Lembro, ainda, outro idealizador do programa, o saudoso jornalista Paulo Francis que, com sua irreve-

rência, marcou o programa em seus primeiros anos até a sua morte, em 1997.

Lembro, finalmente, os demais membros: Lúcia Guimarães, que foi produtora de Paulo Francis durante os quatro primeiros anos do Programa e que está na bancada desde 1993; Diogo Mainardi e Ricardo Amorim, que integraram-se aos demais em 2003 em substituição a Arnaldo Jabor e Nelson Motta.

Enfim, parabeno o programa pelos seus 15 anos de existência, exercitando a liberdade de expressão num ambiente democrático de discussões acirradas e acaloradas entre seus membros.

Sala das Sessões, 19 de março de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

#### **REQUERIMENTO Nº 309, DE 2008**

##### **Requer Voto de Lembrança em homenagem póstuma à Professora Sebastiana Braga que, se viva fosse, estaria completando 100 anos neste mês de março de 2008.**

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos **Anais** do Senado, Voto de Lembrança em homenagem póstuma à Professora Sebastiana Braga, mãe do Secretário de Cultura do Amazonas.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento dos familiares da homenageada, especialmente ao Secretário de Cultura.

#### **Justificação**

Neste mês de março de 2008, estaria completando um século de existência, se viva fosse, a Professora Sebastiana Braga, pernambucana de Jaboatão dos Guararapes, em Pernambuco, mas que adotou Manaus para viver. Seu filho, o escritor Robério Braga, é o atual Secretário de Cultura do Amazonas e dedica à mãe uma emotiva crônica, alusiva aos cem anos de Dona Sabá, como era carinhosamente chamada. Ela foi uma das minhas melhores amigas e dela guardo lembranças imperecíveis. Na crônica de Robério, ele destaca a doce mas firme professora. E lembra as agruras que ela teve que enfrentar e que a levaram da sua Jaboatão para Manaus. E essa notável figura que hoje homenageio, requerendo ao Senado da República este voto de lembrança.

Sala das Sessões, 19 de março de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

#### **REQUERIMENTO Nº 310, DE 2008**

##### **Requer Voto de Pesar pelo falecimento do empresário Elias Abraim Calil, ocorrido em Manaus, no dia 19 de março de 2008.**

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar pelo falecimento ocorrido em Manaus, no dia 19 de março de 2008, do empresário Elias Abraim Calil.

Requeiro, ademais, que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da viúva, Sr<sup>a</sup> Francisca Barbosa Calil e, por seu intermédio, aos filhos Abrahim Calil Neto, Elizabeth Calil Araújo, Darly Barbosa Calil, Rosemary Barbosa Calil Garcia e netos do empresário.

#### **Justificação**

Elias Abraim Calil foi um grande empresário do ramo náutico no Amazonas, onde, pela sua conduta reta, se tornou muito querido da população. Ele faleceu no dia 19 de março de 2008, na Capital do meu Estado. Deixa viúva, quatro filhos e 13 netos. Um dos netos, Charles Garcia Júnior, tem ligações de parentesco com minha família. Ele é sobrinho de minha esposa, Goreth, pelo que sempre mantivemos excelente relacionamento com o empresário e demais membros dessa unida família. Charles é advogado e casado com a Sr<sup>a</sup> Juliana. Numa homenagem ao saudoso empresário, requeiro este Voto de Pesar. Trata-se de homenagem justa, uma vez que se trata de família do nosso maior aconchego.

Maninho, como era carinhosamente conhecido em Manaus, gozava de estima não apenas pela sua reputação no meio empresarial. Ele foi também um ser humano de grande intensidade. Morreu com alma de menino, amante que era de pipas, ou papagaios e pandorgas, como são chamadas no centro-sul. Por isso, e até pelos seus laços de descendência, Elias de alguma forma lembrava o garoto Amir, personagem do romance de grande êxito no mundo, **O Caçador de Pipas**, escrito pelo afegão Khaled Hosseini. Amir, o menino do livro, é um mestre na competição e Hassan, um amigo dele, é um talentoso caçador de pipas, alguém que as apanha quando caem para exibí-las como troféus. Elias, no entanto, o que sempre exibia era fraternidade, sua característica de vida.

Nos últimos nove meses, ele lutou tenazmente contra o câncer, jamais esmorecendo pela sua grande força de vontade de viver. No Hospital da Beneficência Portuguesa, onde veio a falecer, ele recebeu dedicado tratamento dos médicos da instituição e também da equipe do CECOM. Todos, ali, se desdobraram pela saúde de Elias, a começar pelo Dr. Ricardo Guimarães, que acompanhou os últimos momentos de vida desse bravo amazonense. Mas, neste momento, em que requeiro o Voto de Pesar pela morte de Elias, registro o agradecimento da família Abrahim Calil a todo o corpo clínico que lhe deu carinhosa assistência.

Sala das Sessões, 19 de março de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 311, DE 2008**

**Solicita a criação de Comissão Temporária Externa do Senado Federal com o objetivo de visitar a base do Exército em Vila Bitencourt-AM e avaliar as condições em que vivem os militares que atuam na linha de frente naquela fronteira.**

Requeiro, nos termos do artigo 75 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Comissão Temporária Externa do Senado Federal, composta por, no mínimo, 5 (cinco) senadores, com o objetivo de visitar a base do Exército em Vila Bitencourt, no Estado do Amazonas, e avaliar as condições em que vivem os militares que atuam na linha de frente naquela fronteira, tendo em vista a crise desencadeada pelo ataque de forças colombianas a guerrilheiros escondidos em território equatoriano.

#### **Justificação**

A imprensa brasileira publicou, recentemente, que, apesar de o Exército, oficialmente, negar que a possibilidade de conflito entre Colômbia e Equador tenha provocado mudanças na sua rotina, as tropas entraram em alerta.

A crise desencadeada pelo ataque de forças colombianas a guerrilheiros escondidos no Equador causou temor e preocupação entre os brasileiros que atuam na linha de frente e seus familiares.

Enfim, a possibilidade de contato com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia — FARC, me leva a requerer a criação da referida Comissão, a fim de que se possa avaliar, **in loco**, a existência de um possível ponto de tensão para os militares brasileiros.

Sala das Sessões, 19 de março de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 312, DE 2008**

Com fundamento no art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que me ausentarei do País entre os dias 30 de março a 1º

de abril, para participar, como integrante da representação brasileira, da Oitava Sessão do Parlamento do Mercosul, a realizar-se no dia 31 de março, em Montevideu, Uruguai.

Requeiro, com fulcro no art. 40 do Regimento Interno, seja devidamente autorizada a minha ausência dos trabalhos desta Casa, nesse período, pelo motivo acima exposto.

Sala das Sessões, 19 de março de 2008. – Senador **Pedro Simon**.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação e será apreciado oportunamente.

Com a palavra o Senador Mário Couto, por permuta com o Senador Cristovam Buarque.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de dez minutos para o seu discurso.

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, Senador Cristovam Buarque, a sua preocupação com a independência e com a democracia é a mesma minha: a independência deste Poder e a democracia neste País. Vamos analisar na prática, Senador, neste momento, neste momento. Vamos provar que este Senado está algemado. Na prática, agora, já! Quantos Senadores há em plenário? Um, dois, três, quatro Senadores.

**O Sr. Romeu Tuma** (PTB – SP) – Seis Senadores.

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA) – Cinco com o Presidente e seis comigo.

Senador Cristovam Buarque, sabe por que só há seis Senadores hoje aqui? Porque a pauta está trancada. Por que a pauta está trancada, Senador Paim? Por causa das medidas provisórias. Então, os Senadores sabem que só lhes resta usar a tribuna e vão para os seus Estados. Bem melhor visitar os seus Estados, ver a situação dos seus Estados do que ficar aqui a não fazer quase nada. Tudo isso devido às medidas provisórias.

Se não fossem as medidas provisórias, estaríamos, hoje, uma quarta-feira, metade da semana, dia útil importante para o Senado Federal, discutindo tantos temas importantes para este País. E o Presidente sabe disso.

Diz o Presidente que não consegue mais governar o País sem as medidas provisórias. “O uso do cachimbo deixa a boca torta”. Há muito que este Senado já devia ter tomado providências nesse sentido. Não se podia, em hipótese alguma, obedecer ao rei todo o tempo. Há muito que este Senado já devia ter tomado uma providência em relação a isso. Chega-se ao absurdo, Senador Cristovam, de ver medidas provisórias editadas e sendo aqui votadas, obviamente com o sistema de mordaca, com o sistema de amordaçar todos os Senadores de



Oposição, sem deixar falar, na madrugada, de créditos extraordinários, que a própria Constituição proíbe.

O que é isso? Onde estamos? Foi-se a independência deste Poder. Temos de tomar as medidas necessárias para mostrar ao Presidente que ele pode, sim, governar o País com democracia e deixar a independência dos Poderes Legislativos ser mostrada a toda a Nação.

Créditos extraordinários são votados aqui sem obedecer a nossa Constituição, Senador Tuma, que, em seu art. 167, § 3º, estabelece que medidas provisórias para crédito extraordinário só podem ser emitidas em caso de guerra, comoção social ou calamidade pública. Em nenhum desses casos se enquadram as medidas provisórias de crédito extraordinário que o Presidente da República manda para cá. Nenhum! E ele teima em mandar! E o pior – chamo a atenção de quem me ouve e de quem me assiste pela *Rádio* e pela *TV Senado* – é que elas são aprovadas. O pior é que elas são aprovadas!

Senador Cristovam, eu estou entrando com uma proposta de emenda à Constituição que enquadra em crime de responsabilidade a autoridade que fizer isso, que não respeitar o art. 167, § 3º da Constituição Federal.

Agora eu pergunto a V. Exªs: quando será que essa minha proposição será votada? Será que ela será votada? Será que as medidas provisórias deixarão que ela seja votada?

Sou legislador, sou Senador da República. Vim para cá para representar o Estado do Pará. Cheguei aqui entusiasmado, fiz várias propostas, apresentei vários projetos de lei, mas nenhum, Presidente, foi votado, por causa das medidas provisórias que fecham a pauta.

Eu pergunto à Nação brasileira: o que fizemos nesta semana aqui neste Senado? Quais foram as nossas ações neste Senado? O que mostramos à sociedade brasileira em termos de trabalho deste Senado nesta semana que termina hoje, com seis Senadores em plenário, por causa das medidas provisórias?

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – V. Exª me permite um aparte?

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA) – Vou conceder aparte a todos.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Para ser justo, Senador Mário Couto, gostaria de dizer que vim para cá neste instante por ser o quarto orador inscrito, mas registro que – e acho que V. Exª foi testemunha do que vou falar – a Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga o uso dos cartões corporativos estava, e acho que está até agora, com muitos Senadores ali trabalhando. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde estávamos há pouco eu e o Senador Romeu Tuma, ainda está em funcionamento. Ali houve uma longa reunião de arguição do Ministro Gilmar Mendes, onde compareceu

um número muito significativo de Senadores, desde as 10h da manhã até agora – mais de quatro horas, portanto. Quero dar o testemunho de que muitos Senadores hoje se dedicaram muito aos trabalhos constitucionais reservados ao Senado Federal. Quero ser justo para com os Senadores, pois estamos trabalhando, inclusive o Senador Alvaro Dias, que estava na CPI, e outros que estão na Comissão presidida pelo Senador Marco Maciel neste instante. Faço este aparte para que V. Exª possa ser mais justo com os 81 Senadores.

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA) – Não estou sendo injusto, não. Não estou culpando os Senadores. V. Exª entendeu mal. Não estou culpando os Senadores, mas o Presidente da República, do partido de V. Exª, que edita medidas provisórias e faz com que esta Casa pare, Senador Eduardo Suplicy.

Mesmo vindo a esta Casa, o que os Senadores podem fazer? Também estive, de manhã, na Comissão de Constituição e Justiça. Muitos Senadores estavam lá. Não estou criticando nenhum Senador. Ao contrário, estou dizendo que eles fizeram bem aos seus Estados, assim como vou fazê-lo na próxima semana. Não tenho nada para fazer aqui.

Na semana que vem, este Senado vai parar inteiro, porque a pauta está trancada.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Permita-me dizer que o próprio Ministro Gilmar Mendes, que foi Advogado-Geral da União e, também por um longo período, assessor do Ministro da Justiça, disse, há pouco, que há situações em que as medidas provisórias realmente cumpriram seu papel. Por exemplo, quando se notou que a moeda estava quase derretendo, que era necessário urgência, foram editadas medidas provisórias de urgência. Agora, sim, é preciso que todos nós colaboremos para que, inclusive, venhamos a dizer ao Presidente Lula que, quanto mais projetos de lei e menos medidas provisórias, mais profícuo será para uma maior harmonia entre o Executivo e o Legislativo.

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA) – Senador, o Senado Federal está parado há muito tempo. Acho que V. Exª já sentiu isso, percebe isso.

Senador, editar medidas provisórias de crédito extraordinário, o que é proibido pela Constituição, é uma afronta ao Legislativo, é uma afronta ao Senado Federal, é burlar a independência deste Senado, é dizer que a democracia neste País está indo para o ralo. E eu sempre falo isto aqui, todas as semanas: percebo que a democracia deste País está indo para o ralo.

Se Hugo Chávez tivesse ganhado o plebiscito na Venezuela, o Brasil estaria pior ainda hoje. Graças a Deus, perdeu! Se tivesse ganhado, estaríamos em situação muito pior hoje.

Ouçam o que estou dizendo – e esta moça está registrando nas notas taquigráficas: a democracia deste País está indo para o ralo.

Ontem eu vim aqui e voltei preocupado para a minha casa, Senador Cristovam. Pensei muito em minhas orações da noite. Vi uma Senadora, com os olhos lacrimejados, dizendo que não consegue entender como uma CPI da maior importância, instrumento da minoria no Legislativo Nacional, não consegue aprovar requerimentos para que pessoas venham prestar depoimento; ela disse que não agüenta mais e que estaria, inclusive, pensando em renunciar.

Abro os jornais de hoje. **O Correio Braziliense** diz que outro Senador, o Senador Colombo, também renunciaria à CPI das ONGs, porque não agüentaria mais ver todas as providências que ele toma no sentido de promover as investigações serem derrubadas pela maioria, pelo Governo. Olhem aonde chegamos! Olhem aonde chegamos! Olhem como é preocupante, Nação brasileira, tudo o que está acontecendo aqui! O direito da minoria está sendo massacrado, burlado, destruído neste Senado. Nós não temos mais direito nem de abrir uma CPI, nem de investigar, nem de investigar mais.

Pois não, Senador Cristovam, ouço V. Ex<sup>a</sup> com muita honra.

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT – DF) – Senador Mário Couto, o senhor está fazendo um discurso de muita importância. Não sei se está se dando conta exatamente, porque está mostrando riscos à democracia. E não há nada mais importante para nós do que isso. Quero subcrever a totalidade de seu discurso ou grande parte dele. Hoje há brechas na democracia brasileira, diversas, nas quais valeria a pena nós nos aprofundarmos. Uma delas é a maneira como as medidas provisórias são usadas. Não há dúvida alguma de que elas hoje são usadas como uma forma de desmoralizar o Congresso. Mas é preciso dizer que também não estamos colaborando para nos valorizarmos. Não estamos com esse prestígio todo na sociedade, mas as medidas provisórias nos desmoralizam. Vejam o projeto do qual falei há pouco – peço um pouco de tempo ao Presidente Tuma, porque não quero tomar o tempo do orador –, sobre o piso salarial. Um Deputado do Partido do Governo, o PT, já pediu urgência para esse projeto, mas, no outro dia, ele a retirou. Por que um Deputado pediu urgência e, depois, retirou? As informações são no sentido de que o Governo tem interesse em que o projeto demore a dizer aos professores: “O Congresso é incompetente, o Congresso é insensível, o Presidente faz por medida provisória”. Essa é a impressão que se tem; uma impressão baseada na realidade. Volto a insistir nos apelos que fiz. Agora, o apelo tem de ser maior, como o que V. Ex<sup>a</sup> está fazendo, para restabelecer plenamente a democracia. Ela não existirá enquanto houver essa fila

de medidas provisórias. O Senador Suplicy deve estar de acordo conosco nisso. Eu tenho certeza de que o Senador Suplicy não deve estar querendo dizer que está tudo correto com essas medidas provisórias. Elas desmoralizam o Congresso, que já não fez por onde ser plenamente valorizado. E a desmoralização do Congresso é o passo mais curto para um regime autoritário.

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA) – Muito bem, Senador! Eu insiro o aparte de V. Ex<sup>a</sup> no meu pronunciamento com muita honra.

Senador Cristovam Buarque, V. Ex<sup>a</sup> sabe quem se prejudica com tudo isso? É a Nação, é o povo brasileiro. Vou lhe dar um exemplo agora. Estamos com o nosso grande comandante, o Senador Paulo Paim, tentando colocar há meses um projeto para ser votado aqui nesta Casa – o PL nº 58, sobre o qual V. Ex<sup>a</sup> já deve ter ouvido – e até hoje não conseguimos colocar em pauta. Na hora em que essa luta está sendo ganha, na hora em que conseguimos, a duras penas, até com ameaças de fazer vigília aqui nesta Casa... Aonde chegamos? Aonde chegamos? Até com a ameaça de que iríamos fazer aqui – um grupo de Senadores, comandados pelo Senador Paulo Paim, Mão Santa, Flexa Ribeiro, Geraldo Mesquita e outros – uma vigília para que o PL nº 58 viesse para a pauta. Nove meses engavetado, Senador! Nove meses engavetado! O projeto vem para a Mesa Diretora, Senador Pedro Simon, e enfrenta a dificuldade das medidas provisórias.

Estão lá, Senador, os pobres coitados dos aposentados a sofrer; estão lá, Senador, aqueles aposentados que serviram a esta Nação e que hoje, povo brasileiro, estão sendo considerados como matéria descartável. Usamos, eles envelheceram, não servem mais, joguem fora! Joguem fora! É assim que estão fazendo com os aposentados e pensionistas deste País, aqueles que sofrem de doenças incuráveis, aqueles que escrevem para nós, que estão praticamente se despedindo das suas vidas porque não têm a mínima condição de comprar remédios.

Senador Paulo Paim, ao descer desta tribuna, Senador, neste meu breve relato, às vésperas – e vou lhe dar aparte – da Semana Santa... Antes de concluir eu dou aparte a V. Ex<sup>a</sup>...

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP) – Senador...

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA) – Já vou concluir.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP) – Já proroguei por cinco vezes. V. Ex<sup>a</sup> pode dar o aparte, mas espero que o Senador Paulo Paim seja rápido...

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA) – Já vou concluir, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP) – (...) e V. Ex<sup>a</sup> colabore, porque é muito importante o seu discurso.

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA) – V. Ex<sup>a</sup> sempre foi muito gentil comigo, eu tenho certeza de que vamos já acabar.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Senador Mário Couto, eu quero cumprimentar V. Ex<sup>a</sup>, pois, com toda razão, disse que a nossa peleia aqui não foi em vão. Se olhar o item nº 7 da pauta, verá que está lá o PL nº 42, com a emenda respectiva que estende o reajuste para os aposentados. Se olhar a mesma pauta, também vai ver que lá estão os dois requerimentos, tanto o do fator previdenciário como o que resolve a do 58. Então, neste momento, mais uma vez, concordo com V. Ex<sup>a</sup> que o grande problema são as medidas provisórias, que obstruem a pauta e não permitem a votação de projetos importantes para o povo brasileiro. E já sabemos que existem quase vinte medidas provisórias que estão aí para serem apreciadas e outras vinte poderão vir. Então, a minha preocupação é a mesma. Confesso – e as minhas posições são transparentes – que, para mim, só tem um jeito: medida provisória não pode obstruir a pauta. Vamos votar o que a Casa produz, o que a Câmara produz. Se naquele período determinado a MP não for votada e cair, é a vida, é o processo democrático. Por isso, meus cumprimentos a V. Ex<sup>a</sup>. Espero que se vote os três projetos que são de interesse dos aposentados. V. Ex<sup>a</sup> percebeu – e quero dar esta informação à Casa – que hoje de manhã eu estava coletando assinaturas para uma PEC, para que ninguém diga que não temos uma PEC caso haja algum problema com a aprovação do fim do fator previdenciário. E se acham que o fim do fator poderia causar algum tipo de problema, é só votar a PEC em seguida.

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA) – Tenho certeza de que V. Ex<sup>a</sup> sabe que esta luta só vai acabar quando conseguirmos os nossos objetivos. V. Ex<sup>a</sup> tenha convicção disso.

Sr. Presidente, ao descer desta tribuna e olhando para V. Ex<sup>a</sup>, que é um homem que tem sentimentos, já demonstrou isso – V. Ex<sup>a</sup>, que mandou um presente para mim, ontem, lembrando o sofrimento de Jesus Cristo nesta Semana Santa –, e que tem um sentimento como muitos brasileiros têm, gostaria que V. Ex<sup>a</sup> me permitisse fazer uma reflexão para Cristo, olhando para o Cristo, aquele Cristo que veio à Terra sofrer por nós, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP) – Está na hora de Ele voltar.

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA) – Eu acredito. Sr. Presidente, peço a este Cristo, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que abra o coração do Presidente da República, que Jesus Cristo o faça perceber o sofrimento de cada

coitado e coitada, aposentados e aposentadas, pensionistas deste País, e que o Presidente da República abra o seu coração, pensando na desigualdade.

Cristo, faça isso, Cristo! Tu sabes o quanto os aposentados e pensionistas deste País estão sofrendo. Não estamos fazendo politicagem. Cristo, tu sabes disso. Estamos fazendo do fundo do nosso coração, Jesus Cristo, por eles, pelo sofrimento deles. Faz com que Lula perceba isso. Assim como ele olhou para o Bolsa-Família, por que não olha para os aposentados? Por que, Cristo? Abra, Cristo, o coração de Lula!

Sr. Presidente, muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Mário Couto, o Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.*

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Mário Couto.

Concedo a palavra, para uma comunicação inadiável, ao Senador Alvaro Dias.

V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra por cinco minutos, prorrogáveis dentro do necessário.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Senador Cristovam Buarque falou da pirataria de projetos por parte do Executivo, o que incomoda Deputados e Senadores e tem sido uma rotina. O Senador Mário Couto falou do desencanto que campeia no Congresso Nacional em razão da instituição excessiva de medidas provisórias. E eu trago um fato concreto, para ilustrar a afirmação dos dois que me antecederam nesta tribuna, Sr. Presidente.

Ontem, a Câmara dos Deputados aprovou uma medida provisória considerada relevante e urgente. É tão relevante e urgente a medida, Sr. Presidente, que, em 2002, exatamente em junho de 2002, apresentei um projeto com o mesmo objetivo. Qual era objetivo? Prorrogar o prazo, para que os trabalhadores rurais pudessem requerer sua aposentadoria por tempo de serviço, ampliando esse prazo por mais 30 anos.

Meu projeto começou a tramitar, em junho de 2002, na Comissão de Assuntos Sociais. Ali aprovado, foi à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, por requerimento. Já que o projeto era terminativo na Comissão de Assuntos Sociais, sua tramitação poderia ter sido esgotada imediatamente, e o projeto poderia ter seguido para a Câmara dos Deputados, mas houve uma solicitação para que fosse ouvida a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Nessa Comissão, ficou por longo tempo, uma vez que o Senador Aloizio



Mercadante, então Líder do Governo, pediu vista do projeto, e este nunca mais voltou.

Fizemos alguns protestos no decorrer dessa tramitação. Trouxemos, por exemplo, a palavra dos Prefeitos do Paraná, que consideravam esse projeto da maior importância para fazer justiça social no campo. Protestei relativamente à manobra do Governo, já que este, em vez de aprovar o nosso projeto, apresentava outro no mesmo sentido, encaminhando-o à Câmara dos Deputados. A única diferença era que o projeto do Governo instituía um prazo menor para que os trabalhadores rurais pudessem requerer sua aposentadoria.

Sinceramente, Sr. Presidente, não sei o que ocorreu com esse projeto. Uma medida provisória foi encaminhada posteriormente. Mas, antes de falar da medida provisória, refiro-me ao arquivamento do meu projeto. Foi arquivado regimentalmente, porque se esgotou o período legislativo. Ao final de 2006, encerrado o período legislativo, ele foi para o Arquivo. Logo no início de 2007, Senador Mário Couto, eu o reapresentei.

Esse projeto foi uma sugestão de uma advogada que milita no interior do Paraná, na cidade de Ivaiporã, Dr<sup>a</sup> Mônica Bichara, que vivencia o problema dos trabalhadores rurais, que encontram terríveis dificuldades para comprovar os anos de serviços trabalhados na agricultura. O projeto ampliava esse prazo, para que eles requeressem a aposentadoria e não perdessem a oportunidade de aposentar.

Pois bem, o projeto começou a tramitar no início de 2007, percorreu a Comissão de Assuntos Sociais e foi sobrestado em razão da reforma da previdência. Alegou-se que o Senado estava discutindo a reforma da previdência, que este era um assunto de previdência e que, portanto, competia discuti-lo no bojo do projeto de reforma da previdência. Isso não aconteceu. A reforma da previdência foi aprovada, e, é claro, o sobrestamento se esgotou, e o projeto voltou a tramitar. Não vou ler toda a sua tramitação, que é longa. Por solicitação do Senador Delcídio Amaral, houve audiência na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania novamente, e o Governo, espertamente, apresentou a medida provisória. Essa medida provisória foi prorrogada ao final do ano passado, já que seu prazo se esgotava. Coincidentemente, eu estava no exercício da Presidência do Senado, quando a Dr<sup>a</sup> Cláudia Lira me solicitou – eu estava em Curitiba – que assinasse a prorrogação da medida provisória, o que fiz, para não prejudicar os trabalhadores rurais.

O Governo simplesmente copiou um projeto de origem no Senado Federal, que poderia ter sido aprovado já em 2002, e estamos em 2008. Aliás, a medida provisória prorrogada foi aquela rejeitada naquela fatídica madrugada, quando se discutiu e se aprovou

a TV pública no Senado Federal. O Governo passou a jogar com duas medidas provisórias.

A medida provisória aprovada ontem na Câmara dos Deputados estende até 31 de dezembro de 2010 o prazo para que o trabalhador rural possa requerer sua aposentadoria. Pelo meu projeto, esse prazo chegaria a 2021. Portanto, nosso projeto, inclusive, beneficiaria de forma ampliada o trabalhador brasileiro.

Nunca reclamei da pirataria, mas, ao contrário, Senador Romeu Tuma, eu ficava feliz, quando via um projeto de minha autoria roubado pelo Governo, porque tinha a certeza de que ele seria aprovado. Sendo de minha autoria, nem sempre seria aprovado. E, se fosse aprovado, levaria muito tempo para sua aprovação. Então, ao contrário de protestar contra a pirataria do Executivo, Senador Mário Couto, eu chegava a comemorá-la. Mas, nesse caso, eu comemoraria a pirataria, se não fosse o deboche da publicação de medida provisória quando não há necessidade alguma de utilizá-la. É um projeto que tramita desde 2002, e o Governo não teve a sensibilidade política de aproveitá-lo e de aprová-lo, em nome até do respeito ao Poder Legislativo. Agora, apresenta uma medida provisória?

E vejam que o Governo apresenta a medida provisória, suspende a medida provisória, rejeita a medida provisória, apresenta outra medida provisória sobre o mesmo assunto. Ou seja, é uma desorganização burocrática; acima de tudo, é um deboche em relação a esta instituição que integramos e uma agressão constante à Constituição do País. Essa medida provisória que beneficia os trabalhadores e que, certamente, terá nossa aprovação aqui, Senador Cristovam Buarque, porque não temos outra coisa a fazer quando se trata de benefício ao trabalhador rural, é uma afronta à Constituição do País, é desnecessária. O Governo poderia aproveitar o projeto de lei com origem no Senado Federal, aprová-lo e alcançar o objetivo de atender os trabalhadores rurais do País.

Portanto, não me refiro à pirataria. Que o Governo roube todos os meus projetos! Não vejo problema nisso. Pode continuar assaltando a produção legislativa do Congresso Nacional, desde que ela seja transformada em benefício à população brasileira. Porém, vamos respeitar a Constituição e não vamos editar medida provisória em matéria em que não há qualquer necessidade de fazê-lo.

Peço permissão a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, para ouvir o Senador Cristovam Buarque.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP) – Só pediria que fosse breve, por favor.

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT – DF) – Serei breve. Senador, eu não imaginava de V. Ex<sup>a</sup> algo diferente: se vem para o bem do povo, que venha sob qual-



quer forma. Mas as medidas provisórias, da maneira e na quantidade que estão sendo apresentadas hoje, estão vindo, mesmo a favor do povo, contra a democracia. E é aí que vem o risco. Se é bom para o povo sem o Congresso, o povo começa a perguntar: “Para que o Congresso?”. Pode-se dizer: “Deixe o Chefe de Estado e de Governo legislar por decreto lei, como faziam os monarcas antigamente, autoritários e autocratas, que, sozinhos, mandavam quando não havia Legislativo”. Hoje, para mim, o mais grave – estou de acordo com V. Ex<sup>a</sup> – não é a pirataria do projeto, não é o fato de o piso salarial que teve origem aqui passar a ser de origem do Poder Executivo, o mais grave é a desmoralização do Congresso, que passa como um Poder inócuo, ineficiente, sem necessidade de existir. O excesso de medidas provisórias passa para a realidade política brasileira a idéia de que o Congresso é desnecessário. Isso é um risco muito grande.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – V. Ex<sup>a</sup> tem razão e faz uma abordagem inteligente e didática sobre a matéria. Aliás, o roubo que se processou relativamente a dois projetos do Senador Osmar Dias também se deu por meio de medida provisória. Isso é que é lastimável! Se o Governo apresenta projeto de lei sobre o mesmo assunto e se esse projeto pode tramitar, sendo apensado a outro que se encontra no Congresso, até defendendo a legitimidade da iniciativa, mas, por meio de medida provisória – que me perdoem os defensores do Governo! –, é insustentável admitir esse procedimento do Governo, até porque o fato de existir projeto semelhante tramitando no Congresso Nacional desmente a necessidade da relevância e da urgência apontada pelo Governo para instituir medida provisória.

Quero ouvir apenas o Senador Paulo Paim, porque eu não poderia deixar de ouvi-lo, Sr. Presidente.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Quero falar só uma frase, Senador Alvaro Dias. Às vezes, sou até cansativo em dizer que estou há mais de 22 anos entre Câmara e Senado e que percebo que esse procedimento vem acontecendo há muito tempo, no passado e no presente. Para mim, a alternativa nesse caso seria a seguinte – com isso, resolveríamos o problema: um projeto de lei semelhante ou idêntico a outro já em tramitação na Casa seria apensado ao que já estivesse em tramitação, e prevaleceria o projeto mais antigo. Essa é a única forma de se resolver a questão. Creio que aí, com certeza, poderíamos diminuir o número de medidas provisórias.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – É claro! E, regimentalmente, esse é o procedimento. O projeto que tem precedência é o que lidera o processo de tramitação com outro apensado a ele. Se houver um substitutivo, é claro que se aproveitará o que houver de bom em cada um dos projetos apresentados.

É lastimável que isso venha a ocorrer. Teremos de aprovar isso rapidamente, até em função dos prazos, porque, em 25 de julho de 2008, esgota-se o prazo para se requerer aposentadoria para o trabalhador rural.

O Governo teve duas oportunidades para fazer isso – não uma só – em seis anos de tramitação de dois projetos semelhantes: um deles foi apresentado em 2002 e reapresentado 2007. O Governo desperdiçou as duas oportunidades, para agredir a Constituição. A impressão que fica é a de que o Governo tem prazer em afrontar a Constituição do País, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP) – Muito obrigado, Senador.

Com a palavra, o Senador Pedro Simon.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de dez minutos para o seu pronunciamento.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, as manchetes dos jornais de hoje chamam a atenção para o fato de que Sua Excelência o Presidente da República disse que é absolutamente impossível o Governo governar sem medidas provisórias. Outra manchete, interpellando a palavra do Presidente, diz que o Presidente é o mesmo, mas as circunstâncias são diferentes.

Lembro a luta dramática que se tem travado neste País em torno dessa matéria. Tudo começou com a ditadura militar. O regime militar criou o decreto-lei. A origem de toda essa crise veio dali, do decreto-lei. O que era o decreto-lei? O Governo publicava a matéria e a mandava para esta Casa, que tinha 30 dias para dizer “sim” ou “não”. Se não dissesse “não” – não precisava dizer “sim” –, a matéria era considerada aprovada.

Foi com esse procedimento que nasceu o vazio do Congresso Nacional. A Arena, na hora da votação dos decretos-leis, mandava a bancada ir embora, porque, indo embora, não havendo presença, a matéria não era aprovada. Aí, nas quintas-feiras – às vezes nas quartas –, os Deputados e Senadores começaram a ir para suas bases, porque a orientação do governo, a orientação das lideranças era: “Vão embora, não acusem presença!”. E isso aconteceu.

Na Constituinte, claro, caiu o decreto-lei. Apareceu a medida provisória. Não sei de quem nasceu a idéia, mas ela nasceu da repetição do que acontece na França, na Itália, na Alemanha, na Espanha, países parlamentaristas. E, no parlamentarismo – já o tenho dito várias vezes –, existe a medida provisória. Mas não se ouve falar, no parlamento daqueles países, em montanha de medidas provisórias e de que elas tenham criado crise com o governo. É que, lá, nos países parlamentaristas que adotam a medida provisória – e isso é da essência do parlamentarismo –, o primeiro-ministro manda uma

medida provisória para o congresso; se cai a medida provisória, cai o governo, cai o gabinete. Então, é muito raro – muito, muito, muito raro – apresentar-se uma medida provisória. Ela só é enviada quando é urgente, urgentíssima, e é aprovada com rapidez absoluta, e por unanimidade praticamente.

Agora, no Brasil, não. No Brasil, votou-se a medida provisória e não se explicou nada, porque se deixou para explicar como ela funcionaria no regime parlamentarista, que estava sendo adotado. E a Comissão de Sistematização – V. Ex<sup>as</sup> se lembram de que, na Constituinte, criou-se uma comissão de 45, que era praticamente o coração da Assembléia Nacional Constituinte; ali, decidia-se tudo, depois a matéria ia a plenário, para ser votada e homologada – criou o parlamentarismo; e para o plenário foi decidido o parlamentarismo.

Essa Comissão de Sistematização exagerou e, lá pelas tantas, começou a tomar algumas atitudes muito difíceis, que dividiam a opinião pública do Congresso Nacional. E, como o lado mais progressista, o lado mais avançado – e o Mário Covas era o Relator da matéria – tinha mais força na Comissão de Sistematização, criaram o chamado Centrão. Roberto Cardoso Alves e outros criaram, no plenário, o chamado Centrão. E se, no início, as medidas da Comissão de Sistematização eram praticamente aprovadas no plenário, o Centrão inverteu os papéis: em vez de o plenário ter de rejeitar as decisões da Comissão de Sistematização para não serem aprovadas, decidiu-se que as decisões da Comissão de Centralização teriam de ser aprovadas por metade mais um do plenário. Isso mudou tudo. Mudou! Foi a partir daí que não se acertou mais; e foi a partir daí que, hoje, na nossa Constituição, há mais de 50 itens. Cada vez que se chegava a um buraco negro, o Dr. Ulysses, Presidente, tinha uma saída: “Acrescente-se um parágrafo: ‘Esta medida entrará em vigor na forma de lei complementar’”.

É por isso que nossa Constituição está cheia de leis complementares a serem criadas, e que até hoje não foram criadas. Por isso, nossa Constituição é uma grande confusão.

Foi esse Centrão que derrubou o parlamentarismo no plenário. E ninguém se lembrou disso, ninguém tomou conhecimento. O impacto foi tão grande da queda do parlamentarismo que ninguém se lembrou das medidas provisórias.

Eu era Governador do Rio Grande do Sul. Infelizmente, sou parlamentar há 50 anos, mas quis Deus que, no momento em que ocorreu a Constituinte, eu fosse Governador, e não parlamentar. Nem aqui nem no Rio Grande do Sul. Na época da Constituinte estadual, eu era Governador, e não parlamentar, mas eu vinha às reuniões que o Dr. Ulysses, Presidente da Câmara, fazia na residência do Presidente da Câma-

ra, para debater, para discutir. E chamei a atenção de todos sobre o assunto. Cai a medida provisória. “Não, mas o Centrão não vai deixar cair a medida provisória, porque o Sarney gostou muito, os caras estão gostando muito.” “Mas V. Ex<sup>a</sup>, Presidente Ulysses, na revisão da Constituição, tem condições de revogar.” Na Redação Final, a comissão responsável tinha o poder de dizer: “Caiu o parlamentarismo, cai a medida provisória, que era da essência do parlamentarismo”.

Não aconteceu isso.

Está lá o Senador Suplicy, estou eu aqui. Como a gente lutou, Senador Suplicy, contra a medida provisória ao longo do tempo! Foi uma luta tenaz. Mas a medida provisória é uma coisa muito gostosa. Olha, eu era Governador do Rio Grande do Sul e dizia: “Mas é bom mesmo a medida provisória!”.

Com a medida provisória, o Presidente da República não pensa, não reflete. Ele reúne a gente dele e, depois, assistindo ao Jornal Nacional, ouve isso, ouve aquilo, pára: “É uma boa medida, hein?”. É uma boa medida. Ele telefona: “Pára a gráfica oficial.”. Pára a gráfica oficial. O Deputado bate, à máquina, uma medida provisória, vai correndo, sai no **Diário Oficial** e, no dia seguinte, é lei. Sabem lá o que é isso? No dia seguinte, é lei!

É claro que o Lula, hoje, como o Fernando Henrique, ontem, acha que o Congresso é um empecilho, o Congresso impede, o Congresso é um obstáculo. A democracia é algo que impede o bom exercício do poder. É isso que está acontecendo.

Se você pegar os jornais de hoje, meu amigo Senador Cristovam, e ler os pronunciamentos do Presidente Lula, verá que ele está dizendo isto: “O Congresso é um atrapalho, a democracia é um estorvo. Hoje, o regime, pela rapidez com que as coisas acontecem, é o da medida provisória”.

Repito: à noite, sentam-se, ouvindo o Jornal Nacional, o Lula, o Ministro da Fazenda e sei lá eu quem. Ouvem uma notícia e dizem: “Olha, eu acho que devemos fazer isso”. “Que boa idéia! Nós devemos fazer isso.” A primeira coisa que fazem é parar o *Diário Oficial*. Volta e meia, o *Diário Oficial* sai uma hora ou duas horas mais tarde, porque parou para esperar uma medida provisória. É isso o que estamos vivendo.

Então, temos de perguntar, com a rapidez, que realmente é real... Com o telefone celular, você anda pelo mundo inteiro e, em qualquer lugar do mundo, você fala neste momento. Hoje, vivemos uma hora em que, praticamente, no mundo, a gente está vendo um ao outro. Mas será que, então, a democracia é um atrapalho? Será que os três Poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário – são um atrapalho? Será que o Presidente da República tem, realmente, esse poder, e a rapidez

em fazer é a melhor saída? Ou será que tínhamos de sentar em torno de uma mesa e reconhecer?

Senador Cristovam, já lhe darei o aparte.

Houve uma época – e vamos fazer justiça –, quando a ditadura veio com os decretos-leis, o que acontecia no Congresso Nacional? De 1945 até 1964, o que acontecia no Congresso Nacional? Acontecia, no Congresso Nacional, que os projetos entravam e ficavam na gaveta. As leis ficavam na gaveta, como, por exemplo, a chamada reforma de base. Falava-se muito, quando veio a ditadura militar, que o João Goulart queria as reformas de base: reforma agrária, reforma da remessa de lucro para o estrangeiro, etc e tal. Essas reformas ficavam na gaveta do Presidente da Câmara, ou de um presidente de Comissão, ou de um relator e nunca eram votadas. E não tinha nada que conseguisse evitar que, por um ano, dois anos, três anos, quatro anos, cinco anos, dez anos, não se votasse. Então, era um absurdo. Estava errado? Estava errado. Nós não corrigimos? Nós não corrigimos. Não alteramos? Nós não alteramos. Aí, veio a ditadura, e veio com o decreto-lei.

O que eu achei um absurdo é que a Constituinte, com todo o respeito, meu amigo Jobim, meu querido, saudoso Mário Covas, com todo o respeito, a Assembleia Nacional Constituinte não olhou para esse lado. Achou que era tão certo que vinha o parlamentarismo que, com a medida provisória no parlamentarismo resolvia-se o assunto. Medida provisória apresenta. Vai apresentar uma atrás da outra? Não, é como na Europa: apresenta uma e olha lá, porque, se cair, cai o governo. Mas caiu o parlamentarismo e nós estamos nessa situação.

O que me dói é que, durante oito anos, o Fernando Henrique usou e abusou das medidas provisórias, como o Sarney usou e abusou, como Itamar usou e abusou, como o Collor usou e abusou, como eu, se estivesse lá, provavelmente, usaria e abusaria.

Cá entre nós, cá entre nós, quem é o Presidente que está sentado ali, na sala da Presidência, com a televisão ao lado, com o seu chefe da Casa Civil, com o seu secretário, o seu fulano de tal e bola uma medida provisória: “Mas isso é fantástico! É uma maravilha! Amanhã está em vigor”. Mandar para o Congresso Nacional, tornar-se lei. Depois, vai ter que fazer para fulano e beltrano, vai ter que dar um cargo para fulano, vai ter que resolver o problema da emenda do beltrano para que isso possa ser aprovado? É claro que está errado, mas nós não encontramos uma solução até agora, eu não entendo.

Pois não, Senador.

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT – DF) – Senador Pedro Simon, parece até que eu estou escutando o senhor nos velhos tempos de luta, em defesa da democracia.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – É verdade.

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT – DF) – E, de fato, a gente está precisando daquele Pedro Simon e de outros de nós cumprindo esse papel. A maneira, Senador Tuma, como as medidas provisórias estão sendo usadas está desmoralizando o Congresso, que, por nossas próprias ações, já não estava com muito prestígio. Juntam-se a maneira como a gente se comporta com a maneira como o Executivo nos trata e como o Poder Judiciário nos trata e estão, hoje, criadas as condições, no Brasil, para fazer do Congresso um Poder inócuo, sem nenhum poder, nenhuma função. Daí à ditadura é um passo, sem precisar fechar, sem precisar prender, sem precisar exilar, simplesmente pelo descrédito, pela desmoralização. O pior de tudo isso é que eu falei sobre isso, o Senador Alvaro falou, o Senador Mário Couto falou, o senhor falou, e os discursos da gente, sinceramente, não vão adiantar muito, não. Não vão. É a prova, aliás, do que a gente está dizendo. A maior prova de que o que a gente está dizendo é verdade é que o que a gente está dizendo não vai ser levado em conta, não vai trazer nenhuma mudança de rumo ao Brasil. Por isso, a gente precisa de, um dia, sentar e encontrar algum gesto, alguma maneira de agir, de fazer. A oposição, no caso da TV pública, fez um gesto. Retirou-se e disse: “Vocês aprovelem sozinhos”. Quem sabe a gente não vai ter de fazer isso um dia, como um gesto de protesto, não indo para casa, mas ficando aqui, brigando, como numa trincheira. Ou a gente faz isso, ou estaremos prestando um desserviço, inclusive ao Presidente da República, que tem, sim, na sua vida, uma trajetória de luta pela democracia, mas que, hoje, está agindo ao contrário do que sempre defendeu, que era a democracia, agindo no sentido do autoritarismo.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Eu acho muito importante o aparte de V. Ex<sup>a</sup>. Muito importante. Veja V. Ex<sup>a</sup> que nós estamos vivendo uma situação muito significativa.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Eu quero fazer justiça ao Presidente da Câmara dos Deputados. A imprensa está publicando que o Presidente da Câmara dos Deputados, a começar pelo Líder do Governo na Câmara dos Deputados, tem discutido com o Governo para encontrar uma solução. A imprensa, inclusive, está noticiando isso hoje, que eles têm discutido com o Governo para buscar uma solução. E o Líder do Governo na Câmara dos Deputados, aliás, um gaúcho do mais alto gabarito, tem dito que acha que a situação é institucional, acha errado que a liderança não deixe votar porque cria uma crise, reconhece que as medidas provisórias



também criam uma crise e que deveríamos sentar a uma mesa para discutir. Então, eles estão tentando.

Alguém falou – o Presidente da Câmara – em, talvez, limitar-se o número de medidas provisórias. O Lula não concordou. O Presidente da República não concordou:...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – ...“Não, limitar, não”. Outro falou que talvez determinássemos o conteúdo das medidas provisórias.

Vou falar com toda sinceridade: eu não poderia, jamais, ser Presidente do Senado. Se sou Presidente do Senado, eu devolvo a medida provisória que criou a TV Brasil. Como vai-se criar uma televisão por medida provisória? Ela é urgente? É questão de racionalidade.

Uma das coisas, meu amigo Cristovam, que os Presidentes da Câmara e do Senado poderiam fazer é exatamente esta: devolver as medidas provisórias que não são medidas provisórias. O Governo está legislando por medida provisória. Esta era uma da seleção: vamos abrir, vamos colocar na Constituição o que é medida provisória. Daqui para adiante, fica decidido que o Presidente da Casa devolve o que não é medida provisória.

Uma das coisas que acho que poderia ser feita é haver uma comissão só para medida provisória, e não, para cada medida provisória, uma comissão.

Isso é anarquia! Uma comissão mista para as medidas provisórias que já tomasse a decisão clara: não é medida provisória? Não é. Não tem a essência do conteúdo? Não tem. Não tem a rapidez, a urgência necessária? Não tem. Devolve; não é medida provisória. Já seria uma saída; já seria uma saída. Mas alguma coisa deve ser feita, precisa ser feita.

Para o outro tema, Sr. Presidente, eu me reservei para outro discurso. Não tive sorte por V. Ex<sup>a</sup> estar na Presidência, pois tenho de ser mais rápido. Se estivesse o Mão Santa, eu jáalaria mais tempo. Agora eu vou encurtar o meu discurso.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP) – Desculpe, mas eu...

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Com o maior respeito. Eu estava dizendo: são questões. É que eu vim aqui achando que era o Mão Santa e vi V. Ex<sup>a</sup>; então, vou cortar a metade do pronunciamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP) – Ficaria amargurado se V. Ex<sup>a</sup> fizesse isso.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Muito obrigado. É o que está acontecendo na CPI. Nós estamos vivendo uma situação da maior importância na CPI, Sr. Presidente. E V. Ex<sup>a</sup> sabe melhor do que eu. Nós estamos em véspera de ver implodir, desaparecer com a CPI. Morreu; não tem mais nada. É o que está acontecendo.

Quem assiste à CPI e quem vê, sabe que eu tenho me negado a ir lá. Eu estou já com o meu partido...

Estou preocupado com o Senador Marco Maciel, porque, na Comissão de Justiça, hoje, S. Ex<sup>a</sup> me nomeou para duas comissões: a primeira comissão para receber o Presidente do Supremo Tribunal, que vi que já estava à Mesa, e eu fui lá com ele; a segunda, para fazer a apuração. Eu tenho medo de que o Líder do MDB termine censurando S. Ex<sup>a</sup>: como é que ele está indicando o Pedro Simon para a comissão? Ele me vetou. Eu não posso ir a comissão nenhuma.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP) – Antecipamos o nosso protesto.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Muito obrigado.

Mas nós estávamos discutindo que a CPI está em véspera de implodir. Eu a assisto na televisão. Como o meu partido não me indica, não tenho ido lá. Cá entre nós, é um martírio. Para que vou sofrer, roer as unhas, se não posso fazer nada? Então, assisto-a pela TV; estou assistindo a tudo pela televisão.

Senador Alvaro Dias, eu tenho visto a sua briga, pela televisão. Agora, está em véspera de terminar! Olha, estou aqui há 25 anos, Sr. Presidente. Aqui, reparem a diferença, por amor de Deus, reparem a diferença! Lá atrás, claro que era MDB, ou Arena; PTB ou PSD. Cada um tinha o seu partido. Claro que era fanático a favor do Sarney ou contra o Sarney; a favor do Collor ou contra o Collor; a favor do Itamar ou contra o Itamar; a favor do Fernando Henrique ou contra o Fernando Henrique; a favor do Lula ou contra o Lula. Claro que existia isso! Mas na CPI havia um espírito de... De certa forma, a gente entendia que se mantinha a situação de amizade, de partido, o membro da CPI era uma espécie de juiz, estava imbuído de um espírito de juiz, estava ali para julgar. Então, ele era imparcial. A CPI do **impeachment** começou com meia dúzia a favor e cinquenta contra; terminou com cinquenta contra e três a favor. Várias vezes isso aconteceu. Por quê? Porque na hora da votação, o cidadão votava o que era para votar. Votava de acordo com a consciência.

Lembram daquela moça que chegou a ser diretora do Banco Central? Mas aquela moça, Senador Suplicy, que era a diretora e foi responsável pelo que aconteceu lá no Banco Central, no caso do Cacciola, nós a condenamos, na Comissão de Ética, por unanimidade! Todo mundo achou que ela estava errada. Isso acontecia. Mas o que é que está acontecendo agora? Esses são contra, esses são a favor. Não pode! Não pode! Então, esses aqui: não se pode falar no passado, só no presente. Aqueles ali: não se pode falar no presente, só no passado. Mas aonde é que nós vamos chegar? Aonde é que nós vamos chegar?



Eu estou com pena da Presidente da Comissão dos Cartões: uma mulher excepcional, de grande gabarito, mas ela está tonta. Eu acho que ela vai para casa mesmo. Eu estou com pena do Presidente da Comissão das ONGs; eu acho que ele vai para casa. Negam a ele o que é absolutamente óbvio e não se faz nada! O tempo está passando, e nós estamos caindo no ridículo.

Vamos terminar com a comissão parlamentar de inquérito. É uma coisa muito injusta, Sr. Presidente. Eu passei a minha vida ouvindo na televisão: “Ah, as comissões de inquérito terminam em *pizza*!” Não é verdade! As comissões de inquérito terminam em *pizza* para o cidadão que, quando vê o debate na televisão, na TV Senado, discussão, aquelas brigas radicais, pensa que todo mundo vai para a cadeia. Só que ele não sabe que uma comissão de inquérito – da Câmara ou do Senado, ou mista – não pode botar ninguém na cadeia. Denuncia e manda para o Procurador. E o procurador do Fernando Henrique, durante oito anos, só botava na gaveta. Arquivava tudo. Agora não. Agora estão defendendo.

O Parlamento não pode botar ninguém um dia sequer na cadeia. Pode cassar o mandato de Presidente; cassou. Pode cassar o mandato de Senadores; cassou. Pode cassar o mandato de Deputados; cassou. Agora, o resto, manda para a Justiça, e a Justiça decide.

O Conselho de Ética era um valor importante que a gente tinha na mão. Nós estamos perdendo. Nós estamos matando o Conselho de Ética. Este Congresso está matando o Conselho de Ética! Os Líderes mandando em gente. Até alguns anos atrás... Não é o meu caso porque, com 78 anos, acho que não devo mais ir, pois já passei da idade. Mas tem muita gente que poderia ir. Hoje, manda ou para calar a boca... Vi no jornal o seguinte: “Nós vamos botar na Comissão de Ética quem não é candidato a prefeito”. Porque não precisa dar bola para a imprensa nem para as críticas da imprensa; é só para jogar de um lado e só para jogar de outro lado. Acho que pensar em quem botar... Não vejo botar os que têm mais tradição, os que mais debatem, os que mais lutam. É uma situação dolorosa. E as comissões de ética nós estamos assistindo ao seu enterro. E o Congresso vai perder, talvez, a maior força que tem, que é a fiscalização real e concreta.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Permite um aparte?

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Pois não, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP) – Senador Eduardo Suplicy, pediria urgência no aparte, porque V. Ex<sup>a</sup> será o próximo orador.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Está bem. Quero transmitir a V. Ex<sup>a</sup> que o considero como uma voz, no presente momento, que pode colaborar

tanto junto ao Governo do Presidente Lula, às Lideranças, como Senador Romero Jucá, Senadora Ideli Salvatti e todos os que compõem a Base do Governo, como também junto às Lideranças da Oposição para que o nosso Senado venha a funcionar com maior grau de civilidade e racionalidade. Outro dia, V. Ex<sup>a</sup> fez aqui uma análise daquela noite tão difícil a cujos trabalhos V. Ex<sup>a</sup> assistiu pela televisão, preferindo não estar aqui, em protesto à medida provisória que criou a TV Pública. V. Ex<sup>a</sup>, então, assistiu a cenas, em determinado momento, como aquela em que mais de dez Senadores pediam a palavra ao Senador Garibaldi Alves, protestando simultaneamente; algo a que poucas vezes eu assisti. Estava muito difícil. Parece-me que tem faltado maior civilidade e racionalidade também à Oposição. Mas ouvi a voz de V. Ex<sup>a</sup> dizendo ao próprio Presidente Lula que seria bom realizar um esforço para que menos medida provisórias sejam editadas. V. Ex<sup>a</sup> ouviu hoje o Ministro Gilmar Mendes dando o testemunho de que, em certas situações, ela é inevitável, urgente e necessária. Mas há outras ocasiões em que é bom o Poder Executivo ser comedido e chegar a um entendimento, inclusive com a Oposição, dizendo: “Olha, vamos mandar mais projetos de lei, mas também vamos solicitar de vocês o empenho na urgência de exame dessa matéria”. A voz de V. Ex<sup>a</sup> precisa ser ouvida para que ambos os lados, todos, nos portemos melhor e possamos levar o Senado a produzir adequadamente.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Agradeço a gentileza de V. Ex<sup>a</sup>.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo exatamente isto: PT e PSDB tinham condições de se sentar à mesa; tinham condições de se sentar à mesa; tinham condições de chamar o Lula e alguém do Fernando Henrique e lembrar os oito anos do Fernando Henrique e os seis do Lula, e, assim, chegar a um média de pensamento, até porque ninguém sabe qual vai ser o Governo daqui a três anos. Se o fizéssemos, isso seria bom para a democracia e para este Congresso. Se ficarmos nessa briga... Nós estamos chegando hoje a um limite. O Presidente da Câmara vai falar com o Presidente da República, para tentar encontrar uma solução. Estamos na expectativa de encontrar uma solução. Parece que a resposta vai ser esta: vai ficar tudo como querem, tudo como estava. Se ficar tudo como estava, não sei como terminará.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP) – Cumprimento V. Ex<sup>a</sup> pelo discurso.

Espero ter correspondido à expectativa de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Com a palavra, o Senador Eduardo Suplicy, como orador inscrito.

Pois não, Senador Osmar Dias, V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra pela ordem.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR. Pela ordem.)

– Logo após, se possível, gostaria de falar pela Liderança do PDT.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP)

– V. Ex<sup>a</sup> já está inscrito, Senador.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, prezados Srs. Senadores, exatamente há cinco anos, de 19 para 20 de março, iniciava-se a operação bélica pela qual as forças armadas dos Estados Unidos ocuparam o Iraque, para derrubar o Presidente Saddam Hussein, que, segundo todas as análises, estava sendo um ditador em seu país.

Sr. Presidente, será que essa guerra valeu? Será que não seria muito melhor ter agido como em setembro de 2002? Será que não teria sido melhor um caminho como o propugnado por Léon Tolstói, por Mahatma Gandhi, por Martin Luther King Jr., pelo Papa João Paulo II, por Platão e por todos que disseram frases tais como: “A guerra é sempre uma derrota da humanidade.” (Papa João Paulo II); “Só os mortos conhecem o fim da guerra.” (Platão); “Uma nação que gasta mais dinheiro em armamento militar do que em programas sociais se acerca à morte espiritual.” (Martin Luther King Jr.); “A guerra é uma invenção da mente humana, e a mente humana também pode inventar a paz.” (Winston Churchill).

Sr. Presidente, o prêmio Nobel de economia Joseph Stiglitz escreveu, em 17 de janeiro, que a guerra dos Estados Unidos no Iraque tem sido muito mais custosa do que todas as estimativas até agora publicadas pelo governo norte-americano.

Disse Joseph Stiglitz a respeito desse assunto:

“A guerra do Iraque – e, em menor extensão, a guerra do Afeganistão – custou ao país um alto preço em sangue e riquezas. O valor das perdas em vidas nunca poderá ser contabilizado. Quanto às riquezas, vale a pena recordar que a administração, na sua arrancada para a guerra no Iraque, esteve relutante em fornecer uma estimativa do custo da invasão – e humilhou publicamente um conselheiro da Casa Branca, que sugeriu um valor total de 200 mil milhões de dólares. Ao ser pressionada para especificar um valor, a administração avançou 50 mil milhões de dólares – que corresponde ao o que actualmente se vem gastando em poucos meses. [Esse é um artigo de 15 de novembro de 2007.]

Hoje, os números do governo reconhecem oficialmente que já se gastou *no teatro* acima de meio bilião de dólares. Mas, de facto, o custo global do conflito pode encontrar-se quatro vezes acima deste valor – como indica um estudo eu próprio [Joseph Stiglitz] fiz com Linda Bilmes da Universidade de Harvard – e até o Orçamento do Congresso admite que as despesas totais são provavelmente duas vezes superiores às despesas operacionais. Os números oficiais não incluem, por exemplo, outras despesas relevantes escondidas no orçamento militar, tais como os custos crescentes do recrutamento, com prémios individuais da reincorporação de 100 mil dólares; não incluem os benefícios por incapacidade ou cuidados médicos vitalícios que serão requeridos por dezenas de milhares de veteranos de guerra feridos, 20 por cento dos quais por lesões devastadoras no cérebro ou na coluna vertebral; surpreendentemente, não incluem os gastos de reposição do equipamento usado na guerra; se considerarmos também o impacto económico da carestia do petróleo e os efeitos impulsivos da guerra – por exemplo, as retracções em cadeia dos investimentos por incertezas da guerra e as dificuldades de colocação dos produtos que as empresas americanas enfrentam no estrangeiro, porque os Estados Unidos são hoje vistos como o país mais odiado do mundo, então o custo total da guerra no Iraque ascenderá, mesmo numa estimativa conservadora, a 2 biliões de dólares pelo menos. Ao que deveremos acrescentar: até à data.

Surge como natural a pergunta, *Que poderíamos comprar com este dinheiro se o dedicássemos a outra finalidade?* A ajuda dos Estados Unidos para o conjunto dos países africanos tem rondado os 5 mil milhões por ano, o equivalente a menos de duas semanas de despesas directas na guerra do Iraque. O presidente fez uma grande encenação quanto às dificuldades financeiras da Segurança Social, mas todo o sistema poderia ser reparado durante um século com aquilo que vertemos nas areias do Iraque. Tivesse uma pequena fracção destes 2 biliões sido aplicada em investimentos para a educação e inovação tecnológica, ou na melhoria das infra-estruturas, e o país estaria colocado numa posição económica muito mais favorável para vencer os desafios num futuro próximo, incluindo as ameaças exteriores. Por uma lasca desses dois biliões conseguiríamos

garantir acesso à educação superior a todos os americanos habilitados.

A subida dos preços do petróleo está claramente relacionada com a guerra do Iraque. Nem se trata tanto de constatar se a guerra foi a culpada, antes de verificar em que medida o foi. Até parece incrível lembrarmos hoje do que foi sugerido por funcionários da Casa Branca antes da invasão, de que as receitas do petróleo do Iraque pagariam completamente a guerra – *Não fomos generosamente recompensados pela Guerra do Golfo de 1991?* – e, pior ainda, de que a guerra constituiria o melhor meio de garantir os preços baixos do petróleo. Retrospectivamente, verificamos que os únicos grandes vencedores da guerra foram as empresas petrolíferas, as firmas fornecedoras da Defesa e a *al Qaeda*. Antes da guerra, as estimativas dos analistas do mercado apontavam para uma estabilização dos preços a vigorar num período aproximado de três anos consecutivos na faixa dos 25 a 30 dólares por barril. Os accionistas já esperavam uma subida da procura por parte da China e da Índia, mas previam que esse aumento estava coberto pelo aumento da produção do Médio Oriente. A guerra estragou os cálculos, não tanto por ter esmagado a produção do Iraque – o que efetivamente fez –, mais porque agudizou o sentimento geral de insegurança na região, anulando investimentos futuros.

A obstinada fixação no petróleo, mau grado o preço, ilustra mais um legado desta administração: a sua incapacidade em diversificar as fontes energéticas do país. Deixemos de lado as razões ambientais que aconselham a abandonar os hidrocarbonetos – até porque o presidente nunca se mostrou convictamente adepto. Os argumentos de natureza económica ou de segurança nacional haveriam de ser bem ponderados para as opções tomadas. Ao invés, a administração prosseguiu a sua política de *exaurir primeiro a América*, ou seja, adquirir tanto petróleo ao estrangeiro quanto possível, tão depressa quanto possível, com tanto desprezo pelo ambiente quanto possível, deixando o país numa futura dependência do petróleo importado ainda maior e alimentando a ilusão de que a fusão nuclear ou outro milagre qualquer chegará um dia para nos socorrer. Tantas foram as prendas depositadas no sapatinho das empresas petrolíferas pelo Presidente, no seu programa energético de

2003, que John McCain se referiu a este como *Nenhum lobista será esquecido*.”

Sr. Presidente, ali, no Iraque, a situação, conforme eu próprio tive a oportunidade de verificar em 16 e 17 de janeiro último, quando lá estive, é extremamente difícil. Ainda que o Presidente Bush tenha declarado, ainda ontem, que a guerra teria valido a pena, esta não é certamente a opinião dos iraquianos.

Ángeles Espinosa, enviada especial a Bagdá de *El País*, diz, por exemplo, em seu artigo de hoje:

“A vida de Hazim al M. desmoronou com seu país. Esse iraquiano empreendedor, que há cinco anos via finalmente decolar seu pequeno comércio de sanitários, agora passa as manhãs sentado em um café de Hay al Darag, com o olhar perdido e o chá esfriando sobre a mesa. “Não vou ficar em casa como uma mulher”, justifica. A impossibilidade de ganhar remuneração suficiente para manter sua esposa e seu filho é a última das humilhações em uma sociedade ainda profundamente patriarcal. Pelo menos 60% da população ativa se encontram desempregados. Mesmo com as recentes melhoras na segurança, a destruição do tecido social deixou os iraquianos desamparados. “Inclusive depois da invasão eu consegui alguns contratos para instalar banheiros em clínicas aqui em Bagdá e em Diyala, mas logo depois chegaram as coações”, afirma com amargura. Mas foi o atentado contra a Mesquita de Samarra em 2006 que acabou de enterrar suas esperanças. “A vida parou”, lembra.”

E assim por diante. Peço a transcrição completa desse artigo, que denota as dificuldades tão grandes que ali vivem os iraquianos. Na minha visita, onde, acompanhado do Embaixador Bernardo de Azevedo Brito, pude dialogar com cinco Ministros de Estado, mais de trinta Parlamentares, o Presidente da Alta Corte, sobretudo com ministros que, em decorrência até do bom diálogo havido, resolveram agora – os cinco Ministros de Estado – vir ao Brasil, conforme o Sr. Jalal Chaya, Presidente da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Iraque, me informou ainda hoje, informando ainda que o próprio 1º Ministro do Iraque, em decorrência desse bom relacionamento, também deverá vir proximamente ao Brasil.

Gostaria de informar, prezado Senador Romeu Tuma, que preside esta sessão, que no próximo dia 7 de abril, na Universidade de São Paulo, num dos principais auditórios ali, a convite do Centro de Estudos Árabes, da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Iraque e da própria associação de docentes e estudan-



tes da Universidade de São Paulo, ali apresentarei o relatório pelo qual estive no Iraque, formulando a sugestão de que eles possam criar a instituição ou criar uma renda básica de cidadania, um fundo tal como existe no Alasca, para que todos os trinta milhões de iraquianos, com um maior sentido de solidariedade, de realização de justiça entre eles, possam viver em paz e de maneira muito diferente daquilo que continua a acontecer, com bombas sendo lançadas praticamente todas as semanas, matando pessoas.

Gostaria que pudéssemos sempre seguir o apelo de Madre Teresa de Calcutá: "Por favor, escolham o caminho da paz... Num curto período pode haver ven-

cedores e perdedores nessa guerra que abominamos. Mas jamais poderá nem nunca será justificada a dor e perda de vidas que suas armas causarão." Era o apelo que ela, desde 1991, fazia ao Presidente George Walker Bush e ao Presidente Saddam Hussein, prevenindo para o desastre que acabaria por acontecer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR EDUARDO SUPPLY EM SEU  
PRONUNCIAMENTO**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, § 2º, do Regimento Interno)*

19/03/2008 - 00h06

**Invasão do Iraque - cinco anos: país carece de trabalho, esperança e futuro**

**Ángeles Espinosa  
Do El País  
Enviada especial a Bagdá**

A vida de Hazim al M. desmoronou com seu país. Esse iraquiano empreendedor, que há cinco anos via finalmente decolar seu pequeno comércio de sanitários, agora passa as manhãs sentado em um café de Hay al Darag, com o olhar perdido e o chá esfriando sobre a mesa. "Não vou ficar em casa como uma mulher", justifica. A impossibilidade de ganhar remuneração suficiente para manter sua esposa e seu filho é a última das humilhações em uma sociedade ainda profundamente patriarcal. Pelo menos 60% da população ativa se encontram desempregados. Mesmo com as recentes melhoras na segurança, a destruição do tecido social deixou os iraquianos desamparados.

"Inclusive depois da invasão eu consegui alguns contratos para instalar banheiros em clínicas aqui em Bagdá e em Diyala, mas logo depois chegaram as coações", afirma com amargura. Mas foi o atentado contra a mesquita de Samarra em 2006 que acabou de enterrar suas esperanças. "A vida parou", lembra. "Tive de fechar a loja em Al Kifah por medo de ser seqüestrado. Vários vizinhos me advertiram que o Exército do Mahdi tinha levado outro comerciante e só o libertou depois que sua família pagou US\$ 80 mil. Não fui o único. Três foram para o norte e outro para o Egito."

Hazim é sunita e o Exército do Mahdi que tomou o controle de Al Kifah é uma milícia xiita, mas se nega a aceitar que as diferenças religiosas estejam na base da luta fratricida que sangra o país. "Ninguém está seguro, seja sunita ou xiita. Os que têm armas impõem sua lei, sejam os do Mahdi ou outros", salienta enquanto procura com o olhar a aprovação de Ali, seu amigo xiita que me levou até ele. Ambos serviram juntos na guerra contra o Irã.

Com a loja fechada e sem outras rendas, Hazim foi consumindo suas economias. "Estou sem trabalho, sem futuro e sem esperança", lamenta, aos 45 anos. Acabaram as saídas para jantar na sexta-feira, as excursões ao lago Habaniya e inclusive as reuniões de todos os irmãos com suas famílias na casa de sua mãe. "Qualquer deslocamento é perigoso", explica. "Temo quando meu filho vai para o colégio, minha mulher se preocupa se não volto na hora, passamos o dia nos telefonando uns aos outros para nos certificar de que continuamos vivos."



Nem todos tiveram tanta sorte. Entre 81.639 e 89.110 civis morreram nesses cinco anos por causa da guerra, segundo a organização independente Iraq Body Count ([www.iraqbodycount.org](http://www.iraqbodycount.org)). Outras fontes elevam essa cifra a cerca de 1 milhão, mas trata-se de projeções e não de mortes documentadas. Em todo caso, a gravidade da situação se reflete nos quase 4,5 milhões de iraquianos que se sentiram compelidos a abandonar seus lares por causa da violência -quase um quinto da população anterior à guerra. Cerca de 2 milhões se encontram desalojados dentro do Iraque, os demais estão refugiados nos países vizinhos.

Apesar de uma recente melhora na segurança, ainda não foi implementada uma operação retorno. Cerca de 30 mil famílias de refugiados e 6 mil deslocados internos regressaram no ano passado a seus lares, segundo fontes do governo iraquiano que a ONU não tem condições de confirmar por falta de pessoal em campo. Enquanto isso, uma média de 60 mil iraquianos continuam abandonando o país a cada mês. Os que voltam o fazem para bairros ou áreas que se tornaram homogêneas quanto à composição étnica ou religiosa dos habitantes.

"Desconfiamos de todo mundo, inclusive dos vizinhos com quem convivemos há anos", admite Yasmin, uma cristã cuja melhor amiga morreu assassinada há alguns meses nas mãos de fanáticos muçulmanos. Ela, seu marido e seus dois filhos mudaram várias vezes de casa como medida de precaução. Outros, como Fuad, um farmacêutico xiita de Karrada, decidiram instalar suas famílias na Jordânia ou na Síria, para reduzir o risco e a ansiedade. As farmácias, assim como as padarias, não são afetadas pela situação.

Não é o caso de outros comércios. Na rua Arrasat al Hidie, onde se concentrava a maioria dos restaurantes e lojas de moda de Bagdá, a sensação é de que voltamos aos dias dos bombardeios americanos. Como na época, só o Latakiya continua aberto e não se vê uma alma. Um pouco além, em Karrada Dajel, parece por um instante que a normalidade tivesse voltado. As lojas invadem as calçadas com suas mercadorias. Eletrodomésticos iranianos e chineses competem por compradores tão ávidos de bens quanto escassos de dinheiro. Ao cair da tarde, jovens ociosos enchem os cafés, seu único lugar de descontração. No último dia 6 dois terroristas suicidas acabaram com essa ilusão.

Mas cinco anos depois da derrubada de Saddam Hussein a maior insegurança que sofrem os iraquianos tem a ver com suas necessidades básicas: 43% sobrevivem com menos de US\$ 1 por dia, o limite da pobreza extrema. Seis milhões de pessoas precisam de ajuda humanitária, o dobro de 2004, imediatamente depois da guerra, mas só 60% da população têm acesso às rações que então eram universais. Além disso, diante das pressões do Banco Mundial, o governo iraquiano estuda pôr fim a essas rações e ao subsídio aos combustíveis.

"É bom que tenham tirado Saddam, mas eles queriam nos mergulhar na miséria para que não pudéssemos nos reerguer", interpreta Hazim, o vendedor de sanitários. Na opinião dele, os americanos escolheram o pior do pior para dirigir o Iraque. "Sejam xiitas ou sunitas, não têm nenhum preparo, todos exibem títulos falsos e só se preocupam em encher o bolso", indica, repetindo uma queixa habitual entre a população nas ruas.

Para os iraquianos é incompreensível que as infra-estruturas não tenham melhorado em cinco anos: 70% da população continuam sem água potável e 80% não têm esgoto. Em Bagdá o fornecimento elétrico é tão variável quanto imprevisível, contra as 12 horas diárias -com cortes programados semanalmente- que eram a norma nos tempos de Saddam. Nem sequer a produção de petróleo conseguiu superar os níveis anteriores à invasão (em torno de 2,4 milhões de barris diários), em parte devido aos ataques às instalações que só agora voltam a produzir.

Durante o regime de Saddam, Hazim só sentia falta de liberdade para viajar ao estrangeiro. Hoje nem ele nem a maioria dos iraquianos têm dinheiro para isso, nem as embaixadas presentes em seu país estão dispostas a lhes dar vistos. Perguntado sobre o que deseja do futuro, ele duvida por um momento antes de responder: "Que a felicidade retorne".

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Senador Suplicy, no sábado, eu almocei com o Vice-Presidente da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Iraque e ele confirmou. Meus cumprimentos a V. Ex<sup>a</sup> pela descrição que fez desse quadro.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – O Sr. Nawfal. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP)  
– Gostaria, depois, de ler por inteiro o discurso e a matéria que V. Ex<sup>a</sup> pede para ser publicada.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP)  
– Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP)  
– Senador Osmar Dias, como Líder, pelo art. 14, tem a palavra por cinco minutos.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP)

– Eu gostaria de encaminhar a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Romeu Tuma, o relatório da minha viagem: Uma renda básica para democratizar e pacificar o Iraque.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP)  
– É pessoal ou V. Ex<sup>a</sup> quer que publique?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP)  
– Fica a critério do Presidente desta sessão, Senador Romeu Tuma.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP)  
– Então vai à publicação.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

## **Uma Renda Básica para Democratizar e Pacificar o Iraque**

*Eduardo Matarazzo Suplicy*

Em março de 2007, quando Ibrahim Al-Jaafari, o ex-Primeiro Ministro do Iraque (23/02/05-20/05/2006) visitou o Brasil, tive a oportunidade de conversar com ele em Brasília e em São Paulo. Disse-lhe que em abril de 2003, logo antes do brasileiro Sergio Vieira de Mello ter sido nomeado representante das Nações Unidas no Iraque, lhe escrevi sugerindo que os iraquianos seguissem o exemplo do sistema de Dividendos do Fundo Permanente de Alasca, um exemplo pioneiro e bem sucedido da Renda Básica de Cidadania. Com as grandes reservas de petróleo do país, o Iraque poderia seguir esse caminho. Conte-lhe que Sergio Vieira de Mello, em 30 de abril de 2003, considerara positiva a proposta e que a encaminharia para as autoridades administrativas do Iraque.

Em 23 de junho daquele ano, na Cúpula de Reconciliação de Chefes de Estado de Amã, o Embaixador J. Paul Bremer III, responsável pela administração do Iraque após a queda de Saddam Hussein, disse que os iraquianos poderiam seguir o exemplo do Alasca, de tal forma que todos pudessem participar da riqueza da nação. Em 1º de agosto, Vieira de Mello me ligou de Bagdá, informando que a proposta foi considerada positiva. Infelizmente ele foi vítima, junto com mais 21 pessoas, do ataque ao escritório das Nações Unidas em Bagdá no dia 19 de agosto daquele ano.

Hoje Ibrahim Al-Jaafari é membro da Assembléia Nacional do Iraque e líder do Partido Islâmico Dawa, o principal partido da coalizão Aliança Unida Iraquiana que faz parte da base do governo. Ele é um xiita e anteriormente era um dos dois vice-presidentes do Iraque sob o Governo Interino do Iraque em 2004.

Relatei que o Congresso Nacional Brasileiro aprovou a Lei 10.835 que institui Renda Básica de Cidadania incondicional, sancionada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no dia 8 de janeiro de 2004. A lei estabelece que o programa seja implantado, passo a passo, a critério do Poder Executivo, começando pelos mais carentes, como acontece hoje com o Programa Bolsa Família, até o dia em que todos no Brasil terão aquele direito. Como proponente do projeto, e Co-Presidente da BIEN - Basic Income Earth Network, desde 2004, eu estava pronto a ir ao Iraque explicar ao governo e parlamento iraquianos como este instrumento poderia contribuir para a democratização e a pacificação da Nação. Outros economistas e pensadores políticos como Steve Clemons, Guy Standing, Steven Schafarmam e o ex-governador do Alasca, Jay Hammond, também apresentaram a mesma proposta.

Como resultado, no último mês de abril de 2007, recebi um convite oficial do Presidente da Assembléia Nacional de Iraque para visitar Bagdá. Considerei ir em abril e depois em julho. Mas o Ministro de Relações Exteriores, Celso Amorim e o Secretário Executivo, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães fizeram um apelo para que eu postergasse a viagem, pois era muito arriscado. Se algo acontecesse a mim, o governo

brasileiro teria um sério problema. Mesmo na chamada “Área Verde” de Bagdá, sob o controle das forças de segurança de elite, a situação não era considerada segura. Como a confirmar essa afirmação, no mesmo dia da recomendação deles, o Secretário Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, assustou-se com uma explosão que ocorreu a 50 metros do local onde estava, matando várias pessoas. Concordei então que eu deveria ir quando as condições de segurança melhorassem.

Em outubro de 2007, o Embaixador brasileiro no Iraque, Bernardo de Azevedo Brito, que, por motivos de segurança, trabalha em Amã, Jordânia, disse-me que acabara de voltar de uma viagem de três dias a Bagdá, e que a situação em geral havia melhorado significativamente. Em vista disso, ele estava pronto a me acompanhar em uma visita oficial ao Iraque, durante três dias, em janeiro de 2008. Na ocasião, eu poderia contar com o apoio do governo brasileiro que contrataria os serviços de uma empresa inglesa de segurança durante toda a nossa permanência no Iraque e até o nosso retorno a Amã.

Eu estava convicto de que essa seria uma das mais significativas viagens dos meus 66 anos de vida. É claro que minha família, meus colegas de trabalho e os meus amigos estavam preocupados. Expliquei-lhes que estava convencido de que o Iraque poderia implementar efetivamente a Renda Básica de Cidadania incondicional a todos os seus 30 milhões de habitantes, com o objetivo de pacificar a nação depois de muitos anos de guerra, violência e mortes, e que valeria a pena enfrentar o desafio. Senti-me honrado pelo convite feito pelo Presidente da Assembléia Nacional do Iraque, Mahmoud Dawud al-Mashhadani, - eleito em 22 de abril de 2006 para presidência, com 159 votos contra 97 e 10 abstenções como parte da lista da **Frente de Acordo Sunita** -, para esclarecer lhes de como ao iraquianos têm todas as condições para introduzir este instrumento de política econômica.

Dois conterrâneos estavam no mesmo vôo desde o Brasil: Nawfal Assa Mossa Alssabak, vice-presidente da Câmara de Comércio e Indústria Brasil Iraque – um iraquiano que reside no Brasil desde a década oitenta, com sua mulher e quatro filhos e que serviu de interprete em várias ocasiões; e Sergio Kalili, um jornalista independente que filmou todos os eventos importantes da viagem. De Amã a Bagdá, o Embaixador brasileiro também estava acompanhado por dois membros da equipe da Embaixada brasileira, Safana Sallooum e Valdir Guimarães.

Assim que chegamos ao aeroporto de Bagdá por volta das 10:00 da manhã do dia 16 de Janeiro de 2008, fomos cercados por seis seguranças com armas de fogo semi-automáticas. Atentamente fizeram varreduras em todos os lugares do grande saguão do aeroporto. Vestimos uma jaqueta à prova de balas de 15 kg e capacetes para percorrer o caminho do aeroporto à zona verde de Bagdá. Eu havia prometido ao Ministro de Relações Exteriores do Brasil de que não me aventuraria a sair da área verde. Chegando lá, fomos acomodados num recinto da empresa de segurança. Cada quarto, simples, estava protegido contra potenciais morteiros com pilhas de sacos de areia nas janelas e em cima dos telhados. Depois de deixarmos nossa bagagem, embarcamos direto para uma agenda de encontros.



Um fato me impressionou muito. Um membro da Câmara de Indústria e Comércio Brasil Iraque que nos acompanhava, o Sr. Alssabak, um iraquiano nascido em Bagdá, mas que há muito residia no exterior e que pela primeira vez voltava à sua cidade natal se disse muito desapontado. Ele disse que mesmo tendo viajado e conhecido várias cidades da Europa, Estados Unidos e América Latina considerava Bagdá a cidade mais bonita do mundo, mas que agora ficava muito triste, pois não reconhecia mais as redondezas; em cada rua e avenida, e especialmente na Área Verde, que eu também vi, a mesma cena se repete: muros de concreto com cerca de 3 a 5 metros de altura, algumas vezes cobertos de cercas de arame, impedem a vista da cidade. Na entrada dos prédios, especialmente nos destinados às atividades oficiais, sempre uma grande porta de aço, que se abre diante da presença de guardas de segurança. Entendi isso como um sinal da divisão que hoje marca o Iraque. Tudo isso me trouxe à mente que, nesta sociedade tão separada, os iraquianos estão gastando muito dinheiro para construir muros e aparatos de segurança. Com certeza todo esse aparato não será mais necessário quando o princípio de justiça e de solidariedade se tornar uma realidade nessa nação.

Nosso primeiro encontro foi com o Representante Especial da Secretaria Geral das Nações Unidas para o Iraque, Staffan de Mistura, um ítalo-sueco, sucessor do Sergio Vieira de Mello. Disse-lhe que, antes de deixar São Paulo, conversei com Carolina Larriera, a viúva de Sérgio, que também estava no Hotel Canal trabalhando no escritório das Nações Unidas, quando, em 19 de agosto de 2003, alguns metros de distância, um caminhão explodiu e o matou. Na ocasião, contou-me estar muito emocionada ao saber que alguém iria levar adiante a proposta que Sérgio Vieira de Mello abraçara. Ela me pediu para levar um pouco de terra brasileira para espalhar no Hotel Canal, onde ele morreu. Lamentavelmente, como ele se localiza fora da Área Verde não tive como atendê-la.

De Mistura disse-nos o quanto toda equipe das Nações Unidas admirava os esforços do Sergio a favor da paz. Ele nos levou ao local onde há uma placa em homenagem a sua memória. Deixei lá uma cópia do meu livro: *Renda Básica de Cidadania. A Resposta Dada pelo Vento* (L&PM 2006). A todas autoridades iraquianas que encontrei nessa viagem, dei um exemplar da publicação em inglês da Woodrow Wilson International Center for Scholars (março de 2007) desse livro, bem como sua tradução para o árabe, feita pelo Sr. Walthik Hindo, da Câmara de Comércio e Indústria Brasil Iraque.

O segundo encontro foi com o Presidente da Comissão Consultiva do Primeiro Ministro, Thamir A. Ghadhban, que também foi Ministro do Petróleo. Expliquei-lhe como o Iraque poderia seguir o exemplo do Alasca em condições até melhores do que o Brasil que recentemente aprovou uma Lei para implementar a Renda Básica de Cidadania incondicional. Ele me apresentou até mais razões para fazê-lo e declarou que o Iraque havia ultrapassado a Arábia Saudita e agora é o primeiro país do mundo em termos de reservas conhecidas de petróleo. Ele enfatizou que dos 12 principais locais do mundo com as maiores quantidades de petróleo descobertas, 9 se encontram no Iraque.

O terceiro encontro foi com o Ministro do Planejamento, Ali Ghalib Baban, o homem chave na elaboração de políticas para o futuro, de acordo com o Embaixador Bernardo Brito. Em nossa conversa, de cerca de uma hora, expliquei-lhe a racionalidade de uma renda básica, seus fundamentos e de como os economistas, filósofos e cientistas sociais do mais largo espectro são favoráveis a idéia. contei também como o Alasca decidiu separar 50% dos royalties provenientes da exploração dos recursos naturais para criar um fundo que pertence a todos os seus habitantes. Desde o início dos anos oitenta aqueles recursos têm sido aplicados em títulos dos EUA, ações das empresas do Alasca, das empresas americanas e internacionais e em investimentos imobiliários. O Fundo Permanente do Alasca evoluiu em valor desde então, de US\$ 1 bilhão para cerca de US\$ 40 bilhões atualmente. Cada morador do Alasca, desde que resida por um ano ou mais – hoje são cerca de 700 mil – tem o direito de receber um dividendo igual, que evoluiu de cerca de US\$ 300, no início da década de oitenta, para US\$ 1.654 por ano, per capita em 2007. Este sistema tornou o Alasca o estado mais igualitário dos 50 estados americanos. Em 1976, quando o Alasca tinha 300 mil habitantes, foi realizado um referendo sobre a idéia e 76 mil votaram “sim” e 38 mil votaram “não”. Hoje, com base no que pude observar pessoalmente em 1995 – quando visitei Alasca durante 7 dias – e a partir das observações do Professor Scott Goldsmith, da Universidade do Alasca, em sua palestra na Conferência da Bien em 2002, seria considerado um suicídio político para qualquer líder naquele estado americano propor o fim do Sistema de Dividendos Permanentes do Alasca.

O Ministro Baban mencionou que atualmente eles estão analisando as diversas experiências dos principais países produtores de petróleo. Estão estudando, dentro do governo e do parlamento, qual a melhor utilização dos recursos provenientes do petróleo. Devido à destruição da infra-estrutura, incluindo a de extração do petróleo, eles decidiram usar boa parte dos recursos para primeiro reconstruir o que foi destruído pela guerra. Em todos os encontros enfatizei que nós, brasileiros, iraquianos e a população dos países em desenvolvimento, devemos ficar atentos aos efeitos dos vários tipos de programas de transferências de renda, tais como o EITC (Crédito Fiscal por Remuneração Recebida) nos EUA e FTC – Family Tax Credit (Crédito Familiar Fiscal) no Reino Unido, que existem nos países desenvolvidos e tornam suas economias mais competitivas do que as nossas caso não adotemos procedimento similares ou melhores. Tentei mostrar que o melhor instrumento para esse objetivo é a renda básica incondicional.

O Ministro do Planejamento também mencionou que gostou da experiência de micro-crédito do Professor Muhammad Yunus e do Grameen Bank em Bangladesh e que o governo iraquiano estava expandindo as operações de micro-crédito. contei-lhe da minha interação com o Professor Yunus durante o ano de 2007. Primeiro, na Alemanha, em junho, fomos convidados pelo Professor Götz W. Werner para uma conferência na Universidade de Karlsruhe sobre “Micro Crédito e Renda Básica como instrumentos para erradicar a pobreza absoluta e promover o empreendedorismo”; segundo, em minha visita à Dacca, e terceiro, na visita de Yunus à Florianópolis, no Brasil. Nessas ocasiões, expliquei-lhe a minha profunda crença de como ambos os instrumentos, Micro Crédito e Renda Básica, podem ser harmonizados para atingir os objetivos de promover o desenvolvimento junto com a prática da justiça.

A partir das informações que coletamos, o Embaixador Bernardo de Azevedo Brito disse-me que eu estava visitando o Iraque no tempo apropriado para apresentar a proposta sobre o que fazer com os rendimentos provenientes do petróleo e dos recursos naturais, pois os iraquianos estavam exatamente analisando qual seria a melhor proposta. Aprendemos que nos últimos vinte anos o Iraque havia desenvolvido um Sistema de Distribuição Pública que tem caráter universal. Vários itens básicos, incluindo alimentos e bens domésticos, eram distribuídos “em espécie” pelo Estado através de uma rede de caminhões e lojas em todo o país. Depois de 2003, eles consideraram a distribuição em termos monetários. Mas até hoje o sistema bancário não está suficientemente maduro e desenvolvido para permitir essa alternativa.

Nosso encontro seguinte foi um dos mais importantes e muito especial. O ex-Primeiro Ministro e líder da coalizão principal do Conselho de Representantes do Iraque, Ibrahim Al-Jaafari, nos recebeu para uma conferência e um jantar na sua residência dentro da Área Verde. Eu estava bastante surpreso, porque não tinha idéia do que poderia acontecer. Ele nos recebeu no portão e nos conduziu ao saguão principal onde mais de 40 autoridades esperavam pela conferência. Al-Jaafari me apresentou a cada um dos cinco ministros do atual governo, ao Presidente da Alta Corte de Justiça, a vários ministros do governo anterior, no qual ele era o Primeiro Ministro, incluindo o Ministro da Justiça, e a seu próprio Chefe da Casa Civil, e a cerca de 30 membros, homens e mulheres, do atual Conselho de Representantes.

Por aproximadamente 25 minutos, ele falou em árabe, traduzido para português pelo Sr. Alssabak, sobre a importância de minha visita ao Iraque e da proposta que iria apresentar. Tive a palavra por cerca de 50 minutos, o suficiente para explicar os fundamentos da idéia da renda básica, sua evolução durante a história da humanidade e as vantagens da proposta na promoção do senso de solidariedade entre os xiitas, sunitas, curdos, cristãos, judeus e outros grupos da sociedade.

Enfatizei que a renda básica era consistente com o Alcorão e com os escritos de seus seguidores, e que os ensinamentos dos princípios da justiça e igualdade no Islã são similares àqueles do Cristianismo. No Livro de Hadith, Omar, o segundo dos quatro califas que seguiram o Muhammad, recomendou aos cidadãos detentores de grandes propriedades ou de ganhos que eles deveriam reservar uma parte para aqueles que menos ou nada tem. A raiz da idéia pode ser encontrada na história antiga. Escrevendo no século VI antes de Cristo, Confúcio observou que “a incerteza é pior que a pobreza” e “alguém poderia sair de casa sem ser pela porta?”. De fato, quando estudamos a racionalidade da Renda Básica de Cidadania, concluímos que é uma solução de bom senso, assim como sair de casa pela porta.

Também relembrei a definição de Aristóteles para política: uma ciência para atingir o bem comum. A fim de estabelecer uma vida justa para todos os povos necessitamos de justiça política, que deve ser precedida pela justiça distributiva, tornando iguais os mais desiguais. Karl Marx, em 1875 no seu livro Crítica do Programa de Gotha, apresentou idéias similares quando escreveu sobre a forma de comportamento maduro do homem na sociedade: “de cada um de acordo com a sua

capacidade, a cada um de acordo com a sua necessidade". O mesmo princípio pode ser encontrado na palavra mais citada no Velho Testamento da Bíblia, "Tzedaka" em hebraico, que significa justiça social, ou justiça na sociedade. Uma clara defesa do projeto de renda básica foi feita por São Paulo na Segunda Epístola aos Coríntios, no Novo Testamento. Ele recomendou aos macedônios que seguissem o exemplo de Jesus, que decidiu se juntar aos pobres e viver entre eles. Como está escrito, para haver justiça e igualdade: "O que colheu muito não teve demais, e o que colheu pouco não teve de menos." A renda mínima também foi claramente defendida pelo Budismo, como pudemos ver nas declarações do Dalai Lama em Ética para o Novo Milênio: "Para alguém aceitar o consumo luxuoso dos mais ricos é preciso primeiro assegurar a sobrevivência de toda humanidade."

Falei sobre os principais pensadores na História que desenvolveram a proposta de renda mínima garantida, tais como Thomas More, Juan Luis Vives, Thomas Paine, Bertrand Russell. Mencionei também o mais largo espectro de economistas como Joseph Charlier, Dennis e Mabel Milner, Joan Robinson, John Maynard Keynes, Friedrich Von Hayek, James Edward Meade, George Stigler, Milton Friedman, James Tobin, Robert Theobald, John Kenneth. Destaquei os fundadores da BIEN tais como Philippe Van Parijs, Guy Standing e Claus Offe que podem ser convidados para mostrar aos iraquianos como a Renda Básica é capaz de ajudar a sociedade a prover dignidade e liberdade para todos.

Expliquei como no Brasil o Programa de Renda Mínima Garantida, vinculado às oportunidades educacionais e de saúde – o Programa Bolsa Família – e outras iniciativas governamentais, tais como o programa Bolsa Escola, que o precederam, foram desenvolvidos desde meados dos anos noventa. Hoje 45 milhões de brasileiros, ou um quarto dos 189 milhões de habitantes do país, são beneficiários do Programa Bolsa Família, que foi reconhecido como bastante eficiente no combate contra a pobreza e na promoção da igualdade. Depois anunciei a boa novidade de que o Congresso Nacional do Brasil foi o primeiro do mundo a aprovar uma lei que gradualmente introduzirá uma renda básica incondicional.

Lembrei que os iraquianos gostam de futebol e que eles têm grande admiração pelos jogadores brasileiros. Disse-lhes que recentemente lera na imprensa brasileira uma entrevista do técnico de futebol brasileiro, Jorvan Vieira, da Seleção Nacional de Futebol do Iraque, que foi responsável pelo Campeonato nos Jogos Asiáticos. Jorvan disse que no começo foi difícil para os xiitas passarem a bola para os sunitas, depois para os curdos e assim por diante, mas a partir do momento em que ele conseguiu harmonizar o time, eles foram capazes para se tornarem campeões. Quando estava saindo do Brasil para Iraque, pedi ao Pelé que autografasse duas camisas: uma do Santos Futebol Clube e outra da Seleção Brasileira, com as seguintes mensagens: *Para o Iraque, tudo de melhor, Pelé;* e *Desejo Paz para o Iraque, Pelé*. Dei a primeira camisa para Al-Jaafari, juntamente com um DVD *Pelé Eterno*, que conta a história do Pelé e de seus melhores jogos.



Eles ficaram muito entusiasmados com a proposta e a idéia de que o futebol pode reunir pessoas. As mulheres, que eram membros do Conselho de Representantes, me pediram para apresentar de forma mais completa a Renda Básica de Cidadania à Comissão de Direitos Humanos. Elas gostariam de discutir a proposta do ponto de vista das mulheres. Aceitei e agendamos o encontro para o dia 18 de janeiro. Após minha apresentação, parte em português, traduzido para árabe, parte em inglês, saboreamos um típico jantar árabe para mais de 40 pessoas. Durante a conversa informal, tive a oportunidade de aprender mais sobre o Iraque e de responder perguntas sobre a viabilidade da renda básica.

Depois do jantar, por volta da meia noite, fomos informados que devido às festividades religiosas do Ashura, a serem realizadas nos dois dias seguintes - quando mais de 10 milhões de iraquianos em todo o país saem às ruas – seria implantado o toque de recolher. Portanto, nos dias 18 e 19 de janeiro seria impossível nos deslocarmos do local onde estávamos hospedados e ninguém poderia sair de suas residências para nos encontrar. Só poderíamos sair de Bagdá no domingo, 20 de Janeiro. Eu queria muito ficar até domingo, mas o Embaixador Bernardo de Azevedo Brito me explicou que isto custaria muito caro e não seria produtivo.

Assim, não pudemos cumprir alguns dos encontros já agendados, como a conversa com o Cardeal Católico Emmanuel Delly III, nomeado pelo Papa Bento XVI em 2007; com o Presidente da Comissão de Reconstrução Econômica e de Investimentos do Conselho dos Representantes, Yonadam Kanna e seus colegas; com a Comissão de Direitos Humanos e com o Reitor da Universidade de Bagdá, Mousa al-Musawi e seus colegas. Tendo em vista reduzirmos em um dia nossa visita, previamente planejada para três dias, a empresa de segurança também reduziu parte do custo do terceiro dia. As despesas de minha viagem foram pagas pelo Conselho de Representantes do Iraque, apesar de terem sido adiantadas pela Câmara de Comércio e Indústria Brasil Iraque. Não houve despesas pagas pelo Senado Federal.

No dia 17 de Janeiro fomos recebidos na residência do Presidente do Conselho de Representantes, Mahmoud al-Mashhadani. Diferentemente do uso de traje formal de autoridades no Conselho de Representantes, em casa ele estava usando o traje tradicional árabe. Contou que normalmente, durante os últimos dois anos, tem recepcionado autoridades no seu escritório no Parlamento. Em casa ele recebe apenas sua família e amigos próximos. No meu caso, entretanto, ele estava me recebendo em casa porque vim de um país muito amigo, o Brasil, o qual é um exemplo para o Iraque de como pessoas de diferentes origens podem viver em harmonia e que fomos capazes de democratizar o país de forma pacífica e tranquila. Também, acrescentou, que eu fora a Bagdá explicar uma proposta relevante para beneficiar o Iraque, mesmo sabendo que havia alguns riscos envolvidos na viagem. Portanto, ele estava me recebendo como um verdadeiro amigo do Iraque.

Dei-lhe a camiseta da Seleção Brasileira com a mensagem do Pelé, *Desejo Paz para Iraque*, e o DVD *Pelé Eterno*, produzido por Anibal Massaini, para os iraquianos aprenderem a jogar melhor. Mais uma vez fiz o paralelo de como seria importante os jogadores de um time harmonizarem o seu comportamento e de como a renda básica poderia ajudar todos os povos a viver com solidariedade, com base na aplicação dos princípios de justiça e da renda de cidadania incondicional.

Mas a Renda Básica seria paga a todos os cidadãos? Incluindo o Presidente al-Mashhadani do Iraque, o Pelé, o Senador Suplicy e os mais bem sucedidos empresários no Iraque e no Brasil? Sim, expliquei. Mas por que, ele continuou, se não a necessitamos para nossa sobrevivência? Respondi, que estaríamos contribuindo relativamente mais para nós mesmos e para que todos na sociedade pudessem receber a Renda Básica de Cidadania.

Quais são as vantagens de sua implementação? A eliminação da burocracia envolvida para saber quanto a pessoa está recebendo no mercado formal ou informal, e com isso, também o fim do estigma de se sentir vergonha de ter que dizer: Só ganho isso, portanto preciso de uma renda complementar. Também acaba o fenômeno da dependência que resulta de um sistema que estabelece que alguém só receberia um complemento de renda se a sua renda não atingisse um determinado nível. Daí a pessoa avaliaria que ao aceitar algum trabalho e iria perder o que o governo estava lhe dando naquele programa, poderia decidir que não mais iria trabalhar, e isso produziria a armadilha do desemprego ou da pobreza. Principalmente, do ponto de vista da dignidade e da liberdade do ser humano, seria bem melhor saber de antemão que no próximo período e mais e mais, com o progresso da nação, você e todos os membros de sua família terão o direito de receber uma Renda Básica como um direito de participar da riqueza da nação. Uma vez mais, tentei explicar-lhe como o Iraque estava numa posição excelente para seguir o exemplo do Alasca e usar os recursos provenientes da exploração do petróleo para criar um fundo que pertencerá a todos os 30 milhões de iraquianos.

Ao final da conversa, contei ao Presidente al-Mashhadani sobre o discurso que fiz na tribuna do Senado brasileiro, em setembro de 2002, quando o governo dos EUA planejava atacar o Iraque para por fim ao regime do Saddam Hussein. Levei em consideração os movimentos populares por ações pacíficas do mundo inteiro. Comecei o discurso com o poema *A Bomba*, de Carlos Drummond de Andrade. Este grande poeta brasileiro após citar os horrores da guerra, falava de sua esperança de que finalmente o homem vai destruir a bomba. Relatei que no pronunciamento pedira ao Presidente George W. Bush para prestar atenção às recomendações de Martin Luther King Jr. em seu discurso *Tenho um Sonho* de 1963, onde ele recomendou a seu povo que não aceitasse tomar o chá do gradualismo daqueles que dizem que as coisas vão melhorar com o tempo, porque se não fizermos as mudanças necessárias, o mais breve possível, a América iria viver outro verão abrasador. Mas, também disse que nunca deveríamos beber do cálice da violência, do ódio, da vingança e da guerra; que deveríamos sempre enfrentar a força física com a força da alma. Depois pedi a sua permissão para cantar

uma canção de um dos grandes poetas americanos, Bob Dylan, com a qual conclui meu discurso. Ele me deu a permissão, e finalizei cantando:

*Quantas estradas precisará o homem percorrer  
até que ele seja chamado de homem?  
Quantos mares precisará a gaivota branca navegar  
até que ela possa descansar na areia?  
Quantas vezes precisarão as balas de canhão ser lançadas  
até que finalmente sejam banidas para sempre?  
A resposta, meu amigo, está sendo soprada pelo vento.  
A resposta está sendo soprada pelo vento.*

*Quantas vezes precisará um homem olhar para cima  
até que finalmente possa ver o céu?  
Quantos ouvidos precisará um homem ter  
até que possa ouvir as pessoas chorarem?  
Quantas mortes precisará haver  
até que se perceba que pessoas demais já morreram?  
A resposta, meu amigo, está sendo soprada pelo vento.  
A resposta está sendo soprada pelo vento.*

*Quantos anos precisará uma montanha existir  
até que ela seja levada para o mar?  
Quantos anos precisará um povo existir  
até que ele alcance a liberdade?  
Quantas vezes pode um homem virar a sua cabeça,  
 fingindo que não vê as coisas?  
A resposta, meu amigo, está sendo soprada pelo vento.  
A resposta está sendo soprada pelo vento.*

O Presidente Bush não atendeu ao meu apelo, apesar de eu ter argumentado que nós, brasileiros, fomos capazes de por fim à ditadura através de ações pacíficas. Pude sentir que ele se emocionou de verdade. Disse-me que os iraquianos querem muito que a ocupação estrangeira termine logo. Asseverou que o Conselho de Representantes, onde há muitos jovens, aprovará a proposta da Renda Básica, e que ele deseja que eu retorne ao Iraque para ajudar nesse processo. Ele me pediu para contar à família do Sergio Vieira de Mello que o povo iraquiano se sente em débito com este brasileiro que perdeu sua vida para ajudar a pacificar seu país. Os iraquianos têm grande respeito e admiração por Sérgio e programam para breve uma homenagem especial para ele.

Nosso último encontro foi com o Ministro de Relações Exteriores, Hoshyar Zebari, e com o Vice-Chanceler Labeed M. Abbawi. Eles expressaram o quanto estavam felizes em receber um Senador brasileiro e que gostariam muito de

incrementar as relações entre o Brasil e o Iraque em todos os campos. De fato, o Ministro de Comércio do Iraque é esperado para visitar o Brasil em breve.

O Embaixador Bernardo de Azevedo Brito disse-me que considerou a nossa jornada muito produtiva, apesar de ter sido abreviada. Ele continua trabalhando nos assuntos decorrentes de nossas conversas com as autoridades iraquianas. O Presidente da Comissão de Reconstrução, Economia e Investimentos foi visitá-lo na semana seguinte à nossa viagem em Amã. O Presidente e o Vice-Presidente da Câmara de Comercio e Industria Brasil-Iraque, Jalal Jamel Dawood Chaya e Nawfal Assa Mossa Alssabak consideraram a viagem “um grande sucesso, com excelente repercussão em todo o Iraque, e real interesse de várias partes na aproximação de ambos os países”, como expressaram na carta anexa de 30 de janeiro de 2008.

Não vi nenhuma ameaça ou sinal de violência durante o tempo em que permanecemos em Bagdá. De qualquer forma é importante mencionar que a imprensa iraquiana registrou em 18 de janeiro, que um dia antes da recepção na residência do Senhor Al-Jaafari's, dois morteiros caíram a 1 km de distância daquele local. Também, na semana seguinte, infelizmente, devido à ação de duas mulheres suicidas, duas bombas explodiram no mercado popular de Bagdá, matando 73 pessoas e ferindo mais de 100. Ouvi dos iraquianos que, em geral, os responsáveis por esses ataques violentos sabem exatamente quem pretendem atingir e que tais ataques são bastante precisos. Eu poderia ser considerado otimista, mas estava certo de que não seria alvo de qualquer tipo de violência, pois o motivo da minha viagem foi exatamente propor um instrumento que contribua para maior justiça naquela nação.

Agradeço ao Embaixador Bernardo de Azevedo Brito e ao Ministro de Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, pelas atenções e esforços para o sucesso dessa viagem. Também sou grato ao Sr. Chaya e Sr. Alssabak pelo importante apoio; ao Sr. Sérgio Kalili, jornalista que está produzindo um documentário sobre esta jornada tão incomum, mas bastante significativa.

#### Um Convite para Apresentar a Renda Básica no Timor Leste

Alguns dias após o retorno ao Brasil, Carolina Larriera me convidou para participar da recepção, no Rio de Janeiro, para o Premio Nobel de Paz de 1996, José Ramos-Horta, Presidente do Timor Leste. Na ocasião ele deu seu testemunho sobre a contribuição de Sérgio Vieira de Mello para a paz do Timor, durante o período de transição entre a Independência, a eleição da Assembléia Constituinte e as eleições na nova Nação, criada em 2002. Disse também dos seus próprios esforços para normalizar a situação política no Timor Leste após o período de turbulências em 2006, quando ocorreram episódios de violência. Contei sobre minha viagem ao Iraque. Então, ele me convidou para continuarmos nossa conversa no café da manhã do dia seguinte.

Durante quase uma hora expliquei-lhe o que é a Renda Básica de Cidadania. Que uma nova nação como o Timor Leste com 1,1 milhão de habitantes, que hoje tem uma renda mensal em torno de US\$ 100 milhões proveniente da exploração de gás e



petróleo, também poderá criar um fundo, que com o tempo, começando modestamente, será capaz de pagar uma renda básica para toda a população. Ele classificou a idéia como fascinante e disse que gostaria que eu fosse ao Timor Leste para explicar a idéia ao Gabinete do Primeiro Ministro e ao Parlamento. No dia seguinte, pouco antes de deixar o Brasil, ele me ligou confirmando o convite. Disse-me que a melhor época será no final de março, durante um encontro em Dili com os representantes de todos os países doadores. Respondi que me sentia honrado e ficaria feliz em aceitar.

Infelizmente, em 10 de fevereiro, o Presidente José Ramos-Horta foi vítima de um atentado violento. Enquanto escrevo este artigo, ele está se recuperando de uma cirurgia bastante séria que extraiu três balas do seu estômago e pulmão. Gostaria de expressar aqui a minha profunda solidariedade à sua família e ao povo do Timor Leste, desejando e rezando por um breve restabelecimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP)  
– Senador Osmar Dias com a palavra.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a imprensa noticia todos os dias a crise internacional, a crise que abala os Estados Unidos, mas que é muito forte na Espanha, na França e em outros países que, habitualmente, não têm problemas na sua economia e até no que se refere à renda **per capita** da sua população.

A França, para mim, foi uma grande surpresa, mas está no topo da lista dos países que podem enfrentar gravíssimos problemas com a crise imobiliária que atinge os Estados Unidos e que contamina todo o mercado mundial, exatamente porque nós estamos em tempos de globalização.

O Governo brasileiro tem, com insistência, afirmado que estamos seguros, não há o que temer em relação à crise internacional. Não é bem assim.

Ontem, antes da reunião da Comissão de Assuntos Econômicos – que acabou não ocorrendo em função da falta de **quórum** –, conversei com o Senador Aloizio Mercadante. O Senador Aloizio Mercadante pode não ser o Senador mais simpático, mas é um Senador que entende muito de economia e que estuda; um Senador inteligente e que procura se atualizar. Ele me mostrou, por meio dos números, que nós podemos ter problemas seriíssimos na nossa economia, porque há o risco grave de termos afetadas, principalmente, as **commodities** brasileiras. E não estou falando só das **commodities** provenientes da agricultura. Estou falando, sim, de soja, de milho, de café, mas estou falando de minério de ferro, de **commodities** que o Brasil exporta, que constroem a balança comercial brasileira e que, por isso mesmo, faz com que o Brasil tenha uma

reserva cambial hoje que se aproxima dos 200 bilhões e que coloca a economia brasileira nessa segurança.

Mas, se nós atingirmos exatamente o fator de equilíbrio da economia, que é a exportação, o saldo positivo da balança comercial, nós estaremos afetando, de forma drástica, o equilíbrio das contas e o equilíbrio da economia brasileira. Então, não estamos tão imunes, não, a esse abalo que pode provocar a crise econômica internacional. Muito pelo contrário!

Há uma grande preocupação dos especialistas de que poderá começar agora um movimento especulativo, principalmente, dos fundos, que aplicam, de forma vigorosa, nos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil.

Nessa análise feita por especialistas estrangeiros, constatei que o país com maior segurança na sua economia, que está mais sólido, é a China. O Brasil, não! O Brasil está no meio da lista. E corremos esse gravíssimo risco de termos impactado exatamente esse fator de revigoramento e de equilíbrio da nossa economia.

Pois bem. Não dá para ficar esperando se vai ou não acontecer. Acontece que os fundos que investem tiram para especular, reinvestem à frente, a bolsa cai, a bolsa sobe, afeta as **commodities**, os fundos de pensão compram estoques dessas **commodities** e, quando sentem que haverá uma queda de preço, vendem, colocam tudo no mercado e derrubam o preço das **commodities**. Depois voltam a comprar, e os mercados que são mais fragilizados e dependentes, como o nosso, que é dependente desse mercado comprador, ficam, sim, expostos a consequências que podem ser danosas à nossa economia. Vivemos um bom momento com os preços das **commodities** em alta.

Ontem, Senador Mão Santa, conversamos aqui sobre a questão da água e sua importância, com a

participação de V. Ex<sup>a</sup>. Hoje quero falar que o Governo não pode dormir no ponto em relação a este assunto de que estou tratando. Eu não quero defender aqui que o Governo brasileiro tenha qualquer atitude mais drástica em relação a esse problema, porque ele não pode realmente. Mas ele tem medidas a adotar que está postergando. Por exemplo, nós aprovamos no Congresso Nacional uma lei que garantia o seguro para os produtores rurais. Imagine V. Ex<sup>a</sup> os produtores do Piauí plantando sem seguro!

Li ontem, na comemoração do Dia Mundial da Água, uma matéria que dizia, Senador Romeu Tuma, que, de dez safras no Nordeste, três são normais e sete têm 60% de quebra por problemas de estiagem. Como é que o Governo brasileiro é capaz de ignorar uma lei aprovada pelo Congresso que institui o seguro de produção, o seguro de renda dos produtores, e permite que, numa crise como essa, que pode afetar, sim, o nosso País, eles fiquem expostos ao clima e ao clima de mercado? Ao clima que castiga não apenas o Nordeste, mas especialmente o Nordeste, e que castiga também outros Estados do Brasil, levando muitos produtores a sacrificar o seu patrimônio, suas propriedades, para pagar suas contas. Não conheço produtor rural desonesto, mas conheço produtor rural incapaz de pagar suas contas por não ter produzido.

O Governo, ao não colocar em prática o seguro de renda, deixa esses produtores muito vulneráveis, porque, se houver agora um abalo no preço das *commodities* agrícolas, o Brasil terá um crescimento do endividamento rural muito acima daquele de que estão falando, de 87 bilhões. O Governo brasileiro precisa acionar, imediatamente, para a próxima safra, este mecanismo que é essencial e indispensável: o mecanismo do seguro de renda para os produtores.

Não faço isso apelando para que se institua o seguro para todos os produtores, mas pelo menos para os agricultores familiares e para os médios agricultores, porque esses não podem continuar plantando sob os riscos do clima e agora desse enorme risco que temos de ser afetado o mercado das *commodities*, de que eles participam. Temos de parar com essa conversa mole de separar agronegócio de agricultura familiar; porque tudo é agronegócio, mas os agricultores familiares precisam do apoio do Governo em determinados mecanismos de política agrícola. E um deles é o seguro de renda.

O seguro de renda para agricultor familiar e médio agricultor seria um bom começo para que o Governo brasileiro instituisse, depois, para todos os produtores, na medida do possível, o seguro de renda para os produtores rurais brasileiros.

É o que eu defendo aqui, Sr. Presidente, para não ficarmos eternamente discutindo escalonamento de dívida, postergação do pagamento de dívida, porque, enquanto não houver seguro, não haverá no meio rural brasileiro segurança para os produtores. E quem oferece segurança alimentar para a população merece ter segurança para desenvolver o seu trabalho. O risco internacional está aí. O risco do clima, também. O Governo brasileiro precisa tomar a primeira medida: instituir o seguro de renda.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP) – Senador Osmar Dias, o que me preocupa também são os juros que vão se acumulando ao longo da impossibilidade, por razões que V. Ex<sup>a</sup> explicou, do pagamento da dívida dos pequenos e médios agricultores.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – É verdade, porque essa dívida se transforma de repente em taxa Selic, e não há produção que consiga pagar taxa Selic; sai do juro do crédito rural. V. Ex<sup>a</sup> tem razão: é preciso negociar, pactuar e cumprir a promessa que o Presidente Lula fez no ano passado, de que faria um reescalonamento das dívidas rurais. Estamos aguardando o cumprimento dessa promessa.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP) – Muito obrigado, Senador.

Com a palavra o Senador Mão Santa, como inscrito, por dez minutos. Em seguida, o Senador Paulo Paim.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma que preside esta sessão de 19 de março de 2008, Parlamentares, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos acompanham pelo sistema de comunicação do Senado, Senador Paim, hoje o sistema de comunicação, Romeu Tuma, nos possibilita ver o que o País pensa. É incrível a penetração e a credibilidade dos órgãos de comunicação do Senado! Acho que o povo busca a verdade. Paim, a gente recebe milhares de *e-mails*. Isso me preocupa. De vez em quando, um alopado do PT manda *e-mail* e insulta minha mãe, a minha mulher. Isso acontece. Mas a quase totalidade é muito preocupada com este País.

Professor Cristovam, e me preocupa... – não que eu não deseje...

O Presidente Luiz Inácio, no qual votei em 1994... opinião pública.

Nasci em frente do mar. Lembro-me do mar: vai, vem, vai e vem.

A História nos ensina, aqui na Semana Santa, ô Tuma: domingo, Cristo. Domingo de Ramos! Estamos com Cristo! Estamos com Cristo! Domingo, segunda, terça, quarta, quinta – manhã, afaste-me esse cálice –,

sexta-feira estava no pau. A História, Suplicy... Suplicy, desliga aí que o aprendizado está aqui na tribuna.

Atentai bem, Paim, Senado, Roma, Júlio César: “Até tu, Brutus?”. Entendeu, ô Tuma? Brutus! E os outros, cobrador de imposto, desgraçado. E aí chegou Marco Antônio, descrito por Shakespeare, Professor Cristovam – Shakespeare, o discurso mais bonito –, e quase não deixaram ele falar nas exéquias, na despedida, de Júlio César. E ele conseguiu aos poucos, com o testamento de César. Aí deu aquela expectativa, deixaram-no falar. A opinião pública que ovacionava os que mataram César tiveram de sair, e veio um triunvirato.

Cristovam, período revolucionário.

Ó, Suplicy, Emílio Garrastazu Médici... Ó, Luiz Inácio, eu estou recordando. Nós temos que ser os pais da pátria. No período revolucionário, Garrastazu Médici: “Brasil, ame ou deixe-o”. Ia ao Maracanã, Cristovam, e era ovacionado, tinha 84% na pesquisa. É história: Garrastazu Médici. Sem dúvida nenhuma a história os julga.

Dos cinco, eu conheci três e os achei muito bons: Castello Branco, Geisel e o irrequeto e puro João Baptista Figueiredo, com quem tomei dois porres. Gente boa, honesto, honrado. Se assim não fosse, estaria aí... Todo mundo já dissecou a vida dele. Eu desafio... **In vino veritas**: no vinho está a verdade. O Governador Lucídio Portela, Cristovam, o recebia e, como ele não tomava, botava os que podiam acompanhar o Presidente. Não conheci os outros, o Costa e Silva e o Garrastazu. Mas o Garrastazu, Cristovam, tinha 84% na pesquisa. Viu, Luiz Inácio?

Eu estou preocupado com o País.

Cristovam, é lógico que nós acreditamos no estudo. Eu acredito em Deus, no amor, que é a semente da família, no estudo, que leva à sabedoria, no trabalho, que faz a riqueza – Rui falou da primazia do trabalho e do trabalhador. O Paim está aí. Eles vieram antes fazer riqueza. Ô, Cristovam, sei que você sabe quase tudo. V. Ex<sup>a</sup> é o nosso Sócrates aqui.

**A Lei do Triunfo** é o melhor livro de formação e orientação para a mocidade. É como uma bíblia. Cada um escreve, interpreta e vende livros, mas a Bíblia é a base. Esse livro, Tuma, o autor levou 25 anos para fazer.

Um jovem advogado, em uma festa rica, encontrou-se com o homem mais rico do mundo de então, Andrew Carnegie, o rei do aço. As estradas de ferro, os trilhos eram dele. Carnegie se aproximou – a festa era na casa de sua sobrinha –, tinha achado o jovem simpático, e começaram a conversar. O homem mais rico da época, Andrew Carnegie, perguntou o que o

jovem fazia. Ele disse que havia terminado Direito. Andrew simpatizou e disse: “Olha...”

O americano tem essa formação cultural: pesquisa tudo, investe, quer saber. É diferente do japonês. A garagem da casa de um americano é uma oficina. Ele é um pesquisador em todas as áreas, na Medicina, na tecnologia, no serviço de polícia.

Ele disse: “Você vai me fazer um serviço. Eu sou muito preocupado, porque pessoas têm sucesso e pessoas fracassam. Você vai ganhar uma bolsa, 25 anos, para estudar homens que têm sucesso e homens que fracassam”. Esse livro é o resultado de 25 anos de trabalho.

Lá em Ribeira do Piauí, um extraordinário homem, médico e coisa e tal, teve a capacidade de sintetizar isso e jogar para a mocidade, a neurolingüística, mas aqui é o básico. Nesse livro a que eu me referia tem um capítulo intitulado “A Escravidão das Dívidas”. Senador Suplicy, eu não creio nesse entusiasmo. E o autor tem um capítulo: “A Escravidão das Dívidas”. Essa satisfação eu não contesto. Pode até ser que o Luiz Inácio tenha mais hoje do que o Garrastazu Médici. Pode ser que ele tenha mais do que o Brutus naquele momento, mais do que Cristo quando chegou do Domingo de Ramos, do que o Fernando Collor quando foi eleito, mas isso são movimentos. É por isso que não acredito na dívida.

Olha...Ô, Suplicy, V. Ex<sup>a</sup> disse e o Mercadante sabe: o sujeito comprar um carro em cem meses é loucura! Abraham Lincoln disse o seguinte: “Não baseie sua prosperidade com o dinheiro emprestado”. Essa é a filosofia do americano. Comprar um carro em cem meses, Luiz Inácio? Isso é loucura!

Sou médico, sou Senador da pátria! Eu sei que, de vez em quando, esses aloprados não gostam de mim não, porque digo a verdade. Cem meses! Ô Romeu Tuma, V. Ex<sup>a</sup>, que é o xerife do nosso Brasil: em quantos meses Juscelino fez Brasília? Quatro anos ele governou, mas foi menos, porque não começou no primeiro dia. Ele deve ter feito em 38 meses. Cem meses! Você tem que disciplinar... É a escravidão do mundo moderno. Cem meses, está morto! Eu fiz Medicina em 72 meses, ou seja, em seis anos. Cem meses para pagar um carro? Morreu! Acabou a vida! Não é por aí. Esse carro valeu quanto? Deu quanto de dinheiro para os bancos? E quem ficou escravo? Essa é a escravidão moderna.

Aí pegaram os velhinhos, os velhinhos aposentados, que estão com a vista cansada. Aí se aproveitaram os banqueiros daquelas letras miúdas. Miopia é quando a gente não vê longe; hipermetropia é quando não vê perto – é o que se chama vulgarmente de vista cansada, que atinge os nossos velhinhos. Os velhinhos

não vêem perto, aí oferecem dinheiro em tudo que é bodega, com uns contratos com umas letrinhas tão miúdas que os velhinhos não podem enxergar. E os velhinhos entraram nesses empréstimos, os nossos aposentados.

Paim, Paim, Paim, Pedro negou Cristo três vezes, e o Paim não vai ficar como Pedro, negando os aposentados e os nossos pensionistas e os nossos velhinhos. Porque esse Governo aí, Luiz Inácio, arrotou: “Não devo mais”. Atentai bem, Cristovam: “Não devo mais aos banqueiros americanos”. Está certo que pagou, mas ele deve – aí é que é, Luiz Inácio – aos velhinhos, aos aposentados. Os velhinhos, os aposentados assinaram um contrato com o País, com o Governo, e o Governo é V. Ex<sup>a</sup>. Eles pagaram para ter aposentadoria de dez salários mínimos, calcularam, se endividaram, têm famílias, filhos, netos; têm doenças que a velhice traz. Planejaram. O Governo assinou. Todos eles estão...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Romeu Tuma, conceda-me um tempo a mais.

Eles planejaram e, agora, quem tinha direito a dez salários mínimos está ganhando quatro; quem tinha direito a cinco está ganhando dois. E esse é o lamentar, essa é a penúria, esse é o sacrifício.

Então, nesta Semana Santa, Paim, uma hora para reflexão. Não está direito essa euforia, esse entusiasmo e este Governo, que é forte. Um ou outro malandro, abusado, picareta, que entrou pela porta larga de 25 mil nomeados sem fazer concurso, muitos deles ganhando, com um DAS-6, R\$10.448,00.

Mas eu queria ler o que fala o autor Napoleon Hill, em *A Lei do Triunfo*:

#### A ESCRAVIDÃO DAS DÍVIDAS

A dívida é um senhor impiedoso, um inimigo fatal do hábito da economia.

A pobreza, por si só, é suficiente para matar a ambição e destruir a autoconfiança e a esperança, mas acrescenta-se a ela a responsabilidade das dívidas e toda e qualquer vítima desses dois cruéis senhores estará inevitavelmente condenada ao fracasso.

Sob o peso das dívidas, nenhum homem é capaz de dar o seu melhor trabalho, ou de expressar-se em termos que infundam respeito, de criar ou levar avante um objetivo definido na vida. O homem que se deixa escravizar pelas dívidas é tão desamparado como o escravo limitado pela ignorância ou preso aos grilhões (...)

É terrível pensar em atravessar a vida como uma vítima, acorrentada inteiramente aos outros por dívidas.

A acumulação de dívidas é um hábito, começa de modo modesto, até que as dívidas vão assumindo proporções enormes, pouco a pouco, dominando inteiramente o indivíduo.

Um homem escravizado pelas dívidas não encontra tempo nem gosto para formar um ideal, implanta limitações no seu próprio espírito, condena-se a viver agrilhado ao medo e à dívida, aos quais nunca escapa.

*(...)*

*“Pensemos no que devemos a nós mesmos e aos que dependem de nós e tomemos a resolução de nunca dever a ninguém.”*

São capítulos e capítulos. E os autores ainda dizem: “a pessoa que não tem dívidas pode afastar a pobreza e conseguir grandes sucessos financeiros”.

Tornou-se o Brasil todo endividado. Os velhinhos, que já são sacrificados, estão esmagados por essa escravidão da vida moderna, que é a dívida.

Esses são os meus protestos. Mas ainda tenho aqui um livreto, publicado em quatro edições: *Política na Mão Certa*. São pensamentos que, quando eu era Governador, um jornalista muito bom, Herculano Moraes pinçou. Ouçam o que ele diz de economia, pinçando um pensamento meu no discurso... Estamos aqui porque podemos ensinar o PT – nós.

Economia. Lincoln ensinou a eliminar o ato de comprar o que não necessita. Nos seus pronunciamentos repetia: “Não baseie sua prosperidade no dinheiro emprestado”.

O seu povo tornou-se forte e rico.

“O hábito de gastar deve ser substituído pelo hábito de economizar, pois só desta forma será possível ao homem conquistar sua independência financeira”.

Outro pensamento pinçado por Herculano Moraes, em um pronunciamento que fazia como Governador:

“O homem que se deixa escravizar pelas dívidas é tão desamparado como o escravo limitado pela ignorância ou preso pelos grilhões da necessidade.

Lincoln ensinou a eliminar o hábito de comprar o que não se necessita. Nos seus pronunciamentos repetia: ‘Não baseie sua prosperidade no dinheiro emprestado’.

O Estado não tem o direito de esbanjar o dinheiro do contribuinte em gastos desnecessários, em investimentos que nada signifiquem para a população”.



Mas para terminar e agradecendo a tolerância de V. Ex<sup>a</sup>: ô Paim, Professor Cristovam Buarque, de nada vai valer este Senado se não atendermos ao clamor do povo do Brasil, ao clamor e ao sofrimento dos nossos velhinhos aposentados.

Luiz Inácio não deve ao FMI, aos banqueiros internacionais, mas deve aos velhinhos aposentados.

Saiu uma reportagem sobre nós no **Correio Braziliense**: o número de pronunciamentos, o número de vezes que exercemos a Presidência, mas dizia também que não havia nenhum projeto de lei. Nós não fazemos, porque os que fizemos estão parados, porque esta Casa não funciona no seu objetivo primário, que é fazer leis boas e justas. Daí, buscarmos o que podíamos aproveitar.

Esta Casa fez uma lei com responsabilidade, que dava aos velhinhos e aposentados 16,7% de reajuste. Luiz Inácio, inspirado pelos aloprados, baixou para 4%. Mas podemos chamar o veto e fazer valer a lei que foi feita aqui,

Há também o fator previdenciário, pelo que o Paim, o melhor do seu Partido, clama, grita, esperneia e não é atendido. Eu acho que a situação do Paim no PT é pior do que a minha no PMDB, dissidente.

E outra, o PL nº 58...

Nesta Semana Santa, Paim, atentai bem, o sacrifício, a reflexão da crucificação de Cristo. Então, tenhamos esse exemplo. Ô Romeu Tuma, ô Professor Cristovam, Suplicy, também é um cabo de vergonha do PT, Augusto Botelho. Olhem o sacrifício de Cristo! Façamos agora esse sacrifício para devolver o ganho legítimo dos velhinhos e aposentados do Brasil!

É o que temos a dizer para os aloprados: Pai, perdoai, eles não sabem o que fazem, eles não sabem governar, eles estão matando os nossos aposentados do Brasil!

Era o que eu tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP) – Senador Mão Santa, eu pediria que V. Ex<sup>a</sup> assumisse a Presidência da sessão – não vou permitir que V. Ex<sup>a</sup> não bata o recorde na Presidência –, porque, provavelmente, serei o próximo orador, depois do Senador Paulo Paim.

*O Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

V. Ex<sup>a</sup> poderá usar a tribuna pelo tempo que achar conveniente. V. Ex<sup>a</sup> é maior que o Regimento. O Regimento é feito para ajudar a humanidade e a sociedade. V. Ex<sup>a</sup> ainda é a esperança de melhores dias neste Brasil.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, vou ficar dentro do meu tempo, até porque sei que os Senadores Romeu Tuma e Augusto Botelho estão esperando para fazer uso da palavra.

Senador Mão Santa, inicio comentando sua fala. Conversei hoje com a Secretária da Mesa do nosso Senado, Claudia Lyra, que me informou que os três projetos estão na pauta.

O que é o PL nº 42? É o que vai garantir uma política de reajuste do salário mínimo, inspirado no meu relatório da Comissão Mista do Salário Mínimo, que pedia que o mesmo fosse reajustado conforme a inflação mais o dobro do Produto Interno Bruto (PIB). Não deram o dobro do PIB, como recomendei, mas deram o PIB. Essa é uma luta de mais de 25 anos.

Não entro no mérito do que alguns lembram da história dos US\$100, porque todos sabem que eu sempre disse que daria para ultrapassar os US\$100. Quando eu dizia isso, diziam que não era possível. E, hoje, estamos próximos dos US\$300. Então, mostrou-se, mais uma vez, que tínhamos razão.

Na questão dos aposentados, tenho dito a mesma coisa: o PL nº 42, item 7 da pauta, uma emenda que apresentei e aprovei na Comissão de Assuntos Sociais, estende o mesmo reajuste aos aposentados e aos pensionistas. Está na pauta para ser votado.

O PL nº 58 está na pauta para ser votado. Na Comissão de Assuntos Econômicos, venceu todos os prazos. Poderá passar pela Comissão de Assuntos Sociais, se assim entender o Plenário. E vota-se. Também garante o mesmo princípio: que os aposentados e os pensionistas voltem a perceber o número de salários mínimos que recebiam à época em que se aposentaram.

O PL nº 296 representa o fim do fator previdenciário. Apresentei também esse ainda em 2003. Os três projetos são de minha autoria.

Esta Casa tem de votar. Só peço isso, Senador Mão Santa. É impossível que esta Casa não delibere sobre matéria que está na pauta. O único apelo que faço é que votemos, cada um com sua consciência, a favor ou contra os projetos que estão aí para serem votados.

É claro que tenho uma posição, e sempre a tive, contrária ao instituto da medida provisória. E eu estava lá quando ele foi criado. Fui constituinte e vi a forma como foi construído. Já disse, neste plenário, que acompanhei as reuniões em que foi estabelecido, neste País, o instituto da medida provisória. Na época, um dos Relatores, o Deputado Federal Nelson Jobim, foi um dos que foram ao exterior com uma comissão

– e não é culpa dele – e trouxeram de lá a idéia da medida provisória, acatada pela ampla maioria dos Constituintes, e eu, inclusive, fui um deles. Por quê? Havia o entendimento de que, no plebiscito, iria passar o parlamentarismo. Passou o presidencialismo, e ficou instituído o instituto da medida provisória, no sistema presidencialista. E deu no que deu. Não se vota praticamente nada, nem na Câmara nem no Senado, a não ser medida provisória.

Hoje mesmo, eu falava, Senador Romeu Tuma, que depois que se construiu um entendimento com o alto comando da Marinha para assegurar a anistia ao João Cândido, o herói da Revolta da Chibata, fomos conversar com o Presidente Arlindo Chinaglia. A Marinha nos acompanhou. Quero elogiar o alto comando da Marinha. Acompanhou-nos o Ministro da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir). Conversamos com o Presidente Arlindo, que disse que o problema eram as medidas provisórias. Se conseguirmos desobstruir a pauta, os líderes poderão votar, já que há acordo.

Aqui, no Senado, a história se repete. Como vamos votar os projetos dos aposentados, se a pauta está trancada? E não há uma intenção, pelo que percebo, de tão cedo desobstruí-la.

Tenho uma avaliação em matéria de medida provisória: maioria tem de se pôr por maioria. No meu entendimento, o acordo seria só um. Quer editar medida provisória? Edita. Compete à Casa dizer se ela é relevante, urgente, procedente ou não. Senão, devolva-a. Ponto um. Se não quiser resolver, ponto dois. Deveria ser simplesmente o seguinte: edita-se a medida provisória, que tem valor por 45 dias, e, no fim de 45 dias, se a Casa não deliberar e não obstruir a pauta, a medida provisória cai. Quem tem maioria deve aprovar. Quarenta e cinco dias é mais do que suficiente. O que não podemos fazer é continuarmos a não votar nada por que as medidas provisórias não permitem. Se tem de editar, edite. A medida provisória vem para cá, e quem vai dizer se é relevante e urgente seremos nós. Se entendermos que é relevante e urgente, a medida ficará aqui por 45 dias. Se a Casa não deliberar nesse prazo, a medida provisória cairá.

Tenho a certeza de que, se adotássemos esse procedimento simples, resolveríamos a questão de não deliberarmos mais nada a não ser medida provisória. A Câmara dos Deputados, desde novembro, não vota mais nada a não ser medida provisória, e, aqui, o quadro vai ser o mesmo pelos próximos seis meses, se continuarmos com essa mesma prática.

Ouçõ o aparte do Senador Romeu Tuma.

**O Sr. Romeu Tuma** (PTB – SP) – Senador Paulo Paim, desculpe-me interrompê-lo. Estou ouvindo com

atenção V. Ex<sup>a</sup>, até porque, sendo representante importante do PT, alerta sobre a situação por que passa o Congresso Nacional, tanto uma Casa como a outra. Quando eu estava na Presidência, verifiquei o número de medidas provisórias e os números de projetos, para localizar o PL nº 158, de autoria de V. Ex<sup>a</sup>. É que eu queria lê-lo com calma, pela urgência que representa. No entanto, não sei se a rejeição após 45 dias não teria uma dificuldade de aprovação. Se não aprovada em 45 dias, transformar-se-ia em projeto de lei, para haver a discussão no rito normal da Casa. Entraria na fila.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Mas não teria mais força de lei.

**O Sr. Romeu Tuma** (PTB – SP) – Não teria força de lei. Para cada medida provisória que cai, temos de fazer uma lei para regularizar o que ela trouxe de resultado durante sua vigência. Como disse o Senador Mão Santa, a medida provisória, depois de publicada, passa a valer. Então, no prazo de 45 dias, valerá tudo o que ela determinar. Temos de estudar uma forma para realmente não perturbar aqueles que se utilizaram dos benefícios da medida provisória, porque ela é legal. Estou com V. Ex<sup>a</sup>. Temos de nos angustiar, porque existe um estoque de medidas provisórias antes da reforma proposta pelo Senador do Rio Grande do Sul, hoje prefeito, que é assustador. Se algumas delas forem rejeitadas um dia, V. Ex<sup>a</sup> vai ver o que vai acontecer. Há cinco, dez anos, estão paralisadas. Temos de dar urgência à apreciação desse estoque, para limpar a pauta. Assim, também há os vetos, cujas votações estão sendo sempre procrastinadas. Mas tenho uma mensagem para V. Ex<sup>a</sup>, para o Senador Mão Santa, para o Senador Mário Couto, se V. Ex<sup>a</sup> me permitir. V. Ex<sup>a</sup> conhece o Benedito Marcílio?

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Com certeza. É o Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap). Ainda ontem, estive com ele.

**O Sr. Romeu Tuma** (PTB – SP) – Foi líder sindical.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Foi Deputado.

**O Sr. Romeu Tuma** (PTB – SP) – Lutou pela democracia. Ele preside o Departamento de Aposentados do PTB.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Preside a Cobap e também o Departamento.

**O Sr. Romeu Tuma** (PTB – SP) – Em nome dele, o Sr. José Robson Gabriel da Cunha, Vice-Presidente, pediu-me que trouxesse uma mensagem de agradecimento aos Srs. Senadores, na qual me incluo, Senador. Desculpe-me, sem vaidade, mas me incluo na defesa da emenda constitucional para regularizar essa

questão, porque a situação descrita por cada um dos aposentados e dos pensionistas é de fazer chorar, é aflitiva, desesperadora. Não há como virar as costas para essas pessoas, que precisam ter a oportunidade de viver com mais tranquilidade. Peço desculpas a V. Ex<sup>a</sup> por interrompê-lo.

**O SR. ROMEU TUMA** (PTB – SP) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> o aparte.

Ouç o Senador Eduardo Suplicy.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Caro Senador Paulo Paim, primeiro, desejo cumprimentá-lo, mais uma vez, pelo denodo com que se dedica a causas como o direito à cidadania de pessoas de todas as raças, sexos, idades, gêneros, pela atenção que tem dado às causas dos negros, dos aposentados. Ainda ontem, tivemos um diálogo com o Ministro da Previdência, Luiz Marinho, e nos referimos às centenas, senão milhares, de cartas e de mensagens eletrônicas via *e-mail* que V. Ex<sup>a</sup>, eu próprio e muitos de nós temos recebido sobre a preocupação dos aposentados. Também tenho recebido inúmeras solicitações de esclarecimento. Gostaria de contribuir para um raciocínio importante a respeito do diálogo que tivemos ontem. V. Ex<sup>a</sup> foi um dos mais destacados defensores da recuperação do valor do salário mínimo, para que este crescesse não apenas de acordo com a inflação, mas também visando à sua recuperação e, até mais do que isso, conforme assinalou há pouco, de acordo com o valor do crescimento do PIB. E veja que o crescimento do PIB é maior que o crescimento do PIB *per capita*. Portanto, constitui-se um avanço na direção da recuperação. Mas, se temos como perspectiva a diminuição da disparidade de renda entre os que recebem o salário mínimo e aqueles que recebem R\$10 mil, R\$20 mil, R\$100 mil, se observamos a recuperação e o progresso do valor do salário mínimo, que tem sido alcançado, sobretudo se ele se faz de maneira significativamente mais rápida do que o aumento do custo de vida, isso implica que vai haver aproximação entre os salários dos de baixo e a remuneração dos de cima. Se faço uma comparação, por exemplo, no sentido de que eu ganhava vinte salários mínimos e agora ganho menos ou se eu ganhava dez salários mínimos e agora ganho menos, isso, se for medido em termos de valor do salário mínimo, pode ser o resultado dessa recuperação, com mais vantagens em termos da diferença com a inflação do salário mínimo, que é uma das batalhas de V. Ex<sup>a</sup>. Então, é muito importante que os aposentados estejam conscientes de que essas coisas devem ser levadas em consideração na análise de toda a batalha em que V. Ex<sup>a</sup> se vem destacando tanto. Ontem, recebemos um conjunto de informações relativas à evolução do salário mínimo, da remuneração

dos aposentados, do quadro de remuneração média dos trabalhadores ao longo da última década, desde o início dos anos 90. Avalio que esse estudo que nos foi encaminhado pelo Ministro da Previdência deve ser objeto do conhecimento de todos. Poderíamos, nesses próximos dias, fornecer essa informação a todos os que nos estão escrevendo e fazendo sugestões sobre as proposições que estamos examinando.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Senador Suplicy, de fato, não tenho nenhum problema em fazer esse debate. Eu queria que V. Ex<sup>a</sup> considerasse que esse tipo de cálculo é feito somente para os pobres. Estamos falando aqui dos trabalhadores do Regime Geral de Previdência Social. E essa teoria de que se aposentaram com vinte salários mínimos ou com dez salários mínimos já caiu há muito tempo. Hoje, devido ao fator previdenciário e ao reajuste não equivalente sequer ao do salário mínimo, os trabalhadores do Regime Geral de Previdência estão ganhando em torno de seis salários mínimos, no máximo – e é uma camada pequena, pois a maioria já está próxima a um salário mínimo. Não se trata de comparativo com os altos salários. Estamos tirando de quem ganha cinco salários para dar para quem ganha um; estamos tirando de quem ganha quatro salários para dar para quem ganha um; estamos tirando de quem ganha três salários para dar para quem ganha um. É essa a discordância.

Ontem, o próprio Aloizio Mercadante, na reunião, foi muito feliz. O Senador Aloizio Mercadante, Senador Sérgio Guerra, argumentou da seguinte forma: “O País nunca cresceu tanto quanto neste momento. E, se o País cresce tanto neste momento, por que não podemos pensar em uma política de recuperação também dos benefícios dos aposentados e dos pensionistas?”.

Levantei um dado que achei interessante, mas para o qual não houve resposta: se considerarmos de 1994 para 2004, a inflação para o idoso, em números, foi de 40% a mais em relação a inflação para os mais jovens. Como é que vamos repor esses 40%, que eles perderam em relação ao valor real da aposentaria do cidadão?

É preciso dar uma olhada nisso. Se pudermos olhar para todos os setores da sociedade – para todos – e fazer investimento devido ao crescimento da economia, por que não poderemos olhar também para os aposentados e para os pensionistas do Regime Geral de Previdência, que são aqueles que têm vencimentos cada dia mais achatados?

Se analisarmos os últimos dez anos, V. Ex<sup>a</sup> vai ver que quase dobrou o número de aposentados e de pensionistas que ganhavam até três salários mínimos e que hoje estão ganhando um salário mínimo. Temos de fazer essa análise com a maior tranquilidade. O País

está indo bem – isso é muito bom –, e não há por que também não olharmos para os aposentados e para os pensionistas, que estão numa situação muito difícil. Basta observarmos a inflação, no que diz respeito ao remédio, ao plano de saúde, àquelas pessoas que cuidam dos idosos; basta ver o quanto estão cobrando hoje e o quanto cobravam no passado. A situação dos idosos é desesperadora.

Confesso aos Srs. Senadores que estou dialogando a esse respeito. Fui conversar com o Ministro Marinho e conversei com o Presidente Lula sobre essa questão. Percebo que há sensibilidade do Governo com relação a esse debate. Teremos outra reunião na quarta-feira.

Este é o apelo que faço: se não houver entendimento, vamos votar aqui com a maior tranquilidade. Votamos o PL nº 58; votamos o PL nº 42, cuja emenda apresentamos e aprovamos na Comissão de Assuntos Sociais, que estende o mesmo percentual; e votamos o fator previdenciário. Se eu perder, perdi – quando digo “eu”, refiro-me àqueles que pensam da mesma forma. Perder é a vida, isso é democracia, como ocorreu com a CPMF, como ocorreu com a TV pública. Podemos todos discordar do momento do debate e da forma como foi feito, mas o resultado final é o voto no painel. E cada um assume sua responsabilidade.

Faço esse apelo, para que, de todas as formas, tentemos construir um entendimento. Se não dá para pagar tudo aquilo que gostaríamos, vamos ver o que é possível. Mas estou convencido, depois de conversar com diversos economistas – e repito as palavras do Senador Aloizio Mercadante –, de que temos de pensar numa política de recuperação dos benefícios dos aposentados e dos pensionistas.

Esse é o apelo que faço, Senador Mão Santa, que preside a sessão neste momento. Como não quero tirar o tempo dos outros Senadores, eu gostaria que V. Ex<sup>a</sup> considerasse como lidos meus pronunciamentos sobre o Dia Nacional da Água, que não pude fazer ontem, e sobre um tema do qual falo seguidamente desta tribuna: o dia 21 de março, que é o Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial.

Deixo aqui também, como contribuição para os Anais da Casa, trechos do discurso, que achei interessante, do candidato Obama, feito recentemente, quando enfrentou o debate sobre a questão racial. Ele é muito feliz quando diz que entende o momento até de raiva de brancos e de negros por aquilo que foi pregado no passado em relação ao conflito racial. E diz que o momento é de entendimento, de união e de todos caminharem juntos.

A contribuição que deixo para a Casa é o pronunciamento dele, que aponta para um novo momento,

porque acho que este é o caminho da humanidade: não haver nenhum tipo de discriminação, e brancos e negros caminharem juntos. No discurso, ele fala, inclusive, da votação que está havendo em comunidades onde há poucos negros.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente Mão Santa, mais uma vez, torcendo para que, se a pauta for desobstruída, possamos votar as políticas que recuperam os benefícios dos aposentados e dos pensionistas.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Desejo-lhe uma boa viagem para o Rio Grande do Sul. Que V. Ex<sup>a</sup> faça uma reflexão sobre a crucifixão de Cristo, porque, agora, estão crucifixando todos os nossos aposentados e os nossos velhinhos. Que, na outra semana, possamos trazer esperança aos nossos aposentados!

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa, isso passa pela desobstrução da pauta e pelo cumprimento do acordo que já fizemos. Diversos Senadores fizeram um apelo ao Presidente Garibaldi, que concordou: com pauta desobstruída, vota-se matéria relativa aos aposentados.

### **SEGUEM, NA ÍNTEGRA, DISCURSOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.**

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, hoje venho aqui falar sobre um assunto de vital importância para cada um de nós e para o nosso planeta: a água.

No próximo sábado, dia 22, estaremos comemorando o Dia Mundial da Água.

Instituído em 1992 durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Eco 92) a idéia é utilizar a data para discutir os diversos temas relacionados a esse importante bem natural.

No Brasil as discussões são lideradas e monitoradas pela Agência Nacional de Águas (ANA), o ministério do Meio Ambiente e entidades representativas da área.

De acordo com dados da Organização das Nações Unidas (ONU) 2.600 milhões de pessoas não têm acesso ao saneamento básico. O número corresponde a 40% da população mundial.

Dessas, mais de cem milhões estão nos países da América Latina e no Caribe.

A fim de analisar isso, o tema a ser discutido pelos governos mundiais em 2008 será “*Saneamento: o abastecimento de água potável encanada e a coleta e tratamento de pragas*”.

Senhoras e senhores senadores,



Ao debatermos essa temática estamos buscando meios de melhorar a vida de populações espalhadas por todo o planeta.

Mais, os países buscam cumprir um dos objetivos das Metas do Milênio: reduzir pela metade o número de pessoas que não têm acesso a esse serviço, até 2015.

E é aquilo: a água é fundamental para nossas vidas. Nós, seres humanos, somos 70% água.

Além disso, é preciso ter atenção para o fato de que a qualidade da água pode nos ajudar ou nos prejudicar a cumprir as demais Metas do Milênio.

Saneamento é uma questão ambiental e também de saúde pública.

Ainda de acordo com a ONU, mais de 1,5 milhão de pessoas na Ásia não têm acesso aos serviços de saneamento básico.

Com isso, essas pessoas ficam vulneráveis a diversas doenças como cólera, diarreia e desnutrição.

De acordo com o relatório, no mundo a cada 20 segundos uma criança morre em razão da falta de higiene.

Outro dado alarmante é que no Iraque milhões de famílias não têm acesso à água tratada, saneamento básico ou atendimento hospitalar. O número é de duas para cada três pessoas.

Segundo a Cruz Vermelha e a Anistia Internacional a situação é uma das mais críticas no mundo.

As pessoas gastam cerca de um terço de sua receita mensal (cerca de R\$ 250) para adquirir água limpa.

Quase um terço da população (8 milhões de pessoas) necessitam de ajuda humanitária. Milhares de crianças sofrem de diarreia e desnutrição.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) indica que para cada dólar gasto em saneamento tem-se US\$ 9 como retorno econômico.

Assim, se alcançarmos a redução de 50% de-sejada, teremos um ganho de aproximadamente US\$ 66 milhões por ano.

Senhor presidente,

Infelizmente essa realidade nos é muito próxima. Mesmo o Brasil tendo em seu território 12% das reservas de água doce do planeta.

Um estudo da Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústrias de Base (Abdib) mostra que o Brasil avançou em relação ao acesso à estrutura básica.

Porém, 95,6 milhões de brasileiros ainda não têm acesso adequado ao serviço de esgoto. A maioria dessas pessoas compõe as camadas econômicas mais baixas: 61,9% tem renda familiar de até três salários mínimos.

O governo federal, por meio do PAC, prevê investimentos de R\$ 156 bilhões para saneamento, urbanização de favelas e habitação. Isso de 2007 a 2010.

As pessoas precisam de água doce para suas ações diárias, não apenas para beber. Precisam de saneamento básico.

Sabemos também que a problemática em torno da água não é apenas social, mas também ambiental.

O planeta Terra é, em sua maioria, água. Porém, apenas 3% dessa água é doce, potável.

E, nesse pequeno universo, 99% está congelada nas regiões polares ou em rios e lagos subterrâneos, o que dificulta sua utilização.

Senhoras e Senhores Senadores,

Precisamos ficar atentos a essa questão tão importante que é a preservação das águas.

Conforme noticiado pela Imprensa, a Organização Não Governamental Defensoria da Água, criada em 2004 com a chancela do Ministério Público Federal, lançou a última edição do relatório "O estado real das águas no Brasil"

O Relatório indica que nós temos 21 mil áreas contaminadas no país. Os dados demonstram que a contaminação de cursos d'água, cresceu 280% entre 2004 e o ano passado, comparada aos 4 anos anteriores.

Isso afeta diretamente 5 milhões de pessoas e outras 15 milhões sofrem impactos indiretos.

A ONG fez uma análise de 454 notificações registradas pela população junto às empresas de saneamento e organismos de defesa do consumidor.

Ficou demonstrado neste relatório, que 38% do total das contaminações são de responsabilidade das indústrias de transformação e do agronegócio.

O despejo de material tóxico oriundo das atividades agroindustriais e industriais aparecem como fonte principal de contaminação.

O pior é que essas indústrias são responsáveis por 90% do consumo da água e devolvem essa água contaminada à natureza.

A entidade faz um alerta para a necessidade de maior controle ambiental na geração, tratamento e destino final do material contaminado.

O segundo vilão apontado da contaminação das águas, é o esgoto urbano caseiro.

O problema é que, somado à falta de tratamento adequado, o esse esgoto contribuiu para o assoreamento dos rios, lagos e lagoas, que infelizmente passam a ser depósitos do material contaminado.

Os lixões a céu aberto são outro grave problema. Em grande parte dos municípios eles não tem qualquer tratamento e podem trazer contaminação por rejeitos

industriais como arsênico, chumbo, mercúrio, benzeno e assim por diante.

O problema é tão grave que além de atingir o subsolo e ameaçar os lençóis freáticos, contamina a saúde das pessoas da comunidade.

Temos, entre vários exemplos, uma área, em Joinville, Santa Catarina, às margens da baía da Babilônia a última com resquício de Mata Atlântica, onde a Fundação Tupy deposita areia de fundição.

Esse produto tem alto índice de fenol que é considerado cancerígeno e perigoso por ser solúvel na água. Pode contaminar a baía onde vivem golfinhos.

Em Duque de Caxias, no Rio de Janeiro, na Cidade dos Meninos, que é uma área rural do município, estão armazenadas 400 mil toneladas de BHC, um produto de uso proibido.

Existe sério risco de que este rejeito químico esteja penetrando o lençol freático, agravando a contaminação da região costeira. Além disso já foram registrados casos de contaminação de pessoas e existem estimativas de que cerca de 40 mil possam estar contaminadas.

Senhor Presidente,

Quero destacar aqui, a importância do Aquífero Guarani, um dos maiores mananciais de água doce subterrânea do mundo.

Ele abrange quatro países: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

Tem uma extensão aproximada de 1,2 milhão de km, dos quais 840 mil estão no Brasil (Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Goiás, Mato Grosso e São Paulo).

As expectativas em torno do aquífero são grandes, pois, entre outras coisas, ele possui águas muito profundas o que garante boa proteção contra agentes poluidores.

Outro ponto positivo é sua localização que abrange regiões com grande concentração populacional, ou seja, mais pessoas buscando por água potável.

Há quem defenda projetos de expansão do uso dessa água para fins energéticos e agropecuários, porém os estudos sobre a viabilidade dessas idéias ainda estão sendo desenvolvidos.

Senhoras e senhores senadores,

Os problemas ligados à água são muitos: falta de acesso ao saneamento, poluição de rios e mares, poluentes jogados no ar, a camada de ozônio.

É importante que cada um de nós tenha bastante claro que todas as partes da natureza se relacionam.

Assim, toda ação deve ser muito bem pensada.

O problema não é apenas de ambientalistas, cientistas e governos.

O problema é de todos nós. E, dessa forma, a solução também está em nossas mãos.

E os pequenos gestos são importantíssimos!!

Muitas pessoas deixam a torneira aberta enquanto escovam os dentes, demoram horas e horas no banho, lavam automóveis ou calçadas deixando a mangueira aberta outras tantas jogam materiais nos rios e lagos. Produtos que podem levar anos para se decompor. O vidro, por exemplo, pode durar mais de quatro mil anos.

Essas são apenas algumas coisas que devemos observar em nosso dia-a-dia.

Sr Presidente, é necessário trabalhar para um equilíbrio ambiental mínimo capaz de manter os ciclos biológicos essenciais.

É preciso nos mobilizar no sentido de preservar o meio e promover o desenvolvimento sustentável da sociedade.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, todos sabemos que racismo e todos os outros preconceitos impedem o avanço das sociedades. Isso desde o campo das idéias quanto nos campos social, político, econômico.

É triste vermos que em pleno século XXI ainda existam pessoas que dão enorme importância à noção de raças diferentes e superiores umas às outras.

É constrangedor quando vemos pessoas renomadas, ganhadoras de prêmios reconhecidos internacionalmente, profissionais de sucesso, vêm a público para externar suas teorias discriminatórias.

A ações dessas pessoas, formadoras de opiniões, ajudam a propagar e firmar o racismo junto às demais pessoas.

Pelo mundo todo existem pessoas que valorizam de forma negativa as diferenças biológicas.

Infelizmente há quem acredite que a cor da pele, o tipo de cabelo, os costumes sociais e culturais, o fazem melhor ou pior que os demais.

E, repito, isso em 2008!!

Sabemos que o racismo tem sido utilizado a milhares de anos para justificar ações condenáveis.

Podemos citar os genocídios, o domínio de uns povos sobre outros e a escravidão. Esta a principal razão do racismo aqui no Brasil.

Em nosso país os negros e os índios são os que mais sofrem com a discriminação racial.

E não temos medo ao afirmar que perpetuar o racismo é um meio de manter o poder, de defender o interesse de poucos.

Sr. Presidente, talvez poucos saibam, mas no século XV, quando os portugueses expandiam seus

domínios, os primeiros contatos com os povos da África não tiveram conflitos de origem racial.

O que havia eram contratos comerciais. Havia a venda de escravos, porém essa prática horrenda visava aumentar o número de trabalhadores. Ou seja, a discussão em torno das raças não era levantada.

Porém, no século XIX as colonizações feitas por europeus precisavam de justificativas para impor aos povos colonizados suas leis e costumes.

Aí, no caso dos negros, o que se começou a propagar é que eles eram inferiores em razão de sua cor, de seus traços, de seus costumes.

Com os índios não foi muito diferente. Basta vermos que a maioria foi dizimada.

Chegamos a ver absurdos como a escravidão no Brasil, a última a ser abolida, e o apartheid na África do Sul.

No Brasil a escravidão serviu para enriquecer alguns. Mas, como todos sabemos, escravizar um grupo de pessoas não seria visto com bons olhos.

Assim, difundiu-se a idéia de que os negros eram inferiores, de que não possuíam alma.

Essa é a forma que os racistas encontram para justificar as hegemonias política, histórica e econômica.

E por isso, senhoras e senhores senadores, que hoje temos tantas diferenças sociais e econômicas em nosso país.

Não é a toa que a maioria dos brasileiros que compõem as camadas mais baixas da população são negros.

Não é a toa que a maioria dos estudantes negros não tem acesso ao ensino superior.

Também não é por acaso que praticamente não existam negros ocupando postos de destaque.

Isso apenas para citar algumas coisas.

Sr. Presidente, na próxima sexta estaremos comemorando o Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial.

Que essa data sirva para que possamos nos colocar no lugar do outro.

A maioria de nós reage de forma negativa quando vemos em um filme, uma notícia ou em uma novela, um negro ser humilhado, destrutado.

É importante trazermos isso para as nossas vidas.

O que se mostra nesses meios e em tantos outros não é ficção, mas realidade. Acontece todos os dias.

É preciso parar para pensar se nossos atos estão condizentes com nossa repulsa ao vermos cenas discriminatórias.

Precisamos avaliar se quando atravessamos a rua ao ver um maltrapilho fazemos isso por medo da violência ou por ele ser negro.

Temos de analisar as razões pelas quais condenamos o namoro de nossos filhos com negros, entre tantas outras coisas.

Essas ações são racistas, são discriminatórias. Tratar um negro bem não é sinônimo de não ser racista. O racismo velado é tão ruim e prejudicial quanto o declarado.

Por isso sempre digo: os abolicionistas de hoje não podem descansar um minuto sequer.

Precisam lutar por igualdade de direitos. Coisa que sabemos não existir por completo aqui no Brasil.

É preciso lutar para que todos tenham suas capacidades reconhecidas, para terem as mesmas oportunidades e os mesmos direitos.

Como legisladores temos de aprovar matérias que nos possibilitem traçar caminhos para a inclusão social, cultural, econômica e política.

Matérias que devem ser debatidas pelo Legislativo, Judiciário e Executivo.

Também é preciso aprovarmos matérias tais como o PL 73/99, da deputada Nice Lobão, que institui o sistema de cotas nas universidades federais e nas instituições públicas de ensino técnico de nível médio.

A PEC 2/06, de nossa autoria, que institui o Fundo Nacional de Promoção da Igualdade Racial e que garantirá verbas para campanhas e políticas voltadas à população negra.

Srs e Srs. Senadores, há ainda o Estatuto da Igualdade Racial, o PLS 213/03. Já aprovado por unanimidade pelo Senado, ele prevê, entre outras coisas:

- o acesso universal e igualitário ao Sistema Único de Saúde;

- respeito as atividades educacionais, culturais, esportivas e de lazer, adequadas aos interesses dessa parcela da população;

- que os remanescentes das comunidades quilombolas terão direito à propriedade definitiva das terras que ocupavam;

- o reconhecimento do direito à liberdade de consciência e de crença dos afro-brasileiros e da dignidade dos cultos e religiões de matriz africana praticadas no Brasil;

Hoje o Estatuto está na Câmara dos Deputados e precisamos nos manter firmes em nossa luta para que a matéria seja votada. Precisamos avançar, nunca regredir ou estancar.

Sr. Presidente, essas conquistas apenas serão possíveis por meio da ação, da luta, da persistência.

Precisamos fazer de todos os dias, o dia de luta contra a discriminação racial.

Se cada população fizer isso em seus países certamente estaremos avançando para a construção de um mundo melhor.

A busca por isso deve ser de todas as pessoas e de todos os organismos, independente da localidade, da língua, das crenças.

Precisamos alterar coisas que podem parecer bobagens para muitos, mas, são as pequenas mudanças que geram as grandes.

É aquilo: o que passou não pode ser alterado, mas o que vai acontecer está em nossas mãos.

O que buscamos é modificar o pensamento em relação às nações negras e indígenas.

Queremos eliminar os preconceitos. Todos precisam ser respeitados: mulheres, crianças, pessoas com deficiência, idosos, aqueles que defendem a livre orientação sexual, estrangeiros, as mais diversas religiões e crenças, enfim, tudo e todos.

Não existe um padrão a ser seguido. Uma pessoa deve ser considerada exemplo em razão de suas atitudes.

Apenas isso transforma uma pessoa em alguém melhor.

Era o que tinha a dizer,

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos para usar da palavra o Senador Romeu Tuma, que estava presidindo a Mesa. Em seguida, como Líder, o Senador Sérgio Guerra, Presidente do PSDB; logo após, o Senador Augusto Botelho. (Pausa.)

Pela gentileza que o estereotipa, o Senador Romeu Tuma cede a vez ao Presidente do PSDB, Sérgio Guerra.

**O SR. SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, primeiro agradeço a deferência do Senador Tuma, que, com a sua cordialidade, marca sua atuação parlamentar. Uma segunda e rápida palavra sobre o pronunciamento do Senador Paim, um pronunciamento equilibrado, positivo, construtivo, como deveria ser a marca do Congresso no geral. Ele não fugiu dos seus compromissos assumidos há muitos anos, tem suas opiniões e as defende com independência e altivez e tem o respeito de todos nós.

Sr. Presidente, sobre essa questão das medidas provisórias, que neste instante polariza em parte a discussão do Congresso Nacional, tenho um raciocínio muito claro. Se as medidas provisórias se reduzissem ao seu conteúdo, ao que as justificaria – urgência e relevância –, elas seriam um instrumento positivo na atuação parlamentar e executiva. O fato é que o próprio Executivo, com o passar dos anos, se acomodou a uma política permissiva, que é muito cômoda para o Executivo e depreciativa para o Legislativo, que é a

de emitir medidas provisórias em grande quantidade para resolver problemas gerenciais e administrativos que poderiam ser resolvidos por outro caminho legal e diz respeito à atuação parlamentar. Esse hábito, esse processo desorganiza o Governo.

De maneira que eu tenho aqui, na minha íntima convicção, a idéia de que, mesmo que o Governo decida agora ter uma política de maior responsabilidade na emissão de medidas provisórias, ele teria sérias dificuldades de transformar essa sua opinião, essa sua vontade em resultados. Porque o próprio Governo, o hábito de atuar, a forma como essa atuação produz desorganização, teria extrema dificuldade de se estruturar em uma outra base mais racional. Há uma adaptação. E essa adaptação implica uma transição que, eu tenho a impressão, as autoridades não estão decididas a promover. Percebo que, nesse assunto das medidas provisórias, como em muitos assuntos, há sempre duas tendências no próprio Governo: setores do Governo defendem negociação, acordo, respeito, convivência; setores do Governo não defendem isso. Tomam atitude de confronto, rolo compressor, cooptação.

A história do Congresso e do Senado, de maneira especial, nos últimos tempos, tem sido este permanente vai-e-vem: numa hora, a ação é construtiva – desejo de negociação, desejo do ajuste correto; noutra hora, é atitude arbitrária de passar por cima de regras, costumes, hábitos, passar por cima da oposição, passar por cima da verdade, evitar fiscalização e desestruturar comissões parlamentares de inquérito, que deveriam cumprir o seu papel e que são impedidas de cumpri-lo. Tudo isso aponta na direção da contrademocracia e que termina prevalecendo.

Eu fiz algumas notas aqui para as quais eu gostaria de chamar a atenção dos companheiros Senadores. As medidas provisórias assolam a agenda do Legislativo. Gostaria, hoje, de tratar, especificamente, daquelas medidas que abrem créditos extraordinários. Parece-me, esse quadro – de créditos extraordinários –, parte de um grande desequilíbrio de funcionamento do Congresso no que diz respeito ao Orçamento, no sentido mais amplo, e às contas públicas em particular. O Congresso tem-se demonstrado absolutamente incapaz de cuidar de Orçamento e da fiscalização das contas públicas. E o Executivo tem-se demonstrado absolutamente decidido a evitar que essa fiscalização se dê.

A abertura de créditos orçamentários, por tratarem de prerrogativas financeiras entre poderes constituídos, tem seu disciplinamento fixado nas constituições. Sempre foi assim e assim é que deve ser.

Os créditos orçamentários dependem, como regra geral, de aprovação, pelo Legislativo, da lei orçamen-



tária e de crédito suplementar ou de crédito especial. Essa é a regra que sempre presidiu o funcionamento da atividade parlamentar no que diz respeito a créditos ao Orçamento, que, como todo mundo sabe, são defeituosos e inconsistentes. Além disso, o §3º da art. 167 da Constituição – e isso é muito importante – circunscreve a possibilidade de abertura de crédito do tipo extraordinário somente para atender a despesas imprevisíveis – isso em relação a créditos – e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública. Somente nesses casos de imprevisibilidade e urgência, como nos decorrentes de guerra, comoção interna e calamidade pública, justificam-se medidas provisórias para créditos extraordinários. Não bastam, portanto, a relevância e a urgência, como se dá em qualquer medida provisória, tornando-se indispensável também a imprevisibilidade dos gastos. Está previsto, é norma, é lei, que só gastos imprevisíveis podem ser transformados em medidas provisórias em matéria de créditos extraordinários.

Nada disso acontece. O que era para ser extraordinário, no entanto, virou política e prática comuns. O montante de medidas provisórias abrindo créditos extraordinários é crescente nos últimos anos, como demonstrarei a seguir.

O uso abusivo pelo Poder Executivo de medidas provisórias para abrir créditos extraordinários contraria a Constituição, porque a maior parte desses gastos não atende aos requisitos de urgência e de imprevisibilidade. Eles têm de ser imprevisíveis.

Durante o Governo do Presidente Lula – é importante que os democratas que apóiam o Governo prestem atenção a isto, porque essa não é uma questão do Governo, mas da democracia –, houve cinco créditos extraordinários, somando R\$2,6 bilhões no ano de 2003. Esse número foi crescendo até atingir, em 2007, o total de vinte créditos extraordinários, em montante de R\$48,2 bilhões.

Isso é um absurdo! É um exagero. Não é defensável. Não haverá aqui nenhum político democrático que sustente e justifique uma decisão dessas. Quarenta e oito bilhões de reais, muito mais do que todo o investimento público, chegam aqui na forma de créditos extraordinários, por medida provisória, que não são examinados e que passam aqui na volúpia incesante da desconstrução do Legislativo.

Faço aqui um exercício de números. Em 2003, foram cinco, que valeram R\$2,6 bilhões; em 2004, foram 10, que valeram R\$8 bilhões; em 2005, foram 17, que valeram R\$12 bilhões, muito mais do que todo o investimento nacional; em 2006, foram 26, que valeram R\$27,4 bilhões; em 2007, foram 20, que valeram R\$48,2 bilhões. Estou falando de bilhões de reais e

não de milhões de reais. Quarenta e oito bilhões e duzentos milhões de reais, na forma de crédito extraordinário de despesas que deveriam ser imprevisíveis e que não o são.

Agora, em 2008, até o dia 1º de março, já somam R\$12,5 bilhões.

Eu me pergunto: qual é o papel do Congresso e o que estamos fazendo aqui? Isso não é brincadeira. São créditos de montante extraordinário.

Do montante de R\$48,2 bilhões, de 2007, R\$24 bilhões foram destinados ao custeio, outras despesas correntes – portanto, custeio tem a ver com despesa corrente, com folha de pagamento, com despesas completamente previsíveis, que estão na LDO, que são projetadas para todo o ano; R\$16,5 bilhões para investimentos; e R\$7,5 bilhões para empréstimos e inversões financeiras.

Grande parte das dotações abertas corresponde a projetos que constam da programação do Plano Plurianual. Previsíveis, portanto. O Plano Plurianual prevê o seu ano de execução e mais três anos na frente – são quatro anos.

Num país como o Brasil, que nunca trabalhou de fato, a não ser num passado muito antigo, com previsão de longo prazo e planejamento de fato, de real, quatro anos de macroplanejamento é tempo demais, previsibilidade demais. Como justificar que o que está projetado para quatro anos de execução seja imprevisível, urgente? Não tem o menor sentido. É contra a lógica, o bom senso.

Estou falando que apenas no Ministério dos Transportes, com essa mesma característica, foram abertos e efetivados R\$3,1 bilhões em créditos extraordinários – R\$3 bilhões é mais do que o Governo investe normalmente em todas as obras de recuperação e construção de estradas no País. Na Integração Nacional, R\$1,5 bilhão; e, no Ministério das Cidades, R\$3,3 bilhões.

São números assustadores, números brutais! Nós vivemos aqui falando de emendas de dez milhões, de cinco milhões, de doze milhões, de vinte milhões, brigando, em nossos Estados, por dotações de dez, vinte, trinta, quarenta milhões de reais! Estou falando aqui de R\$48 bilhões, de Ministérios que gastaram R\$3,3 bilhões, R\$1,5 bilhão e R\$3,1 bilhões!

É um absurdo! Não há como defender isso. Isso é uma agressão. Não precisa ser do PT, do PSDB, do PMDB, de qualquer partido para não aceitar uma coisa dessas. Basta ser democrata, basta ter respeito pelo povo que elegeu parlamentares para cumprir o seu papel. Fico rigorosamente indignado, com absoluta sinceridade!

Tratam-se de ações totalmente previsíveis, muitas delas integrantes do Plano Plurianual e do PAC – des-

se tal PAC – e que, portanto, possuem planejamento e programação intensiva. Ora, o que está no PAC tem planejamento e programação intensiva. Projeto executivo: noventa por cento dos casos. Como dizer que é imprevisível? Como é urgente? Não faz o menor sentido! É um absurdo!

Cito alguns exemplos:

“Construção de trecho ferroviário da Ferrovia Norte–Sul e reaparelhamento administrativo da Valec” – Medida Provisória nº 402, de 2007.

Ora, não se pode construir um trecho ferroviário sem planejamento, sem projeto executivo. Eu me lembro, há muitos anos, no gabinete do Vice-Presidente Marco Maciel, aqui presente, quando discutíamos sobre a Ferrovia Transnordestina, S. Ex<sup>a</sup>, então Vice-Presidente da República, interrompeu nossa reunião – estavam presentes representantes da Companhia Siderúrgica Nacional, da Vale do Rio Doce, acionistas da CFN – e perguntou: “Vocês têm projeto?” – lembra-se disso, Presidente? –, “O projeto está pronto?”. Não havia projeto pronto. E até hoje a ferrovia não saiu do papel.

Esses que estão aqui têm projeto executivo. Se não tivessem, não estariam aqui ou não poderiam estar aqui, e transformaram-se em crédito extraordinário por medida provisória.

“Restauração e manutenção de trechos rodoviários.” Como não prever manutenção de trecho rodoviário e restauração? É absolutamente óbvio, e tem coeficiente para isso, exames metódicos, absolutamente claros, de previsão. Pode-se deixar de fazer, mas a previsão existe para que ela tivesse de ser feita. Então, restauração e manutenção de trechos rodoviários em praticamente todas as rodovias. Em todas as rodovias brasileiras, créditos extraordinários foram usados para fazer restauração e manutenção das rodovias, em desrespeito total às regras que presidem o funcionamento das contas públicas no Congresso.

“Obras de integração do rio São Francisco e perímetro de irrigação.” Tudo isso tem projeto, tudo isso é previsível. Não tem o menor sentido que isso seja matéria de medida provisória. É um absurdo!

“Obras e portos. Portos de Itaguaí, Rio de Janeiro e outros.” É claro que ninguém vai fazer obra de porto sem ter o projeto, sem ter previsão.

“Obras de saneamento em geral.”

Estou falando em algo que vale mais de R\$20 bilhões somente nesses itens. Isso aparece e foi aprovado aqui como crédito extraordinário, no Congresso, do qual fazemos parte, na forma de medidas provisórias.

Vamos continuar com isso? Vamos permitir que isso continue? Faz sentido isso? Isso pode ser objeto de negociação política? Não. Não pode haver negociação política sobre a lei: ou se cumpre ou não se

cumprir a lei; ou se cumpre o que está determinado, o que é certo e correto e determinado em uma matéria dessa relevância, desse tamanho, desses valores, ou não se estará cumprindo nada e não há que se exigir nada de ninguém. É o regime da permissividade total e da inconsequência absoluta.

É incrível o montante de créditos extraordinários abertos em 2007.

A conta de investimento, já em 2007, é de R\$16,5 bilhões. Ainda mais inacreditável é o fato de que grande parte deles não foi executada em 2007. Mesmo sendo urgentes, mesmo sendo imprescindíveis, mesmo sendo relevantes, mesmo sendo imprevisíveis do ponto de vista do que deveriam ser, não foram sequer executados. Portanto, não eram nem urgentes, nem eram relevantes, nem eram imprevisíveis, tanto que não foram executados. Eu não estou falando de 10% nem 20%: mais de 50% não foram executados.

O valor pago, em 2007, corresponde ao valor de cerca de 20% do valor aberto no mesmo ano. Do que era urgente, imprescindível, inadiável, apenas 20% foi pago, 80% não foi. Isso é uma fraude, que passa por todos nós todos os dias e contra a qual nós não nos indignamos.

Por exemplo, não está presente, aqui, o Senador Aloizio Mercadante, infelizmente, que conversa sempre comigo sobre essas coisas. Por exemplo, Mercadante é uma pessoa que tem conhecimento da questão, do que estou tratando. Como é que ele poderia explicar uma posição dessas? Ou outros Senadores que têm maior foco nesse assunto, como qualquer Senador que tem preocupação com a democracia.

Não dá! Não dá para fazer isso e continuar desse jeito! Não estou sendo radical. Não estou sendo nada disso. Estou sendo a favor do Congresso, a favor do papel que nós cumprimos aqui, do voto que nós recebemos, dos partidos que nós somos, que têm programas, que deviam honrar a democracia.

O uso de medidas provisórias serve, na maior partes da vezes, como atalho à negociação política. Você usa a medida provisória quando você recebe uma pressão. E, em vez de – porque sempre tem origem numa pressão política – resolvê-la de forma normal, pela via orçamentária, com previsão, projeto e aprovação no Congresso, você usa medida provisória. Essa é a regra.

Mais ainda: os créditos extraordinários são financiados basicamente por duas fontes: superávit financeiro da União, R\$24,3 bilhões – números de 2007 – e anulação de outras dotações, R\$19,4 bilhões.

Sabe o que é isso? Quem pagou esses créditos extraordinários, na verdade, foi o Orçamento que nós aprovamos e que não valeu. Ele não valeu em R\$40

bilhões. Vinte e quatro com dezenove... Quarenta e quatro bilhões de reais. Foi brincadeira! O Governo desconstruiu o que foi feito aqui. Por isso é que não presta atenção ao Orçamento e que o transforma apenas em moeda de troca para manter maioria parlamentar. Esse é que é o fato concreto. Responsabilidade econômica? Nada disso. Só com o FMI quando o FMI fiscalizava, e, agora, com certos interesses que não são exatamente os do povo.

A primeira fonte é de natureza puramente financeira e contábil. Não corresponde à nova receita corrente – falo do superávit. O resultado prático do seu uso nos créditos extraordinários é o aumento da necessidade de contingenciamento das demais dotações regulares. Como há o crédito e não há o orçamento para o crédito, contingencia-se o orçamento feito. O que nós fazemos não vale nada. Fica contingenciado, submetido à decisão do gerente de plantão em qualquer Ministério.

A segunda fonte que financia os créditos extraordinários corresponde à anulação direta de dotações regularmente aprovadas durante a apreciação da peça orçamentária. É a simples anulação do que aprovamos, direta, objetiva, clara: “Corte-se isto aqui e ponha-se lá”, na forma de crédito extraordinário indevido. Ou seja, num e noutro caso, a abertura generalizada de créditos subverte as prioridades, neutraliza e distorce os mecanismos de discussão da lei orçamentária que, por sua natureza, já são incompletos e desequilibrados.

Ao reduzir a necessidade de manter as negociações políticas em torno do orçamento, se tudo pode ser feito em medida provisória, o Governo passa a concentrar poder, o que é ruim para a democracia e a sociedade. Não existe democracia nesse assunto, nenhuma democracia, nem respeito às leis, e muito menos consideração com o Congresso.

Na minha cabeça – e creio que na de qualquer pessoa de bom senso –, propomos que as situações de abertura de créditos extraordinários sejam taxativas: guerra, comoções internas, calamidade pública e não meramente exemplificativas, como são essas que chegam aqui. Se não mudarmos isso, não estaremos mudando de fato o conteúdo dessas medidas provisórias.

As medidas provisórias de caráter político e social chamam a atenção da maioria da sociedade. Essas medidas provisórias que tratam de recursos desse tipo não chamam a atenção da sociedade, são herméticas do ponto de vista da compreensão pública. Então, elas passam, e vão passando, com a brutal e total falta de desempenho democrático. Eu concordo em dizer que, se eu fosse do PT e sendo democrata, eu faria este discurso que fiz aqui; se estivesse no Governo,

eu faria também, porque não se trata de um discurso de oposição, mas de um discurso da democracia, que precisa ser restaurada enquanto é tempo, porque fora dela e fora das regras o que sobram é a radicalização e o populismo, que engordam de votos alguns e enfraquecem de fato a sociedade, a democracia e o futuro do País.

Eu ouço o nobre Senador Romeu Tuma.

**O Sr. Romeu Tuma** (PTB – SP) – Senador Sérgio Guerra, praticamente V. Ex<sup>a</sup> esgotou o assunto. O que me preocupa é saber qual o papel da Comissão de Orçamento diante dos números de suplementação de verbas que V. Ex<sup>a</sup> ofereceu. Então, eu...

**O SR. SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE) – Isso passa por fora da Comissão de Orçamento.

**O Sr. Romeu Tuma** (PTB – SP) – Hein?

**O SR. SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE) – Isso passa por fora. Não devia passar por lá, e não passa.

**O Sr. Romeu Tuma** (PTB – SP) – Qual é o papel, se há previsão? Ninguém pode prever uma emergência de guerra, mas pode prever a construção de uma estrada, de saneamento básico. São previsões de longo prazo, inclusive.

Criaram até a Secretaria Especial de Ações de Longo Prazo, provavelmente para organizar essas previsões. Então, questiono-me: qual é o papel da Comissão de Orçamento?

**O SR. SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE) – Acho que é um questionamento absolutamente correto.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex<sup>a</sup> completou 20 minutos; eu lhe dei mais três, no entanto, há outros oradores que o País ansiosamente aguarda.

**O SR. SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE) – Pois não, Presidente. Vou responder rapidamente às consultas.

A Comissão de Orçamento deveria examinar esses créditos, se eles viessem na forma de crédito; não vêm.

Concedo o aparte ao Senador Arthur Virgílio.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Senador Sérgio Guerra, de maneira bastante breve, conforme entendimento do nosso Partido, ontem já explicitiei ao Presidente Garibaldi Alves que o nosso Partido não indicaria nomes para a próxima Comissão de Orçamento, porque a nossa luta, o nosso objetivo é no sentido de acabar com a Comissão tal como ela hoje funciona, para adotarmos a idéia, que é de V. Ex<sup>a</sup> inclusive, de cada tema ser apreciado por cada Comissão Temática de uma Casa e da outra depois, com o afunilamento disso sendo feito por uma Comissão de Sistematização,

a exemplo do que ocorrera na Constituinte. E queremos ver a Comissão funcionando de dia ao invés dessas reuniões à noite – não vejo por que esses serões todos. Têm de ser de dia, com a imprensa alerta, talvez até mais do que já esteve em relação ao que se passa naquela Comissão. Em segundo lugar, digo a V. Ex<sup>a</sup> que concordo com seu pronunciamento em gênero, número e grau. Os créditos extraordinários, via medida provisória, proíbem a execução orçamentária, desmoralizam a existência do Congresso e facilitam, de maneira absolutamente irregular, inconstitucional, a vida do Governo. Terceiro, que o nosso Partido, em documentos e petições firmadas por V. Ex<sup>a</sup>, já tem mais de meia dúzia de ações diretas de inconstitucionalidade contra medidas provisórias que estabelecem créditos extraordinários a serem apreciados pelo Congresso Nacional. Portanto, a nossa posição é muito clara. Além de todas as razões que temos para nos insurgir em relação ao que chamam de normalidade aqui – querem que nós nos portemos com normalidade dentro de uma situação anômala, anormal –, além de todas elas, que vêm do episódio lamentável daquela sessão da esperteza, enfim, temos um claro objetivo – e nisso nós nos somamos ao DEM e o DEM se soma conosco –: não facilitarmos a aprovação de qualquer medida de crédito extraordinário aqui. Enquanto aguardamos o pronunciamento do Supremo, obstaculizaremos, sistematicamente, todas as medidas provisórias que venham a disciplinar essa questão, que venham a procurar oferecer a facilidade dos créditos extraordinários para o Governo Federal. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>, que fez um discurso longo, mas muito proveitoso para quem o ouviu e para os seus Colegas. Muito obrigado.

**O SR. SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE) – Agradeço a palavra do Líder Arthur Virgílio, e ouço o Senador Marco Maciel.

**O Sr. Marco Maciel** (DEM – PE) – Nobre Senador Sérgio Guerra, Presidente Nacional do PSDB, eu gostaria de começar o meu brevíssimo aparte fazendo uma observação óbvia: em todos os parlamentos do mundo, a peça mais importante que se vota anualmente é o Orçamento. Daí por que as atenções da coletividade se voltam justamente para a discussão e votação do Orçamento.

No Brasil, diferentemente do que ocorre em todo o mundo “civilizado”, o Orçamento é uma peça que não é levada a sério. É mais um instrumento de ficção do que, uma peça que tenha a ver com o programa de Governo. Isso precisa acabar.

Talvez deva ser essa a nossa principal tarefa neste ano legislativo, porque, sem isso, vamos continuar, obviamente, extremamente defasados com relação ao que acontece nos países mais modernos e mais bem-

sucedidos. Em segundo lugar, com relação à medida provisória, desde que foi discutida a última versão que se expressa por meio da Emenda Constitucional nº 32, de 2002, sempre considerei, naquela ocasião na Vice-Presidência da República, que essa não era uma boa emenda, por várias razões.

Primeiro, pela criação do instituto de trancamento de pauta. Em segundo lugar, por não limitar a matéria que objeto de deliberação. Fala-se muito do regime militar. Mas é bom lembrar que o decreto-lei, que correspondia ao que hoje significa, na Constituição de 88, as medidas provisórias, só era possível legislar sobre dois assuntos: segurança nacional e finanças, desde que não houvesse aumento de despesas. Depois, houve uma modificação para incluir também a questão do servidor público. Só nesses casos era possível baixar decreto-lei. Outra observação: a medida provisória – como se tem chamado a atenção com insistência – é um mecanismo do regime parlamentarista.

Uma vez que mantivemos o presidencialismo, não tem sentido a existência do instrumento da medida provisória. Por fim, precisamos verificar que os pressupostos de urgência e relevância também não são respeitados. Se a Casa fizesse como, aliás, recomenda a Emenda nº 32, Comissões para apreciá-las, certamente não daria parecer pela admissibilidade das respectivas medidas.

Então, está na hora de incluirmos, como algo inadiável, ainda neste ano legislativo, peça uma fundamental das chamadas reformas institucionais: a questão do orçamento, estabelecendo-se novas técnicas de elaboração orçamentária – e V. Ex<sup>a</sup> é doutor nessa questão –, e, em segundo lugar, tratar também da questão das medidas provisórias, porque, da forma como são usadas pelo Executivo, distorcem totalmente os objetivos para os quais foram criadas.

**O SR. SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE) – Obrigado pelo aparte esclarecedor do Presidente Marco Maciel.

Concedo o aparte ao Senador Cristovam Buarque.

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT – DF) – Senador Sérgio Guerra, hoje, todos os oradores falaram em medidas provisórias. Senti, ao escutar o discurso de Pedro Simon, que ele estava voltando ao tempo em que, no regime militar, a gente precisava fazer uma resistência. E é mais ou menos a mesma coisa. Obviamente, não há prisão nem exílio, mas o poder do Executivo, com as medidas provisórias, sendo usado esse poder da maneira arbitrária, generalizada como está sendo, é um regime de eliminação do papel do Congresso: fica aberto, mas não funciona. Hoje, a gente precisa fazer uma resistência muito mais profunda às medidas provi-



sórias do que nos últimos meses muitos falavam. Hoje é uma questão de sobrevivência do Congresso...

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT – DF) – ...da forma como elas estão sendo usadas pelo Executivo. Sempre fui daqueles que disse, desde a Constituinte, lá fora, que precisávamos das medidas provisórias. Nunca fui contra. A velocidade como hoje acontecem as coisas exige que o Poder Executivo tenha algum instrumento que lhe dê agilidade, mas não de maneira arbitrária, autoritária e quase ditatorial, como está sendo. Então, esse é um ponto em que temos de fazer alguma resistência. E não pode ser só o discurso, porque a gente está tão irrelevante, que a gente faz discurso, discurso, discurso, e não adianta nada! Tem que se de pensar em algum gesto concreto. Segundo, sobre o Orçamento. O Senador Marco Maciel disse bem: o ponto chave do processo legislativo é a formação do Orçamento. Eu, que defendo transformações neste País, não tenho a menor dúvida. Houve um tempo em que a transformação vinha da desapropriação do capital, da desapropriação da terra... Não é mais isso! Hoje, o lugar onde se pode fazer uma revolução é no Orçamento. Dizia sempre que, se eu fosse da Comissão de Orçamento, eu viria vestido de guerrilheiro, porque é ali que se fazem as mudanças. Terminaram me colocando na Comissão de Orçamento, mas nem fui, porque, da segunda vez, a gente percebe que aquilo é praticamente uma farsa e uma manipulação muito grande. Temos de parar as medidas provisórias, como elas vêm, e temos de mudar a maneira como o Congresso participa da elaboração do Orçamento. É ali que a gente muda o País. Como está aí, a gente não está mudando coisa alguma, estamos ficando irrelevantes. O Orçamento todo é uma peça de quase medida provisória, ou uma medida provisória disfarçada. O Poder Executivo decide, a gente ratifica, e algumas migalhas são usadas de maneira nem sempre decente nas emendas que são feitas aqui. Parabenizo V. Ex<sup>a</sup>, mas quero cobrar algo mais de todos nós, não só do senhor: algum gesto a gente precisa fazer sem precisar de tanque de guerra, sem precisar de fechar o Congresso, senão ficaremos irrelevantes, e aí não haverá mais democracia.

**O SR. SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE) – Agradeço o aparte que fez o Senador Cristovam Buarque com a lucidez que o caracteriza.

Estou falando de cem bilhões, Senador, que foram aprovados na forma de medida provisória de crédito extraordinário, distante das suas finalidades, por fora do Congresso, por fora da democracia.

Ouçô o Senador Flexa Ribeiro.

**O Sr. Flexa Ribeiro** (PSDB – PA) – Senador Sérgio Guerra, V. Ex.<sup>a</sup> é, sem sombra de dúvida, um dos Senadores de maior conhecimento da questão orçamentária do nosso País. E V. Ex.<sup>a</sup> tem repetidas vezes falado aqui das transformações que precisam ocorrer na Comissão Mista de Orçamento. Pouco antes da aprovação do orçamento, nós, pelo PSDB, nos colocamos em uma posição de afastamento total por não aceitarmos a forma como lá estava sendo conduzida com a criação de um anexo, com a distribuição de recursos inexistentes porque precisavam ser tirados da Lei Kandir e V. Ex.<sup>a</sup> sempre se posicionou sempre contrário a isso. Finalmente, o Senador Francisco Dornelles fez uma reavaliação da receita e conseguiu mais setecentos milhões para atender a área rural e os tribunais superiores. Assim, não foi preciso mexer na Lei Kandir...

*(Interrupção do som.)*

**O Sr Flexa Ribeiro** (PSDB – PA) – ... e, por uma ação do PSDB, encabeçada por V. Ex.<sup>a</sup> e pelo nosso Líder, Senador Senador Arthur Virgílio, foi possível fazer a mudança daquele anexo para que, em vez de atender a alguns Parlamentares, fosse feita a divisão por Estado, conforme critério proposto até pelo Líder do PT. Então. Quero parabenizar V. Ex.<sup>a</sup>. Acho que não podemos coonestar aquilo que está sendo feito lá. Temos realmente que fazer a proposta como V. Ex.<sup>a</sup> tem dito aqui, de alterar substancialmente a condução da formatação do Orçamento. E hoje V. Ex.<sup>a</sup> traz ao conhecimento do Brasil todo que o Orçamento é uma peça...

*(Interrupção do som.)*

**O Sr Flexa Ribeiro** (PSDB – PA) – ... de ficção, porque o Governo age com decreto legislativo abrindo créditos suplementares, que são inconstitucionais, como aqui já foi dito. Parabéns a V. Ex.<sup>a</sup>, que é um defensor permanente da legalidade no Senado Federal.

**O SR. SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE) – Quero agradecer ao Senador Mão Santa, que até então presidiu esta sessão, a compreensão e a generosidade. O Senador Mão Santa é uma pessoa que tem os pés no chão, fala para o povo e sabe ouvir o que o povo pensa. Tenho grande admiração por ele.

Senador Magno Malta, estou apenas reafirmando aqui o que muitas vezes escapa ao acompanhamento de muitos: foram aprovados créditos extraordinários indevidos da ordem de mais de R\$100 bilhões, em quatro anos, na forma de medidas provisórias – que somam mais de R\$100 bilhões, eu disse –, que deveriam ser créditos normais submetidos ao Congresso pelo processo normal, legal, previsível.

Que este Congresso não vote, nem o Senado muito menos, créditos desse tipo que não tenham a

característica de previsibilidade nem referência com calamidade ou situação de efetiva emergência, para que a gente não renuncie, de maneira escancarada, aos direitos democráticos daqueles que votaram conosco e que este Congresso tem a obrigação de honrar.

Agradeço a atenção e muito obrigado a todos que me apartearam.

*Durante o discurso do Sr. Sérgio Guerra, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Magno Malta, 4º Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Obrigado Senador Sérgio Guerra.

Tive o prazer de ser seu colega como Deputado Federal e sei que V. Ex<sup>a</sup> é uma das figuras que mais conhecem o Orçamento neste País. De maneira que quando fala o faz com conhecimento de causa.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – O Senador Mão Santa tem a palavra pela ordem.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Estava na Presidência e acompanhei o pronunciamento muito importante do Senador Sérgio Guerra.

Crédito extraordinário...

Senador Magno Malta, diga ao Presidente Chinaglia e ao Presidente Garibaldi que eles estão tornando este Congresso ridículo. Este Congresso está mais fraco do que a Câmara Municipal de Parnaíba e Assembleia Legislativa do Estado do Piauí. Fui prefeito e governei aquele Estado.

Crédito extraordinário eu pedi, mas a gente faz isso em outubro, novembro. Em março ter com essa avalanche, Magno Malta! Isso é ridículo. Chinaglia e Garibaldi estão tornando este Congresso ridículo.

Eu fui prefeitinho, e os vereadores não deixariam pedir crédito extraordinário em março. Isso é falta de planejamento. É não saber onde estamos nem para aonde vamos. João Paulo dos Reis Velloso, no período revolucionário, já fazia o I PND, o II PND. Em março entrar com medida provisória pedindo crédito extraordinário torna esta Casa medíocre. A Câmara Municipal de Parnaíba, da qual fui prefeito, e a Assembleia Legislativa do Piauí eram mais eficientes. Que eu pedi, pedi, Senador Arthur Virgílio. Mas, isso foi em outubro, em novembro, e não no começo do ano.

**O SR. PRESIDENTE** (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Concedo a palavra ao eminente Senador Romeu Tuma, meu colega, que vai integrar comigo a CPI da Pedofilia, para que possamos, juntos, Senador Romeu

Tuma, V. Ex<sup>a</sup> que é da área de segurança neste país, responder à nação e criar instrumentos legislativos para defender nossas crianças e as famílias desse mal desgraçado que prolifera tão fortemente no Brasil.

V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. ROMEU TUMA** (PTB – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Magno Malta, agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Estou amargurado, profundamente amargurado, no mundo que o Brasil vive hoje. Relatei a V. Ex<sup>a</sup>, que também ficou indignado, que há mães que alugam as filhas de um a seis anos para exploração da pedofilia. Eu questiono: onde estamos vivendo? É um mundo tão terrivelmente antagônico a qualquer formação de religiosidade, de respeito e de amor ao próximo, em que uma mãe, por um canalha, cede sua filha, de um a seis anos, para ser explorada fotograficamente. E quem compra esses serviços?

Pelo amor de Deus. Acho que é inaceitável. Acho que V. Ex<sup>a</sup>, em boa hora, pede a instalação urgente dessa CPI, para que a gente possa realmente alcançar essa marginalidade, que pratica um crime abominável – não diria nem hediondo, mas abominável –, que não há nenhum tipo de comportamento que possa aceitá-la.

Eu vim a esta tribuna, Senador, para falar um pouco sobre a situação do Rio de Janeiro. O Governador Sérgio Cabral, nosso companheiro nesta Casa, tem mostrado a necessidade de um combate armado nos morros do Rio de Janeiro e, infelizmente os resultados estão caminhando vagarosamente. O Governo deu prioridade à instalação do PAC da Segurança em algumas favelas do Rio de Janeiro. Eu vou deixar para falar posteriormente, outro dia, sobre essa evolução e a esperança de que esse PAC realmente se realize e que possa dar uma tranquilidade maior às populações que vivem nos morros do Rio de Janeiro. E gostaria até que o Senador Magno Malta estivesse presente, porque, como evangélico, poderia ouvir e, talvez, dar alguma mensagem que colaborasse conosco.

Eu pediria ao Senador Sérgio Guerra, que fez um discurso antes de mim, para fazer uma referência ao SIGA Brasil, projeto que foi implantado pelo Senado Federal ainda no início da minha gestão como 1º Secretário da Casa, e a importância dele no acompanhamento das despesas orçamentárias. Vou questionar o responsável, para saber se essas liberações de verbas por medida provisória são ou não acompanhadas na sua execução pelo SIGA Brasil. Tinha guardado para falar outro dia, mas, como estive com a Ministra Ellen Gracie recentemente, para assinar um convênio entre o Senado e vários órgãos para troca de informações, acompanhamento orçamentário e outros tipos de atividades que digam

respeito ao dinheiro público, eu vou pedir licença para fazer um pronunciamento a esse respeito.

As transformações pelas quais passa uma sociedade inteira, principalmente as transformações em seu ambiente institucional, são freqüentemente transformações silenciosas, movidas por ações concretas de um sem-número de atores engajados no sonho de um país melhor.

Pois bem, Senhoras e Senhores, tenho enorme orgulho de voltar a esta tribuna para reiterar que o Senado Federal é um desses atores. Por intermédio de um grupo de seus servidores, da Consultoria de Orçamentos e do Prodasen, dentre os quais Dr. Fábio Gondim, Consultor-Geral de Orçamentos, que esteve à frente da luta para implantar e desenvolver um sistema de acompanhamento orçamentário no Legislativo, o Senado vem contribuindo para a transformação positiva de nosso País, disponibilizando a toda sociedade um instrumento de transparência orçamentária e financeira sem par em nível mundial. Esse instrumento é nosso sistema SIGA Brasil.

Gostaria de dar dois exemplos de como esta Casa, por intermédio do SIGA Brasil e do recém-lançado Portal do Orçamento, tem contribuído para essa transformação silenciosa de nosso ambiente institucional.

Há poucos dias, chegou a meu conhecimento que a Organização das Nações Unidas, após realizar extensa pesquisa em parlamentos do mundo inteiro, juntamente com a União Interparlamentar e o Centro Global para Tecnologias de Informação e Comunicação no Parlamento, publicou um relatório oficial que coloca nosso SIGA Brasil em posição de destaque.

O SIGA foi considerado um caso modelar de uso da Internet para apoiar o trabalho dos parlamentares e promover a transparência, a fiscalização e o controle do Governo pela sociedade. Foi, é preciso dizer, o único sistema a merecer, no relatório, uma extensa explicação sobre seu desenvolvimento e conteúdo.

Observem, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que reconhecimento e endosso dessa magnitude, especialmente quando por parte de uma entidade como a Organização das Nações Unidas, projeta para o Senado Federal brasileiro a melhor imagem possível. A imagem de uma instituição comprometida com a transparência, a ética, a participação social e os princípios da vida democrática. Também projeta para o Brasil a imagem de um ambiente institucional maduro, estável e democrático.

Mas não é só do plano internacional que vem o reconhecimento desse esforço que o Senado Federal vem fazendo por meio do SIGA Brasil, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores.

Em recente edição do programa “Espaço Aberto”, da Globo News, tive a satisfação de ouvir o represen-

tante de uma entidade da sociedade civil referir-se ao SIGA Brasil como um instrumento por meio do qual a sociedade brasileira poderia acompanhar muito mais facilmente os gastos com cartões corporativos. Por que ele disse isso? Em razão, Senador Magno Malta, de algumas dificuldades do Transparência Brasil, que não alcança algumas despesas que são feitas pelo Governo. O SIGA tem um segmento que pode chegar a uma objetividade bem maior do que o Transparência Brasil. Poderia, esse foi o termo, se o Governo fizesse transitar o registro dos gastos com os cartões pelo Siafi, coisa que hoje não acontece.

De qualquer modo, a menção espontânea ao SIGA Brasil alcança o Siafi por meio dos mecanismos do SIGA Brasil. De qualquer modo, a menção espontânea ao SIGA Brasil em um programa que sequer contava com a participação de um representante do Senado Federal é evidência positiva, evidência de que a sociedade brasileira está fazendo uso desse sistema, de que ela o está aprovando e, principalmente, de que a sociedade sabe que a expansão e o aperfeiçoamento do SIGA Brasil são caminhos que viabilizam o controle sobre a coisa pública e que permitem o controle social em casos como o dos gastos com cartões corporativos.

Estou convencido, Senhoras e Senhores, de que iniciativas como essa do SIGA Brasil aproximam o Senado Federal e a sociedade. E isso só nos enaltece.

Por isso, Presidente Garibaldi, eu gostaria de finalizar o meu pronunciamento rogando a V. Ex<sup>a</sup>, que vem desempenhando excepcional gestão à frente desta Casa, especial atenção ao SIGA Brasil. E presto aqui a minha homenagem pela instalação do programa ao Senador José Sarney, que apoiou a sua criação e instalação, para promover-lhe o desenvolvimento como sistema e a disseminação do uso, como instrumento de controle social no Brasil e fora. São iniciativas, acredito, de ínfimo custo e de enorme benefício para este País.

Não posso deixar, Senador, de dar todo apoio à CPMI dos Cartões Corporativos e à Senadora Marisa, que preside aquela Comissão. Por quê? Porque nenhuma investigação, Senador Flexa, pode concluir no dia seguinte em que foi encerrada, a não ser que haja um flagrante claro e definido. Mas ela tem de ser uma escada que se sobe degrau a degrau. Temos de ter confiança e depositá-la toda na mão da Senadora Marisa e do seu relator.

Não há possibilidade de se pensar que alguém designado para uma CPI possa pensar em problema político-partidário. A ética, a dignidade, o respeito para com aqueles que são indicados para uma CPI têm que prevalecer sobre a definição da sua conduta.

Portanto, Senador, meu querido vice-Presidente da República – quiçá, um dia, o DEM tenha coragem

de lançá-lo Presidente – acreditamos que a consciência de cada Senador está muito mais voltada para o respeito ao cidadão que colocou o voto de confiança na sua pessoa, trazendo-o para cá, do que uma marginalidade político-administrativa que possa trazer consequências graves à sociedade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Agradeço, Senador Romeu Tuma, pelo pronunciamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Passa-se à

## ORDEM DO DIA

### Item 1:

#### 1

#### **PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 3, DE 2008**

(Proveniente da Medida Provisória nº 399, de 2007)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2008, que *abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e dos Ministérios dos Transportes, do Meio Ambiente e da Integração Nacional, no valor global de trezentos e cinquenta e nove milhões e quinhentos mil reais, para os fins que especifica (proveniente da Medida Provisória nº 399, de 2007).*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de

Transcorre hoje o segundo dia em que o Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2008, consta da Ordem do Dia. Não há acordo para sua apreciação.

Fica sobrestada a apreciação dos demais itens da Ordem do Dia.

São os seguintes os itens cuja apreciação fica sobrestada:

#### 2

#### **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 400, DE 2007**

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 400, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e do Ministério da Saúde, no valor global de cinquenta milhões de reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 13.12.2007)

Prazo final (prorrogado): 8.4.2008

#### 3

#### **PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 4, DE 2008**

(Proveniente da Medida Provisória nº 401, de 2007)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2008, que *altera as Leis nºs 11.134, de 15 de julho de 2005, que dispõe sobre a remuneração devida aos militares da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, e 11.361, de 19 de outubro de 2006, que dispõe sobre os subsídios das carreiras de Delegado de Polícia do Distrito Federal e de Polícia Civil do Distrito Federal; e revoga as Leis nºs 10.874, de 1º de junho de 2004, e 11.360, de 19 de outubro de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 401, de 2007).*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 10.2.2008)

Prazo final (prorrogado): 24.4.2008

#### 4

#### **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 402, DE 2007**

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 402, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de um bilhão, seiscentos e quarenta e seis milhões, trezentos e trinta e nove mil, setecentos e sessenta e cinco reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 22.2.2008)

Prazo final (prorrogado): 6.5.2008

#### 5

#### **PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 5, DE 2008**

(Proveniente da Medida Provisória nº 403, de 2007)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2008, que *dispõe*



*sobre o exercício da atividade de franquias postal, revoga o § 1º do art. 1º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 403, de 2007).*

Relator revisor:  
(Sobrestando a pauta a partir de:  
23.2.2008)  
Prazo final (prorrogado): 7.5.2008

## 6

### **PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 6, DE 2008**

*(Proveniente da Medida Provisória nº 404, de 2007)*

*(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 6, de 2008, que *altera o art. 41-A da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, modificando a data de pagamento dos benefícios da Previdência Social (proveniente da Medida Provisória nº 404, de 2007).*

Relator revisor:  
(Sobrestando a pauta a partir de:  
9.3.2008)  
Prazo final: 23.3.2008

## 7

### **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, DE 2008**

*(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno.)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior), que *aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2007.*

## 8

### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pro-

nunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

## 9

### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 38, DE 2004 (Votação nominal)**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.*

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

## 10

### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 50, DE 2006 (Votação nominal)**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar.*

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, pela aprovação parcial, nos termos da Subemenda-CCJ (Substitutivo), que oferece.

## 11

### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 86, DE 2007 (Votação nominal)**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro

Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores)*.

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que apresenta.

## 12

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 57, DE 2005

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados*.

Pareceres da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sob nºs

– 779, de 2006, 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável;

– 272, de 2007, 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1-Plen): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, com a Emenda nº 2-CCJ, de redação; e

– 100, de 2008, 3º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 128, de 2008), Relator Senador Adelmir Santana, ratificando seus pareceres anteriores, apresentando, ainda, as Emendas nºs 3 e 4-CCJ.

## 13

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 20, DE 1999

*(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal*.

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Re-

lator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

## 14

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 18, DE 1999

*(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal*.

## 15

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 2001

*(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal*.

## 16

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 26, DE 2002

*(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece*.

17

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 90, DE 2003**

*(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.*

18

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 9, DE 2004**

*(tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

19

**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI  
DA CÂMARA Nº 12, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *estabelece diretrizes gerais de programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família.*

Parecer sob nº 437, de 2007, da Comissão Diretora, Relator: Senador Gerson Camata, oferecendo a redação do vencido.

20

**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI  
DA CÂMARA Nº 6, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a ad-*

*ministração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).*

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Moraes, oferecendo a redação do vencido.

21

**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI  
DO SENADO Nº 26, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, que *altera a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para tratar do comparecimento do Presidente do Banco Central do Brasil na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e para extinguir a obrigatoriedade de apresentação da programação monetária trimestral e a vinculação legal entre emissão de moeda e reservas cambiais.*

Parecer sob nº 66-A, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Flexa Ribeiro, oferecendo a redação do vencido.

22

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2003**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele).*

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

23

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.*

Parecer favorável sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

**24****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional)*.

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator “ad hoc”: Senador Rodolpho Tourinho.

**25****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT*.

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

**26****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas*.

Pareceres sob nºs 603 e 604, de 2007, das Comissões:

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Magno Malta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, de redação, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, nos termos da Emenda nº 3-CAS (Substitutivo), que oferece.

**27****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia)*.

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

**28****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde)*.

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

**29****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais)*.

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Roberto Saturnino.

**30****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior)*.

Parecer favorável sob o nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Eduardo Suplicy .

**31****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do*



*Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.*

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

**32****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela.*

Parecer sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Relator ad hoc: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

**33****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários.*

Parecer favorável, sob nº 926, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Paulo Paim.

**34****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que *acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos).*

Parecer favorável, sob nº 1.163, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Valter Pereira.

**35****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional dos Surdos.*

Parecer favorável, sob nº 979, de 2007, da Comissão de Educação, Relator “ad hoc”: Senador Flávio Arns.

**36****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Vaqueiro.*

Parecer favorável sob o nº 722, de 2007, da Comissão de Educação, Relator “ad hoc”: Senador Valter Pereira.

**37****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005**

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007.)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.*

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

**38****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.*

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda que oferece.

**39****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007**

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que *acrescenta pará-*

*grafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.*

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

#### 40

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.*

#### 41

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).*

#### 42

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.*

#### 43

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mis-

ta Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.*

#### 44

### PARECER Nº 106, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, *concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, à Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa*

#### 45

### REQUERIMENTO Nº 1302, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.302, de 2004, da Senadora Serys Slhessarenko, *solicitando a instituição, no âmbito do Senado Federal, da Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 448 a 451, de 2007, das Comissões de Educação, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca; de Assuntos Sociais, Relator: Senador Cristovam Buarque; de Serviços de Infra-Estrutura, Relator ad hoc: Senador Eduardo Azeredo; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Valter Pereira.

#### 46

### REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.*

#### 47

### REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, *solicitando a remessa do Projeto de*

*Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.*

**48**

**REQUERIMENTO Nº 1.242, DE 2007**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.242, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.*

**49**

**REQUERIMENTO Nº 1.494, DE 2007**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.494, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.*

**50**

**REQUERIMENTO Nº 1.495, DE 2007**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.495, de 2007, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.*

**51**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 115, de 2008, do Senador Cícero Lucena e outros Srs. Senadores, *solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta por cinco membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de doze meses, acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco.*

**52**

**REQUERIMENTO Nº 175, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 175, de 2008, do Senador Marconi Perillo, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 121 e 156, de 2007-Complementares, com o Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2007-Complementar, por regularem a mesma matéria.*

**53**

**REQUERIMENTO Nº 176, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 176, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2005, com os Projetos de Lei do Senado nºs 370, de 1999; 145, de 2000; e o Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 2001, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria.*

**54**

**REQUERIMENTO Nº 186, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 186, de 2008, do Senador Expedito Júnior, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Senado nº 210, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.*

**55**

**REQUERIMENTO Nº 193, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 193, de 2008, do Senador Jayme Campos, *solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta por cinco membros titulares e igual número de suplentes, com prazo de doze meses, destinada a verificar o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa – INPE em seu “Mapa do desmatamento”.*

**56**

**REQUERIMENTO Nº 199, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 199, de 2008, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 7, de 2005 e 17, de 2006-Complementar, com os Projetos*

*de Lei do Senado nºs 129 e 183, de 2003 e 291, de 2005, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria.*

**57**

**REQUERIMENTO Nº 210, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 210, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, *solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2004, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 187, 2002; 44, de 2004; e 113, de 2006; além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.*

**58**

**REQUERIMENTO Nº 247, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 247, de 2008, da Senador Paulo Paim e outros Senhores Senadores, *solicitando, nos termos do art. 336, inciso III, do Regimento Interno, urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 296, de 2003.*

**59**

**REQUERIMENTO Nº 248, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 248, de 2008, do Senador Paulo Paim, *solicitando a dispensa do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2003, cujo prazo encontra-se esgotado.*

**O SR. SR. PRESIDENTE** (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Antes de passar a palavra ao Senador Marco Maciel, próximo orador inscrito, eu gostaria de fazer o registro, Srs. Senadores e Brasil, de que os alunos da EMEB Padre Gino Zatelli, do Bairro Gilson Caroni, um bairro simples da periferia de Cachoeiro de Itapemirim, Senador Augusto Botelho, participaram da X Olimpíada Brasileira de Astronomia, organizada pela Sociedade Brasileira de Astronomia e pela Agência Espacial Brasileira. Olhem que coisa boa.

A competição é realizada em âmbito nacional, e os alunos em questão são da 1ª à 4ª série. Eles, alunos de um bairro simples de Cachoeiro de Itapemirim, ganharam o total de nove medalhas, Senador Flexa Ribeiro, sendo duas de ouro e sete de bronze.

E até para incentivá-las, Senador Marco Maciel, eu gostaria de ler o nome desses jovens de um bairro simples de Cachoeiro de Itapemirim.

Ganharam Medalhas de Ouro Andressa Rodrigues Miranda; Deivid Molina Roli de Silva.

E estes ganharam sete Medalhas de Prata: Flávia Minas Henrique; Kamila dos Santos Zava; Matheus Andrade Martins; Mike Moraes Aguiar; Wendell da Silva Teixeira; Hiago Costa Lozano; Micheele de Oliveira Amorim.

Eu tenho um amor muito grande por Cachoeiro de Itapemirim, porque foi a cidade que me adotou como filho. Eu, um nordestino, enxotado pelas dificuldades do Nordeste, lá fui abraçado e foi lá que tive oportunidade de começar minha vida parlamentar.

Conheço o Bairro Gilson Caroni. Eu, que sou filho de faxineira, Senador Flexa Ribeiro, quando vejo filho de pobre de um bairro tão simples quanto aquele em que vivi quase toda a minha vida, Senador Marco Maciel – depois fui para Recife e, no Bairro Ferroviário, no Colégio Ferroviário, terminei o meu segundo grau –, eu me congratulo, eu me alegro e me orgulho muito.

E quero abraçar esses jovens, Senador Arthur Virgílio, da minha capital secreta do mundo, Cachoeiro de Itapemirim.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem, com a aquiescência do Senador Marco Maciel.

**O SR. PRESIDENTE** (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Pela ordem, V. Exª tem a palavra.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, apenas quero perguntar a V. Exª sobre a ordem de oradores e também comunicar que, no dia 26 de março, próxima quarta-feira, acontecerá na Assembleia Legislativa do Amazonas a 2ª Conferência Estadual de Donas de Casa, sobre o tema *A Aposentadoria das Donas de Casa: Direito Trabalhista X Direito Doméstico*. O Evento está a cargo da Associação das Donas de Casa do Estado do Amazonas. Portanto, faço o registro da importância desse evento.

Indago de V. Exª qual é a ordem de oradores – e estou inscrito – apenas para orientar a minha assessoria.

**O SR. PRESIDENTE** (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – O Senador João Pedro após o Senador... Na verdade, este Presidente seria o próximo orador após S. Exª, como Líder. Mas vou ceder a V. Exª a vez, até porque antiguidade é posto – sou mais novo do que V. Exª. Em seguida, o Presidente, V. Exª, Senador Marco Maciel, imortal Marco Maciel, tem a palavra.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Em que lugar estou eu, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – V. Exª falará após o Senador João Pedro.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Obrigado, Sr. Presidente.



**O SR. MARCO MACIEL** (DEM – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs Senadores, vivemos, como se sabe, tempos de grande aceleração histórica e, simultaneamente, momentos de grande interação entre os povos. A razão desses fenômenos se deve, em grande parte, como também é consabido, ao progresso da ciência e da tecnologia, especialmente das chamadas tecnologias digitais.

O nosso País não pode perder a oportunidade para, aproveitando essa circunstância histórica que vive o mundo, divulgar, cada vez mais, a nossa cultura, posto que ainda são relativamente reduzidas a tradução de autores brasileiros, em menor escala, ainda, as antologias.

Tomei conhecimento, por intermédio do professor Cláudio Lembo, ex-Governador de São Paulo, que acaba de visitar os Estados Unidos da América do Norte, do competente trabalho de autoria do mestre e crítico literário, Frederick G. Williams, que, em parte, supre essa demanda. Trata-se de antologia intitulada **Poetas do Brasil – uma seleção bilíngüe**, em inglês, integrante da coleção Luso-Brazilian Books, da Brigham Young University Studies, Utah, em colaboração com a Editora da Universidade Federal da Bahia, publicação feita no ano de 2004.

O reputado escritor e crítico literário, Harold Bloom, que recentemente publicou o notável livro a respeito do seja sabedoria, foi dos que melhor saudaram a obra de Williams.

A antologia a que passo me referir, agora, abrange o Período Colonial Brasileiro, o Império independente, a República e o Século XX. O autor demonstra ser “a primeira que apresenta uma visão panorâmica da criatividade e beleza poética brasileira”.

Elizabeth Bishop, Emanuel Brasil, Ricardo Corona e Charles Perrona, em suas anteriores antologias, concentraram-se no Século IX e XX; Frederick Williams passou a incluir desde as origens com Anchieta, no Século XVI inauguracional da colonização brasileira, a Gregório de Matos, no Século XVII e aos Arcades mineiros, alguns até inconfidentes, como Cláudio Manoel da Costa, Tomás Antonio Gonzaga e Silva Alvarenga. O referido livro, que ora comento, entra no Século XI, com os românticos, concluindo pelo simbolismo e o cientificismo com Augusto dos Anjos.

No século XX, apresenta tanto os modernistas paulistas Mário e Oswald de Andrade quanto o mineiro Carlos Drummond de Andrade, a carioca Cecília Meireles e os nordestinos, que eu não poderia deixar de registrar, Manuel Bandeira e Jorge de Lima.

Frederick G. Williams vai até o pós-Modernismo, também tão diversificado em João Cabral de Melo Neto e outros, chegando aos autores contemporâneos.

Sr. Presidente, sabe-se que traduzir prosa ensaística ou de ficção é difícil. Ainda mais difícil, a tradução de poemas. As traduções do autor dessa antologia são exemplares. Mencione-se o célebre soneto elegíaco **À Carolina**, de Machado de Assis, composto em memória à sua mulher.

Como já disse, com é difícil verter textos, mormente no terreno da poesia. Daí a parêmia italiana **traduttori traditori**, isto é, sem querer, o tradutor, muitas vezes, trai aquilo que pensa o autor. Fazer crítica literária não é menos fácil. A crítica, observou certa feita Machado de Assis, é análise; a crítica que não analisa é a mais cômoda mas não pretende ser a mais fecunda.

Sr. Presidente, com especial prazer os pernambucanos, entre os quais me incluo, podem ver agora também em inglês, “**Evocação do Recife**”, de Manuel Bandeira, entre outros poetas da minha Terra. Frederick Williams conseguiu seu objetivo nesta antologia em traduções tão representativas com imagens poderosas e palavras suaves demonstrando a intensidade do sentimento de nossa extensa autonomia literária no mundo em língua portuguesa Literatura como arquitetura, música, pintura, escultura numa grande variedade cada vez mais universal do projeto civilizacional que o Brasil está construindo.

Não desejo encerrar o meu breve pronunciamento, Sr. Presidente, sem deixar de referir-me, novamente, ao poeta pernambucano, Manoel Bandeira. Aliás Williams, em seu comentário, observa que ele “iniciou a sua carreira literária publicando versos fortemente influenciados pela escola simbolista, porém seus maiores trabalhos encontram-se adaptados aos moldes dos princípios defendidos pelos modernistas. Suas composições são caracterizadas pela utilização do verso livre, linguagem popular, temas cotidianos, lembranças da infância e persistente lirismo, com o qual ele celebra o amor, a vida e a morte”.

Não desejaria, por esse motivo, encerrar minhas palavras, sem ler uma das peças de Manuel Bandeira.

O Bicho  
Vi ontem um bicho  
Na imundície do pátio  
Catando comida entre os detritos.  
Quando achava alguma coisa,  
Não examinava nem cheirava:  
Engolia com voracidade.  
O bicho não era um cão,  
Não era um gato,  
Não era um rato.  
O bicho, meu Deus, era um homem.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Agradeço ao Senador Marco Maciel.

Concedo a palavra ao Senador João Pedro. Em seguida, o Senador Magno Malta falará como Líder do seu Partido.

Senador João Pedro, do Amazonas, terra do Apóstolo Renê Terra Nova, que tem prestado um serviço dos mais significativos à comunidade do Amazonas, uma obra social significativa, que cresce a todo dia. Passando a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, quero abraçar o meu amigo Apóstolo Renê Terra Nova.

**O SR. JOÃO PEDRO** (Bloco/PT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, quero registrar essa revista que recebi do meu companheiro, o Deputado Federal Aldo Rebelo. Aldo Rebelo já foi Presidente da Câmara dos Deputados, é um homem que tem uma história de militância política, de militância social, um dos grandes parlamentares do Congresso Nacional. Quero dizer da minha alegria em receber essa revista, que retrata toda a vida desse nordestino, que também, posso dizer, venceu. Um homem cuja vida pública dignifica os homens públicos.

A revista é muito bonita, colorida, e registra os seus 30 anos de militância: o Aldo Vereador, o Aldo Deputado Federal, o Aldo que já exerceu inclusive a Presidência da República, o Aldo que foi Presidente da União Nacional do Estudantes nos anos 80. Tive, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a felicidade de ser um dos vice-presidentes da União Nacional dos Estudantes na gestão do Presidente Aldo Rebelo.

É uma revista com muitas fotos sobre a vida pública de Aldo Rebelo. Há uma aqui – lembro bem desse período – de quando Aldo viajou do Brasil para o Oriente Médio, e aqui há uma foto do inesquecível, grande líder, premiado com o Prêmio Nobel da Paz, Yasser Arafat.

Está aqui a revista. Há muitas fotos, muitos amigos. Faço questão de mostrar e registrar a revista, que faz uma análise dos 30 anos de militância do Deputado Federal, militante político, dirigente do PCdoB, Aldo Rebelo. Quero parabenizá-lo e associar-me às manifestações que Aldo recebeu por conta desses 30 anos de militância política.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, nesses últimos dias, a imprensa, a mídia brasileira vem tratando de uma questão que diz respeito ao marco regulatório referente à exploração de petróleo e gás. Inclusive na grande imprensa de hoje, pelo menos nos jornais **O Valor Econômico** e **O Globo**, publicou-se uma matéria do Presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, informando que o País não deve usar no pré-sal o mo-

delo de concessão que garante menor taxação. Essa é uma questão da legislação.

Venho pensando, Senador Flexa Ribeiro, Senador Augusto Botelho, Senador Marco Maciel, que há um fato novo nessa descoberta do chamado megacampo de Tupi, em São Paulo, Espírito Santo e Rio de Janeiro. Tenho raciocinado e refletido sobre a descoberta dessa riqueza. A nossa Constituição trata dessa questão no seu art. 20, mas me chama atenção a quantidade, o registro. Diz a matéria que tenho aqui:

“O anúncio da Petrobras de descoberta do megacampo de ‘Tupi’ – localizado em uma área de 160 km<sup>2</sup> (...), sob uma lâmina d’água de 2.000-3.000m [de superfície], nos domínios das bacias sedimentares suboceânicas, situada entre os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo – aponta reservas de petróleo e GNP (gás natural de petróleo) estimadas na ordem de 5 a 8 bilhões de BOE (barris de óleo equivalente)”.

A matéria vem mostrando que, primeiramente, essa descoberta está quase no limite das 200 milhas da costa brasileira. E essa camada do pré-sal está a seis mil metros de profundidade, tornando inclusive um desafio para a tecnologia do ponto de vista da exploração desse bem, que é o petróleo, o gás.

Por que estou levantando esta discussão? Estou tendo, Senador Augusto Botelho, outra interpretação acerca desse bem e de como o Brasil, como um todo, pode utilizá-lo. Por que só São Paulo? A profundidade é de 6 mil metros, a 200 milhas! Existe uma legislação. Por que não a alterarmos? Por que só os Municípios? E aí estamos tratando da distribuição dos *royalties* de petróleo e gás. É a Lei nº 7.990, de 1989. A lei discrimina como devem ser distribuídos os *royalties* de petróleo e gás. Nesse caso... Uma coisa é a lavra em terra. Certo, uma lavra no Estado do Pará é do Pará, perfeitamente. Agora, para lavra na plataforma continental, a 6 mil metros, será que não poderíamos pensar uma nova legislação? Por que isso não poderia ser um percentual, por exemplo, para o ensino básico, para o Brasil todo?

Como é distribuído isso? Eu gostaria de registrar aqui. A Lei nº 7.990, de 1989, prevê, no caso de lavra na plataforma continental, a seguinte distribuição: 30%, Estados confrontantes com poços; 30%, Municípios confrontantes com poços e, respectivamente, áreas geoeconômicas; 20% para o Comando da Marinha; 10%, Fundo Especial, Estados e Municípios; e 10%, Municípios com instalações de embarque e desembarque de petróleo e gás natural.

Concordo. Município que tem infra-estrutura tem de receber, tem impacto...

**O Sr. Marco Maciel** (DEM – PE) – Nobre Senador João Pedro, V. Ex<sup>a</sup> me concede uma brevíssima interrupção?

**O SR. JOÃO PEDRO** (Bloco/PT – AM) – Penso que é hora de refletirmos sobre um megacampo de petróleo que pode transformar o nosso País – vou fazer aqui uma figura – em uma Arábia Saudita da América do Sul.

Concedo o aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Marco Maciel** (DEM – PE) – Nobre Senador João Pedro, quero, em uma rápida palavra, dizer que V. Ex<sup>a</sup> tem razão quando cita a lei que dispõe sobre a distribuição dos recursos oriundos da exploração de petróleo e gás na plataforma continental, mas é bom ter presente, por outro lado, que grande parte desses recursos não é liberada, para integrar o chamado superávit primário. Por exemplo, a Marinha: desses 20% a que V. Ex<sup>a</sup> se referiu, tenho a impressão de que ela não tem recebido muito pouco, porque, uma grande parte dessas receitas é contingenciada – para usar esse jargão orçamentário.

Então, na verdade, esses recursos não estão disponíveis. Agora, concordo com V. Ex<sup>a</sup> quando diz que uma parte significativa poderia ser voltada, inclusive aproveitando o momento de crescimento da economia que o Brasil vive, decorrência do Plano Real, para investir em educação, porque, sem educação, não vamos ter uma verdadeira nação. Sempre cito Bobbio: “O mundo já se dividiu entre nações ricas e pobres, fortes e fracas; agora vai se dividir entre os que sabem e os que não sabem” com isso, ele quis dizer que educação é questão fundamental.

Não vamos ser a nação, que devemos e podemos ser, se não resolvermos a questão da educação, que é algo vinculado, conseqüentemente, ao desenvolvimento científico e tecnológico do País. Era o que eu tinha a dizer a V. Ex<sup>a</sup>, cumprimentando-o pela sugestão que oferece na tarde de hoje com relação à maior aplicação de recursos no ensino, inclusive no ensino básico, como V. Ex<sup>a</sup> preconiza.

**O SR. JOÃO PEDRO** (Bloco/PT – AM) – Muito obrigado, Senador. Não poderia ser diferente, vindo do homem público que é V. Ex<sup>a</sup>, um ex-Ministro da Educação, este seu aparte, com essa estratégia, com esse zelo e com a compreensão do papel da educação, principalmente da educação básica, para o presente e para o futuro do nosso País.

Precisamos fazer uma discussão, travar um debate com a sociedade civil nesta Casa com mais vagar, com mais zelo. Vou apresentar um projeto de lei tratando da exploração de petróleo em plataforma conti-

mental, particularmente em função do megacampo de Tupi. Ora, se a riqueza é nossa – assim diz a nossa Constituição, no seu art. 20, dizendo que é da União –, por que o povo brasileiro, a sociedade brasileira não têm acesso e aí todos os Estados com foco na educação? É preciso amarrar e trabalhar esses recursos que são detidos e que vão para o superávit primário, para o Tesouro Nacional.

A Marinha tem que ter acesso. Imaginem só a exploração...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. JOÃO PEDRO** (Bloco/PT – AM) – A Marinha tem de ter recursos oriundos dessa exploração, porque ela é importante. A 200 milhas da costa brasileira, a Marinha, evidentemente, tem um papel nesta riqueza de zelar, de ajudar na pesquisa, enfim. Penso que ela joga um papel importante a instituição Marinha do Brasil.

Finalizo aqui levantando a necessidade de olharmos com mais cuidado uma nova legislação para um novo contexto da atuação da Petrobras. Não estou sendo contra a Petrobras. Pelo contrário, quero suscitar esse debate no sentido de distribuímos essa riqueza com o povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Agradeço ao Senador João Pedro pelo pronunciamento importante, rico, de um tema afeito à nossa natureza, ao nosso Estado, onde tem brotado, graças a Deus, todos os dias uma bacia nova, um poço novo, para melhorar a qualidade de vida do nosso povo no Espírito Santo.

Concedo a palavra ao Senador João Claudino, por inscrição.

Antes, porém, Senador João Claudino, de V. Ex<sup>a</sup> usar a palavra, eu gostaria de apresentar o meu amigo Samuel, da dupla Samuel e Daniel, que ali está, com a esposa e os filhos. É um dos artistas mais queridos do mundo gospel, um dos melhores compositores que conheço, um poeta, de fato. Tenho muita alegria de tê-lo aqui.

Recentemente, estivemos lá no Piauí do Senador João Claudino e fizemos um evento que contou com pouco mais de trinta mil pessoas dentro daquela casa de eventos, falando de vida, falando de esperança. Tenho tido a oportunidade e o privilégio de cruzar o País com esse jovem cantor e compositor e com seu irmão Daniel, que aqui não está, e vejo como é amado pelo nosso povo e pelas pessoas.

Recentemente, fizemos um encontro, em Goiânia, na casa do Marrone, da dupla Bruno e Marrone, e ele estava comigo. Foi uma apoteose emocional desse

jovem poeta, Senador Arthur Virgílio, V. Ex<sup>a</sup> que tanto admira aqueles que receberam essa dádiva da cultura, da poesia, quando eles cantavam e aquela família inteira se comoveu diante do canto desses dois goianos de Anápolis, do nosso Goiás, do nosso querido Senador Marconi Perillo, da nossa querida Senadora Lúcia Vânia e do Senador Demóstenes Torres.

Cumprimento o Samuel, abraçando ele, sua família, e agradeço pelas músicas que ele tem me dado. Que Deus lhe dê mais, Samuel, para você me oferecer suas músicas tão boas e eu poder gravá-las.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM)** – Sr. Presidente, endosso a homenagem que V. Ex<sup>a</sup> faz ao nosso inspirado poeta goiano e indago se após o Senador João Claudino é minha vez. É isso?

**O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES)** – Após o Senador João Claudino seria esse pequeno orador aqui, Senador Magno Malta. Mas como, na hierarquia, antiguidade é posto, V. Ex<sup>a</sup>, então, falará depois do Senador João Claudino e ficarei aqui na tribuna admirando V. Ex<sup>a</sup>, pois V. Ex<sup>a</sup> sabe que sou seu fã. V. Ex<sup>a</sup> é o maior orador que já conheci na minha vida.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM)** – Agradeço e fico duplamente feliz por isso e por V. Ex<sup>a</sup> falar em antiguidade e não em idade. Portanto, eu fico muito feliz.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES)** – Com a palavra o Senador João Vicente Claudino.

**O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI)** Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero me somar aos elogios ao Samuel e dizer que aquele evento ficou na memória de todos os teresinenses. Estão querendo a reedição do evento lá em Teresina.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, como é de conhecimento público, desde bastante jovem, venho cultivando minhas raízes no setor empresarial do meu Estado, fato de que muito me orgulho. Por esse motivo, em minha atuação parlamentar, tenho procurado dar especial atenção aos problemas que afligem o setor produtivo deste País, porque entendo ser ele o responsável pela geração da riqueza e dos empregos de que tanto precisamos.

Por isso, no início do ano passado, aplaudimos aqui no Senado a iniciativa do Excelentíssimo Senhor Presidente da República ao lançar o PAC. Certamente, esse é um grande esforço a ser empreendido, não ape-

nas pelo Governo, mas por toda a sociedade brasileira, para que possamos colocar nosso País nos níveis de desenvolvimento que tanto almejamos.

Contudo, Sr. Presidente, sabemos que existem algumas pedras no meio do caminho que podem dificultar nossa caminhada. Um desses obstáculos, sem dúvida alguma, é a escassez de mão-de-obra especializada com que nos defrontamos em alguns setores.

Quero dar um exemplo bem claro. O PAC prevê a construção de dez navios em Pernambuco, mas não existe pessoal qualificado na região para trabalhar nos estaleiros. No Rio de Janeiro, temos situação semelhante: está prevista a implantação de um pólo petroquímico no Estado, e a Petrobras iniciou o treinamento de 80 mil pessoas, pois também não encontrou mão-de-obra especializada para tocar o projeto. Até aqui, em Brasília, passamos por dificuldades: a construção da chamada Cidade Digital, que reunirá empresas de alta tecnologia, ainda não saiu efetivamente do papel porque não existem profissionais qualificados para o empreendimento.

Enfim, diversos são os exemplos que mostram a carência de trabalhadores para alavancar o PAC. Ora, esta é uma situação, no mínimo, paradoxal: somos um País onde existem milhões de pessoas desempregadas, mas, curiosamente, sobram vagas em alguns setores que não conseguem ser preenchidas por absoluta falta de trabalhadores qualificados para as funções.

Nesse ponto, Sr. Presidente, gostaria de fazer um elogio ao Presidente Lula e ao Ministro Fernando Haddad, que comanda o Ministério da Educação, em especial pelo empenho empregado para a criação dos 150 novos Cefets no País. O Governo do Presidente Lula será, para sempre, lembrado por esse novo marco histórico na educação, que em muito contribuirá para a formação de nossos jovens.

No meu Piauí, por exemplo, são seis novos Centros de Federais de Educação Tecnológica, que se somarão aos outros quatro já implantados pelo atual Governo. Uma excelente ferramenta na busca por uma solução para esse grave problema que é a má formação de nossos trabalhadores.

Para se ter uma idéia, somente no ano passado, o Sistema Nacional de Emprego e os demais centros de atendimento aos trabalhadores captaram 1,869 milhão vagas oferecidas pelas empresas, mas só 877 mil delas conseguiram ser preenchidas.

Então, estamos diante de um eminente “apagão” da mão-de-obra, como alguns costumam dizer, que



pode trazer sérias conseqüências para o desenvolvimento nacional.

E por que isso está ocorrendo? A razão é muito simples. Durante anos a fio descuidamos da educação de nossas crianças e de nossos jovens. Hoje não podemos nos orgulhar de nosso desempenho educacional. De acordo com os últimos números do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, Saeb, os alunos do terceiro ano do ensino médio têm um nível de conhecimento de estudantes da 8ª série do ensino fundamental. Foi o pior resultado desde a introdução desse teste, em 1996.

Por isso, não me espanta que uma pesquisa realizada pela Confederação Nacional da Indústria, CNI, do ano passado, com 1.714 empresas, tenha concluído que o baixo nível de escolaridade dos trabalhadores vem prejudicando os planos de expansão e o aumento da eficiência de 65% das empresas brasileiras. A situação é grave, diria mesmo gravíssima.

É evidente que existem outros gargalos estruturais que precisam ser devidamente equacionados, para que possamos dar consistência ao PAC e às suas metas de crescimento. Se não começarmos a fazer mudanças substanciais em nosso sistema educacional de imediato, amargaremos ainda mais a carência de mão-de-obra qualificada.

As atividades produtivas se tornam, a cada dia, mais sofisticadas. Hoje já não é mais possível pensar que um operário realize apenas um trabalho braçal, que exige pouco conhecimento. Ao contrário, dele se espera que possua, além do nível médio, conhecimento de informática e de língua estrangeira, por exemplo. Até no setor agrícola, os trabalhadores de hoje precisam saber operar máquinas sofisticadas para realizar a colheita dos alimentos que, todos os dias, chegam às mesas dos brasileiros.

Precisamos, portanto, preparar nossos jovens para o mercado de trabalho, dotando-os dos conhecimentos necessários ao setor produtivo, mas não apenas isso. Precisamos igualmente ensiná-los a serem cidadãos, a pensar e a produzir idéias e inovações fundamentais para o progresso de qualquer nação. Caso contrário, aumentaremos ainda mais nossa dependência em relação aos países do chamado primeiro mundo.

Cumpre ressaltar que o problema da falta de mão-de-obra não é exclusivo do nosso País. Também na Ásia esse fenômeno se verifica. De acordo com a pesquisa realizada no início de 2007 pela Economist Intelligence Unit e divulgada pela revista *The Economist*, a escassez de trabalhadores qualificados está em

primeiro lugar entre os problemas que mais preocupam os empresários da China e em quarto lugar entre as empresas da Índia. Porém, lá, o problema possui outra origem. Lá, não se trata de deficiência do sistema de ensino, tal qual observada aqui no Brasil. A falta de trabalhadores especializados naqueles países é decorrente do rápido crescimento econômico da região, que fez com que fossem aproveitados todos os talentos existentes, e as escolas e universidades não tiveram a capacidade de formar mais profissionais talentosos na proporção desejada.

Existe ainda um complicador: em países como a Índia, a China e a Coreia do Sul, tem havido evasão de cérebros significativa. Em recente relatório da Academia Chinesa de Ciências Sociais, por exemplo, consta que, entre 1978 e 2006, pouco mais de meio milhão de chineses foi estudar no exterior e cerca de 72% deles não retornaram ao país, isso porque, atualmente, os profissionais mais especializados são atraídos por ofertas tentadoras no exterior, e a competição por talentos tem um caráter mundial.

Por isso, no longo prazo, não vejo na importação de mão-de-obra uma solução para o problema, como alguns apregoam. Se pudermos oferecer mais atrativos e menos burocracia para que novos talentos venham para o Brasil, eles certamente virão. Mas só permanecerão por aqui até que sejam atraídos por uma oportunidade mais tentadora no exterior. Somente a expansão do sistema educacional, ministrando cursos que estejam em sintonia com as necessidades do mercado, tornará possível a eliminação definitiva do déficit de profissionais qualificados.

Nesse sentido, saúdo a iniciativa do sistema Sesi/Senai, que pretende destinar investimentos da ordem de R\$10,5 bilhões nos próximos quatro anos para capacitar professores, formar técnicos e tecnólogos e financiar cursos de preparação para o mercado de trabalho que compensem a falta de formação dos trabalhadores menos qualificados.

Esse é um esforço importante, Sr<sup>as</sup> Senadoras e Srs. Senadores, que deve ser não apenas aplaudido, mas também copiado para outros setores. Por exemplo, precisamos formar mais engenheiros neste País. Enquanto se multiplicam por aí cursos superiores de ciências humanas, que exigem menor grau de investimento por parte das instituições de ensino, o Brasil forma poucos engenheiros, no máximo 30 mil por ano. Em comparação, na Índia, são 450 mil novos engenheiros que ingressam anualmente no mercado de trabalho – e lá os salários desse profissional são bem menores do que os praticados por aqui.

Ou seja, precisamos redimensionar nosso sistema de ensino, estimulando a formação de profissionais em setores carentes e, simultaneamente, desestimulando aqueles em que existe excesso.

Caso contrário, estaremos vendendo ilusões aos nossos jovens – porque eles não encontrarão o tão sonhado emprego que almejam – e, ao mesmo tempo, estaremos promovendo o atraso irremediável do nosso País.

A esse respeito, é elucidativo um estudo divulgado, em novembro de 2007, pelo Bureau of Labor Statistics (BLS), órgão do Ministério do Trabalho dos Estados Unidos. Segundo esse documento, cujo título é **Employment Outlook: 2006-2016**, a grande maioria das profissões que mais crescerão nesse período vai requerer formação universitária ou superior. Entre elas, situam-se os profissionais ambientais, engenheiros ligados à informática, consultores financeiros e vários outros. Além disso, metade das profissões que empregarão as maiores quantidades de pessoas vai requerer educação de nível médio e treinamento profissional específico.

Por esse motivo, venho juntar-me ao Senador Cristovam Buarque e a outros tantos incansáveis combatentes dessa boa causa pela educação, porque entendo que, sem educação de qualidade, não será possível alcançar os níveis de crescimento e de justiça social que tanto almejamos.

**O Sr. Augusto Botelho** (Bloco/PT – RR) – Senador Claudino.

**O JOÃO VICENTE CLAUDINO** (PTB – PI) – Senador Augusto.

**O Sr. Augusto Botelho** (Bloco/PT – RR) – Eu queria um aparte para me solidarizar com V. Ex<sup>a</sup> no que se refere a este discurso e dizer que realmente, no Brasil, as nossas universidades destinam 70% das vagas para a área de humanas e 30% apenas para a área de tecnologia.

**O JOÃO VICENTE CLAUDINO** (PTB – PI) – É verdade.

**O Sr. Augusto Botelho** (Bloco/PT – RR) – O discurso de V. Ex<sup>a</sup> mostra a necessidade imensa de o Brasil formar principalmente engenheiros, porque só assim podemos acompanhar os tigres asiáticos e os outros países que estão se desenvolvendo. Não podemos crescer se não tivermos preparado o pessoal para trabalhar no País desenvolvido. É triste, no Brasil, sabermos que há empregos sobrando bem aqui, um fosso na educação e uma massa de pessoas precisando de emprego ali. Eles não podem acessar aquele emprego porque não têm conheci-

mento. Devemos realmente lutar pela formação de engenheiros, mas também lutar pelo ensino técnico no ensino médio, porque faltam técnicos em todas as áreas deste País. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup> pelo discurso. Vamos lutar juntos para melhorar a qualidade do ensino tecnológico no Brasil.

**O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO** (PTB – PI) – Não tenha dúvida.

Incorporo integralmente o seu aparte, Senador Augusto Botelho, ao meu pronunciamento.

Mas precisamos debater as mudanças a serem empreendidas. Esta é a maior virtude do sistema democrático: o debate, a troca de idéias, motivo maior da existência desta Casa. O Senado da República deve assumir o papel de liderar esse processo, pois contamos aqui com uma enorme e valiosa experiência acumulada de homens públicos que já passaram pelos mais elevados postos de comando da vida nacional e, certamente, têm muito a contribuir nesse sentido.

Já finalizando, Sr. Presidente, eu não poderia deixar de mencionar aqui o inegável papel desempenhado pelas empresas de trabalho temporário e de serviços terceirizáveis. Esse segmento congrega o maior número de empresas formais do setor de serviço de todo o País, contribuindo de forma efetiva para a geração de oportunidades de trabalho e capacitação de pessoas.

Hoje esse setor fatura R\$40 bilhões por ano em média, proporcionando empregabilidade e cidadania a milhões de brasileiros e brasileiras. Portanto, essas empresas precisam ser igualmente consideradas para qualquer tipo de política pública promovida para o desenvolvimento do Brasil.

Também vale ressaltar que se ressentem dos mesmos problemas quanto à mão-de-obra qualificada as mesmas empresas aqui citadas. De acordo com a recente pesquisa setorial, realizada pelo sindicato da categoria, o Sindeprestem, no Estado de São Paulo, 14,4% das empresas temporárias de serviços terceirizáveis situam-se entre os seus maiores desafios atrair e reter profissionais com alta qualificação.

Sr. Presidente, urge que esta Casa assuma o papel que lhe cabe no contexto educacional brasileiro. Não podemos mais ficar passivos ante essa situação, sob pena de estarmos nos omitindo com o nosso dever histórico. As soluções certamente existem, os recursos estão aí, assegurados pelo Texto Constitucional e por diversos programas de governo. Falta-nos apenas uma coisa: coragem para fazer aquilo que precisa ser feito para romper as condições históricas que,

durante séculos, mantiveram o nosso País no atraso. Sr. Presidente, também queria, rapidamente, registrar, na semana passada, a visita do Ministro do Trabalho, Carlos Lupi, ao Piauí, onde, dentro desse mesmo tema, lançou o maior programa de qualificação profissional no Estado, destinando R\$8,5 milhões para dois programas: “Juventude Cidadã” – em 21 Municípios, cinco mil jovens – e o Planceg. Teresina é uma referência médica, no Estado do Piauí, treinando 1.600 trabalhadores da área médica.

Queria registrar também o trabalho, na cidade de Parnaíba, feito por um Prefeito do PTB, José Hamilton: a inauguração do Mercado Público Municipal, onde existiam condições subumanas de trabalho. Era um desejo histórico.

E queria registrar a instalação da CPI da Pedofilia, porque eu fui um dos seus subscritores, para mostrar a minha indignação. Não se esqueça do nosso Piauí também lá na CPI. E, hoje, destaco: a Polícia Federal prendeu, em Teresina, um produtor de vídeo de pedofilia que utilizava esse comércio para desenvolver suas atividades. Então, nós temos que convocar essas pessoas que mancham a sociedade e a vida nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINO.**

**O SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINO** (PTB – PI) – Senhor Presidente, Senhoras Senadoras, Senhores Senadores, recentemente fui instado por advogados públicos federais e por defensores públicos federais que pediram intervenção desta Casa às autoridades do Poder Executivo no sentido de solução do impasse administrativo em relação a um acordo assinado entre os representantes do Governo e os representantes dessas aludidas categorias quanto à melhoria da remuneração dos membros da Advocacia e da Defensoria Pública federal.

Como é de notório conhecimento, os advogados e os defensores públicos federais deflagraram, no último dia 17 de janeiro do corrente ano, greve na qual exigem do Governo o cumprimento do mencionado acordo remuneratório.

Esse tema, recorrente no Plenário desta Casa, foi brilhantemente abordado no pronunciamento de meu colega Senador Geraldo Mesquita, ilustre representante acreano, que é também procurador da Fazenda Nacional.

Com efeito, em 1º-11-2007, foi assinado pelos representantes governamentais e pelos representantes

dessas referidas categorias, “Termo de Compromisso” no qual são estabelecidos “parâmetros para fins de revisão das tabelas remuneratórias das carreiras da área jurídica da União”. O cogitado “Termo de Compromisso” terá vigência até o ano de 2010, segundo o disposto em sua cláusula terceira.

Na cláusula primeira há o compromisso do Governo em assegurar a melhoria dos subsídios remuneratórios das mencionadas carreiras jurídicas da União, com o objetivo de reduzir a enorme disparidade entre os valores recebidos pelos membros da Magistratura e do Ministério Público quando comparados aos valores recebidos pelos membros da Advocacia e da Defensoria Pública federal.

A remuneração inicial de um Procurador da República (membro do Ministério Público Federal) é praticamente o dobro do que percebido por um Procurador da Fazenda Nacional (membro da Advocacia Pública Federal).

Tenha-se presente que até a Constituição de 1988, esses dois cargos (Procurador da República e Procurador da Fazenda Nacional) tinham um regime jurídico e uma remuneração similares. Após 20 anos da promulgação da atual “Carta Magna”, o fosso que separa os membros da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e os membros da Procuradoria-Geral da República é abissal.

Dentre várias outras razões justificadoras, não é à toa que muitos procuradores da Fazenda têm saído da PGFN para se tornarem procuradores da República.

Esta greve é o reflexo do grau de insatisfação dos advogados públicos e dos defensores públicos no sentido do cumprimento do “acordo remuneratório”. Uma tentativa de sensibilizar as autoridades governamentais na busca da reestruturação de tabelas remuneratórias dos servidores das carreiras jurídicas.

Importante ressaltar, os advogados públicos confiam nos esforços políticos envidados pelo Advogado-Geral da União, Ministro José Antônio Toffoli. E acreditam que Sua Excelência tem se empenhado no cumprimento governamental do mencionado acordo.

Também confio, Senhoras e Senhores Senadores, na capacidade político-administrativa do Ministro Toffoli, e sei que Sua Excelência tem feito – e fará – um grande trabalho à frente da Advocacia-Geral da União. Contudo, a solução para essa delicada situação na qual se encontram os advogados e defensores públicos federais demanda uma certa sensibilidade política e um esforço coletivo.

Sr. Presidente, fui procurado por alguns advogados e defensores públicos do meu Estado, o Piauí. A relevância da matéria e a urgência em se por fim à cogitada greve trouxeram-me ao Plenário hoje. Devemos lembrar que a persistência desta situação prejudica sobremaneira a sociedade brasileira. Acredito que o Senado da República tem em muito a contribuir neste sentido; seja como um meio interlocutório entre os advogados e defensores públicos e as demais autoridades governamentais, ou seja como um formulador de idéias, afim de solucionar de uma forma mais ágil e pacífica esta questão.

Era o que tinha a dizer.

Muito Obrigado!

**O SR. PRESIDENTE** (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador João Claudino, o brilhante pronunciamento. Na verdade, o Brasil carece de mão-de-obra, principalmente de engenheiro civil, dado o crescimento da construção civil neste País. O estímulo havia sido tão grande, mas, há oito anos, encontramos engenheiros pelo Brasil afora na informalidade, vendendo cachorro quente. E agora o País carece de engenheiro. Há falta de mão-de-obra, esse fosso educacional, dizia o Senador Augusto Botelho. V. Ex<sup>a</sup> faz um pronunciamento rico, um debate dos mais necessários. E, para a nossa felicidade, o Governo Lula vem tomando essas providências.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, a quem cedo, por benevolência, a minha oportunidade pela minha própria graça.

Falarão em seguida os Senadores Augusto Botelho, Jayme Campos e Flexa Ribeiro, orador assíduo desta Casa, que se pronuncia estando ou não inscrito, porque tem a capacidade de entrar sem dar seta. E eu sou seu aluno principal.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, antes de mais nada, agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, pela demonstração, que é recorrente, de fraternidade na direção deste seu colega e amigo.

Em segundo lugar, gostaria de agradecer não só a separata de prestação de contas do meu adversário nesta Casa, porém companheiro e amigo, o Senador João Pedro, pelo meu Estado, uma dedicatória muito afetuosa. Isso, na verdade, retrata o seu trabalho, que tem sítio intenso, e eu testemunho como tem sido incansável na defesa dos seus pontos de vista, e como S. Ex<sup>a</sup> vai granjeando o respeito dos seus Pares de qualquer latitude do seu Partido, evidentemente, e dos

partidos que ao seu Partido se opõem. Creio que essa é a trajetória parlamentar correta.

Além disso, Sr. Presidente, gostaria de dizer que apresentei requerimento de criação de comissão temporária externa do Senado Federal, com o objetivo de visitar a base do Exército em Vila Bittencourt e avaliar as condições em que vivem os militares que atuam na linha de frente daquela fronteira. Será um mergulho num trabalho importantíssimo do Exército na região próxima do Alto Solimões, no meu Estado. E os Parlamentares devem, eles próprios, fazer a sua imersão em Amazônia, porque é fundamental entendermos a nossa região – brasileiros, amazônidas ou não.

Sr. Presidente, hoje venho falar de corrupção.

Diferentemente das vezes anteriores, não é sobre corrupção no Governo Federal, mas graves irregularidades no Governo do meu Estado, o Amazonas, envolvendo desvio de recursos do desenvolvimento sustentável para obras fantasmas, portanto não realizadas, no Alto Rio Solimões. É assunto que, inclusive, já começa a merecer a atenção da imprensa nacional e poderá ganhar espaço na preocupação internacional.

O Jornal **Diário do Amazonas** publicou, em sua edição de 15 de janeiro último, extensa matéria, mostrando que o Governo do Estado pagou aproximadamente R\$17 milhões para a empresa Pampulha Construções e Montagem Ltda., por uma série de obras de infra-estrutura viária não realizadas em municípios do Alto Rio Solimões, região com os piores índices de pobreza do Estado.

Abro um parêntese para dizer que isso está inserido num total de R\$165 milhões de obras para aquela região. E, estranhamente, o Governo ainda pleiteia, e obtém, um empréstimo de mais US\$35 milhões do Banco Mundial, precisamente para a mesma região do Alto Solimões. Ou está havendo grossa malversação, ou aquilo ali teria de virar uma Suécia – no mínimo, uma Suécia. Repito, Sr. Presidente, que é uma região com os piores índices de pobreza do Estado.

Vejam, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que esse pagamento de R\$17 milhões representa apenas parte de um convênio com a Sociedade Civil de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Alto Solimões, um consórcio de Municípios – a Conaltosol, que, no total, soma R\$34,9 milhões.

Nesse processo, cheio de irregularidades, o Governo do Estado pagou, então, R\$17 milhões por obras que não foram realizadas e que deveriam beneficiar algo em torno de 164 mil pessoas naquela área, que,



mais uma vez, destaco, tem um dos piores índices de pobreza do Estado. Essas obras alcançariam os Municípios de Tabatinga, Benjamim Constant, São Paulo de Olivença, Santo Antônio do Itá e Fonte Boa, além das comunidades de Betânia, Juí, Santa Rita, Porto Franco e Nova Prosperidade.

Seriam obras de asfaltamento de ruas, pavimentação de acesso a aterros sanitários, terraplenagem, urbanização de praças, calçamento, enfim, trabalho de grande alcance social e que simplesmente não foi executado, embora regamente pago. Em alguns bairros, por exemplo, não há sequer uma rua asfaltada e, quando chove, parte da população fica sem condições até mesmo de sair de suas casas. Agora, às pressas, o Governo estadual envia máquinas e homens, visando a tapar a lacuna aberta pela incúria e pela má-fé.

Pois bem, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, na última sexta-feira, dia 14 deste mês, o Ministério Público do Estado anunciou que estava denunciando à Justiça essa terrível fraude e, conseqüentemente, requerendo, entre outras coisas, a quebra dos sigilos fiscal e bancário e o seqüestro dos bens dos envolvidos no pagamento por essas obras fantasmas. As providências do Ministério Público, inclusive, já resultaram no afastamento do Secretário de Infra-Estrutura do Governo Eduardo Braga.

Abro aspas para a seguinte expressão do Ministério Público Estadual: “Fraude, completo descaso, desrespeito com a coisa pública, enriquecimento indevido e violação dos princípios da administração pública”. Essa foi a conclusão do Ministério Público do Estado na investigação que realizou sobre essa situação mais do que desagradável.

As conclusões, portanto, levaram o Ministério Público do Estado a entrar na Justiça Estadual com uma ação civil pública, pedindo a declaração de nulidade de todos os atos administrativos que levaram ao pagamento fraudulento – aspas mais uma vez para o Ministério Público -, “cumulada com uma ação civil por improbidade administrativa”.

Na ação, o Ministério Público pede o afastamento do cargo, o seqüestro dos bens e a quebra de sigilo bancário e fiscal do Secretário de Infra-Estrutura do Amazonas, Sr. Marco Aurélio Mendonça, fato que já se deu; do Prefeito de Santo Antônio do Itá e presidente da Sociedade Civil de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião do Alto Solimões – Consórcio Intermunicipal da Mesorregião (Conaltosol), Sr. Antunes Bitar Ruas; e do sócio formal – repito, do sócio formal – da Pampulha Construções e Montagens Ltda.,

Sr. Alexandre Magno Fernandes Lages, e de todos os demais envolvidos.

O MPE lista, ainda, toda a série de irregularidades e crimes cometidos no processo de pagamento das obras fantasmas, desde a celebração de convênio com o Conaltosol até fraude na fiscalização das obras que não foram realizadas, envolvendo os engenheiros da Secretaria de Infra-Estrutura – Seinf –, passando pela licitação que teve quatro empresas “concorrentes” entre elas – faço questão de aspear a palavra concorrentes. Muito bem.

Três construtoras compraram o edital. Uma foi inabilitada e as outras, segundo o Ministério Público, renunciaram ao direito de recorrer da decisão da Comissão de Licitação, possibilitando, com isso, a continuidade do certame.

Sr. Presidente, neste ponto, pretendo alongar-me um pouco para poder fazer um breve histórico de como essa empresa ganhou a licitação e como se deu esse processo cheio de irregularidades.

A Pampulha apresentou proposta de R\$34,9 milhões e venceu a proposta da Soma. A diferença foi de R\$19 mil. O contrato foi assinado no dia 27 de novembro de 2007, Senador Augusto Botelho – preste atenção para esse dado. No dia 30, portanto três dias depois, a Secretaria de Infra-Estrutura designou os engenheiros para fiscalizarem as obras. Três dias depois, Senador Flexa Ribeiro. Mais três dias, e os engenheiros apresentaram laudo, declarando que os serviços tinham sido “executados” – entre aspas de novo. Três dias! E, no mesmo dia, o Governo depositou R\$9,2 milhões na conta do Conaltosol pela “realização” – tenho de aspear de novo a palavra realização – de 26,47% das obras.

Ou há muita irregularidade ou temos de, imediatamente, entregar toda a direção de todas as obras do País para esses mágicos que revelaram ou muita má-fé para com o dinheiro público ou uma competência extragaláctica.

É bom destacar aqui, para quem não conhece meu Estado, que essas obras “fantasmas” foram “previstas” – estou aspeando a palavra previstas – para cinco Municípios, que ficam distantes cerca de mil quilômetros de Manaus, com acesso difícilíssimo, Sr. Presidente. Nenhum mágico poderia usar de tanta agilidade.

Pois bem, na data da inspeção das “obras” – tem-se de aspear a palavra “obras” –, o MPE observou que as medições, feitas pela empresa Pampulha e ratificadas pelos fiscais da Seinf, não correspondiam à verdade. Aspas para o Ministério Público Estadual:

“Não foi encontrado o início sequer dos serviços preliminares, conforme comprovam as fotos reveladas (...) Para se ter uma idéia, nem sequer a instalação da obra foi consolidada” – diz a ação civil pública do Ministério Público Estadual.

De acordo com os promotores, por ocasião da inspeção em Benjamin Constant, o secretário municipal de obras daquele Município, Walmir Lima do Nascimento, disse que a Pampulha não chegou mesmo a concluir as obras de um contrato, celebrado em 2006, para pavimentar várias ruas da cidade.

Do montante de obras, apresentado pela Pampulha como executadas pelo valor de R\$18 milhões, o Ministério Público Estadual chegou à conclusão de que, com exceção do Município de Fonte Boa e da comunidade do Juí, não incluídos no cálculo por não terem sido visitados, a empresa somente teria o direito de receber aproximadamente, Sr. Presidente, R\$964 mil – recebeu entre R\$17 milhões e R\$18 milhões –, correspondente a 3% do total do contrato.

Diz a ação do Ministério Público – aspas para o Ministério Público Estadual –: “Tal conclusão somente vem comprovar a forma criminosa com que agiram os requeridos, sedimentando o que, na acepção popular, se chama de ‘negócio de pai para filho’. Somente relações desse naipe conferem privilégios e proteção semelhantes”.

Segundo os promotores, a vida da construtora Pampulha – abro aspas outra vez para o Ministério Público –, “na verdade, vem sendo facilitada pelo Estado há algum tempo.”

Em depoimento ao Ministério Público Estadual (MPE), o sócio formal da Pampulha – repito, o sócio formal da Pampulha –, Sr. Alexandre Magno, confessou que, no dia 14 de dezembro de 2007, os serviços pagos pelo governo do Estado não estavam realizados. Ele também disse que, tão logo assinou o contrato, fez um apelo ao Presidente do Conaltosol para que fosse feito um pagamento “em face dos investimentos que estavam sendo feitos, como compra de cimento, seixo, areal, mobilização de equipamentos e instalação de asfalto”.

O Sr. Alexandre confirmou que recebeu os R\$9 milhões solicitados, alegando que o valor não correspondia à execução da obra, mas à aquisição de insumos e serviços – aspas para o Sr. Alexandre, sócio formal da empresa Pampulha –, segundo ele, “necessários para o bom andamento dos trabalhos, consideradas as dificuldades de logística” no Alto Solimões.

Ou seja, ele acha que o Estado tem que emprestar dinheiro para que ele comece a fazer as obras. Vê-se por aí o tamanho da idoneidade dessa empresa.

De acordo com o Ministério Público Estadual (MPE), a declaração do Sr. Alexandre na busca de justificar o pagamento das obras “fantasmas” – aspas para o Ministério Público Estadual – “demonstra que o esquema implantado na Seinf ultrapassa qualquer parâmetro de legalidade e moralidade jurídica”. A ação diz que “para tal prática lograr êxito, foi necessária a aquiescência do presidente do Conaltosol, dos engenheiros da Seinf, da má-fé do secretário de Infra-Estrutura, além da omissão de técnicos”.

Os promotores dizem que a verba paga à Pampulha jamais poderia ter sido repassada de forma antecipada, porque não havia liquidação de despesa e “porque não pode dinheiro público ser utilizado para capacitar, financeiramente, empresa contratada que não detém o necessário suporte para cumprir com a sua obrigação”. “Aliás, com essa comprovação incontestável de incapacidade financeira para promover o contrato assinado, de imediato deveria ter o Conaltosol procurado rescindi-lo, o que, por conta da relação intrínseca de privilégio, não ocorreu”. É o que afirmam os promotores do Ministério Público Estadual.

O MPE considera que o pagamento de R\$18 milhões por obras “fantasmas” “é algo que somente não passa pelo surrealismo por ser ato de pura corrupção, em prejuízo de toda uma comunidade”. E que “ante a confissão do dono da Pampulha,” – repito, o dono formal da Pampulha – “as provas sobejamente trazidas aos autos indicam uma farsa montada para legitimar o pagamento realizado, situação que não pode ser imputada somente ao presidente do Conaltosol, mas igualmente ao Secretário da Seinf e aos engenheiros que assinaram os laudos”, pois “são inegáveis a ocorrência de violação aos princípios da administração pública, o enriquecimento ilícito de Alexandre Magno e o dano ao erário”.

Concluo, Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Senadores, com o resumo do que pede o Ministério Público em sua ação:

- 1) Decretação do seqüestro e indisponibilidade dos bens imóveis e móveis pertencentes a Antunes Bitar Ruas, Alexandre Magno Fernandes Lages e Marco Aurélio Mendonça, para assegurar o valor do futuro ressarcimento do dano causado ao erário, que atualmente contabiliza R\$17.246.040,10, do qual decorre enriquecimento ilícito obtido pelo

sócio formal da Pampulha, que só se concretizou com a ajuda de Bitar e Mendonça;

- 2) Bloqueio das contas bancárias da Pampulha e do Conaltosol para obrigá-los a depositar a garantia do contrato, no valor de R\$1.047.042,02;
- 3) Se as contas da Conaltosol e da Pampulha não tiverem saldo para a garantia do contrato, que sejam bloqueadas as contas dos municípios Santo Antônio do Içá, Tabatinga, São Paulo de Olivença, Fonte Boa e Benjamim Constant;
- 4) Decretação da suspensão do contrato com a Pampulha e do convênio com o Conaltosol;
- 5) O afastamento temporário dos cargos e funções públicas do secretário da Seinf, Marco Aurélio Mendonça, e dos engenheiros e técnicos da Secretaria André Gomes Oliveira Faustinião Fonseca Neto, Francisco Gomes de Lima e Tysia Régia Rayol Cavalcante Oliveira, em razão do potencial que têm para interferir na regular coleta de provas;
- 6) Quebra do sigilo bancário bancário e fiscal de todos os envolvidos, no período de janeiro de 2005 até fevereiro de 2008;
- 7) Expedição de mandado de busca e apreensão de todos os livros-caixa, do livro-razão e dos computadores da Pampulha;
- 8) Expedição de mandado do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), requisitando o rastreamento e a prestação de informações detalhadas sobre as operações bancárias a partir da transferência do dinheiro da conta do Conaltosol para a Pampulha, com o objetivo de precisar o real destino dos recursos.

Diante dessas providências recomendadas pelo Ministério Público Estadual, sugiro que o Ministério Público Federal também entre no processo de investigação de mais esse escândalo no Governo do Amazonas para que o caso receba a investigação devida no âmbito nacional.

Disso, aliás, já se apercebe a **Folha de S. Paulo**, já se apercebe o jornal **O Estado de S. Paulo**, e creio que é matéria mesmo para ser discutida pelo País, levando em conta a importância, que é planetária até, do Estado que mantém 98% da sua cobertura florestal intacta. Estou tratando aqui de dinheiro desviado, Senador João Pedro, do desenvolvimento sustentável. Isso é duplamente doloso e criminoso, porque é dinheiro desviado do desenvolvimento sustentável, conforme qualquer pessoa de mediana clareza percebe à primeira vista.

Senador João Pedro, concedo um aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. João Pedro** (Bloco/PT – AM) – Senador Arthur Virgílio, é evidente que eu não poderia deixar de me manifestar na hora em que V. Ex<sup>a</sup> trata, da tribuna desta Casa, do Senado da República, de um assunto que a imprensa no Estado do Amazonas já noticiou e sobre o qual os homens públicos não poderiam ficar calados. V. Ex<sup>a</sup> faz um registro, e quero evidentemente fazer o aparte, primeiro, para dizer da minha satisfação em ver o Ministério Público atento à aplicabilidade dos recursos públicos; segundo, para dizer que está na Imprensa Nacional esse debate que V. Ex<sup>a</sup> traz para o Senado da República.

Na minha opinião, o Governador deve se manifestar acerca desta questão; o Ministério Público deve continuar a fazer a investigação e está na hora de os prefeitos dessa região também se manifestarem. É grave a situação e espero que a investigação a esclareça definitivamente, pois, sinceramente, não ajuda a caminhada do povo do Amazonas, o povo dessa região que nós conhecemos, o Solimões, que não pode ser enganado, não pode ficar à mercê de um escândalo. Esses recursos poderiam estar resolvendo a vida de muita gente, porque é uma população carente. Espero, sinceramente, que possamos, num prazo muito curto, esclarecer definitivamente essa situação.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Obrigado, Senador João Pedro. Fico muito feliz e tranquilo vendo a posição de V. Ex<sup>a</sup>, como sempre indormida em defesa da coisa pública. De fato é isso. O Governador precisa sair das evasivas. Ele já diz que a culpa é do Conaltosol e sai para a política do “eu não sabia”, que é uma política que não cabe. Ele tem de dizer, com clareza, que isso aqui não é verdade, ou então pagar pela falta de critério do seu Governo.

Vou listar, Sr. Presidente, e peço alguns minutos para concluir, porque vou listar alguns casos que vão desmoralizar a teoria do “eu não sabia”, porque são casos numerosos demais para tanta alienação. Agradeço muito a V. Ex<sup>a</sup> pelo aparte, que incorporo, com muita honra, ao meu pronunciamento.

Seria também conveniente, Sr. Presidente, investigar indícios de utilização da mão-de-obra indígena nas “obras-remendo” – estou aspeando obras-remendo –, que estão sendo feitas às pressas pelo Governo Estadual. Claro!

E quero saber em que condições teria sido usada essa mão-de-obra indígena, porque, de repente, vai-se encontrar trabalho escravo. Quero saber isso. Não estou dizendo que há. Estou dizendo que quero saber.

Mas o caso acima constitui apenas parte da confusão que envolve a administração estadual do Amazonas. O Governo Eduardo Braga vem colecionando escândalos, um após o outro. Os maiores podem ser assim enumerados:

- 1) Operação Albatroz. Essa operação desencadeada pela Polícia Federal, em agosto de 2004, desbaratou quadrilha que teria desviado mais de R\$500 milhões por meio de licitações superfaturadas. Nela estava envolvida boa parte da cúpula do Governo, secretários de Estado e outros servidores, com o registro de que, em dezembro de 2006, o Ministério Público Federal denunciou 44 pessoas, incluindo diversos altos funcionários do Governo. Em seu relatório, a Polícia Federal assinala que seria impossível haver tanta gente próxima do Governador envolvida no caso sem o conhecimento dele. E o juiz Francisco de Assis Ataíde, segundo notícias do Jornal **A Crítica**, edição de 15 de setembro de 2006, declarou, com todas as letras: “(O Governador Eduardo Braga) Está envolvido na Operação Albatroz até os bigodes”.

Quem diz isso não sou eu. Quem publicou foi o jornal **A Crítica**. Quem diz isso foi o Juiz Francisco de Assis Ataíde.

- 2) Cema (Central de Medicamentos do Amazonas). Em junho de 2005, a Justiça Federal interveio na CEMA e comprovou haver superfaturamento de até 5.500% na compra de medicamentos, inclusive no analgésico dipirona, de tão amplo uso popular. Os desvios, no caso, teriam sido de mais de R\$200 milhões. Entre os envolvidos, figuras mais do que próximas ao Governador, com funções decisivas na Secretaria de Saúde e na CEMA.

- 3) Operação Saúva. Em setembro de 2006, a Polícia Federal enviou à Justiça o relatório do inquérito sobre a “Operação Saúva”, indiciando 46 pessoas, entre as quais vários funcionários da Comissão de Licitação do Governo do Estado. A acusação era de irregularidades na compra de merenda escolar e de cestas básicas destinadas a socorrer flagelados da seca que assolara o Amazonas. Além de desvios e superfaturamentos, 230 mil cestas básicas continham produtos deteriorados.

- 4) Saneamento de igarapés. No final do ano passado, a Construtora Andrade Gutierrez cobrou precatório do Estado do Amazonas no valor de R\$600 milhões, por trabalho de saneamento dos igarapés de Manaus. Ocorre que a mesma empresa está atualmente realizando essas mesmas obras de saneamento, dentro do programa denominado Prosamim, por conta de verbas do Governo Federal, do Governo do Estado e do Banco Mundial.

- 5) Supersalários. Para completar essa impressionante lista, Sr. Presidente, estão os supersalários pagos a pequeno grupo de apaniguados do Governador, num tal Conselho, que pagava salários de R\$20 a R\$60 mil, sem a contrapartida da lógica, do bom senso, do sentido de justiça e da seriedade pública. Logo ao assumir o Governo, em 2003, Braga decretou uma calamidade pública, que não existia em Manaus. A essa época, era Prefeito o Senador, nosso colega e Ministro Alfredo Nascimento, que governava a capital amazonense em plena normalidade. Ainda assim, foi decretada uma calamidade pública que custou obras “sem licitação” no valor de R\$6 milhões. Injustificável mesmo.

Encerro, Sr. Presidente, dizendo não acreditar no “eu não sabia” do Governador. Sabia, sim! Não acredito, também, que o Sr. Alexandre seja o único – ou o verdadeiro – dono da empresa Pampulha. A verdade verdadeira vai aparecer. O futuro mostrará isso.

Por hora, era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, pedindo ainda que sejam integrados aos Anais da Casa as matérias de jornais do Estado do Amazonas, relativas ao que aqui procurei historiar. Este é o primeiro de uma série de pronunciamentos que farei, até porque isso é apenas o fio de uma meada que não engrandece a melhor tradição da vida pública do Estado do Amazonas, o Estado que me elegeu e pelo qual tenho o dever de zelar da tribuna e fora da tribuna desta Casa, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*



# Estado pagou R\$ 17 milhões por série de obras fantasmas

O Governo do Amazonas pagou R\$ 17.246.040,10 para a Pampulha Construções e Montagens Ltda., por obras de infraestrutura viária não realizadas em municípios do Alto Rio Solimões, região com os piores índices de pobreza do Estado. O pagamento é apenas parte de um convênio com a Sociedade Civil de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Alto Solimões, um consórcio de municípios.

## Pagamento feito às pressas

O convênio foi publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) do dia 26 de novembro. No dia seguinte, foi assinado e publicado o contrato com a Pampulha. No dia 28 foi emitida a nota fiscal de serviço. A concorrência para a escolha da empresa aconteceu antes da assinatura do convênio. Em três dias, os engenheiros da Secretaria de Infra-Estrutura (Seinf) atestaram ter feito a primeira medição das obras, que não existem. No dia 5 de dezembro, o Conaltosol transferiu R\$ 8.972.020,85 para a conta da Pampulha, que retirou o dinheiro em espécie. Todo o processo não durou dois meses.

MUNICÍPIO recebeu maior montante de verba do convênio, mas nenhuma obra foi iniciada

## Em Tabatinga, sobram lama e buracos

Em todos os locais nos quais, na prestação de contas, a Pampulha demonstrou ter aplicado os recursos do convênio do governo do Estado com o Conaltosol para o sistema viário, nenhuma obra foi realizada, a não ser a abertura do acesso à comunidade de Lago Grande, em Santo Antônio do Itá. Seguem placas foram instaladas para sinalizar que os serviços serão realizados.

A cidade de Tabatinga, a 1.108 quilômetros a oeste de Manaus, foi a beneficiada com o maior montante dos recursos dos R\$ 34,9 milhões contratados com a Pampulha. Foram R\$ 11,7 milhões destinados para ampliação e melhoramento do sistema viário. Ao andar pelas ruas, sobram reclamações. Apenas a avenida da Amizade, que liga o Brasil à Colômbia, está em bom estado, pois foi construída em concreto, no início da década de 90, no governo Collor.

O motociclista Evaldo Santos Soares, 34, disse que já chegou a chamar a atenção do prefeito para as condições das ruas, mas a promessa agora é de que, depois do Carnaval, as obras devem começar.

Na cidade, até o último dia 10, não havia uma placa indicando obras e sequer uma máquina da empreiteira em operação. As ruas dos bairros Tancredo Neves e Vila Paraíso são as campeãs de reclamação dos

moradores. Na prestação de contas da primeira parcela, na qual já foram pagos R\$ 3,9 milhões, a Pampulha demonstrou ter "gastado" R\$ 1,286 milhão em serviços de terraplenagem e R\$ 2,289 milhões em pavimentação.

"Tabatinga está em calamidade. Não há obra, não há um palmo de asfalto. O prefeito prometeu fazer as obras no verão, porque é época de eleição", declarou Evaldo.

A rua Pedro Teixeira, no Centro, que tem um trecho seguindo no bairro Tancredo Neves, está totalmente danificada. O taxista Manuel Pinho Jacadina, 53, está há 30 anos na praça, e disse que há mais de quatro anos Tabatinga não recebe serviços de asfaltamento. Ele afirmou que em entrevista à rádio da cidade, o prefeito prometeu as obras para depois do Carnaval, mas não existe nenhuma empresa em operação na cidade, a não ser as poucas máquinas da prefeitura.

O feirante Alberto Cruz Gonçalo, 47, mora na rua José de Anchieta, próximo a uma praça em construção. "Quando chove é um lamaçal aqui e a água entra para as casas. Nem o caminhão de lixo passa aqui", reclamou. No último dia 10, um trator passou na rua fazendo uma limpeza na rua que, segundo Alberto, aguarda por asfalto há pelo menos 16 anos.

## Situação em Benjamin Constant

Em Benjamin Constant, a 1.121 quilômetros no extremo oeste do Amazonas, os moradores não conhecem os bairros Castanheiras e Nova Cidade, que constam no contrato do Conaltosol com a Pampulha como os beneficiários dos R\$ 2,7 milhões para pavimentação das ruas. Lá, existem o Castanhal e a Cidade Nova, que até o último dia 10 não passaram por nenhum tipo de serviço, embora, na prestação de contas, a Pampulha da Amazônia tenha informado que gastou, somente na primeira parcela, R\$ 780 mil. Destes, R\$ 648 mil a empreiteira informou ter aplicado só em serviços de terraplenagem.

No bairro Castanhal, a maior parte das ruas está no barro e capim. Avenida Frei Ludovico, que também passa entre o bairro e a Cidade Nova, está toda esburacada.

O taxista Mário José Alves Garcia, 35, disse que chega a perder passageiros porque não há condições de chegar aos dois bairros. Segundo ele, houve um serviço de asfaltamento há menos de um mês, mas nas ruas de acesso à BR-307, que

liga Benjamin à Atalaia do Norte, "as máquinas da Pampulha foram embora, mas prometeram voltar só em março", informou.

O asfalto colocado praticamente não existe mais, pois as ruas estão tomadas por lama e buracos.

No último mês, houve uma pequena limpeza das ruas do bairro Cidade Nova, que não são asfaltadas e estão cheias de capim. Segundo a professora Maria José Mendonça da Silva, 40, a limpeza só foi possível porque o marido dela, Aldenê Araújo, que, além de ser presidente fundador do bairro, trabalha como operador de máquinas da prefeitura, pegou uma máquina e fez o serviço. "Ele pegou o trator e deu uma limpada aí, senão ainda estavam só as valas", informou a professora.

Aldenê disse que o prefeito da cidade prometeu que, este ano, o bairro será asfaltado. "Ele disse que o contrato está todo ok e que as obras começam este ano. A Pampulha está aqui há quatro anos e não conclui esse sistema viário", declarou o funcionário.

11,7

milhões de reais a montante destinado para o sistema viário da cidade de Tabatinga

## ALTO SOLIMÕES

Veja os municípios que compõem o Conaltosol e os que receberam recursos do convênio 023/2006

Município	População	Recursos do convênio
Santo Antônio do Itá	33.421	R\$ 11.095.318,48**
Tabatinga	42.652	R\$ 11.715.776,14
Fonte Boa	35.752	R\$ 4.669.567,82
São Paulo de Olivença	27.607	R\$ 4.657.027,96*
Benjamin Constant	25.542	R\$ 2.763.089,39

\* Incluindo as comunidades Santa Rita, Povo Franco e Nova Prosperidade

\*\* Incluindo obras nas comunidades Juf, Betânia e acesso ao Lago Grande

Fonte: Conaltosol

PROMOTORES ingressaram com ação na Justiça pedindo sequestro dos bens dos envolvidos

## Obras 'fantasmas' derrubam secretário

Marcelo Moura

O secretário de Infra-Estrutura do governador Eduardo Braga foi obrigado a se afastar do cargo, ontem, oito horas após o Ministério Público do Estado (MPE) anunciar que havia entrado na Justiça com uma ação denunciando a fraude, pedido a quebra dos sigilos fiscal e bancário e o sequestro dos bens dos envolvidos no pagamento de R\$ 18 milhões do Estado em obras 'fantasmas' em municípios da região do Alto Rio Solimões.

Oficialmente, Marco Aurélio solicitou seu afastamento temporário do cargo para "deixar o governo, o Ministério Público e a Justiça à vontade para investigar" o pagamento das obras 'fantasmas'. O governo do Estado informou que o nome do novo secretário de Infra-Estrutura será escolhido "nas próximas horas".

"Fraude, completo desrespeito com a coisa pública, enriquecimento indevido e a violação dos princípios da administração pública". Essa foi a conclusão do Ministério Público do Estado (MPE), divulgada ontem, sobre o pagamento de R\$ 18 milhões em obras 'fantasmas' nos municípios da Região do Alto Rio Solimões, conforme reportagem publicada pelo DIÁRIO, na edição do dia 15 de janeiro deste ano.

As conclusões levaram o MPE a entrar na Justiça estadual com uma Ação Civil Pública, na quarta-feira, pedindo a declaração de nulidade de todos os atos administrativos que levaram ao pagamento fraudulento, "cumulada com ação civil por improbidade administrativa". Na ação, o MPE pede o afastamento do cargo, o sequestro dos bens e a quebra do sigilo bancário e fiscal do secretário de Infra-Estrutura do Amazonas, Marco Aurélio Mendonça, do prefeito de Santo Antônio do Itá e presidente da Sociedade Civil de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião do Alto Solimões - Consórcio Iatermunicipal da Mesorregião (Conatso), Antunes Bitar Ruas, e do sócio da Pampulha Construções e Montagens Ltda., Alexandre Magno Fernandes Lages e todos os envolvidos.

### Improbidade

A ação é assinada pelos promotores Silvana Nobre de Lima Cabral, Christianne Correa, Edilson Queiroz Martins e André Virgílio Belota Seffair.

Eles pedem a expedição de mandado para rastrear as operações bancárias da Pampulha e do Conatso, para identificar o destino dos R\$ 18 milhões pagos irregularmente.

Na ação estão citados ainda o próprio Estado, a chefe de fiscalização da Secretaria de Infra-Estrutura (Seinf), Tysia Régia Rayol Cavalcante Oliveira, o engenheiro André Gomes de Oliveira e os técnicos em engenharia Faustino Fonseca Neto e Francisco Corrêa Lima e os prefeitos de Benjamin Constant, José Maria Freitas da Silva Junior, de Fonte Boa, Sebastião Ferreira Lisboa (casado por crime eleitoral pelo Tribunal Superior Eleitoral na semana passada), de Tabatinga, Joel Santos de Lima, e de São Paulo de Olivença, Hamit-ur-Rahman Gama Ferreira.

O MPE lista, ainda, toda a série de irregularidades e crimes cometidos no processo de pagamento das obras 'fantasmas'. Desde a celebração do convênio com o Conatso até a fraude na fiscalização das obras pelos engenheiros da Seinf, passando pela licitação que teve quatro empresas 'concorrentes': a Roca Construtores e Pavimentação Ltda., a Pampulha, a Construtora Biam Ltda., e a Construtora Soma Ltda., "as três últimas compareceram. A Biam foi inabilitada por não comprovar regularidade fiscal. Há que se observar que todas as que estavam participando da disputa, inclusive a empresa inabilitada, renunciaram ao direito de recorrer da decisão da Comissão de Licitação, possibilitando, com isso, a contratação do certame", diz o MPE na ação.

A Pampulha apresentou uma proposta de R\$ 34.501.400,80 e venceu a construtora Soma por uma diferença de R\$ 19 mil. O contrato foi assinado no dia 27 de novembro de 2007. Três dias depois, o secretário executivo da Seinf, Orlando Augusto Vieira de Matos Junior, designou os engenheiros André Gomes de Oliveira, Francisco Corrêa Lima e Faustino Neto para fiscalizar as obras. Mais três dias e os engenheiros apresentaram o laudo declarando que os serviços tinham sido "executados". E no mesmo dia, o governo depositou R\$ 9.237.009,72 na conta do Conatso, pela "realização de 26,47% das obras".

### Crime

Na data da inspeção das obras, o MPE observou que as medições feitas pela empresa Pampulha e ratificadas pelos fiscais da Seinf não correspondiam à realidade. "vez que não foi encontrado o início sequer dos serviços preliminares, conforme comprovam as fotos reveladas" (...). Para se ter uma idéia, nem sequer a instalação da obra foi consolidada", diz a ação.

De acordo com os promotores, por ocasião da inspeção em Benjamin Constant, o secretário municipal de Obras, Walmir Lima do Nascimento, disse que a Pampulha não chegou a concluir as obras de um contrato celebrado em 2006 para pavimentar várias ruas da cidade.

De todo o montante de obras apresentado pela Pampulha como executadas pelo valor de R\$ 18 milhões, o MPE chegou à conclusão de que, com exceção dos municípios de Fonte Boa e comunidade do Jui, não incluídas no cálculo por não terem sido visitados, a empresa somente teria o direito de receber R\$ 963.995,36, o correspondente a 5% do total do contrato.

"Tal conclusão somente vem comprovar a forma criminosa com que agiram os requeridos, sedimentando o que na aceção popular se chama de 'negócio de pai para filho'. Somente relações desse naipe conferem privilégios e proteção semelhantes", afirmam os promotores.

Segundo eles, a vida da construtora Pampulha, "na verdade, vem sendo facilitada pelo Estado há algum tempo". "Em Benjamin Constant, quem denuncia a prática de falta de cumprimento de contrato com objetivo semelhante a este, é o próprio poder executivo. Ruas inteiras não foram asfaltadas por conta de contrato celebrado em 2006. Onde estaria, desta vez, a fiscalização do Estado do Amazonas?", afirmam os promotores na ação.

### AÇÃO CIVIL PÚBLICA

Veja o que pedem os promotores e quem são os envolvidos na corrupção constatada pelo Ministério Público do Estado (MPE)

#### O QUE PEDE O MINISTÉRIO PÚBLICO

- Decretação do sequestro e indisponibilidade dos bens pessoais e móveis pertencentes a Antunes Bitar Ruas, Alexandre Magno Fernandes Lages e Marco Aurélio Mendonça, para assegurar o valor do laudo assinado pelo dono da obra que atualmente contabiliza R\$ 17.246.040,10, do qual decorre enriquecimento ilícito obtido pelo sócio da Pampulha, que só se converteu em obra a partir de São Paulo de Olivença.
- Quebra dos sigilos bancário e fiscal da Pampulha e do Conatso para dar-lhes a devida transparência do contrato, no valor de R\$ 1.047.040,82.
- Se as contas do Conatso e da Pampulha não tiverem sido para a garantia do contrato, que sejam bloqueadas e as contas das empresas Santa Helena do Itá, Tabatinga, São Paulo de Olivença, Fonte Boa e Benjamin Constant.
- Decretação da suspensão dos contratos com a Pampulha e do convênio com o Conatso.
- O bloqueio temporário dos cargos e funções públicas de servidores da Seinf, Marco Aurélio Mendonça e das empresas e técnicos da Secretaria de Infra-Estrutura: Antunes Bitar Ruas, Francisco Corrêa Lima e Tysia Régia Rayol Cavalcante Oliveira, em razão do potencial que têm para influenciar no regular curso de obras.
- Quebra de sigilo bancário e fiscal de todos os envolvidos, na período de janeiro de 2005 até fevereiro de 2008.
- Expedição de Mandado de Busca e Apreensão de todos os livros, cadernos e documentos da Pampulha.
- Expedição de mandado do Conselho de Controle e Avaliação Econômica (CCE) para apuração do pagamento e prestação de informações detalhadas sobre as operações bancárias a partir de transferência dos dados da conta do Conatso para a Pampulha, com o objetivo de procurar o real destino dos recursos.

#### OS ENVOLVIDOS

- Município de São Paulo de Olivença: membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Integrado e Sustentável.
- Município de Benjamin Constant: prefeito José Manoel Farias de São José.
- Marco Aurélio de Mendonça, secretário estadual de Infra-Estrutura.
- Pampulha Construções e Montagens, sobe Alexandre Magno.
- Antunes Bitar Ruas, presidente do Conatso.
- Sebastião Ferreira Lisboa, prefeito de Fonte Boa.
- O Município de Santo Antônio do Itá: prefeito Antunes Bitar.
- Conselho de Amatoas.
- Conatso: Secretário-Geral de Desenvolvimento Integrado e Sustentável.
- Alexandre Magno Fernandes Lages, dono da Pampulha.
- Antunes Bitar Ruas, presidente do Conatso.
- Francisco Corrêa Lima, engenheiro civil.
- Faustino Neto, técnico em engenharia civil.
- Tysia Régia Rayol Cavalcante Oliveira, engenheira.
- Município de Tabatinga: Joel Santos de Lima.

## Sócio da construtora confessa irregularidades

Em depoimento ao Ministério Público (MPE), o sócio da Pampulha, Alexandre Magno, confessou que, no dia 14 de dezembro de 2007, os serviços pagos pelo governo do Estado não estavam realizados. Ele também disse que tão logo assinou o contrato fez um apelo ao presidente do Conatso, Antunes Bitar, para que fosse feito um pagamento "em face dos investimentos que estavam sendo feitos, como compra de cimento, seixo, areia, mobilização de equipamentos, instalação de asfalto".

Alexandre confirmou que recebeu os R\$ 9 milhões solicitados, alegando que o valor não correspondia à execução da obra, mas à aquisição de insumos e serviços "necessários para o bom andamento dos trabalhos, consideradas as dificuldades de logística" no Alto Solimões.

De acordo com o MPE, a declaração de Alexandre na busca de justificar o pagamento das obras 'fantasmas' "demonstra que o esquema implantado na Seinf ultrapassa qualquer parâmetro de legalidade e moralidade jurídica". A

ação diz que "para tal prática lograr êxito foi necessária a aquiescência" do presidente do Conatso, dos engenheiros da Seinf, da má-fé do secretário de Infra-Estrutura, além da omissão dos técnicos".

Os promotores dizem que a verba paga à Pampulha jamais poderia ter sido repassada de forma antecipada, porque não havia liquidação de despesa e "porque não pode dinheiro público ser utilizado para capacitar, financeiramente, empresa contratada que não detém o necessário suporte para cumprir com a sua obrigação". "Além disso, com esta comprovação incontestável de incapacidade financeira para promover o contrato assinado, de imediato deveria ter o Conatso procurado rescindir o que por conta da relação intrínseca de privilégio não ocorreu", afirmam.

O MPE considera que o pagamento de R\$ 18 milhões por obras 'fantasmas' "é algo que somente não passa pelo surrealismo por ser ato de pura corrupção, em prejuízo de to-

da uma comunidade" e que, "ante a confissão do dono da Pampulha, as provas sobejamente trazidas aos autos indicam uma farsa montada para legitimar o pagamento realizado, situação que não pode ser imputada somente ao presidente do Conatso, mas igualmente ao secretário da Seinf e aos engenheiros que assinaram os laudos", pois "é negável a ocorrência de violação aos princípios da administração pública, o enriquecimento ilícito de Alexandre Magno e o dano ao erário".

O promotor André Seffair disse que o dono da Pampulha declarou que foi o Conatso a pedir uma antecipação para mobilização de material para realizar as obras. "O dono da Pampulha confessou que pediu ao Conatso R\$ 9 milhões, como antecipação", afirmou Seffair.

## Obras 'fantasmas' derrubam secretário de Eduardo Braga

O secretário de Infra-Estrutura do governador Eduardo Braga pediu afastamento, ontem, após o Ministério Público do Estado divulgar que entrou com uma ação na Justiça pedindo a quebra dos sigilos bancário e fiscal e a indisponibilidade dos bens de todos os envolvidos no pagamento de R\$ 18 milhões para obras 'fantasmas' na região do Alto Rio Solimões.

Política, 6

### Promotores consideram que ocorreu uma fraude

"Fraude, completo desrespeito com a coisa pública, enriquecimento indevido" foi a conclusão do Ministério Público do Estado.

Política, 6

### MPE quer rastrear para onde foram os R\$ 18 mi

O Ministério Público requisitou à Justiça o rastreamento das contas por onde passaram os R\$ 18 milhões para saber o real destino dos recursos.

Política, 6

### Engenheiros e prefeitos são denunciados ao TJ

Os engenheiros da Secretaria de Infra-Estrutura envolvidos no pagamento e os prefeitos dos municípios do Alto Solimões foram denunciados.

Política, 6

SERVIÇOS deveriam beneficiar mais de 164 mil pessoas na área considerada mais pobre do Amazonas

# Estado paga R\$ 17 mi em obras 'fantasmas'

Num processo repleto de cheios de irregularidades, o Governo do Amazonas pagou, no final do ano passado, R\$ 17.246.040,10 à empresa Pampulha Construções e Montagens Ltda., por obras não realizadas e que deveriam beneficiar mais de 164 mil pessoas na região do Alto Rio Solimões, a que tem alguns dos piores índices de pobreza do Estado.

O pagamento é parte dos R\$ 34.943.718,30 de um convênio do Governo do Amazonas, através da Secretaria de Infra-Estrutura (Seinf), com a Sociedade Civil de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião do Alto Solimões - Consórcio Intermunicipal (Conalcosol), que prevê obras e serviços de infraestrutura e urbanização no sistema viário dos municípios de Tabatinga, Benjamin Constant, São Paulo de Olivença, Santo Antônio do Itá, Fonte Boa e nas comunidades de Betânia, Jui, Santa Rita, Porto Franco e Nova Prosperidade. O único sinal de obra encontrado foi a abertura, de uma estrada de cerca de dois quilômetros, ainda sem terraplanagem, ligando a Comunidade do Lago Grande a Santo Antônio do Itá.

O convênio foi publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) do dia 26 de novembro. No dia seguinte, foi assinado e publicado o contrato com a Pampulha. No dia 28 foi emitida a nota fiscal de serviço. A concorrência aconteceu antes do convênio, entre 8 de outubro e 5 de novembro, de acordo com o documento Prestação de Contas - Relação de Licitações, do Conalcosol. Participaram da concorrência as construtoras Soma Ltda. e Etam Ltda.

No dia 30 de novembro, quatro dias após o convênio, o secretário executivo da Secretaria de Infra-Estrutura do Estado (Seinf), Orlando Augusto Vieira de Mattos Júnior, designou os engenheiros André Gomes de Oliveira, Francisco Contrá Lima e Faustina Fonseca Neto, para fiscalizar as obras e serviços de infraestrutura e urbanização nos cinco municípios e nas cinco comunidades, que ficam a centenas de quilômetros de distância uns dos outros. Três dias depois, os engenheiros assinaram o laudo técnico da primeira medição do contrato: "Declaramos que os serviços relacionados na Nota Fiscal Nº 000829/2007, da firma Pampulha Construções e Montagens Ltda., no valor de R\$ 9.237.009,72, constante do Processo 001/2007-Seinf (...) foram executados em perfeita obediência às Normas Técnicas vigentes no País, bem como às especificações contratuais, podendo consequentemente ser liberada em favor da citada firma a importância acima mencionada". Ainda no dia 3 de dezembro, a Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) pagou R\$ 4.422.520,10 ao Consórcio. No dia seguinte, 4 de dezembro, foram pagos mais R\$ 4.814.489,62. No outro dia, 5 de dezembro, o Consórcio transferiu R\$ 8.972.020,85 para a Pampulha, exatamente 38 minutos após a abertura da agência 0736 do Bradesco. A empresa retirou o dinheiro em espécie, como comprova o recibo de retirada 0100274.

Ainda em dezembro, no dia 12, o atual presidente do Conalcosol, prefeito de Santo Antônio do Itá, Antunes Bitar Ruas, assinou um relatório enviado ao secretário da Seinf, Marco Aurélio Mendonça, confirmando "a correta aplicação dos recursos 'objeto' dos relatórios anexos, de forma satisfatória, que alcançaram seus objetivos e os fins propostos". Apenas 16 dias haviam passado desde a assinatura do convênio. De acordo com o contrato, 26,47% das obras deveriam estar prontas. Mas não estavam. E não estão.

De acordo com protocolo 005906 da Seinf, no dia 13 de dezembro, o Conalcosol apresentou o ofício 091/2007 com a primeira prestação de contas do convênio, tornando-se apta ao recebimento da segunda parcela. Logo após o Natal, no dia 26 de dezembro, a Sefaz pagou R\$ 4,5 milhões ao Consórcio. No dia seguinte, mais R\$ 3.509.030,38 foram repassados ao Conalcosol. O DIÁRIO apurou que o dinheiro foi novamente sacado em espécie pela Pampulha. De acordo com o contrato e a Lei de Licitações (8.666/93), mais da metade das obras deveriam estar prontas. De acordo com levantamento feito até o dia 15 de janeiro, nos municípios e nas comunidades que deveriam ser beneficiadas pelo convênio, nenhuma das obras estava pronta e nem sequer as placas indicativas foram instaladas nos locais.

## DOCUMENTO

O DIÁRIO teve acesso à maior parte do processo 'relâmpago' de pagamento das 'obras' realizadas no Alto Solimões

Este documento registra a transferência de valores de R\$ 8.972.020,85 da Prefeitura de Santo Antônio do Itá para a Pampulha Construções e Montagens Ltda. O valor é destinado ao pagamento de serviços de infraestrutura e urbanização no sistema viário dos municípios de Tabatinga, Benjamin Constant, São Paulo de Olivença, Santo Antônio do Itá, Fonte Boa e nas comunidades de Betânia, Jui, Santa Rita, Porto Franco e Nova Prosperidade.

Convênio Assinado pelo secretário Marco Aurélio Mendonça

Nota Fiscal expedida pela Pampulha Construções e Montagens Ltda. com o valor total de R\$ 9.237.009,72. A nota fiscal detalha os serviços prestados e o valor devido.

Nota Fiscal Expedida dois dias depois da assinatura do convênio

Documento de pagamento em espécie emitido pelo Bradesco, com o valor de R\$ 8.972.020,85. O documento registra a retirada do dinheiro em espécie da agência 0736.

Pagamento Dinheiro foi retirado em espécie do caixa do Bradesco

Contrato Documento publicado no Diário Oficial do Estado, datado de 28 de novembro de 2007. O contrato estabelece as condições para a execução das obras e serviços de infraestrutura e urbanização.

Contrato Documento foi publicado no dia seguinte ao Convênio

## Prefeito confirma pagamento

O presidente do Conalcosol, Antunes Bitar Ruas, confirmou, ontem, que atendeu a realização de obras que não foram realizadas e que os pagamentos foram feitos. Ele justificou que fez isso para permitir que a Pampulha pudesse mobilizar material e equipamentos para realizar as obras no Alto Solimões.

A cláusula 8ª do contrato diz que "o pagamento das obras e serviços contratados será efetuado de acordo com as medições mensais das obras e serviços efetivamente executados, conforme proposta comercial do contratado". Ruas disse que sabe das exigências do contrato, mas alegou que "tazer obra no Alto Solimões é muito difícil". "Por isso, nós precisamos liberar esse dinheiro", justificou.

Ele disse que não sabe explicar porque o consórcio realizou a licitação para contratar a empresa que iria realizar as obras antes mesmo da assinatura do convênio com o governo do Estado. "Isso aí, somente a nossa assessoria jurídica em Tabatinga tem informação", disse.

Antunes Ruas declarou que se a equipe do DIÁRIO retornar aos locais daqui a 25 dias vai constatar que a empresa já estará mobilizada.

## Mais da metade das 'obras' em dois meses

Existente uma irregularidade no plano de trabalho das obras 'realizadas' pela Pampulha no Alto Solimões que pode ser considerado irreal, pois contempla que mais da metade das obras seriam executadas nos dois primeiros meses do convênio, já que o prazo da execução é de 360 dias corridos. O mais grave é a empresa demonstrar, na prestação de contas, ter executado, em apenas um dia, mais de 26% das obras e serviços do contrato. É como se, num toque de magia, num único dia tenham sido executados serviços preliminares, terraplanagem, drenagem, pavimentação, em diversos municípios do interior.

Além do mais, a simples leitura dos relatórios de medição, de cada uma das obras 'executadas' nos municípios do interior, dá conta que o plano de trabalho das obras 'realizadas' pela Pampulha no Alto Solimões que pode ser considerado irreal, pois contempla que mais da metade das obras seriam executadas nos dois primeiros meses do convênio, já que o prazo da execução é de 360 dias corridos. O mais grave é a empresa demonstrar, na prestação de contas, ter executado, em apenas um dia, mais de 26% das obras e serviços do contrato. É como se, num toque de magia, num único dia tenham sido executados serviços preliminares, terraplanagem, drenagem, pavimentação, em diversos municípios do interior.

Como a Lei de Licitações proíbe o pagamento retroativo, antes da assinatura e publicação dos contratos, a primeira hipótese acaba excluída.

Outro aspecto é que o plano de trabalho não atende às determinações da Lei de Licitações, porque "não contém previsão de início e fim da execução do objeto, bem assim da conclusão das etapas ou fases programadas". Não há indicação das datas em que serão executadas as etapas. Isso, certamente, foi proposto para que se tentasse encobrir o pagamento antecipado de mais de 50% do valor do contrato.

Outra irregularidade verificada é o fato de que a Construtora Pampulha não possui certidão negativa junto à Receita Federal na época do pagamento. A consulta foi feita no site da Receita, com o CNPJ 03.531.383/0001-12.

# Faltam obras em Santo Antônio do Içá

O município de Santo Antônio do Içá, a 880 quilômetros a oeste da capital, depois de Tabatinga, é o que detém o maior volume de investimentos previstos no contrato firmado entre o Conaltosol e a Pampulha, a maior parte para pavimentação de comunidades no interior. São mais de R\$ 11 milhões. O prefeito de Santo Antônio, Antunes Bittar Ruas, foi reeleito para a presidência do consórcio, que tem a sede instalada em Tabatinga.

Na sede do município estão previstas duas obras, a da Praça da Igreja, Coreto e Calçada, no valor de R\$ 925 mil, dos quais já foram pagos R\$ 138 mil, e da pavimentação do acesso ao aterro sanitário, no valor de R\$ 1,5 milhão. Deste, já foram pagos R\$ 516 mil. Não há nenhum serviço feito e sequer uma placa colocada nos locais para indicar alguma obra.

Na prestação de contas, a Pampulha informa que na obra de pavimentação do acesso ao aterro sanitário, que não começou a funcionar, dos R\$ 516 mil que ela já recebeu, R\$ 295 mil foram só para serviços de terraplenagem e R\$ 142 mil para pavimentação. A estrada está ainda na areia.

Na obra da Praça da Igreja, consta que a maior parte do dinheiro foi para "serviços preliminares", como transporte de materiais, de demolições, limpeza do terreno e de jardineiras, sem que uma grama tenha sido arrancada do local. O

Coreto, que fica em frente ao Centro Cultural da cidade, até o último dia 10, continuava sem nenhuma melhoria.

A situação piora na comunidade do Jul, no rio Içá, a mais de 120 quilômetros da sede do município, ou três horas e meia de viagem numa lancha com motor de popa de 150 HP. Pelos serviços que deveria ter realizado na comunidade, a Pampulha já recebeu R\$ 708 mil dos R\$ 2,8 milhões contratados para a implantação do sistema viário, num local em que a população, de aproximadamente dois mil habitantes, precisa mais de escola e posto de saúde do que de asfalto.

De acordo com o aposentado Gabriel Ribeiro dos Santos, 72, o prefeito esteve na comunidade em dezembro e prometeu o calçamento para este ano. "Tem aquelas promessas de calçamento que não sei se vão acontecer", afirmou ele, que também é o inspetor da Igreja Cruzada Católica Apostólica Evangélica.

Na prestação de contas apresentada ao governo, dos R\$ 708 mil já pagos à Pampulha, R\$ 589,2 mil foram para serviços de terraplenagem, sem que um único metro cúbico de barro tivesse sido mexido na comunidade.

Em Betânia, comunidade formada por indígenas da etnia ticuna, a 20 minutos da sede de Santo Antônio do Içá, constatou-se a mesma situação. O único calçamento é na

rua Eduardo Avelino, feito em concreto há cerca de oito anos. A ampliação do sistema viário é, na avaliação do segundo cacique da comunidade Domingos Francelino Pereira, 55, uma das maiores necessidades dos moradores. Mais próxima da sede e mais populosa, com mais de três mil moradores, Betânia foi 'beneficiada' com R\$ 2,7 milhões no contrato firmado entre a Pampulha e o Conaltosol, para expansão do sistema viário, sem que nenhuma obra tenha sido feita.

Desse valor, só na primeira parcela, a Pampulha já recebeu R\$ 644 mil, a maior parte, R\$ 633 mil, 'aplicada' em serviços de terraplenagem.

De todas as obras previstas para o município de Santo Antônio do Içá, a única que teve início, foi a abertura do acesso à Comunidade do Lago Grande, formada também por indígenas ticuna. O contrato prevê a construção e pavimentação. Somente a abertura do acesso, de cerca de dois quilômetros, foi feita. "O prefeito disse que vão fazer uma ponte e aterrizar lá embaixo para a rua chegar aqui", informou o segundo cacique da comunidade, Marco Cesário, 44. A promessa de calçamento é antiga. No Jul, por exemplo, os moradores dizem que esperam por melhorias há dez anos. Em Betânia, a espera já dura pelo menos cinco anos.

## Situação semelhante nas ruas de Fonte Boa

No município de Fonte Boa, a 678 quilômetros a oeste de Manaus, não há obra de asfaltamento em andamento, nem placas indicando o início de alguma ação da empresa Pampulha na cidade. O bairro Açacu é o mais caótico, pois não há uma rua sequer que ainda tenha asfaltamento. Quando chove, os moradores ficam sem condições de sair de suas casas, tamanho o 'lamaçal'.

O contrato com a Pampulha prevê R\$ 4.569.567,84 para

ampliação e melhoramento do sistema viário de Fonte Boa. Só da primeira parcela, a empresa já recebeu R\$ 1.422.520,10, dos quais, R\$ 741,2 mil deveriam ter sido aplicados em serviços de pavimentação e, R\$ 476,2 mil, em terraplanagem.

No bairro Açacu, a promessa, segundo o vereador Francisco Aroldo de Araújo Coelho (PPS), 37, é de que a empresa Pampulha conseguirá um aditivo no contrato para asfaltar todas as ruas. Aveni-

da Belarmino Lins, no Centro, onde o vereador mora, parece mais um 'queijo suíço' de tantos buracos.

De acordo com o mototaxista Arnóbio Freitas dos Santos, 41, há mais de oito anos as ruas do município não passam por asfaltamento. "Para nós fica muito difícil trabalhar porque há bairros onde não temos condições de entrar. Na avenida Belarmino Lins, ninguém gosta de andar por lá", afirmou.

No bairro Mãe Creuza, as

ruas estão todas esburacadas, como a Abacaxi e a Jenipapo. Na rua José Ferreira Lima, no bairro São Francisco, a quantidade de buracos já prejudica as crianças no período de aula. De acordo com a zeladora Raimunda Pereira, 40, há quatro anos foi colocado 'um asfaltozinho', mas agora a situação está precária. "Quando chove nem moto entra aqui", reclamou.

Em Fonte Boa, a promessa do prefeito é de que este ano haverá serviços de asfaltamento das ruas de novo.



AFASTAMENTO de Marco Aurélio Mendonça não foi

oficializado pelo governador Eduardo Braga

# Secretário afastado continua recebendo

CINTIA GUIMARÃES

O secretário de Estrutura do Instituto de Segurança (Seint), Marco Aurélio Mendonça, que pelo afastamento do cargo na última sexta-feira, vai continuar recebendo o salário de R\$ 13

mil do governo do Estado, até sair a publicação do desligamento dele no Diário Oficial do Estado (DOE). Ele pediu afastamento do cargo através de ofício encaminhado à Casa Civil, depois de o Ministério Público Estadual (MPE) anunciar que ingressara na Justiça com Ação Civil Pública contra

os responsáveis pelo pagamento de obras não realizadas no Alto Solimões.

O chefe da Casa Civil, Raul Zaidan, afirmou que o afastamento implica na suspensão do vencimento do secretário, mas a decisão só vale a partir de publicação no Diário Oficial do Estado. Zaidan informou que a publicação ainda não tem data prevista. "Vai depender da posição oficial do governador Eduardo Braga e da nomeação do novo secretário", disse Zaidan.

O cargo interino de secretário da Seint está sendo exercido pelo secretário-executivo, Orlando Augusto Vieira de

Mattos Júnior. Na página oficial do governo, o nome de Marco Aurélio continua como secretário da Seint.

O chefe da Agência de Comunicação do governo, Niel Levy, disse que o afastamento de Marco Aurélio é por tempo indeterminado até a conclusão das investigações.

O senador Arthur Virgí (PSDB) aposta que Marco Aurélio Mendonça vai "segurar pepino" sozinho e, em compensação, terá o apoio do fisca para sua defesa na Justiça. "Que estranha solidariedade essa em que uma pessoa paçoquinha o que não cometeu zinha?", questionou.

## CONCLUSÃO

Leonel promete recorrer de decisão judicial

O presidente da Câmara Municipal de Manaus, Leonel Feltre (PSDB), informou ontem que, após ser notificado

judicialmente, pretende recorrer da decisão do juiz substituto da 1ª Vara da Fazenda Pública Municipal César Luiz Baudiera, que determina a nomeação dos aprovados no concurso público realizado em 2003. Ele disse ainda que ainda não foi notificado oficialmente a respeito da liminar.

"Se posso me manifestar quando conhecer o teor do despacho dado pelo juiz".

O presidente da CMM explicou que, enquanto administrador, precisa obedecer o que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que estabelece normas para gastos com pessoal. Apesar do limite de 70%, a presidência da CMM informou que leva em consideração na hora de fazer gastos o limite prudencial de 62%, para que reste ao menos 8% desse orçamento para pagamento de causas trabalhistas e ajustes salariais definidos no plano de cargos e salários.

A homologação do concurso ocorreu em março de 2004. O prazo legal de dois anos para a convocação dos aprovados expirou em 2006, mas foi prorrogado por mais dois, durante a gestão do vereador Marco Antonio Chico Preto (PMOB). Após quatro anos, o prazo expirou no último dia 16.

Segundo a diretora de comunicação da CMM, Any Margaret, das 191 vagas disponibilizadas no concurso 93 pessoas foram chamadas. A última convocação, de 22 aprovados, foi realizada no início de março. Os convocados terão 30 dias para comparecerem à Câmara com a documentação necessária para admissão.

A CMM tem cerca de 1.400 funcionários, dos quais 410 efetivos, 355 comissionados e mais de 600 pagos com verba de gabinete. Any Margaret disse que há duas semanas o Ministério Público pediu a exoneração de 126 pessoas que trabalhavam em regime temporário, mas mesmo assim não há possibilidade de contratação de concursados.

## DEPUTADO Praciano entregou documentos à Frente Parlamentar de Combate à Corrupção

# Relatório de obras 'fantasmas' em Brasília

EMANUELLE ARAÚJO

Circulação de Brasília

O deputado federal Francisco Praciano (PT) entregou ontem, em Brasília, ao presidente da Frente Parlamentar de Combate à Corrupção, Paulo Rubem Santiago (PDT-PE), um relatório com fotos e recortes de jornais sobre as irregularidades no pagamento de R\$ 18 milhões, feito pelo governo do Estado por obras 'fantasmas' no interior do Amazonas. Praciano foi o autor da representação que resultou na Ação Civil Pública do Ministério Público Estadual (MPE) contra os responsáveis pelas obras 'fantasmas'.

O MPE elaborou um relatório apontando irregularidades graves (fraude, completo descaso, desrespeito com a coisa pública, enriquecimento indevido e a violação dos princípios da administração pública) no convênio firmado entre o governo do Estado e a Sociedade Civil de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião do Alto Solimões - Consórcio Intermunicipal da Mesorregião (Conalcosol), que contratou a empresa Parapulta, por R\$ 34,9 milhões, para realizar obras de infraestrutura e pavimentação de vias em municípios do Alto Solimões.

Praciano fez a entrega durante o encontro da Frente Parlamentar de Combate à Corrupção, que ocorreu na sala de reuniões da Mesa Diretora da Câmara. A Frente é composta por, aproximadamente,

há punição ao mau gestor público. Segundo ele, é preciso fortalecer os órgãos de controle e transparência e aperfeiçoar a legislação para proporcionar mais punição para os crimes de corrupção. "O gestor público pode roubar, fraudar, desviar 150 deputados federais. Segundo Praciano, a Frente tem a missão de tratar a corrupção de forma sistemática e aumentar a velocidade da Justiça no julgamento de processos de crimes contra a administração pública. De acordo com o deputado, em todo o País existem 54 milhões de processos nos Tribunais, equivalente a quase oito mil por juiz. "Se não fizermos diferença de crime de corrupção e os demais, os de corrupção jamais serão julgados", disse.

O presidente da Frente, Paulo Rubem, afirmou que casos como o do Amazonas têm se tornado comuns em todo o País, apesar das frequentes auditorias da Controladoria Geral da União (CGU). No entanto, a instituição só tem competência para fiscalizar as obras que recebem recursos federais. "Temos visto cada vez mais a falta de controle preventivo e obras que não foram realizadas como essas, que foram inspecionadas como obras de fachadas. Há deliberadamente uma prática de se promover a corrupção por meio de obras", comentou.

Para Paulo Rubem, o grande número de obras 'fantasmas' no País ocorre principalmente porque não existem órgãos de controle e porque não

há punição ao mau gestor público. Segundo ele, é preciso fortalecer os órgãos de controle e transparência e aperfeiçoar a legislação para proporcionar mais punição para os crimes de corrupção. "O gestor público pode roubar, fraudar, desviar 150 deputados federais. Segundo Praciano, a Frente tem a missão de tratar a corrupção de forma sistemática e aumentar a velocidade da Justiça no julgamento de processos de crimes contra a administração pública. De acordo com o deputado, em todo o País existem 54 milhões de processos nos Tribunais, equivalente a quase oito mil por juiz. "Se não fizermos diferença de crime de corrupção e os demais, os de corrupção jamais serão julgados", disse.

Em outubro de 2007, Praciano apresentou um requerimento à Mesa Diretora da Câmara dos Deputados para que retirasse da "gaveta" os projetos que visam o combate à corrupção. De acordo com ele, existem 40 projetos nesse sentido. "A Casa tem que tirar da gaveta esses projetos, criar uma comissão especial, ouvir a sociedade e atualizá-los para que eles tramitem. São projetos que têm objetivo de acelerar a Justiça e para aumentar a pena para quem comete corrupção".

A deputada federal Vanessa Grazziotin (PCdoB), que também é membro da Frente de Combate à Corrupção, disse que o Poder Judiciário do Amazonas não pode ficar omissos às denúncias do MPE sobre as obras 'fantasmas'. Para ela, a Justiça precisa punir os culpados pelo pagamento das obras e aplicar multas pesadas.

### Promotor diz que há crime

O promotor Edilson Queiroz Martins, um dos autores da Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Estadual (MPE) contra os envolvidos no escândalo das obras 'fantasmas' em municípios do Alto Solimões, disse ontem que quem pratica esse tipo de crime não é só um ladrão. "É ladrão e assassino, porque está contribuindo para a morte de pessoas que não vivem em condições tão boas quanto eles (os autores do crime)", desabafou.

Nesse sentido, o promotor espera que o Procurador-Geral de Justiça, Mauro Campbell Marques, sintase indignado após analisar os documentos enviados à Procuradoria e ingresse com ação criminal contra os envolvidos.

Martins afirmou também que confia no trabalho do Poder Judiciário e aposta que ele vai acatar o pedido dos promotores. "Vamos lutar para que o Judiciário se indigné porque casos assim devem ser analisados pelo lado social. Esse valor (R\$ 18 milhões) não pode ser visto apenas como um bem público. Não estão tirando só um recurso financeiro, mas também a qualidade de vida de milhares de pessoas que são marginalizadas", desabafou.

Entre os envolvidos estão o ex-superintendente de Infra-Estrutura do Amazonas, Marco Aurélio Mendonça e o prefeito de Santo Antônio do Içá, Aur-

de Santo Antônio do Içá, Aurélio Bitar Ruas. Na ação, o MPE pede o afastamento de Mendonça e Ruas dos cargos e a quebra do sigilo bancário e fiscal dos três.

Na avaliação de Martins, a Justiça deve concluir a análise dos documentos encaminhados pelo Ministério Público até o final da semana quando a juíza Evelyn Lobo Braga, da 3ª Vara da Fazenda Pública Municipal, deve se manifestar sobre o pedido de liminar.

O promotor Edilson Martins reconheceu que o Ministério Público Estadual ficou "muito quieto por décadas" o que, de certa forma, contribuiu para o que ele chamou de "processo pernicioso" em que se encontra o poder público. O promotor assegurou, no entanto, que essa postura ficou no passado. "Chegamos ao ponto da intolerabilidade e estamos sufocados por esse processo pernicioso que beneficia uma minoria", declarou. "Do contrário, vamos cobrar muito do Poder Judiciário o acompanhamento das nossas ações", afirmou o promotor.

(Colaborou Josely Azaro)

# Sinésio faz ataques pessoais da tribuna

Um dia depois de eleger presidente do Diretório Estadual do PT sob a acusação da adversária dele Mariene Pantoja de ter usado a máquina do governo do Estado para vencer a disputa, o deputado estadual Sinésio Campos ocupou a tribuna da Assembleia Legislativa do Estado (ALE) para retribuir a ajuda ao governador Eduardo Braga.

Sinésio defendeu o governo das acusações do Ministério Público Estadual (MPE) de improbidade administrativa e desvio de dinheiro público no caso das obras 'fantasmas' em municípios do Alto Solimões e partiu para ataques pessoais contra colegas de oposição.

Segundo a pedagoga e secretária de Organização do PT, Mariene Pantoja, a eleição do partido realizada no último domingo, teve interferência do governo do Estado. "Reconheço os números dos votos, mas não a vitória de Sinésio, porque não reconheço o método que ele usou para ganhar a eleição. Acuso a

máquina, porque teve interferência do governo na eleição", afirmou.

O discurso de Sinésio na ALE começou logo após os pronunciamentos dos deputados Sabá Reis (PR), Ângelus Figueira (PV) e Luiz Castro (PPS), sobre o resultado das investigações das obras 'fantasmas' pelo MPE. Sinésio zombou Luiz Castro e Ângelus Figueira, lembrando da gestão de

nada foi resolvido", afirmou.

Na ausência de Castro, Sinésio o acusou de ter sido exonerado do cargo de titular da Secretaria de Estado da Produção Rural (Sepror), na primeira gestão do governador Eduardo Braga, por incompetência. "O deputado Luiz Castro faz oposição, mas por incompetência, deixou de ser secretário".

Em seguida, o líder do governo insistiu que o deputado Ângelus estava inepto. "Não sei que diabo de

**"NÃO SEI QUE DIABO DE CHÁ QUE O DEPUTADO ÂNGELUS FIGUEIRA TOMOU HOJE", DISSSE O DEPUTADO DO PT**

ambos em prefeitura do interior. Castro foi prefeito de Envira e Figueira, de Manacapuru. "Em Envira, o deputado Luiz Castro não matou nem as formigas, que viraram notícias do 'Fantástico' (programa de Rede Globo) que ganhou repercussão nacional. Em Manacapuru, os problemas com as garrafas pet com coliformes fecais também foram debatidas, na época, aqui e

chá que o deputado Ângelus Figueira tomou hoje que veio aí de forma sistêmica", disse.

O deputado Figueira tentou responder ao deputado, mas Sinésio negou aparte. "Não vou dar aparte. Fique exatamente na sua pequenez... Calese, calese, calese, o tempo é de uma coligação", afirmou.

(Colaborou Audrey Bezerra)

## Para Figueira, líder desviou foco

Ângelus Figueira afirmou que Sinésio tentou desviar o foco da discussão e disse que não teme nenhuma fiscalização do período em que foi prefeito de Manacapuru. Já o deputado Luiz Castro evitou comentar as acusações do líder do governo. "Não vou entrar no mérito. Não podemos tratar com displicência um assunto tão sério, como é o caso das obras 'fantasmas'. Essa foi mais uma tática da base governista, só que desta vez eles partiram para as ofensas", afir-

mou.

O deputado Arthur Bisneto (PSDB) tentou comentar a situação. "Se formos partir para as agressões pessoais, todos perdemos. Temos que discutir os assuntos de forma elegante e sensata", sugeriu.

No início da sessão, Figueira disse que a Ação Civil Pública do MPE exige manifestação do parlamento estadual. "Agora não existe mais desculpa para a Casa não investigar. Existe um fato determinante". Figueira pediu que todas as obras que envolvem o

consórcio e a empresa Pampulha sejam fiscalizadas pela ALE.

O deputado Luiz Castro parabenizou as investigações do MPE e também pediu apuração da ALE. "O MPE verificou que houve fraude, roubo, um logro, um verdadeiro esbulho ao dinheiro público. Espero também que a ALE volte a repensar que precisamos investigar essas irregularidades", afirmou.

(Colaborou Audrey Bezerra)



**Agora não existe mais desculpa para a Assembleia não investigar. Existe um fato determinante"**

Ângelus Figueira, deputado do PV

**Reis pede fim dos contratos**

O deputado Sabá Reis (PR) pediu ontem ao governador Eduardo Braga (PMDB), que declare a empresa Pampulha Construções e Montagens Ltda. inidônea para participar de licitação ou contrato com a administração estadual. Também solicitou o cancelamento de todos os convênios do governo com o Consórcio Intermunicipal da Mesorregião do Alto Solimões (Conaltosol) e, ainda, que o mesmo consórcio fique proibido de firmar convênios, licitar ou contratar com a administração pública.

Reis baseou os pedidos no relatório do Ministério Público Estadual (MPE), que detectou fraude na execução de obras no Alto Solimões, denunciada pelo DIÁRIO no final de janeiro deste ano.

Sabá apresentou os três requerimentos à Mesa Diretora da Assembleia Legislativa durante um discurso em que cobrou uma posição do governo em relação ao caso das chamadas obras 'fantasmas' do Alto Solimões.



DECISÃO aprovada, ontem, durante assembleia atinge os trabalhadores de nível médio, técnico, superior e elementar

## Servidores da saúde farão greve a partir do dia 24

Servidores municipais e estaduais da saúde decidiram, por greve geral e por tempo indeterminado a partir da próxima segunda-feira, dia 24 de março. Todos os trabalhadores de nível superior, médio, técnico e elementar, exceto médicos, enfermeiros, dentistas e agentes comunitários de saúde (ACS) devem parar as atividades sem prejudicar os serviços de urgência e emergência.

A decisão ocorreu durante assembleia ontem à noite, no Sindicato dos Metalúrgicos, no bairro Praça 14, que teve a participação de aproximadamente mil servidores. Um grupo de servidores se mostrou contrário à declaração da greve na Secretaria de Estado da Provisão do prazo de negociação para os próximos 30 dias. O presidente da mesa de negociações do Estado e membro do comando de greve, psicólogo Alberto Jorge Silva, foi o único profissional da saúde que votou pela greve dos servidores do Estado somente após os 30 dias. "Acho que não temos estrutura para manter uma greve neste momento", afirmou.

A mudança de posicionamento do psicólogo, que encabeçou o grupo de trabalhadores que não queriam paralisar as atividades em curto prazo, ocorreu depois da reunião, ontem à tarde, com o subsecretário da Secretaria de Estado da Saúde (Susam), Plínio César Coelho, que apresentou a proposta do governo Estadual para a categoria.

De acordo com informações de Alberto Jorge, a Susam ofereceu salário de R\$ 3,4 mil para os profissionais de nível superior, R\$ 1,2 mil para os técnicos, R\$ 1,05 mil para os servidores de nível médio e R\$ 950 para os de nível fundamental. Para os trabalhadores do regime temporário, o governo ofereceu salário de R\$ 2,75 mil para os trabalhadores de nível superior, R\$ 1,1 mil para os técnicos, R\$ 1 mil para os de nível médio e R\$ 950 para os de nível elementar.

### Feriado

A data do início da paralisação foi transferida de hoje, conforme foi decidido na assembleia do último dia 19, para o dia 24, por conta do feriado.

do e porque, segundo a presidente do Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Área de Saúde do Amazonas (SindSap-Ad), Maria das Graças Silva, o prazo legal para que a greve aconteça, começa a partir de quinta-feira. "O edital de convocação de greve foi publicado no domingo [dia 16] e três dias úteis depois será na quinta-feira", afirmou Graça.

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Waldemar Santana, que participou como convidado da assembleia, também apoiou a paralisação somente depois de 30 dias. "Existe uma decisão judicial que impede a paralisação de vocês. Se amanhã vocês fizerem greve, podem ter o ponto cortado", declarou. O advogado do SindSap-Ad, Gerônimo Pinheiro, disse que a decisão judicial foi para a paralisação de advertência ocorrida na última quinta-feira. "Já recorremos com um agravo de instrumento. Na nossa opinião, a decisão do juiz está errada e pode ser revertida", explicou.

## Agentes comunitários temem demissões

O presidente do Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde, Carlos Alexandre Pereira, afirmou que a categoria deixou o movimento grevista porque a manutenção dos profissionais nas reivindicações significa demissões. Enquanto Carlos Alexandre fazia discurso, o vice-presidente do sindicato, Gilson Apurina, se desentendeu com outro profissional que ameaçava baixar o volume do microfone de Alexandre.

A confusão precisou ser desfeita com a intervenção de servidores para que não ocorressem agressões físicas.

Em nota, o Conselho Regional de Enfermagem (Coren) divulgou que "em virtude da greve dos profissionais de enfermagem as atividades de competência do Enfermeiro, Técnico e Auxiliar de enfermagem que são regulamentadas pela Lei Federal nº 7.498/86 e Decreto nº 94.406/87 somente podem ser executadas por estes profissionais, portanto os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) são impedidos de realizar as atividades que legalmente competem à enfermagem".

O Sindicato dos Médicos do Amazonas (Simeam) também divulgou nota afirmando que os médicos não vão parar as atividades e manterão o atendimento ao público dentro das possibilidades.

### ■ TABATINGA

## Funasa nega drogas em aldeias indígenas

O chefe da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) do Alto Solimões, Plínio Souza da Cruz, disse ontem desconhecer o uso e o tráfico de cocaína em aldeias na região de Tabatinga (AM), como afirmou à Agência Brasil e à TV Brasil o administrador regional da Fundação Nacional do Índio (Funai), Davi Félix Cecílio.

Segundo Cruz, que trabalha há 11 anos na Funasa de Tabatinga, o vício mais comum nas aldeias é o da bebida alcoólica. Ele afirma que jamais ouviu falar em consumo de cocaína. "Até o momento, oficialmente, não tenho conhecimento nenhum. Para mim causa até surpresa. No meu entendimento, não existe isso. A gente sabe que aqui é um corredor de passagem da droga. Mas não posso afirmar que nas aldeias todas há consumo de drogas. Eu nunca vi, nem ouvi falar. Até mim não chegou nenhuma informação dessa".

Entretanto, na ante-sala do gabinete do chefe da Funasa, indios que esperavam por uma audiência confirmaram o uso e a venda de cocaína nas aldeias, principalmente entre os mais jovens.

"É um problema para nós e para o nosso povo. A gente não vê, mas as pessoas dizem que estão envolvidas na comunidade. Devido à falta de acesso médico, levam a droga para o emprego", afirmou Esmaraldo Fernandes Basto, que atua como conselheiro distrital da aldeia de Filadélfia, em Benjamin Constant, a cerca de 40 quilômetros de Tabatinga.

### ■ PESQUISADOR

## Rio Negro sofrerá mudanças climáticas

As populações que vivem na região da Bacia do Rio Negro e na cidade de Manaus vão precisar mudar hábitos para reduzir a emissão de gases que influenciam o aquecimento do planeta, além de buscar alternativas para minimizar os impactos causados pelas mudanças climáticas que vão atingir essa região entre 2071 e 2100, segundo informou Arnaldo Carneiro, pesquisador do Instituto Socioambiental.

A bacia do Rio Negro é uma área de 72 milhões de hectares formada pelos biomas de campinarana e de savana estépica. A área engloba parte de Roraima e a região Sudoeste do Amazonas entre São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro, Barcelos, até Manaus.

Segundo "Carneiro", as últimas previsões do IPCC (sigla em

inglês para Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas) apontam uma intensificação das chuvas e o aumento das temperaturas na bacia do Rio Negro para o final deste século, o que vai provocar a "savanização" de grande parte da região. "Com a mudança no clima o ciclo dos rios vai sofrer um impacto, entre eles a diminuição da oferta de peixes e o desabastecimento dos municípios da bacia que são feitos por via fluvial", diz. As soluções para esses problemas são um dos assuntos que estão sendo discutidos no seminário "Impactos e Mudanças Climáticas sobre Manaus e a bacia do Rio Negro", que começou ontem e vai até amanhã. Participam do evento 108 pessoas.



## Servidores da Saúde &gt;&gt;

# Deflagrada greve

Movimento decidiu parar, na segunda-feira, unidades de Saúde da capital e interior. Todas as propostas foram recusadas

JÚLIO PEDROSA  
MAGNÔ DE ALCANTARA

Em assembleia realizada ontem, na sede do Sindicato dos Metalúrgicos, os trabalhadores da Saúde do Estado e Município decidiram deflagrar a greve, por tempo indeterminado, a partir da próxima segunda-feira, na tentativa de pressionar o Governo do Estado e a Prefeitura de Manaus a conceder reajuste salarial de 54,4% e a aprovação de um Plano de Cargos, Carreira e Salário (PCCS) único para a categoria. A assembleia reuniu, aproximadamente, 2 mil trabalhadores de diversas segundas. No total, as duas categorias reúnem em torno de 20 mil servidores, sendo 9 mil do Município e 11 mil do Estado.

Os servidores rejeitaram a proposta de reajuste apresentada ontem pelo governador Eduardo Braga. Assim, como a Prefeitura de Manaus, o Governo do Estado reconhece com a deflagração de manifestos diferenciados para as categorias.

divididos entre profissionais que têm formação na área e trabalhadores que ocupam o cargo sem a devida formação.

Pela proposta, os salários seriam fixados em R\$ 3,4 mil para os profissionais de nível superior, com piso de R\$ 1 mil, enquanto que para os médicos e enfermeiros reajustado seria fixado em R\$ 4,1 mil. Para os trabalhadores de nível superior, salário de R\$ 2,750 e piso de R\$ 1 mil. Os profissionais de nível médio, R\$ 1,2 mil, com piso de R\$ 500, e trabalhadores de nível médio, R\$ 1,1 mil, e o mesmo piso.

Para auxiliares, a valor do salário passaria para R\$ 1.075 para os profissionais, com piso de R\$ 470, e R\$ 1 mil para trabalhadores. Para os profissionais de nível elementar, salário de R\$ 950, com base de R\$ 450, e para técnicos R\$ 1.050, com piso de R\$ 450. De acordo com o governo, os aumentos na rea-

## Frases

“A partir de segunda-feira teremos que montar o movimento na frente da Câmara Municipal”

> Alberto Jorge, presidente do Sindicato dos Psicólogos do Amazonas, diz que a greve gerará um impacto de 100 milhões no fôro de pagamento do Estado.

Justa gerará um impacto de 100 milhões no fôro de pagamento do Estado.

Durante a assembleia, os trabalhadores ficaram no impasse em relação à data do início da greve. Uma das propostas defendidas foi a de que o movimento tivesse início apenas na próxima segunda-feira. Porém, o movimento teria tempo para re-

cortar da decisão da Justiça que considerou a greve ilegal, bem como arrecadariam recursos para o fundo da greve.

A proposta acabou sendo recusada pelos trabalhadores, que decidiram pela paralisação na segunda. Momentos antes da assembleia, representantes de 14 categorias profissionais da saúde se reuniram com o secretário estadual de Saúde, em exercício, Pinco César Albuquerque Coelho, que apresentou a proposta feita pelo governador Eduardo Braga.

Por parte do Município, os reajustes propostos foram de 33% para os servidores de nível superior, 10% de nível médio e 14% nível elementar. A paralisação, no município, atingirá as unidades básicas de saúde e os serviços de pronto atendimento, que deverão manter 30% do seu efetivo trabalhando apenas para atendimento em casos de urgência e emergência. O índice também deverá ser mantido nas unidades de urgência do Estado.

## Busca rápida

\*

### Justiça condena paralisação

De acordo com os representantes do movimento, já existem quatro liminares concedidos pela Justiça contra a paralisação dos servidores da Saúde. Até segunda, os sindicatos envolvidos com a paralisação esperam entrar com agravos de instrumento contra as decisões.

## Três perguntas para

Carlos Alexandre Veiga Pereira, presidente do Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde

1 O Sindicato dos Agentes Comunitários foi acusado de traidor por ficar de fora do movimento?

O Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde tomou essa decisão em função da precariedade da vínculo empregatício que deixa a categoria à mercê da vontade do gestor. Se ele o gestor entender que está gastando muito com o agente comunitário de saúde, ele demite.

2 Houve uma proposta feita para a categoria?

Não houve proposta isolada. Não tínhamos, ainda, deliberado sobre a greve e qual foi o ganho da categoria neste reajuste que foi dado pela Prefeitura, como ficaria a questão do agente comunitário. Nossa preocupação foi com a possibilidade de demissões. Com o ganho oferecido pelo prefeito Seratini Corrêa, o salário do ACS vai de R\$ 742 para R\$ 885.

3 Os agentes vão continuar trabalhando?

Vou trabalhar sim. Existe um acordo herdado por uma pessoa, que, segundo informamos, não é oficial, e não é eleitoral, do determinado político. Mas estaremos presentes nas unidades de saúde. Os que hoje criticam os agentes são os companheiros concorrentes que não estão nem aí para a categoria.

## Custos preocupam liderança

Presidente do Sindicato dos Psicólogos alerta para perigos financeiros acarretados pela greve

que, de toda articulação em torno da greve, os trabalhadores da Saúde do Estado e Município não se preocupam para assumir os custos do movimento. O alerta foi dado, ontem, pelo presidente do Sindicato dos Psicólogos do

Amazonas, Alberto Jorge, que integra a Mesa Estadual de Negociação Permanente do Sistema Único de Saúde (SUS). Segundo ele, o movimento não está preparado financeiramente, o que pode prejudicar os trabalhadores. “Se precisarmos de-

gar um carro de soma, não temos como pagar”, observou ele, criticando o posicionamento do Sindicato dos Profissionais em Saúde do Amazonas (Sindsaude) que está condicionando a liberação de recursos à decisão da diretoria, que nunca se reu-

ni. “O movimento conta com promessas de ajuda”, a contribuição de algumas instituições regionais, mas não é suficiente”, afirmou Alberto Jorge.

Município O psicólogo criticou, também, a

## Busca rápida

\*

### CMM começa a analisar PCCS

A partir de segunda-feira, a Câmara Municipal de Manaus começa a analisar o Plano de Cargos, Carreira e Salário proposto pela Prefeitura de Manaus. A proposta ao Governo do Estado é de que o PCCS passe a ser discutido numa mesa de negociação

postura do Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde, que representa os trabalhadores e o Estado, as negociações de acordo a partir da proposta de reajuste de 33% concedida pelo Município para os trabalhadores de nível médio. “Petrus a categoria do movimento não aceita a decisão do governo e se tornou o que chamamos de traidor”, me, não tendo por esta decisão de 1.337 trabalhadores”, afirmou o presidente do Sindicato, Carlos Alexandre Veiga.

Ministério Público denuncia esquema de obras fantasmas

## AMAZONAS

# Ministério Público denuncia esquema de obras fantasmas

DA AGÊNCIA FOLHA, EM MANAUS

O Ministério Público do Estado do Amazonas descobriu supostas obras fantasmas que podem ter gerado um rombo de R\$ 17,2 milhões aos cofres do governo estadual. As acusações levaram o secretário estadual da Infra-Estrutura, Marco Aurélio de Mendonça, a pedir afastamento do cargo no final de semana. O governador Eduardo Braga (PMDB) aceitou o pedido.

Na sexta-feira, promotores de Justiça responsáveis pela investigação pediram à Justiça o sequestro e a indisponibilidade dos bens e imóveis e a quebra dos sigilos bancário e fiscal do secretário, do presidente do consórcio Conaltosol e prefeito de Santo Antônio do Içá (AM), Antunes Bitar Ruas (PPS), e do empresário Alexandre Magno Fernandes Lages, sócio da Pampulha Construções e Montagens. A Justiça ainda não se pronunciou.

Eles são suspeitos de atos de improbidade administrativa e podem ter de ressarcir aos cofres públicos do Amazonas R\$ 17.246.040,10.

Três engenheiros da Seinf (Secretaria de Estado da In-

fra-Estrutura) e prefeitos de quatro municípios também são citados pela Promotoria.

Segundo o Ministério Público, a empresa Pampulha não fez obras em nenhum município, "são obras inexistentes", aponta o relatório.

Por meio de nota, Mendonça afirmou que seu afastamento do cargo é temporário, para deixar o governo, a Promotoria e a Justiça à vontade para investigarem. "Estou tranquilo e consciente de que não fiz nada irregular. Respondi a todas as convocações do Ministério Público [...]. Agora, pretendo apresentar meus argumentos."

Ontem, o governador Eduardo Braga (PMDB) não havia indicado um outro nome para a pasta. Em seu programa de rádio "Fala Governador", no fim de semana, Braga responsabilizou o consórcio Conaltosol por obras não realizadas.

A reportagem não localizou ontem o presidente do consórcio Conaltosol e prefeito de Santo Antônio do Içá, Antunes Bitar Ruas (PPS), e o empresário Alexandre Magno Fernandes Lages, sócio da Pampulha Construções e Montagens.

(KÁTIA BRASIL)

## Estado teria pago por obra fantasma

O Ministério Público do Amazonas atestou que o governo do Estado pagou R\$ 17,2 milhões a uma construtora por obras não realizadas em cinco municípios e denunciou o caso ao Tribunal de Justiça. O secretário de Infra-Estrutura do Amazonas, Marco Aurélio Mendonça, e os cinco prefeitos foram denunciados por improbidade administrativa. Mendonça diz que só comentará o assunto após ter conhecimento da denúncia.

*Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Magno Malta, 4º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. João Vicente Claudino, suplente de Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (João Vicente Claudino. Bloco/PTB – PI) – Concedo a palavra, como Líder, ao Senador José Nery, por cinco minutos.

**O SR. JOSÉ NERY** (PSOL – PA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente João Claudino; Senador Magno Malta, que usaria da palavra neste instante, a quem agradeço pela compreensão, se assim não fosse, eu não poderia me pronunciar aqui, de forma bastante rápida, sobre um assunto que, mais uma vez, envolve a defesa da vida e a nossa luta contra a impunidade.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, trago a esta tribuna a denúncia de um fato gravíssimo, ocorrido em Unaí, Minas Gerais, nesta semana. Trata-se da ameaça de morte contra Paulo Melo, dirigente e militante do PSOL naquele Município, feita por intermédio de carta anônima, no último dia 16 de março de 2008, com conteúdo ameaçador. Estou encaminhando cópia desse documento às autoridades estaduais e federais, por se tratar de uma ameaça contra a vida.

Unaí se tornou tristemente conhecida pelos crimes de pistolagem do latifúndio contra trabalhadores rurais e contra fiscais do Ministério do Trabalho que exerciam suas funções de fiscalização contra a prática de trabalho escravo e irregularidades trabalhistas nas propriedades dos irmãos Mânica, que possuem extensas áreas de terra e grande influência política no Município.

A carta, Sr. Presidente, foi colocada na porta do dirigente sindical e partidário Paulo Melo e faz um conjunto de ameaças. Vou citar apenas dois ou três parágrafos. Trata-se de uma carta manuscrita, dizendo:

“Você vai provar do próprio veneno que está produzindo, o tiro vai voltar contra a culatra. Em fiscal corrupto e colunista pilantra tem de passar o cerol mesmo. Abra o seu olho e cala essa boca, porque quem fala muito dá bom dia a cavalo.”

Há trechos que dizem que ele está “cavando a sua própria morada, porque é lá que você irá colher os frutos que você está plantando.”

São ameaças veladas de morte em virtude da publicação de um boletim informativo no qual Paulo Melo, que faz parte da equipe que produziu o jornal, denunciava os crimes no campo e a impunidade. Podemos afirmar que o editorial produzido por ele é um libelo em favor da paz e do fim da guerra no campo naquele Município, ao tempo em que pede o fim da

impunidade e que os assassinos dos fiscais sejam condenados e que os mandantes do crime também sejam encarcerados.

Só dessa forma poderemos vislumbrar naquele Município a tão sonhada paz e o fim dos crimes praticados por pistoleiros a mando de inescrupulosos latifundiários.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. JOSÉ NERY** (PSOL – PA) – Aproveito a oportunidade, Sr. Presidente, para solicitar ao Secretário de Defesa Social do Estado de Minas Gerais, Dr. Maurício de Oliveira Campos Júnior, pronta interferência e ação imediata no sentido de fazer com que essa ameaça de morte seja investigada e os culpados sejam identificados, para que esses crimes não se reproduzam impunemente. Com essas ameaças, muitas lideranças já pagaram com a própria vida por terem a ousadia de denunciar os crimes cometidos pelo latifúndio. Infelizmente, em vez da punição dos envolvidos nas atividades criminosas, são os trabalhadores e suas lideranças que muitas vezes pagam o preço dessa luta em favor da justiça no campo brasileiro.

Agradeço ao Senador Magno Malta por ter me cedido a palavra no momento em que deveria falar.

Essa denúncia que aqui fazemos tem o sentido de garantir a preservação da vida de uma liderança popular como a do Sr. Paulo Melo, bem como de mostrar a necessidade de manter a defesa, a integridade de sua família.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (João Vicente Claudino. PTB – PI) – Concedo a palavra o Senador Magno Malta.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PR – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, público, pessoas que vêem a TV Senado, que ouvem a Rádio Senado, gostaria, a princípio, de cumprimentar e abraçar a população de São Mateus, um Município importante do meu Estado.

Lá estive, na segunda-feira próxima passada, no ginásio de esportes, numa programação bonita em favor da vida. Quero abraçar a organização do movimento, a Uniris. Lá estive junto com o pastor Jorge Linhares, com o Samuel, com seu irmão, o Daniel. Centenas de pessoas lá estavam, e dezenas de pessoas foram compungidas a uma mudança de vida. Abraço aquela população, aqueles líderes pela disponibilidade de apregoar a vida.

No sábado próximo passado também estive em Vargem Alta.

**O SR. PRESIDENTE** (João Vicente Claudino. PTB – PI) – Senador Magno Malta, interrompo V. Ex<sup>a</sup> apenas para prorrogar a sessão por mais meia hora.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PR – ES) – Estive em Vargem Alta, cidade dirigida pelo Prefeito Eliezer, juntamente com as suas lideranças, e assisti a um evento pela vida realizado, também no meio da rua, por milhares de pessoas – não tantas quanto as do Piauí, porque o Município é pequeno – não é, Senador? Mas garanto a V. Ex<sup>a</sup> que o número de pessoas que ficaram do lado de fora, sem conseguir entrar, era do mesmo tamanho do daqueles que conseguiram entrar naquele evento quando estivemos lá, em favor da vida.

Então, o meu abraço ao povo e às lideranças de Vargem Alta, onde também estivemos.

Cumprimentei da mesa, nesta oportunidade, Sr. Presidente, o meu amigo Samuel, que aqui está com os filhos e a esposa. Os filhos dele também são cantores. Mais uma vez quero abraçá-lo e agradecê-lo pela visita a esta Casa, o Senado da República.

Sr. Presidente, o que me traz, de fato, a esta tribuna é a alegria de comunicar à Nação que vamos iniciar a investigação de um assunto triste, de uma história triste, de uma história de lágrimas: uma história de noites indormidas de mães, de pais que vivem a agrura de ver uma filha, um filho de tenra idade ser acintosamente, de forma criminosa, assaltado sexualmente por um pai, por um tio, por um vizinho; uma história triste de famílias que choram por uma criança ter sido mutilada sexualmente, num ato de pedofilia, quando uma mãe irresponsável entregou sua filha em troca de benefícios pessoais, muitas vezes pela via da pressão, imposta por traficantes de drogas a famílias pobres nas periferias e nos morros. E, com medo da morte, essas famílias são obrigadas a permitir que esses pústulas, na prática da sua doença, em um ato de pedofilia, acintosamente mutilam as suas crianças de 10, 12, 15 anos.

É uma história triste, uma história de lágrimas de uma sociedade que não suporta... E a coisa aflorou de forma tal que os jornais do Brasil inteiro, todos os dias, de forma triste, Senador Augusto Botelho, Senador João Pedro, registrem casos de pedofilia.

Essa é uma história triste, de lágrimas e de dor, que envolve todas as classes sociais. Esse não é um privilégio do desempregado; esse não é tão-somente um privilégio daquele desprovido de qualquer bem material. Essa prática desgraçada tem envolvido desde o desempregado ao empregado; desde o empresário ao desempregado. Essa prática desgraçada tem uma rede no Brasil que envolve desde o doutor até o analfabeto; uma rede de pedofilia que envolve desde o estrangeiro que vem para à busca do turismo sexual e uma rede

de pedofilia que traz para cá turistas pedófilos, oferecendo-lhes o serviço com crianças de tenra idade.

É lamentável, e isso envolve desde o cidadão comum ao cidadão religioso.

Sr. Presidente, trago aqui um mapa intitulado “Abuso Sexual: quando o perigo está próximo”. Essa é uma matéria do jornal **A Gazeta** do meu Estado, que traz um diagnóstico da situação no Estado do Espírito Santo, e até traz orientação, medidas que salvam: fale sobre sexualidade; oriente desde cedo o seu filho; use exemplos; diga-lhes o que fazer; saiba aonde seu filho vai; com quem seu filho anda; cautela não é demais. Regras e normas que servem até para você detectar se o filho está usando droga também, ou não está usando droga. Essa vigilância não é para poder fazer uma marcação cerrada, em função da qual seu filho crie ojeriza ao seu comportamento, mas zelosamente, amorosamente, responsavelmente conversando com ele.

Uma matéria desse dia 23, segunda-feira: “Mãe permite abuso por parte de irmão mais velho com irmã mais nova”. E normalmente, nesses lugares, aqui, as pessoas são movidas a bebidas alcoólicas, onde conspiram e agem as drogas e o tráfico de drogas. E, por isso, digo que a pedofilia no Brasil está diretamente ligada às drogas, ao uso e abuso, e ao tráfico. E digo que, hoje, o problema da pedofilia no Brasil é tão perigosa quanto o problema das drogas.

Digo que é uma história de lágrimas, Sr. Presidente, porque infelizmente muitas crianças no Brasil, que saem para a adoção internacional, aqueles que não saem com o pulmão vendido, saem achando que terão pai e mãe, mas saem com um rim vendido, com os olhos, as córneas vendidos para serem tirados lá fora. Alguns estão sendo adotados internacionalmente para a prática de pedofilia do outro lado do mundo.

Sr. Presidente, veja o título: “Prostituição infantil flagrada na rodovia”. Diz respeito a centenas de pais e mães – este um outro viés a se discutir na questão da inclusão social –, filhas e filhos, que estão se deixando usar, muitas vezes incentivados pelos próprios pais, para terem o pão de cada dia, nas rodovias deste País.

Sr. Presidente, isso acontece todos os dias em todos os lugares, na periferia e na capital. “Pedofilia em **lan house**. Polícia indiciou homem de 20 anos por atentado ao pudor”.

Na semana passada, um sujeito foi preso, usando um computador do Ministério do Planejamento.

Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup> vai à tribuna e diz que um pedófilo, produtor de filmes de pedofilia, com imagem de crianças ainda na tenra idade, é preso no Piauí. Esta manchete, do seu Estado, não é novidade, por-



que é manchete no meu Estado também. Não é novidade, porque é manchete em São Paulo, é manchete no Rio de Janeiro. Fico me perguntando: onde é que estamos? Onde é que estamos? Porque quem constrói os instrumentos para a defesa da sociedade é o Parlamento. A lei é feita no Parlamento, e o crime de pedofilia sequer é tipificado.

Esta CPI será instalada na terça-feira, por acordo unânime, porque os demais Senadores proponentes de CPI – os Senadores Romeu Tuma e Mário Couto – abriram mão de suas proposições, dando prioridade a esta, que tem unanimidade das Lideranças de oposição e situação, que trata da questão da pedofilia e envolve a família. Inclusive por não ter o caráter político, e, sim, por ser uma CPI de defesa dos interesses da sociedade.

Dessa forma, esta CPI será instalada na terça-feira, e eu terei o prazer de presidi-la, em companhia do Senador Demóstenes Torres, como Relator, para, ali, assessorarmos o Ministério Público. Por quê? Nós não vamos ter a vaidade de querer inventar a roda. A roda está inventada. A CPI deve ser um instrumento com poder de justiça e poder de polícia, Senador João Claudino Filho, para cooperar com quem é dono de diversas investigações já em curso e que faz a repressão: Polícia Federal e Ministério Público.

Ontem, estive com o delegado federal que cuida de crimes cibernéticos, crimes na Internet, e o que eu vi e ouvi assustou-me tanto... Por outro lado, alegrou-me a felicidade demonstrada por ele em saber que esta CPI há de propor instrumentos legislativos, ou seja, projetos de lei para instrumentar a Polícia Federal, que hoje é considerada a mais avançada do mundo na questão de crimes de pedofilia na Internet.

Sr. Presidente, hoje, depois de fazer contatos com membros do Ministério Público no Brasil, tive a satisfação e a disponibilidade de dizer que “agora vamos tentar dismantelar e trazer para debaixo da luz uma das piores desgraças contra a família brasileira que se avassalou nos últimos tempos”. E sabe por que, Sr. Presidente? Por conta da impunidade.

Ela não existe, Sr. Presidente, porque o crime não é tipificado.

O Ministério Público, ao tentar juntar instrumentos para pôr na cadeia um pedófilo, se depara com um advogado bem instruído, que desmonta o cerco com facilidade, porque a lei brasileira não possui a tipificação penal para a pedofilia.

Entretanto, a pedofilia, como contato sexual entre crianças pré-púberes ou não e adultos, se enquadra juridicamente – uma tentativa – nos crimes de estupro (art. 213 do Código Penal) e atentado violento ao pudor (art. 214 do Código Penal), agravados pela presunção de

violência prevista no art. 224, **a**, do Código Penal, ambos com pena de seis a dez anos de reclusão.

Então, um advogado tenta juntar isso para punir o pedófilo, porque o crime de pedofilia não é tipificado. Se a CPI, ao seu final, entregar à sociedade a tipificação da pedofilia, já teremos prestado um grande serviço à sociedade brasileira.

Sr. Presidente, veja o tamanho do nosso atraso. O crime sequer é tipificado, e ainda me perguntam: “Eles vão acabar? Será que isso não é papel de polícia? Investigação é papel desta Casa? É papel dos Congressos?” Lutar a luta das minorias... E as minorias são as crianças, hoje violentadas, quando são aliciadas, porque o instrumento mais poderoso do pedófilo é aliciar, é entrar na intimidade delas, fazer com que a criança tome gosto por ele, dando-lhe presentes, sendo carinhoso, levando-as para passearem, entrando na intimidade da família, para depois se tornar uma ameaça para a família, ameaçando essa criança para que ela não abra a boca.

Vou ler, aqui, algo interessante que ocorreu por falta de legislação. Em 1989, com a aprovação, pela ONU, da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, em seu art. 19, expressamente, obriga aos estados a adoção de medidas que protejam a infância e a adolescência do abuso, ameaça ou lesão à sua integridade sexual.

Em 1989, o crime de pedofilia já deveria ter sido tipificado. É preciso que ele seja tipificado, para que o indivíduo cumpra a pena máxima de 30 anos.

Obtive informação, hoje à tarde, de que, nos Estados Unidos, Senador Augusto Botelho, o pedófilo, identificado como tal, é obrigado a usar uma pulseira eletrônica pelo resto de sua vida. Ele é rastreado o tempo inteiro até o último dia de vida.

Sr. Presidente, mutilar um ser humano é algo assombroso, criminoso, inaceitável? Claro que é. Discriminar é assombroso? Claro. Inaceitável? Sim, inaceitável. Atentar contra a honra e contra a integridade física de alguém? Claro que é.

E atentar contra a integridade emocional de uma criança violentada por um pedófilo?

Senador Jayme Campos, V. Ex<sup>a</sup> já governou por tantas vezes o seu Estado, que não é diferente do meu, que não é diferente do Estado de São Paulo ou do Rio de Janeiro. Esses pústulas, esses desgraçados estão por todos os lugares.

Uma criança foi invadida na sua privacidade por um pedófilo, que a aliciou com um brinquedo: uma boneca.

Recebi um vídeo, Senador, do Ministério Público de Minas Gerais, triste, em que um pedófilo aliciava uma criança, dando-lhe R\$30,00 a cada dia. Ele des-

cobriu o gosto da criança pela música e comprou um karaokê. A criança ia cantar na casa dele. Nas primeiras imagens, Senador João Claudino, aparece a criança cantando, com o intuito de se sentir uma artista, depois mostra essa criança com uma lata de cerveja na mão, bebendo e fumando, uma criança de apenas cinco anos de idade! É duro para um pai ver as imagens que se seguem. É duro para quem tem sangue ver.

Senador Jayme Campos, o que é duro para eu ver, como pai de família, são as lágrimas de uma mãe, o desespero de uma família e o prazer desses desgraçados. Não podemos nos calar, não podemos ficar quietos.

Alguém disse-me hoje: “É muito perigoso”. Existem redes perigosas, Senador Jayme Campos, mas há muita coisa pela qual vale a pena arriscar a vida.

Tenho uma filha de sete anos. Senador Jayme Campos, o material que está na minha mão é duro folhear e ler algumas coisas já em andamento pelo Ministério Público. E é duro ver, Senador João Claudino. Quando V. Ex<sup>a</sup> estava na tribuna, peguei o seu telefone celular pensando que fosse o meu e o abri, então apareceu a imagem do seu filho pequeno como se estivesse dormindo, com os olhos fechados. Achei que V. Ex<sup>a</sup> gosta do que eu gosto. Costumo fotografar minha filhinha dormindo. Tenho diversas fotos dela dormindo.

Senador João Claudino, como seu menino pequeno, há centenas de anônimos nas periferias deste País sendo mutilados por esses desgraçados que não têm qualquer compromisso com o sentimento humano nem com a honra da família, Senador João Pedro. Durante o período dessa CPI, se tivermos de renovar esse prazo, não tenho dúvida de que este Plenário o fará, Senador João Pedro. E nós iremos a todo e qualquer lugar.

Hoje, o Senador Arthur Virgílio, quando me falava da indicação do seu Partido, disse: “Minha crença nessa CPI é muito grande, e sei que a sociedade vai esperar um pouco mais de nós.” Senador João Pedro, o compromisso que posso fazer é quanto às políticas públicas que proporemos. O Senador Demóstenes Torres, que é oriundo do Ministério Público, conhece todas essas questões, o Presidente do Conselho dos Procuradores-Gerais, Dr. Marfan, que é o Procurador-Geral do Rio de Janeiro e que já foi Presidente da Conamp, não de nos ajudar! A Polícia Federal há de nos ajudar, além dos demais órgãos repressores, tais como a Polícia Civil e a Polícia Militar do Espírito Santo, meu estado, de São Paulo, de Minas Gerais, do Nordeste, da Amazônia, para que desbaratem, o mais que pudermos, essa rede infame envolvida em casos emblemáticos existentes na sociedade. A

investigação de alguns dos quais ainda não andaram, por força dos pedófilos, por força do dinheiro e até por força política mesmo. Mas certamente nos serviremos de instrumento de auxílio ao Ministério Público nesse processo com a CPI da Pedofilia.

Agradeço, Sr. Presidente, a oportunidade de dizer à sociedade que, terça-feira, iniciaremos os trabalhos dessa comissão, cujos membros titulares são os seguintes Senadores: Romeu Tuma, Lúcia Vânia, Demóstenes Torres, Almeida Lima, Geraldo Mesquita, Paulo Paim e eu; além de cinco suplentes.

Ouçó V. Ex<sup>a</sup>, Senador Jayme Campos!

**O Sr. Jayme Campos** (DEM – MT) – Peço o aparte a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Magno Malta, para dizer da importância do seu pronunciamento na tarde de hoje, até porque todos nós estamos preocupados, não só como pais, como avôs, mas também como cidadãos brasileiros e, sobretudo, como Senadores da República. V. Ex<sup>a</sup> toca em um assunto que é grave e sério não só no Brasil, mas também no resto do mundo.

Há poucos dias – penso que também V. Ex<sup>a</sup> acompanhou isso pela imprensa nacional –, vimos um pedófilo usando a Internet em um computador do Ministério do Planejamento. Chegou-se ao absurdo de um cidadão usar um equipamento de tecnologia moderna do Governo Federal para praticar a pedofilia de forma avançada. As nossas crianças têm sido penalizadas. As nossas crianças estão à margem de uma política pública de boa qualidade neste imenso Brasil. Ontem mesmo ou anteontem, se não me falha a memória, em Goiânia, V. Ex<sup>a</sup> acompanhou uma menina de 12 ou 13 anos em cárcere privado. A senhora que a estava criando chegou ao cúmulo do absurdo de queimar a língua e a mão daquela menina, além de deixá-la amarrada praticamente 24 horas por dia. De tal modo que, quando V. Ex<sup>a</sup> toca em um assunto como esse, nos chama a atenção e preocupa a todos nós, brasileiros, no sentido de combatermos de forma agressiva essa pedofilia e os pedófilos, sobretudo. Esta CPI vem em bom momento e, certamente, com a presença de V. Ex<sup>a</sup>, que é um conhecedor profundo dos problemas da segurança pública neste País e também do narcotráfico e da pedofilia, junto com o Senador Romeu Tuma, que foi delegado da Polícia Federal, certamente vai contribuir para estancar a pedofilia no Brasil, para que ela não se alastre, para que não aumente nessa proporção. Lamentavelmente, o pedófilo poderá induzir, levar as nossas crianças... Como V. Ex<sup>a</sup> bem disse, em Minas Gerais, um cidadão com R\$30,00 atraía uma menina para fazer uma apresentação em karaokê. Com isso, certamente as nossas crianças, que precisam de bons tratos, que precisam de uma boa educação, que

precisam, sobretudo, de carinho e de amor, lamentavelmente, estão indo para esse descaminho.

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. Jayme Campos** (DEM – MT) – No Brasil, se houvesse força, teriam que ir para a forca; se houvesse cadeira elétrica, teriam de ir para a cadeira elétrica. Essa é minha opinião. Essas pessoas não devem nem ir para a cadeia. Para essas pessoas, tem que haver uma política de segurança, sobretudo para que elas fiquem o resto da vida no cárcere, ou seja, que esses cidadãos fiquem presos o resto da vida, porque não podem, em hipótese alguma, conviver em sociedade. V. Ex<sup>a</sup> está de parabéns. Como sempre, é oportuno o posicionamento de V. Ex<sup>a</sup> em plenário. Muito obrigado, Senador.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PR – ES) – Eu é agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

O aparte de V. Ex<sup>a</sup> é rico. Vou incorporá-lo ao meu pronunciamento pela importância dele e pela importância do homem público que V. Ex<sup>a</sup> é, ex-Governador do seu Estado, que conhece como ninguém essa dor, até porque, em alguns momentos, teve que tomar medidas duras, porque foi o comandante-chefe da polícia do seu Estado. Por isso eu o recebo com muita atenção.

Encerro, dizendo a V. Ex<sup>a</sup> que recebi uma mãe que descobriu que o marido estava mutilando uma filha de dez anos. Pegou a filha e a mala e foi para a casa do pai dela. Trinta dias depois, ela teve um dissabor maior: descobriu que o pai dela estava mutilando a filha dela de 10 anos. Esse é um caso concreto.

O que vamos fazer? Vamos discutir, então, como nos Estados Unidos, sobre a pulseira eletrônica. O Senado votou uma lei de minha autoria, Senador João Pedro, que passou e vai para sanção do Presidente Lula, estabelecendo que aqueles que estão em liberdade condicional, que recebem indulto de Natal usem uma pulseira eletrônica. Que o pedófilo, como nos Estados Unidos, seja monitorado pelo resto da sua vida. Temos muita discussão a fazer para colaborar com a sociedade brasileira e colaborar com as crianças.

Neste momento, isso é muito mais importante do que dar ovo de Páscoa às crianças – não sei se temos o que comemorar –, é muito mais importante do que dar presente no Dia da Criança. Acho que precisamos dar à sociedade um instrumento significativo dentro da nossa competência, como a apresentação de projetos de lei para alterar o Código de Processo Penal brasileiro para punir, para debelar a impunidade daqueles que, de forma acintosa, mutilam a honra, mutilam o sentimento, as emoções de uma criança

que é assaltada por um pedófilo desgraçado, pústula e que precisa de punição.

Muito obrigado Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Magno Malta, o Sr. João Vicente Claudino, suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. João Pedro.*

**O SR. PRESIDENTE** (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Obrigado Senador Magno Malta.

O próximo orador inscrito é o Senador de Roraima Augusto Botelho.

Prorrogo por mais 30 minutos esta sessão, que já foi prorrogada anteriormente.

Com a palavra o Senador Augusto Botelho.

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (Bloco/PT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente João Pedro, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, Senador Pedro Simon, Senador Jayme Campos, quero fazer um agradecimento especial desta tribuna ao Ministro das Comunicações, Hélio Costa, que, atendendo a um pedido feito por mim, vai instalar telecentros em todos os municípios de Roraima até o dia 30 de junho.

É lógico que só são quinze Municípios em Roraima, distantes e carentes. Muitos deles não têm telefone, a maioria não tem banda larga. Com certeza, só Boa Vista tem telefonia em banda larga.

As pessoas de Roraima, principalmente os estudantes, poderão usar gratuitamente este espaço, onde terão acesso à Internet em alta velocidade, o que ainda não está disponível na maioria das cidades de Roraima. Quando existe, como é o caso de Boa Vista, é a internet mais cara do Brasil. As prefeituras do interior, às vezes, nem têm condições de manter uma Internet. Só Mucajaí pode ter internet banda larga; as outras não.

O espaço dos telecentros é aberto à população. Todos os moradores de Roraima passarão a ter acesso à internet, e muitos trabalhadores vão ter a chance de aprender e se aperfeiçoar na informática, principalmente os estudantes das escolas públicas.

O Ministério das Comunicações vai fornecer para cada telecentro instalado em Roraima um computador servidor, dez computadores em rede, um projetor multimídia, um roteador **wireless** – que é um aparelho que transmite sem fio a banda larga para uma distância de, mais ou menos, duzentos metros em torno da torre, quer dizer, as casas ali perto poderão pegar banda larga desde que sejam cadastradas -, uma impressora a laser, uma central de monitoramento remoto, onze estabilizadores, onze mesas para computador, uma mesa para impressora, uma mesa para o monitor – que

ficará no local auxiliando os usuários do telecentro –, armários e cadeiras.

Além do mobiliário, dos computadores, da infraestrutura de rede lógica e de sistemas, o Ministério das Comunicações ainda ficará responsável pela instalação de softwares livres e de programas informatizados que forem necessários para o funcionamento dos telecentros.

Em contrapartida, as prefeituras devem oferecer local adequado, com luz, água potável, sanitários, linha telefônica e acessibilidade às pessoas portadoras de necessidades especiais. Cada prefeito também ficará responsável pela manutenção das instalações físicas e acompanhamento da manutenção dos equipamentos.

A instalação desses telecentros comunitários faz parte da política de inclusão digital do Ministério das Comunicações e do Governo do Presidente Lula.

Para quem não sabe, o telecentro é um ponto onde há computadores disponíveis para uso gratuito da comunidade. A conexão à Internet é feita em banda larga, ou seja, alta velocidade, o que viabiliza a recepção de programas de TV educacionais e também viabiliza a prática da telemedicina, além da realização de cursos profissionalizantes, treinamento de professores, entre outros.

Cada telecentro de Roraima contará também com, no mínimo, um monitor para ajudar as pesquisas dos alunos e orientar no manuseio dos computadores os

idosos, trabalhadores, e portadores de necessidades especiais. Os que forem até o local terão acesso e condições de participar do mundo da informática, que é estranho para muitos dos habitantes dos Municípios de Roraima. A maioria só tem acesso em Boa Vista, e um percentual muito pequeno.

Além das cidades de Roraima, até 30 de junho deste ano, o Ministério das Comunicações pretende instalar 5.564 telecentros em todo o Brasil; 4.900 prefeituras já aderiram ao edital lançado pelo Ministério, e mais 634 ainda devem aderir até esta sexta-feira. O investimento para universalizar o acesso à internet, por meio desses telecentros do Ministério das Comunicações, foi da ordem de R\$134 milhões.

Também quero aproveitar para fazer um agradecimento especial à Coordenação Geral de Acompanhamento de Projetos Especiais do Ministério das Comunicações, que, até o último momento, trabalhou junto com os funcionários do meu gabinete para fazer com que todos os municípios de Roraima fossem contemplados com o projeto de telecentros.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR JOÃO PEDRO EM SEU PRO-  
NUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do Inciso I, § 2º, art. 210 do Regimento Interno.)*

**JOÃO**

**PEDRO GONÇALVES DA COSTA  
SENADOR DA REPÚBLICA**

**AO EXMO . SR. DR.  
DESEMBARGADOR HOSANAH FLORÊNCIO  
MD. PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DO ESTADO DO AMAZONAS  
NESTA**

**Ofício nº**

**Brasília/DF, 19 de março de 2008.**

**Senhor Presidente,**

**A estreita relação entre a  
grilagem de terras, o desmatamento e os covardes  
assassinatos de lideranças rurais tem uma longa  
história na Amazônia, em particular no sul do  
Amazonas, que agrega os municípios de Apuí,  
Manicoré, Humaitá, Canutama, Lábrea e Boca do  
Acre.**



Para a melhor compreensão desse problema, cumpre resgatar que, durante décadas, as sucessivas legislações rurais em vigor exigiam que o posseiro que pleiteasse a legalização de sua terra demonstrasse sua efetiva posse com a fixação de moradia e o exercício de atividade agropecuária na área requerida. Já nos anos 70, com a migração e a implementação de grandes projetos e assentamentos estimulados pelo governo militar para a ocupação da região, as normas vigentes também estabeleciam a necessária demonstração de que a terra estava produzindo e sendo ocupada para que os processos de legalização e incentivos oficiais fossem acessados. Nos dias de hoje, várias normas que prevêm a destinação de áreas públicas ainda impõem à necessidade da comprovação de moradia e produção econômica no local, aliando-se a essa exigência a obrigatoriedade do cumprimento da legislação ambiental.

Acrescenta-se que a existência de uma imensa reserva de terras e a idéia de que a Amazônia seria uma fronteira aberta à ocupação deu ensejo, ao longo dos anos, a atuação de quadrilhas especializadas na apropriação ilegal de terras públicas nas regiões acima indicadas. Há que se registrar que esse quadro abriu um leque variado de toda a espécie de ilícitos imobiliários, dentre os quais se destacam a negação a legislação fundiária e ambiental vigente e a transformação de simples documento de posse, contratos de arrendamento ou de concessão de uso, em títulos de propriedade de latifúndios gigantescos, válidos apenas na aparência.

Sobreleva dizer que os esquemas montados por esses grupos incluem a ação de pistoleiros e jagunços passando, no mais das vezes, pela falta de estrutura funcional dos trabalhadores dos órgãos fundiários e do judiciário, incluindo-se nesse rol os Cartórios que, de forma equivocada, “legitimam” as irregularidades supramencionadas. Ademais, Excelência vale frisar que essas invasões de terras públicas, feitas ao arrepio da Lei, são marcadas por conflitos com os antigos posseiros, populações tradicionais e

indígenas, que habitam suas terras, há décadas, mas que acabam sendo intimidadas e expulsas das comunidades em que vivem e labutam. Não raro, as lideranças dessas regiões têm suas vidas brutalmente ceifadas para abrir caminho, de forma mais rápida, à ocupação dos grileiros.

Em fevereiro de 2007, Gedeão da Silva, liderança rural do município de Lábrea/AM, foi morto com um tiro no peito, em uma emboscada armada por jagunços dos grandes e conhecidos grileiros de terra da região. A pouca celeridade empreendida no processo judicial que culminaria na condenação e punição dos culpados por mais esse ato de selvageria encorajou os grileiros a fazerem nova vítima, também no sul do Amazonas. Desta vez, o líder Francisco da Silva foi morto no interior de sua residência, no dia 24 de fevereiro do ano em curso, com um tiro na cabeça. Na verdade, E. Desembargador, a morte de Gedeão e Francisco, são duas das dezenas de mortes anunciadas, ano a ano, em decorrência da violência rural.

Inobstante esse repugnante quadro de violência, acreditamos que ainda é possível salvar a vida de tantos outros companheiros da reforma agrária jurados de morte.

Para tanto, faz-se imperiosa a ação direta das instituições ligadas à questão agrária – INCRA, ITEAM, SDS, MDA – além da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Amazonas, Polícia Federal, Ministério Público, Secretaria Nacional de Direitos Humanos e do Poder Judiciário, a fim de que, ao menos, possamos minimizar a tensão social no Sul do Amazonas, agravada pela sensação de impunidade que assola a maioria de trabalhadores rurais que ali residem.

Pelo exposto, pugnamos a Vossa Excelência, que tem dignificado o Poder Judiciário com sua gestão proba, transparente e pautada no compromisso com as questões sociais, para que desenvolva ações no sentido de cobrar celeridade nos procedimentos que apuram os crimes dessa natureza, promovendo a maior integração, nos limites de sua competência, entre os magistrados, escrivães e demais agentes do Judiciário com as instituições e entidades que constroem a justa e necessária distribuição de terras públicas nesse País.

Atenciosamente.

**O SR. PRESIDENTE** (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Obrigado, Senador Augusto Botelho. Parabéns pela conquista do povo de Roraima.

O Senador Jayme Campos é o último orador. Eu gostaria de pedir licença, Senador Jayme Campos, para registrar o ofício que estou encaminhando ao Dr. Desembargador Hosanah Florêncio, Presidente do Tribunal de Justiça lá do meu Estado do Amazonas. Nesse ofício, que estou formalizando, registro o assassinato do Sr. Francisco da Silva, um trabalhador rural, no dia 24 do mês de fevereiro. Espero que nossa Taquigrafia dê como lido este ofício.

Não só repudio esse assassinato – mais um assassinato lá no sul do Amazonas, no Município de Lábrea –, como é muito importante que haja uma mobilização por parte da Justiça do meu Estado para coibir os assassinatos. E, mais do que isso, tentar ordenar a questão fundiária naquele imenso território que é o sul do Amazonas em sua fronteira com Rondônia, Mato Grosso e Pará.

Então, estou pedindo que seja dado como lido este ofício ao Desembargador, Dr. Hosanah Florêncio, Presidente do Tribunal de Justiça do Amazonas.

Com a palavra o Senador Jayme Campos.

**O SR. JAYME CAMPOS** (DEM – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente em exercício, Senador João Pedro, Srs. Senadores, volto a esta tribuna hoje para, novamente, falar sobre o Decreto nº 321.

Estou vendo aqui na minha frente um valoroso Senador da República e ex-Governador, um homem pelo qual, particularmente, tenho uma admiração toda especial, que é o Senador Pedro Simon.

Esta semana, V. Ex<sup>a</sup> esteve aqui nesta tribuna contando uma verdadeira saga da imigração italiana ao seu Estado, o Rio Grande do Sul, e da migração, naturalmente, dos gaúchos para outras regiões deste País, sobretudo para a Região Centro-Oeste. V. Ex<sup>a</sup> lembrou até o velho, querido e saudoso Norberto Schwantes, que foi um colonizador que desbravou a região do Araguaia e implantou uma civilização moderna naquele cerrado de terras férteis. Lá construiu a cidade de Canarana, indo até Água Boa. Hoje, para minha satisfação, é uma das cidades mais prósperas do Mato Grosso. Cresceu, prosperou.

V. Ex<sup>a</sup> falou também aqui da região de Sorriso, de Lucas, ao longo da BR-163.

Hoje, meu caro Senador Pedro Simon, confesso a V. Ex<sup>a</sup> que imagino que não valeu tanto a pena aqueles brasileiros se deslocarem da região sul do País – sobretudo do Rio Grande do Sul, do Paraná, de Santa Catarina – para implantar uma nova civilização moderna na região amazônica do nosso País. Aqueles

gaúchos, paraenses e catarinenses foram induzidos pelo Governo Federal. Esse mesmo Governo Federal que induziu e levou esses brasileiros para lá para plantar soja, algodão, arroz e milho criou – talvez V. Ex<sup>a</sup> não saiba – Lucas do Rio Verde, como projeto de colonização. Hoje é uma cidade moderna, bonita, com infra-estrutura, tem o maior índice de produtividade da sua agricultura, está sendo instalada uma indústria da Sadia Oeste, de aves e de suínos. Para que V. Ex<sup>a</sup> tenha conhecimento dos investimentos, eles são da ordem de quase R\$3 bilhões, com geração de emprego direto de mais ou menos 4,5 mil empregos dentro da indústria, por conseguinte envolvendo indiretamente quase oito mil trabalhadores.

V. Ex<sup>a</sup> lembra, porque foi Governador e é gaúcho nativo, daquela crise de problema fundiário com os moradores de Ronda Alta. E o Governo Federal – lembro-me como hoje, eu era moço novo, e o meu irmão Júlio Campos era Governador naquela oportunidade – implantou a cidade de Terra Nova, também ao longo da BR-163. Ali surgiu uma nova cidade, em sua totalidade de gaúchos que se deslocavam para ali, em um assentamento criado pelo Governo Federal através do Incra.

Mas os tempos passaram, famílias ali se instalaram, produzindo, gerando riquezas e desenvolvimento. E essas pessoas acreditavam realmente – não sei se V. Ex<sup>a</sup> lembra também – de “integrar a Amazônia para não entregar”, até era questão de soberania nacional. Ali o 9º Batalhão de Engenharia abriu a BR-163 e implantou ao longo dela algumas cidades.

E tínhamos também outro grande colonizador, dois, por sinal: o velho Enio Pepino, que abriu Sinop; e o velho Ariosto da Riva, que implantou Alta Floresta, Paranaí, Apiacá, Monte Verde e Bandeirantes.

Pois bem, talvez V. Ex<sup>a</sup> não vá a essa região há alguns anos. Há poucos dias, V. Ex<sup>a</sup> esteve em Cuiabá recebendo uma homenagem da nossa Assembléia Legislativa, homenagem justa, por sinal, que tive a primazia de participar daquele evento com os ilustres Deputados que compõem aquela assembléia.

Mas, Senador Pedro Simon, esses mesmos brasileiros que ali chegaram nas décadas de 70 e 80, por indução do Governo Federal, estão sendo penalizadas. Lamentavelmente, o Governo Federal tem tratado essas pessoas agora – grande parte delas, não todas, é evidente – como se fossem bandidos, como se fossem pessoas que por acaso foram ali tirar proveito da terra ou de nossas florestas, o que não é verdade.

Essas pessoas hoje estão sendo desrespeitadas em sua plenitude de cidadão brasileiro, daquela cidadania que é constitucional, por força da nossa Constituição Federal, na medida em que o Governo Federal,

além de não ter boas políticas públicas em relação à questão das estradas, da educação, da saúde, de crédito agrícola com juros subsidiados (factíveis em relação a nossa produção) – e confesso que tenho o maior respeito pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva – ultimamente, tem penalizado o meu Estado com políticas que não se praticam em qualquer parte do mundo contemporâneo de forma democrática e, sobretudo, respeitando-se o Estado democrático de direito sem, pelo menos, ouvir a sociedade, ouvir os poderes constituídos, porque o governo estadual integra o princípio do pacto federativo: o governo estadual, a assembléia, o Poder Judiciário, enfim, aqueles que compõem, com certeza, as instituições do nosso País, seja funcionando em sua plenitude ou em meia plenitude – embora o ideal seja funcionar em plenitude.

É com profunda tristeza que venho a esta tribuna para denunciar para V. Ex<sup>as</sup>, mais uma vez, a situação de incerteza social e insegurança jurídica por que passam 19 Municípios mato-grossenses atingidos pelo Decreto Federal nº 6.321/07, que estabeleceu embargo para o desmatamento na região norte do Estado. É bom que se coloque que ninguém aqui está defendendo aquele que desmata de forma desordenada. Não é a plêiade do Senador Jayme Campos e do cidadão que naturalmente preserva e quer continuar preservando as nossas riquezas naturais.

Nas últimas horas, a insatisfação dessas comunidades tem-se afluído, e a truculência das autoridades responsáveis pela Operação Arca de Fogo começa a gerar um clima de desobediência civil nesse território.

Ontem mesmo, uma grande empresa madeireira do Município de Sinop, a Fabiane, estabelecida há quase 30 anos naquela área, anunciou o encerramento de suas atividades, elevando ainda mais o agravamento da crise instalada no setor.

Segundo dados da Federação das Indústrias de Mato Grosso, nos últimos três anos, mais de 30% das companhias desse ramo fecharam suas portas na região.

Esse sentimento de desamparo no segmento, que sofre verdadeiro desmonte econômico, aliado à maneira severa com que fiscais do Ibama e agentes da Polícia Federal e da Guarda Nacional atuam na região, tratando trabalhadores e empresários como bandidos, têm atado parte da sociedade a falar em boicote do pagamento de tributos, bloqueio da BR-163 e 364 e paralisação de todas as atividades produtivas nesses 19 Municípios.

Seria o caos. O triunfo do desgoverno e da desobediência civil. Embora pacífico, um estado de confronto entre sociedade e União sem precedentes em

nossa história recente. Considero este um momento socioeconômico e ambiental delicado, frágil em seu matiz filosófico, pois duas ideologias se embatem de maneira frontal. De um lado, há os que querem preservar a qualquer custo; de outro, os que querem produzir e gerar riquezas.

Portanto, esse não é um caso de polícia, mas sim de política, meu caro amigo, Senador João Pedro. Senador Augusto Botelho, nossa geração tem o dever de encontrar resposta para o dilema: como produzir sem ofender a natureza?

Parece-me que o autoritarismo está na contramão da implementação de soluções para esse intrincado tema. Antes de punir, as autoridades do setor deveriam encontrar alternativas econômicas e sociais para centenas de milhares de brasileiros que sobrevivem hoje da indústria de base florestal nos Estados abrangidos pela Amazônia Legal.

Não estamos falando de marginais ou de criminosos, mas, sim, de pais de família, agricultores, pecuaristas e empresários que investiram sonhos e recursos na região, e, guiados pela propaganda oficial, seguiram rumo ao norte para ocupar o vasto território amazônico. Sr. Presidente, não são bandidos e não merecem ser tratados como qual. São pioneiros e patriotas, e, por isso, merecem reconhecimento e respeito.

Atualmente, meu Estado responde pela liderança nacional na colheita da soja e do algodão. Também se destaca como detentor do maior rebanho bovino do País. E, no final desta década, ainda ostentaremos a posição de maiores produtores brasileiros de carne de frango e suínos, fruto do trabalho de muita gente que acreditou no potencial econômico da nossa região.

Isto aconteceu porque, antes mesmo de semear a terra, esses compatriotas cultivaram em suas almas a coragem e a confiança.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, na sessão de ontem à noite, a Assembléia Legislativa de Mato Grosso aprovou uma Moção de Repúdio à Ministra Marina Silva, do Meio Ambiente; uma atitude dura dos Srs. Deputados Estaduais, mas, até certo ponto, compreensível, porque o clima de desespero tem tomado conta de vários segmentos da economia local. Não tenham dúvidas, o embargo imposto pelo Decreto nº 6.321 não atinge apenas, Senador João Pedro, 19 Municípios. Ele tem repercussão sobre toda a atividade produtiva regional.

Agora de manhã, madeireiros, Parlamentares e o Governador Blairo Maggi se reuniram na tentativa de encontrar um caminho para solucionar o impasse. Principalmente porque os fiscais do Ibama estão simplesmente rasgando as resoluções da Secretaria Estadual do Meio Ambiente.



Para os técnicos federais, a metodologia utilizada pela Sema no procedimento de licença ambiental está em desacordo com os métodos exigidos pelo instituto. Isso causa mais confusão e dúvidas para os empresários mato-grossenses. O Governo Estadual deve fazer prevalecer suas prerrogativas, dando tranquilidade institucional ao setor produtivo.

Municípios como Alta Floresta, por exemplo, são sustentados pela indústria de base florestal, com 40% dos tributos gerados pelo setor. Mas o grande temor, Senador João Pedro, não é a queda da arrecadação, mas a perspectiva de demissão em massa de operários das madeireiras, agravando ainda mais os índices de desemprego e causando convulsão social nessa região.

Vale lembrar que, no mapa nacional da violência, divulgado recentemente, cinco municípios dessa área ostentam índices de criminalidade assustadores. Não é por acaso: é o desemprego e a falta de confiança no futuro que levam essas pessoas ao ceticismo e ao crime.

Na segunda-feira, ocupando esta mesma tribuna, Senador Augusto Botelho, fui duro ao dizer que o Governo Federal não tem compromisso com o setor produtivo. Hoje quero ser mais incisivo e eloquente ao afirmar que o Governo Federal não tem compromisso com o conjunto da sociedade mato-grossense, pois essa política perversa atinge a todos os setores sociais de nossa comunidade. É o padeiro que não poder vender seu pão, é o operário que, desempregado, não terá dinheiro para comprar remédio na farmácia; é o município que não terá receita e não pagará os seus professores; enfim, é uma cadeia que se desorganiza e pode desencadear um crime de desobediência civil.

Senador Pedro Simon, Mato Grosso vive de sobressaltos, e o relatório do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, em grande parte já desmentido pelos próprios técnicos do órgão, contribuiu para aumentar o drama do setor produtivo estadual. Se os dados do Inpe são reconhecidamente fantasiosos, então, por que manter as sanções impostas por um decreto que constrange a produção, cria problemas de ordem social e desmonta a economia regional?

Seria pura teimosia? Ou interesses inconfiáveis e inconfessáveis escondem-se atrás dessa manobra política. A verdade tem de prevalecer. E os eventuais erros devem se ajoelhar diante dos fatos. Se o relatório do Inpe tem equívocos e imperfeições...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT)** – Já estou encerrando, Sr. Presidente.

Se o relatório do Inpe tem equívocos e imperfeições, então o Decreto nº 6.321 deve ser suspenso

até que a realidade seja apurada com profundidade e exatidão.

Não se pode punir toda a sociedade de Estados importantes como Mato Grosso, Pará e Rondônia simplesmente por alguma presunção. A convicção técnica deve sobrepor as dúvidas políticas.

Sr. Presidente, já estou finalizando.

Mesmo com o risco de me tornar repetitivo, tenho de me curvar diante das agruras sofridas por minha gente. Sou porta-voz da sociedade mato-grossense e, como tal, ocupo esta tribuna para denunciar as aflições e os dramas cotidianos vividos pelo meu povo.

Sou amplamente favorável à preservação do meio ambiente, ao controle do desmatamento e às sanções severas a todos aqueles que, criminosamente, devastam a natureza, mas também me preocupo com a paisagem humana e com a geografia social.

Por isso, defendo, Senador Augusto Botelho, um tratamento digno e justo àqueles que fazem dos seus sonhos e dos seus braços a força motriz da economia agrária nacional. Eles não merecem punição, ilustres Senadores, mas, sim, orientação e novas alternativas econômicas para sua vida, porque não existe semente mais fértil para os corações humanos que a crença na nossa Justiça.

Por isso, ilustres Senadores, venho uma vez mais aqui. Posso até ser interpretado como uma pessoa que está defendendo aqui a não-preservação, mas não é verdade.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT)** – Estou defendendo um povo sofrido, um povo que acreditou, que foi, plantou e implantou ali uma nova civilização.

Lamentavelmente... Acho que V. Ex<sup>a</sup> tem conhecimento do Decreto nº 6.321. Ele é extenso, mas vou dar apenas dois exemplos para V. Ex<sup>a</sup>. Mandaram que esses 19 Municípios fossem todos cadastrados no Incra, ou seja, nova emissão do CCIR. Senador João Pedro, V. Ex<sup>a</sup> já foi também Superintendente do Incra, no seu Estado do Amazonas – se não me falha a memória, está no seu currículo –, e sabe que o Incra não tem estrutura suficiente para cadastrar ou recadastrar 19 cidades no Mato Grosso.

Mato Grosso, nessas 19 cidades, imagino que tem algo em torno de 50 mil propriedades rurais. E o decreto diz o seguinte: que as propriedades acima de quatro módulos, dependendo da região – alguns hectares, 120, 140 até 160 –, serão obrigatoriamente cadastradas. Caso contrário, não poderão contrair nenhum financiamento, não somente em bancos estatais como também em bancos privados.

Como se não bastasse isso, essas pessoas, se eventualmente desejarem vender sua propriedade, até por necessidade, também não poderão vender.

E, como se não bastasse isso – vou mais longe, Senador João Pedro, Senadores aqui presentes –, nesse mesmo decreto há possibilidade de que essas pessoas sejam também enquadradas no Código Penal, porque a sua produção, que é feita naquela área, não poderá ser comercializada. Ele não poderá comercializar e, eventualmente, se comercializar, aqueles que comprarem poderão também ser enquadrados no Código Penal...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. JAYME CAMPOS** (DEM – MT) – Como sabe V. Ex<sup>a</sup>, que é um grande advogado, um grande jurista, tem notório saber jurídico, essa pessoa poderá ser enquadrada como receptador.

Imagine, Senador! Não podemos, em hipótese alguma, nos curvar diante de tudo isso que está acontecendo. Aqueles mesmos gaúchos que foram para lá, os paranaenses, os paulistas, os mineiros, que estão naquela região, estão em uma situação de aflição; não sabem mais a quem recorrer; não estão mais achando nem uma frestinha na janela para recorrer, tendo em vista que, lamentavelmente – para que V. Ex<sup>as</sup> tenham conhecimento –, temos hoje mais de 400 homens da Força Nacional, mais de 400 homens da Polícia Federal. Criança hoje está assustada na região, porque não agüenta mais ouvir o barulho das sirenes tocando, amedrontando e ameaçando a nossa população.

Quero, dessa feita, pedir apoio a V. Ex<sup>as</sup>. Apresentei o Requerimento nº 193/08, que espero que a Mesa coloque na pauta da Ordem do Dia da próxima semana, propondo a criação de uma comissão nesta Casa para apurar a veracidade dos fatos, para desmistificar e desmascarar os números que o Inpe citou, fazendo não apenas uma auditoria naquele órgão, como também visitando a nossa região para constatar que não é nada daquilo. Lamentavelmente, querem penalizar o meu Estado e, sobretudo, a região Norte, Noroeste e a região do Baixo Araguaia no meu Estado.

Dessa forma, Sr. Presidente, agradeço a V. Ex<sup>a</sup> a sua generosidade, na certeza absoluta de que a justiça tarda, mas não falta. Voltaremos aqui para dizer que nós, sobretudo esta Casa, estaremos sempre defendendo os interesses daqueles que acreditam e constroem a grandeza do nosso País.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Obrigado, Senador Jayme Campos, que está defendendo o povo do Mato Grosso.

Submeto a votação os **Requerimentos nºs 301, 302, 303, 304 e 312, de 2008**, de autoria, respectiva-

mente, dos Senadores Romeu Tuma, Sérgio Zambiasi, Aloizio Mercadante, Cristovam Buarque e Pedro Simon – que está presente aqui –, lidos anteriormente.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados os requerimentos.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Os Srs. Senadores Papaléo Paes, Flexa Ribeiro e Arthur Virgílio enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I, § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, venho à tribuna, neste momento, para fazer o registro da matéria intitulada “Palocci atuou em quebra de sigilo, diz procurador”, publicada no jornal O Estado de São Paulo em sua edição de 27 de fevereiro do corrente.

A matéria destaca que o procurador-geral da República, Antônio Fernando de Souza, afirmou ter indícios suficientes para comprovar a participação do ex-ministro Antonio Palocci (PT-SP) na quebra ilegal do sigilo bancário do caseiro Francenildo Santos Costa.

Sr. Presidente, para que conste dos anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Um outro assunto, Sr Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que quero registrar aqui da tribuna, neste momento, para fazer o registro da matéria intitulada “Ele morre de inveja de Fidel”, publicada pelo jornal O Estado de São Paulo em sua edição de 01 de março do corrente.

A matéria destaca que as declarações do Presidente Lula contra o Judiciário e o Legislativo receberam dura reação no Congresso. Para o líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), o comportamento de Lula tem explicação. “É que ele morre de inveja do Fidel Castro e do Hugo Chávez e adoraria não ter oposição para fiscalizá-lo, mas tem de aturar o fato de haver uma posição vigilante.”

Senhor Presidente, para que conste dos anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer.

#### **DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

# Palocci atuou em quebra de sigilo, diz procurador

Souza afirma ter indícios suficientes para comprovar a participação do ex-ministro na devassa de contas do caseiro Francenildo Santos Costa

**Felipe Recondo**  
BRASÍLIA

O procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, disse ontem ter indícios suficientes para comprovar a participação do ex-ministro da Fazenda e deputado Antonio Palocci (PT-SP) na quebra ilegal do sigilo bancário do caseiro Francenildo Santos Costa, o Nildo. "A leitura da denúncia mostra que o convencimento surge das provas que estão nos autos", disse Souza. "Não há (na denúncia) juízo de condenação. É um juízo da presença de elementos que indicam a existência de atos ilícitos."

A denúncia contra Palocci por quebra de sigilo funcional — cuja pena varia de 1 ano a 4 anos de prisão — foi encaminhada pelo procurador ao Supremo Tribunal Federal (STF) na sexta-feira. O processo está em segredo de Justiça.

O ministro do STF que relata o caso, Gilmar Mendes, ainda deve analisar se suspende temporariamente o segredo de Justiça para que os termos da denúncia sejam revelados. Somente depois disso será possível saber qual teria sido a participação de cada um na quebra de sigilo de Nildo.

Pela investigação da Polícia Federal, feita em 2006, Palocci teria ordenado a quebra do sigilo do caseiro ao ex-presidente da Caixa Jorge Mattoso. Os dados teriam sido divulgados pelo então assessor de imprensa do Ministério da Fazenda Marcelo Netto. Os três foram denunciados pelo mesmo crime.

A quebra do sigilo ocorreu depois que Nildo relatou, em entrevista ao Estado, em março de 2006, que Palocci participava de reuniões com lobistas em uma casa no Lago Sul, em Brasília.

Ele disse que os encontros, frequentados pela "república de Ribeirão", incluíam festas e partilha de propina. Contou ainda ter visto malas e maços de dinheiro com Vladimir Poletto, ex-assessor da Prefeitura de Ribeirão Preto, cidade que havia sido governada por Palocci. Ainda segundo Nildo, esse dinheiro seria enviado a São Paulo por Rogério Buratti, ex-secretário de Governo de Palocci em Ribeirão. Três semanas após o escândalo, Palocci deixou a pasta da Fazenda.

## 'Meu sonho é ter um emprego com carteira assinada'

Ex-caseiro, Nildo agora vive de bicos

Quase dois anos depois de ter sido o pivô da queda do então ministro da Fazenda, Antônio Palocci, o caseiro Francenildo Santos Costa diz não ter "arrependimento algum" de ter revelado o escândalo envolvendo o ex-homem forte do governo Lula.

Em março de 2006, Nildo, como é chamado, revelou ao Estado que Palocci frequentava uma casa em Brasília onde era feita partilha de dinheiro entre amigos do ministro. "O único arrependimento que eu tenho na vida é o de não ter seguido o conselho da minha mãe de ir estudar", disse ontem, depois de saber que o procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, denunciou Palocci, agora deputado federal pelo PT, pela quebra de

sigilo funcional do caseiro. "Estou correndo atrás do prejuízo", afirmou. Nildo faz supletivo e cursa a 6ª série do ensino fundamental.

Nildo não é mais caseiro no Lago Sul. Vive de bicos, como o de jardineiro. "Meu sonho é ter um emprego bom com carteira assinada." E está fazendo o que pode para isso. "Já voltei a estudar e consegui limpar meu nome (junto ao Serviço de Proteção ao Crédito)." Ele sonha em abrir nova conta bancária. "Mas desta vez vai ser em outro banco", comenta, lamentando a quebra de seu sigilo em conta da Caixa Econômica Federal.

Aos 25 anos, Nildo carrega as seqüelas do episódio, que causaram a separação da mãe de seu filho de 8 anos e o distanciamento, ainda maior, do pai, Eurípedes Soares da Silva. À época em que o escândalo veio à tona, ele se afastou

ainda mais do pai, que estava perto de reconhecê-lo como filho.

"A história toda só me afastou dele", afirmou em entrevista ao Estado no final da tarde de ontem. "Minha mulher foi embora porque teve medo de perseguição. Preferia ter aparecido morto com um tiro na cabeça do que ter tido meu sigilo revelado. Me senti violentado."

Mais maduro, reconhece que aprendeu muito com tudo. "Principalmente a ficar longe de político. Foi a primeira e última vez que trabalhei para político. A gente presencia muita coisa que não gostaria." Apesar disso, não descarta, quem sabe um dia, "daqui a 10 anos", se candidatar a algum cargo.

Nildo conta que o período mais difícil foi quando passou a ser motivo de "piada" na rua. "Todo mundo me chamava de Palocci." Seu sofrimento o fez pensar até em suicídio. Diz que não deseja "cadeia" para o ex-ministro, "até porque sabe que ele não vai pegar mesmo". "Espero alguma justiça." Sobre a indenização que pode vir a conseguir, não faz planos. "Sabe Deus quando poderá sair." ■

**Ana Paula Scinocca**  
BRASÍLIA

O advogado Eduardo de Toledo, que defende Marcelo Netto, afirmou que a denúncia "parte de um raciocínio dedutivo" e não há provas contra seu cliente. "Supor que houve qualquer relação do meu cliente com o caso porque identificaram ligações telefônicas, sem saber o teor das conversas, é fazer dedução."

Ele questionou também a acusação de que o crime cometido por seu cliente teria sido a divulgação dos dados. "Não existe tipificação penal para isso." Segundo ele, se a acusação é de que Netto divulgou dados protegidos por sigilo, a revista *Época*,

que primeiro os divulgou, também deveria ser denunciada. A revista *Época* informou que não comentaria a declaração.

Uma troca de cadeiras no STF deve atrasar o julgamento da denúncia. O relator Gilmar Mendes assumirá a presidência do STF em abril e deverá passar todos os seus processos para a ministra Ellen Gracie. O problema é que Ellen pode deixar o Supremo para disputar uma vaga na Corte de Haia. Nesse caso, a investigação seria repassada para o novo ministro que ocuparia a cadeira de Ellen. ■

COLABOROU RICARDO BRANDT



# 'Ele morre de inveja de Fidel'

## Segundo líder tucano, Lula adoraria não ter oposição

**Rosa Costa**  
BRASÍLIA

As declarações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva contra o Judiciário e o Legislativo receberam dura reação no Congresso. Para o líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), o comportamento de Lula tem explicação. "É que ele morre de inveja do Fidel Castro e do Hugo Chávez e adoraria não ter oposição para fiscalizá-lo, mas tem de aturar o fato de haver uma oposição vigilante."

Os tucanos divulgaram nota ontem sobre o episódio. No texto, citam o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Marco Aurélio Mello, como o alvo de "agressões" de Lula. "A agressão ao ministro é uma agressão à Suprema Corte do País", diz a nota.

O líder do DEM no Senado, José Agripino (RN), afirmou que Lula "é o primeiro a se meter nos outros Poderes". "É ele quem inviabiliza o Legislativo, entupindo a pauta de votações

de medidas provisórias." Para o líder, antes de fazer campanha "dizendo o que não deve", o presidente deveria se lembrar do ditado popular de que "em casa de enforcado, não se fala em corda".

As declarações de Lula também não escaparam de censura do presidente do Senado, Garibaldi Alves (PMDB-RN). "Isso que ele criticou é a última crítica que ele poderia fazer, poderia ter feito outras críticas mais legítimas", afirmou Garibaldi. "Às vezes se faz uma crítica e se esquece de que, fazendo a crítica, ele está na verdade esquecendo que também cometeu aquele pecado." E ressaltou que o Congresso tem o direito de recorrer à Justiça quando se sentir atingido.

O senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) também condenou a conduta do presidente. "Nos últimos tempos, ele tem extrapolado todos os limites", afirmou. "Além de dizer coisas gravíssimas, que não ficam só na área do destemper, está

usando bens públicos, como o avião presidencial, para fazer campanha e usar o palanque para desancar o Congresso e, agora, o Judiciário."

Signatário da ação no STF contra o Programa Territórios da Cidadania, o presidente do PSDB, senador Sérgio Guerra (PE), disse que Lula precisa se lembrar de que o chefe de Estado tem o direito de fazer muito, "menos o de desrespeitar a lei". Destacou que seu partido apóia o que for feito em favor do povo, "desde que seja legal e não venha a se transformar numa operação eleitoral disfarçada".

Já o senador Jefferson Péres (PDT-AM) considerou a declaração do presidente "de uma rara infelicidade". E ressaltou que os termos utilizados "não são adequados para um chefe de Poder se referir aos demais".

A assessoria da líder do bloco do governo, senadora Ideli Salvatti (PT-SC), informou que ela passou a tarde em reunião e, por isso, não comentaria as palavras do presidente. ■

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro da matéria intitulada "Os gastos que LULA quer esconder", publicada pela revista **IstoÉ** em sua edição de 20 de fevereiro de 2008.

A matéria destaca que apesar da blindagem do Planalto, principalmente em torno da família do Presidente, documentos obtidos pela revista mostram novas

despesas suspeitas pagas pelo governo. Entre elas R\$6,2 mil na Cervejaria Divinópolis Ltda a título de "funcionamento da educação profissional", R\$1,3 mil na Pastelaria Marília de Dirceu a título de "Prevenção à Corrupção e Transparência das Ações de Governo" e R\$6,6 mil na Trinidad Tabacaria, gasto justificado como: "Fomento à Pesquisa e ao Desenvolvimento de Conhecimento Científico".



Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Segundo assunto, Sr Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores: registro, neste momento, para fazer o registro da matéria intitulada “PAC de Lula beneficia ‘Jaderlândias’ do Pará”, publicada pelo jornal **Folha de S. Paulo** em sua edição de 02 de março de 2008.

A matéria destaca que o Governo Federal destina quase 10% das verbas do PAC no Pará, R\$123,3 milhões, para desfavelizar comunidades que levam o nome de seu aliado. O valor total do programa no estado é de R\$1,3 bilhão para “sanear” duas Jaderlândias e um Jardim Jader Barbalho, comunidade que levam o nome do deputado peemedebista do Pará.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Terceiro assunto, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores: faço o registro do editorial intitulado “De olho no desempenho eleitoral de seu partido e aliados, Lula cria donativo de R\$30 para jovens na faixa de 16 a 17 anos”, publicado pelo jornal **Folha de S. Paulo** em sua edição de 19 de março de 2008.

O editorial destaca que “O ATALHO que leva do salvacionismo ao assistencialismo, no governo Lula, já se encontra mais que batido.

A extensão do Bolsa Família, que passa a pagar R\$ 30 para jovens de 16 e 17 anos, é só um eco distante -mas de imediato rendimento eleitoral- do programa Primeiro Emprego, lançado com fanfarra em 2003 só para esboroar-se em fracasso retumbante.

Foram necessários quatro anos para o Planalto desistir em definitivo da meta ambiciosa de abrir aos jovens 500 mil vagas com repasses de R\$1.500 anuais a empresas dispostas a empregá-los. Só 15 mil postos foram criados. Segue descumprido o objetivo de qualificar os adolescentes para que consigam entrar e manter-se no mercado de trabalho.

Em seu lugar, a administração petista repaginou a idéia, em 2005 e 2007, com o Projovem (Programa Nacional de Inclusão de Jovens). Fato excepcional para seu estilo, o Planalto recorreu a um projeto de lei (nº 2.204/ 2007) -e não a mais uma medida provisória, como de hábito- para nele incluir a mesada de R\$ 30 aos adolescentes.

O pretexto é fazer com que continuem na escola numa faixa etária em que se acentua a evasão, a passagem do ensino fundamental ao médio. Exige-se, para tanto, frequência de 75% das aulas ao 1,1 milhão de jovens beneficiados de imediato (estima-se em 1,7 milhão o total dos que satisfazem os critérios). Bastam três bimestres abaixo dessa frequência para perder o benefício. Não é o caso, claro, de questionar o espírito humanitário de programas como o Bolsa Família. O que se objeta é seu caráter apenas anestesiador, o fato de não contemplar a chamada porta de saída -uma real emancipação socioeconômica, em que a ajuda seja só temporária, enquanto os beneficiários são preparados para melhorar sua renda por meio do emprego. Apenas receber o estipêndio pouco influi no aprendizado e na qualificação dos jovens, pois isso depende mais da capacidade da escola de dotá-los de aptidões úteis. Trata-se de algumas gotas de assistencialismo num oceano de desqualificação e desalento juvenis. Resta para explicar a medida, portanto, sua evidente rentabilidade eleitoral, para a qual o governo federal oferece negativas débeis e provas robustas. Isso se torna patente com o fato de o governo ter desistido de introduzir o donativo por projeto de lei e ter optado, no apagar de 2007 (28 de dezembro), pela via fácil da medida provisória (nº 411). Era imperioso evadir-se dos preceitos da lei nº 11.300/2006, que proíbe novos “bens, valores ou benefícios” em ano de eleições. O governo Lula alega que apenas estende um programa existente, o Bolsa Família, que o número de domicílios agraciados não se ampliou e que o benefício não será pago aos jovens eleitores, mas a seus pais. Tais argumentos são tão afrontosos quanto irrelevantes. Sem urgência em aumentar a mesada dos pobres que beneficia em sua política paternalista, Lula poderia bem aguardar a tramitação do projeto de lei.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que o referido editorial passe a integrar os Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE  
O SR SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

BRASIL

# Os gastos que LULA quer esconder

Selecione a UNIDADE GESTORA de seu interesse para obter o detalhamento do Valor pago

Total destinado em âmbito nacional em 2007:

Favorecido: **OFICINA ZEN MASSAGEM EXPRESSA LTDA.**

Despesa: **Outras Despesas Correntes-Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica**

R\$ 938.780.222.770,44

R\$ 6.840,00

R\$ 6.840,00

Caso queira classificar por outros critérios, clique nos títulos das colunas

Órgão Superior

Órgão

Unidade Gestora

Valor

PRESIDENCIA DA REPUBLICA

PRESIDENCIA DA REPUBLICA

SECRETARIA DE  
ADMINISTRAÇÃO/PR

6.840,00

## MASSAGEM

A Presidência da República gastou R\$ 6,8 mil em julho de 2007 para contratar serviço de massagem expressa e reflexologia durante a "VII Semana Pensa Vida". Codevasf e Serpro gastaram R\$ 147 mil com empresa de massagem.

Apesar da blindagem do Planalto, principalmente em torno da família do presidente, documentos obtidos por ISTOÉ mostram novas despesas suspeitas pagas pelo governo

Por HUGO MARQUES E SÉRGIO PARDELLAS

**C**ertamente não há brasileiro com mais de 40 anos que não tenha ouvido falar em Lei de Segurança Nacional. Era a sustentação jurídica usada pela ditadura militar para silenciar seus críticos e manter o País sob um regime de exceção. Na última semana, a "segurança nacional" voltou a ser invocada, desta vez por um político que chegou a ser vítima do arbítrio: o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Sob esse argumento, a Presidência da República iniciou uma operação de blindagem, que visa manter inacessíveis os gastos feitos com o dinheiro público para cobrir despesas do presidente, da primeira-dama e de seus filhos. O primeiro passo para a blindagem foi a retirada do Portal da Transparência – um site onde o governo relacionava seus gastos – de todos os pagamentos realizados pelos ecônomos responsáveis pelas despesas pessoais da família de Lula. Há três anos, havia 37 ecônomos registrados no Portal da Transparência como responsáveis pelos gastos da Secretaria de Administração da Presidência, unidade que engloba os gastos da família Lula da Silva. Na quinta-feira 14, os ecônomos registrados na

Secretaria de Administração da Presidência eram apenas cinco. Somente 4,8% das despesas presidenciais estavam disponíveis para consulta pública.

A decisão de omitir o destino dado a boa parte dos impostos pagos pela sociedade veio depois da revelação feita por ISTOÉ de que cartões corporativos do governo foram usados para sacar em dinheiro vivo R\$ 5,8 milhões apenas para as despesas de Lula, dona Marisa e suas equipes. Mas o que o presidente procura esconder é mais do que isso. Na verdade, pelo que se sabe até agora, **muitos dos gastos realizados com os cartões corporativos seguem os mesmos padrões de má utilização dos recursos por servidores do governo demonstrados em vários exemplos** a que ISTOÉ teve acesso, na semana passada, a partir de dados catalogados pelo Siaf (Sistema Integrado de Administração Financeira). Em 9 de julho de 2007, a Secretaria de Administração da Presidência da República pagou R\$ 6.840 à Oficina Zen Massagem Expressa Ltda., para a contratação de serviços de massagem e reflexologia. Entre

julho e dezembro do ano passado, a Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos do Exército gastou R\$ 2,7 mil na Chocolates Kemper's Haus, em Santo Ângelo, no Rio Grande do Sul. Em dezembro de 2005, o Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais consumiu R\$ 6,2 mil na Cervejaria Divinópolis Ltda. Um ano antes, o Centro de Instrução Almirante Alexandrino, da Marinha, pagou R\$ 6,1 mil à Perfumaria Diamantino, no Rio de Janeiro. O Centro de Instrução Almirante Alexandrino justificou o gasto dizendo que mantém no Estado uma escola de "taifeiros barbeiros", por isso a necessidade da compra de loções e cremes.

Em julho de 2005, a Finep, do Ministério de Ciência e Tecnologia, gastou R\$ 6,6 mil na Trinidad Tabacaria, também no Rio de Janeiro. Em dezembro último, um servidor da gerência regional do Ministério da Fazenda em Minas Gerais entrou na Pastelaria Marília de Dirceu e gastou R\$ 1,3 mil na rubrica "prevenção à corrupção e transparência das ações do governo". **"Não cabe à ISTOÉ investigar esse tipo de coisa", reagiu o chefe do setor financeiro do Ministério da Fazenda em Minas, Alexandre Camilo. "Só entrego as informações se o Ministério Público requisitar", completou.** Em dezembro de 2004, a Superintendência da Polícia Federal em São Paulo pagou R\$ 600 à clínica de estética By Kimberly, que, em sua página na internet, se apresenta como especializada em "levantar bumbum e seios". Na ação de governo que justifica o gasto está escrito: "0,9 kg. - Aguardando Descrição no Siaf". A dona da clínica, Valdeleide Nascimento, chorou ao ser procurada por ISTOÉ. "Nunca realizei qualquer tratamento que ne-

cessite de aplicação de substâncias como botox ou silicone", diz Valdeleide. Ela não explica, porém, 0,9 kg de que a Polícia Federal comprou na sua clínica. No mesmo mês, em plena sexta-feira, o Grupamento de Fuzileiros Navais gastou R\$ 120 no estabelecimento Sorvetes Tetéia, no Pólo Moda de Brasília, famoso por concentrar o maior número de costureiras da capital federal.

Além de tirar as informações da internet, uma outra frente comandada pelo Planalto para blindar as despesas da família Lula da Silva atua no Congresso. O objetivo é restringir o campo de investigações da futura CPI dos Cartões Corporativos. Na quinta-feira 14, pela segunda semana consecutiva, o presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), alegou problemas formais e devolveu o requerimento de instalação da CPI. Primeiro, por uma rasura feita pelo líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR). Depois, por um problema formal na folha de assinaturas da oposição. As assinaturas terão de ser recolhidas novamente esta semana. Resolvidos os entraves de Garibaldi, o Congresso entrará numa discussão, na qual o governo terá maioria, sobre a amplitude da investigação. "O governo quer criar a CPI do Mané", critica o senador Demóstenes Torres (DEM-GO). "Só se investiga o gasto do Mané, que passa longe do poder central."

Uma das maiores preocupações de Lula é blindar de todas as formas sua filha Lurian Cordeiro da Silva, em Florianópolis (SC). Ela não apenas será alvo da CPI dos Cartões, mas da CPI das ONGs, que retomará seus trabalhos esta sema-

## CERVEJA

O Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais gastou R\$ 6,2 mil na Cervejaria Divinópolis Ltda., em Divinópolis (MG), em dezembro de 2005, para "funcionamento da educação profissional".

## PASTÉIS

A Gerência Regional do Ministério da Fazenda gastou R\$ 1,3 mil na Pastelaria Marília de Dirceu Ltda., em Belo Horizonte, em dezembro de 2007. A rubrica que justificou o gasto é: "Prevenção à Corrupção e Transparência das Ações de Governo".

## TABACO

Em julho de 2005, a Finep gastou R\$ 6,6 mil na Trinidad Tabacaria, no Rio de Janeiro. A ação que justificou o gasto foi "Fomento à Pesquisa e ao Desenvolvimento de Conhecimento Científico".

## PERFUMES

O Centro de Instrução Almirante Alexandrino, da Marinha, gastou R\$ 6,1 mil em novembro de 2004, na Perfumaria Diamantino, no Rio de Janeiro. Na ação que justifica o gasto está escrito: "A classificar".

## CHOCOLATE

A Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos do Exército gastou R\$ 2,7 mil em julho e dezembro do ano passado na empresa Chocolate Kemper's Haus, em Santo Ângelo (RS). O Centro Técnico Aeroespacial gastou R\$ 535 na Chocolates Garoto, em 2004.

## IMPLANTE

Em 2004, o Comando da Marinha gastou R\$ 2,2 mil no Centro de Transplante Capilar e Cirurgia Plástica Ltda., no Rio de Janeiro

## SORVETES

Em dezembro de 2004, o Grupamento de Fuzileiros Navais gastou R\$ 120 na Sorvetes Tetéia Ltda., no Pólo Modas de Brasília. A justificativa para os gastos foi "administração de unidade".

Selecione a UNIDADE GESTORA de seu interesse para obter o detalhamento do Valor pago

Total destinado em âmbito nacional em 2005:

R\$ 890.544.947.226,17

Favorecido: **CERVEJARIA DIVINOPOLIS LTDA:**

R\$ 6.240,00

Despesa: Outras Despesas Correntes-Material de Consumo:

R\$ 6.240,00

Caso queira classificar por outros critérios, clique nos títulos das colunas

Órgão Superior	Órgão	Unidade Gestora	Valor
MINISTERIO DA EDUCACAO	CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DE MG	CENTRO FED.DE EDUCACAO TECNOL.DE MINAS GERAIS	6.240,00

Selecione a UNIDADE GESTORA de seu interesse para obter o detalhamento do

R\$ 938.780.222.770,44

Total destinado em âmbito nacional em 2007:

R\$ 1.360,00

Favorecido: **PASTELARIA MARILIA DE DIRCEU LTDA:**

R\$ 1.360,00

Despesa: Outras Despesas Correntes-Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica:

Caso queira classificar por outros critérios, clique nos títulos das colunas

Órgão Superior	Órgão	Unidade Gestora	Valor
MINISTERIO DA FAZENDA	MINISTERIO DA FAZENDA	GERENCIA REGIONAL DE ADM.DO MF MINAS GERAIS	1.360,00

Selecione a UNIDADE GESTORA de seu interesse para obter o detalhamento do Valor pago

Total destinado em âmbito nacional em 2005:

R\$ 890.544.947.226,17

Favorecido: **TRINIDAD TABACARIA LTDA:**

R\$ 6.605,00

Despesa: Outras Despesas Correntes-Material de Consumo:

R\$ 6.605,00

Caso queira classificar por outros critérios, clique nos títulos das colunas

Órgão Superior	Órgão	Unidade Gestora	Valor
MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA	FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS	FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS	6.605,00

Selecione a UNIDADE GESTORA de seu interesse para obter o detalhamento do Valor pago

Total destinado em âmbito nacional em 2004:

R\$ 732.430.151.665,43

Favorecido: **PERFUMARIA DIAMANTINO LTDA:**

R\$ 6.377,00

Despesa: Outras Despesas Correntes-Material de Consumo:

R\$ 6.127,00

Caso queira classificar por outros critérios, clique nos títulos das colunas

Órgão Superior	Órgão	Unidade Gestora	Valor
MINISTERIO DA DEFESA	COMANDO DA MARINHA	CENTRO DE INSTRUCAO ALMIRANTE ALEXANDRINO	6.127,00

Selecione a UNIDADE GESTORA de seu interesse para obter o detalhamento do Valor pago

Total destinado em âmbito nacional em 2004:

R\$ 732.430.151.665,43

Favorecido: **CHOCOLATES GAROTO SA:**

R\$ 535,04

Despesa: Outras Despesas Correntes-Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica:

R\$ 535,04

Caso queira classificar por outros critérios, clique nos títulos das colunas

Órgão Superior	Órgão	Unidade Gestora	Valor
MINISTERIO DA DEFESA	COMANDO DA AERONAUTICA	CENTRO TECNICO AERODESPACIAL	535,04

Selecione a UNIDADE GESTORA de seu interesse para obter o detalhamento do Valor pago

Total destinado em âmbito nacional em 2004:

R\$ 732.430.151.665,43

Favorecido: **PILOS - CENTRO DE TRANSPLANTE CAPILAR E CIRURGIA PLASTICA LTDA:**

R\$ 2.200,00

Despesa: Outras Despesas Correntes-Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica:

R\$ 2.200,00

Caso queira classificar por outros critérios, clique nos títulos das colunas

Órgão Superior	Órgão	Unidade Gestora	Valor
MINISTERIO DA DEFESA	COMANDO DA MARINHA - FUNDO *****	POLICLINICA NAVAL NOSSA SENHORA DA GLORIA	2.200,00

Selecione a UNIDADE GESTORA de seu interesse para obter o detalhamento do Valor pago

Total destinado em âmbito nacional em 2004:

R\$ 732.430.151.665,43

Favorecido: **SORVETES TETEIA LTDA ME:**

R\$ 120,00

Despesa: Outras Despesas Correntes-Material de Consumo:

R\$ 120,00

Caso queira classificar por outros critérios, clique nos títulos das colunas

Órgão Superior	Órgão	Unidade Gestora	Valor
MINISTERIO DA DEFESA	COMANDO DA MARINHA	GRUPAMENTO DE FUZILEIROS NAVAIS DE BRASILIA	120,00



na. O PSDB e o DEM já começaram a rastrear as contas bancárias da ONG Rede 13. Criada para arrecadar dinheiro para o programa Fome Zero, a ONG fechou suas portas em 2003, mesmo ano em que foi aberta, deixando dívidas na praça. A CPI dos Bingos, porém, levantou suspeitas de que a entidade serviria de elo entre os donos de bingos no Estado e campanhas do PT. Entre junho e setembro de 2005, dois seguranças de Lurian, Jadir José Duarte e João Roberto Fernandes Júnior, fizeram compras em um camelódromo no bairro de Campinas, município de São José (SC). A primeira compra, registrada no cartão de Jadir José, no valor de R\$ 200, foi realizada em 30 de junho na loja Lamar Esportes. O segundo pagamento, no valor de R\$ 40, foi feito em 28 de setembro de 2007 pelo ecônomo João Roberto num estabelecimento de artigos femininos e bijuterias. As lojas estão localizadas em um tradicional shopping popular conhecido como "Camelão". Vendedores do local dizem que é comum ver Lurian fazer compras acompanhada dos seguranças.

O genro do presidente Lula e marido de Lurian, Marcelo Sato, admite

que a primeira-filha é freguesa do camelódromo.

"Claro que a gente já esteve lá. Todos têm o direito de ir lá. E é claro que a Lurian vai com um punhado de seguranças", reconhece. "Mas não se pode fazer ilações de que estão comprando estes artigos para a Lurian com os cartões." Ele afirma que nunca se beneficiou de dinheiro dos cartões da Presidência. "Eu nunca vi um cartão corporativo desses na minha vida", diz Sato.

Outro estabelecimento bastante frequentado pelos ordenadores de despesas de Lurian é a Panificadora e Confeitaria Praia do Meio, na rua Desembargador Pedro Silva, em Florianópolis. Em três compras diferentes, nos dias 29 de maio, 12 de junho e 13 de dezembro do ano passado, os **seguranças de Lurian gastaram R\$ 842,77, valor suficiente para comprar 2,7 mil pães franceses**. "Passamos dificuldades e não temos nem dinheiro para pagar advogado para nos defender das acusações", lamenta Sato.

## LULA QUER BLINDAR SUA FILHA LURIAN CORDEIRO DA SILVA, QUE

# Almas gêmeas

Durante o Segundo Reinado (1831-1889) dizia-se que nada era mais parecido com um "saquarema" do que um "luzia" no poder. Saquarema eram os chamados conservadores, defensores da centralização política; luzias, os liberais, favoráveis à descentralização. Separados no acessório, eles concordavam no essencial: a manutenção do regime escravocrata. Tal simbiose política fazia sentido, pois os dois eram facções da mesma classe, os grandes latifundiários. Mais de um século e meio depois, os principais partidos brasileiros, PT e PSDB,

sem terem a mesma base social, estão cada vez mais parecidos. Além do programa econômico, eles vêm compartilhando o uso de velhas práticas fisiológicas. Veja-se o escândalo do Mensalão, a compra de apoio político ao governo petista no Congresso que estourou em 2005; tempos depois, descobriu-se que a gênese desse esquema nascera na montagem do caixa 2 para a campanha do PSDB em Minas, em 1998. Agora, quando vieram à tona abusos com cartões de crédito corporativos federais – R\$ 78 milhões desde a posse de Lula (2003) –, revela-se que os gastos de cartões do go-

verno paulista atingiram R\$ 108 milhões só em 2007.

O constrangimento não poupou nem Fernando Henrique Cardoso, que, como ex-presidente, tem direito a fazer pagamentos com cartões corporativos através de funcionários da União. Descobriu-se que os gastos do cartão de Eduardo Maximiano Sacilloto Filho, segurança de FHC, atingiram a soma de R\$ 14.792 no ano passado. **Em apenas um dia de agosto, Sacilloto encheu quatro tanques de gasolina num posto em São Paulo**. "As minhas contas não estão comigo, estão com o atual governo. Eles não precisam nem de CPI para investigar. Basta olhar os documentos que têm em mãos", declarou FHC. Os dados são, no mínimo, passíveis de questionamento.

## NOTAS FRIAS APARECERAM EM 2005

E já se passaram mais de dois anos. A edição 417 da revista ISTOÉ Dinheiro, de setembro de 2005, revelou o uso de laranjas registradas como proprietários de empresas que emitiam notas frias para justificar saques de dinheiro vivo com cartões corporativos do governo. No destaque, o pasteleiro Antônio Ambrósio Evangelista, o "Tonhão", registrado como sócio majoritário da FR Comércio, Serviço e Representação Ltda., localizada num galpão vazio da cidade-satélite de Tabatinga, nos arredores de Brasília. Oficialmente, a empresa era fornecedora oficial de cartuchos e impressoras para a Presidência da República. A TR era, na verdade, controlada por Francisco Ramalho, que a administrava por procuração. Ele emitia as notas fiscais para o Palácio do Planalto. Pelo menos 24 notas fiscais eram frias, num total de R\$ 11 mil.

Na semana passada, ISTOÉ também teve acesso a uma lista da Casa Civil que identifica os ecônomos e respectivos chefes que atendem o presidente no Palácio da Alvorada, na Granja do Torto e no escritório em São Paulo. O documento mostra que um dos mais antigos seguranças de Lula, José Carlos Espinoza, é o superior imediato de Rosemary Noronha, ecônoma responsável por custear as despesas de Lula e família em São Paulo. Os gastos de Rosemary não aparecem no portal. Três ecônomos cuidam das despesas do Palácio da

Alvorada e da Granja do Torto: João Henrique Souza, Luiz Alves Rabelo e Luiz da Cruz Soares. O portal agora registra apenas R\$ 50 mil de gastos de Luiz

Rabelo e Luiz Soares nos últimos cinco anos. É possível acompanhar os gastos de João Henrique até o ano passado – R\$ 114 mil. Este ano, não há nada registrado. Na conta do coronel Rui Chagas Mesquita, ajudante de ordens oficial de Lula, o cartão exibe gastos de módicos R\$ 6 mil.

Apesar de tantos gastos estranhos aos serviços públicos, por enquanto Lula parece ter ganho a batalha da blindagem de sua família no Legislativo. A Câmara e o Senado não demonstram disposição em abrir as contas nem do atual nem do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. As manobras de setores do governo na tentativa de evitar que as investigações respinguem no Palácio do Planalto, por ora, surtem efeito. ■

*Colaboraram: Joice Tavares e Fernanda Mendes*

## SERÁ ALVO DA CPI DOS CARTÕES E TAMBÉM DA CPI DAS ONGS

A reação do governo Lula às revelações dos abusos foi desastrosa, chegando a impor um sigilo sobre os gastos da Presidência, sob a alegação de "segurança nacional". O governador Serra, pelo menos, reagiu de modo mais cauteloso. Embora garantindo que não havia nenhuma irregularidade no uso dos cartões estaduais, mandou suspender os saques em dinheiro para fazer um balanço da situação. Ele também criou uma comissão especial para cuidar do assunto, presidida pelo secretário da Justiça, Luiz Antonio Marrey, e determinou a divulgação de todos os dados dos gastos pela internet. Com isso, esvaziou o movimento para a criação de uma CPI na Assembleia Legislativa.

**CLÁUDIO CAMARGO**

# PAC de Lula beneficia 'Jaderlândias' do Pará

Governo federal destina quase 10% das verbas do PAC no Estado para desfavelizar comunidades que levam o nome de seu aliado

**Prefeito de Castanhal nega que Jaderlândia tenha sido favorecida devido ao nome, mas reconhece que havia bairros em situação pior**

HUDSON CORRÊA  
ALAN MARQUES  
ENVIADOS A ANANINDEUA  
E CASTANHAL (PA)

O PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) do governo Lula tem no Pará projetos —no valor de R\$ 123,3 milhões— para “sanear” duas Jaderlândias e um Jardim Jader Barbalho, comunidades que levam o nome do deputado peemedebista do Pará. O valor representa quase 10% do total de R\$ 1,3 bilhão do PAC no Pará.

Os recursos serão aplicados na desfavelização de três comunidades, que surgiram de invasões realizadas 23 anos atrás com o aval de Jader, então governador do Pará (1983-1987).

Jaderlândia e a comunidade Jardim Jader Barbalho ficam em Ananindeua (vizinha a Belém). A cidade tem como prefeito Helder Barbalho (PMDB), filho de Jader. Há ainda uma outra Jaderlândia na cidade de Castanhal (70 km de Belém).

Investigado por suspeita de fraudes no Banpará e de irregularidades na emissão de Títulos da Dívida Agrária, Jader renunciou ao mandato em 2001. Chegou a ser preso em 2002, mas foi eleito deputado federal.

Nas comunidades Jaderlândia e Jardim Jader Barbalho, o esgoto corre a céu aberto nas ruas de terra. Quando chove, as casas alagam. Nessas comunidades existem também palafitas sob as quais corre esgoto a céu aberto e água de igarapés. O mato cresce nas outras ruas.

Os açougues exibem carne pendurada em ganchos fora do freezer: “Tem freezer, mas o pessoal diz que não gosta de carne fria”, diz a dona da Casa de Carne Jaderlândia, de Castanhal, Maria de Fátima Oliveira,

ra, 51. Ela mora há 18 anos no bairro, que surgiu de uma invasão. “Na época o Jader era bem poderoso. Todos os anos tinha festa e ele vinha aqui [até] há quatro anos. [No ano seguinte] eu perguntei se o Jader veio para festa. Disseram não. Então não participo mais”, diz Maria.

“Infelizmente este bairro chama-se Jaderlândia”, diz Alfriso José Duarte, 44, presidente da associação de moradores: “O Jader distribuiu lotes na Jaderlândia. Dizia: vote em mim que você vai ter um lote”. Segundo ele, até 2004 o deputado bancava a festa de aniversário do bairro: “Agora cortamos ele”. Ele admite que, apesar de nunca tê-lo apoiado, recebeu lote em seu governo: “Não tinha alternativa, o que ia fazer?”

Em Jaderlândia de Castanhal falta água por até três dias, diz Duarte, mas a maior parte do bairro tem asfalto e casas de alvenaria. Nele existe uma escola estadual chamada “Elcione T. Zahluth Barbalho” —nome da deputada federal pelo PMDB e ex-mulher de Jader.

Já no Jardim Jader Barbalho, em Ananindeua, a deputada é lembrada por outra razão. “Na época a dona Elcione teve aqui. Disse que, se nós apoiássemos ele [Jader], não viria polícia. Ai tivemos o apoio dele e por isso colocamos Jardim Jader Barbalho como nome”, diz a cobradora de ônibus Ana Lúcia Soares Pinheiro, 40.

“Nosso bairro está abandonado”, diz Ana Lúcia, que lamenta que o local destinado a uma escola tenha virado campo de futebol. Os jogos são organizados por Jesus Costa, 55, o Biro-Biro, que trabalha na prefeitura e elogia o prefeito. Seu amigo Oswaldo Meireles, 33,

metalúrgico, critica Helder, mas os dois concordam que o prefeito vai tirar o PAC do papel devido ao nome do bairro:

“É o nome e a honra do pai dele que estão em jogo”, diz Jesus. O carpinteiro Vicente Rayol, 48, de Jaderlândia, não crê nisso: “Vou morrer nestalama”.

As obras de saneamento, construção de casas e urbanização serão executadas também com recursos da Prefeitura de Ananindeua e do governo do Pará. Com isso o investimento alcança R\$ 160,5 milhões.

Dados da prefeitura e do Estado dizem que 31,7 mil famílias vão ser beneficiadas em Jaderlândia e 1.700 no Jardim Jader Barbalho. Na Jaderlândia de Castanhal serão 3.200.

Jader é aliado da governadora Ana Júlia Carepa (PT), que na semana passada lançou obras do PAC ao lado de Helder. Os dois negam que os projetos tenham sido direcionados às comunidades para promover Jader. Helder, porém, deu entrevista à *Folha* no canteiro de uma avenida que faz parte do PAC. Seus assessores cuidaram para que a placa da obra ficasse atrás dele para sair nas fotos.

Entre os seis projetos do PAC em Ananindeua, apenas o Jaderlândia e o Jardim Jader Barbalho vão receber verbas diretas da União, a fundo perdido. Os demais projetos serão financiados com dinheiro do FGTS e pagos pela prefeitura.

Embora também negue que a Jaderlândia de Castanhal tenha sido beneficiada pelo PAC devido ao nome, o prefeito, Hélio Leite (PR), reconhece que há bairros em condições piores, mas “foi critério justo porque é área carente. [Os outros] ficaram para segunda etapa”

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, preocupados com o futuro da Floresta Amazônica, com o futuro da região, do Brasil e, em parte, com o destino de todo o Universo, 150 artistas de todo o País participam de oportuna exposição no prédio da Fundação Bienal, em São Paulo.

Além de telas de bom gosto, o que se pode ver ali é um uma reação da arte brasileira. Ou, para falar em tema de atualidade, “um pouco do que a arte pode fazer pela floresta”. E, ademais, demonstra que os artistas brasileiros têm hoje a consciência muito nítida de que é fundamental chamar a atenção para a Amazônia e promover sua preservação de forma consciente.

Na mais do que oportuna mostra, há de tudo, mas, principalmente, mais um alerta, agora pela via da arte, acerca da urgência de o Brasil voltar os olhos para a Amazônia. Um grito, em forma do belo, para dizer ao País que nós precisamos cuidar da mais estratégica região brasileira.

O que compõe a exposição na Fundação Bienal são fotografias, instalações, pinturas, esculturas, objetos, vídeos e gravuras criados por três diferentes gerações de artistas. As obras são exibidas na mostra em núcleos livres, concebidos pelo curador da Bienal, Jacopo Crivelli Visconti, de forma a promover aproximações entre as criações.

Nenhum desses núcleos têm títulos próprios. O espectador sente-se, assim, convidado no seu íntimo em relações sobre o que vê na mostra e o seu significado, que é um só: preservação a todo custo da Amazônia.

Para quem vê a exposição, essa interatividade com a realidade da Amazônia, a nossa ameaçada região, faz com que, ao menos, o espectador passe a refletir sobre o Brasil de amanhã, que, sabemos, depende muito do próprio futuro da Grande Floresta.

Os realizadores da mostra vão além: eles se preocupam com a necessidade de criação de programas para a população ribeirinha da Amazônia. Isso é mais do que fundamental. Pensar no homem da Amazônia não se desvincula de ações para a preservação da Região.

Tenho insistido, neste plenário e fora dele, que a Amazônia é causa comum de todos os brasileiros. E são os brasileiros que agora, como os artistas, clamam pela Amazônia e pelo homem da Amazônia.

Isso é necessário. É urgente Urgente, sim, porque o que se vê, ao contrário da arte exposta em São Paulo como um grito de alerta, o que mais chega ao nosso conhecimento são notícias desalentadoras.

Ainda agora, o Instituto do Homem e do Meio Ambiente, o IMAZON, com sede em Belém, mostra,

com fatos, que na Região Amazônica, 31 por cento das terras “são de ninguém”.

Examinemos os dados do IMAZON:

*(...) A destinação das terras é incerta em 1,58 milhão de km<sup>2</sup>, espaço equivalente à soma das áreas de cinco países: Alemanha, Espanha, França, Hungria e República Checa. Nesse índice, estão incluídos os posseiros (7,6% da Amazônia Legal ou cerca de 400 mil km<sup>2</sup>), os processos em trâmite e sem informação (10,7% ou 560 mil km<sup>2</sup>) e aqueles arquivados por falta de validação do documento (3,9% ou 206 mil km<sup>2</sup>).*

Em seguida e com a mesma preocupação, indagam os técnicos do IMAZON:

*(...) quem é o dono da Amazônia? A resposta é que a gente não sabe direito”.*

Para bom entendedor, meia palavra basta: “A Amazônia é terra de ninguém?” Nada disso. É nossa. E por isso mesmo precisamos cuidar dela com prioridade absoluta. Prioridade máxima. Prioridade 100, mil ou sem limites! Mas, cuidar!

Até aqui, pouca ou quase nenhuma atenção é dispensada à Amazônia pelos dirigentes de órgãos que devem cuidar do assunto.

Essa é uma triste realidade. E estarrece tomar conhecimento, por exemplo, de afirmações como essa, publicada em **O Estado de S.Paulo** (edição de 28 de fevereiro de 2008):

*(...) Não sabemos o quanto há de ilegalidade. Os números que você vê por aí são chute! A verdade é que o País até hoje não fez a regularização fundiária, para saber o que é terra pública e o que é terra privada.*

Sabem, Srs. Senadores, quem fez essa afirmação? Ninguém mais do que o presidente do INCRA, Rolf Hackbart.

Não é preciso dizer mais nada! Está lá, bem clara, em letras e palavras, na página 14 da edição de 28 de fevereiro do jornal *O Estado de S.Paulo*.

Ao contrário do Governo, os artistas sabem de tudo. Na arte que mostram ao povo, exprimem o que sentem. E contagiam o povo.

Saudemos os artistas!

Segundo assunto, Sr Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores: aos governos democráticos da América do Sul, especialmente ao do Brasil, cabe jogar água na fervura, envidando esforços diplomáticos para evitar a escalada do conflito, que é o que deseja Chávez, para recuperar o apoio que perdeu do povo venezuelano.



Essa recomendação finaliza o editorial de hoje do jornal **O Estado de S.Paulo**, a propósito dos recentes acontecimentos nas fronteiras da Venezuela com a Colômbia e desta com o Equador.

Pela oportunidade do texto, estou anexando a este pronunciamento o texto do editorial em referência.

Terceiro assunto, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores: *não pode ser sério um país em que organizações não-governamentais (ONGs) são sustentadas pelo Governo e desviam dinheiro público*, diz a redatora-chefe da Revista **Época**, Ruth de Aquino, em artigo publicado na edição de 3 de março último.

O texto da jornalista vem à luz no melhor momento, o mesmo em que a CPI das ONGs dá início aos seus trabalhos, para, ainda usando uma frase da jornalista, investigar *“a picaretagem das ONGS no Brasil, que movem bilhões, muito mais do que a farra do cartão corporativo.”*

O artigo é mais do que oportuno. Vem ao encontro dos objetivos da CPI em curso, que visam a acabar de vez com tantos disparates praticados impunemente no País. Por exemplo, e isso é real, convênios são assinados com asilo de idosos para capacitar jovens. São assinados, acrescento, como se todos os brasileiros fossem imbecis e deversem concordar com tudo, até com o imaginário, como construir base aérea em nuvens.

Por isso, Sr. Presidente, solicito que a este pronunciamento seja agregado o artigo da jornalista Ruth de Aquino. Assim, o historiador do futuro poderá ter uma visão mais clara de tantos absurdos, como esses que a imprensa noticia diariamente.

Quarto assunto, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores: no início deste mês, fui ao gabinete do Ministro da Defesa, em companhia dos familiares das vítimas do acidente com o avião da TAM em julho do ano passado, no aeroporto de Congonhas, o fatídico voo 3054.

Ouvi, juntamente com outros parlamentares, as queixas e relatos que afligem essas pessoas. O pleito mais importante: urgência na solução das pendências, incluindo as indenizações e assistência por parte da TAM.

Após essa audiência, recebi o que entendo como resposta que pode ser adequada aos reclamos, dependendo naturalmente do efetivo cumprimento e correta aplicação dos pontos que constam de termo de compromisso da TAM.

Trata-se de protocolo formalizado pela empresa aérea na Secretaria de Justiça do Estado de S.Paulo, representando compromisso da TAM junto à Defensoria, Ministério Público e ao PROCON, de São Paulo.

O Protocolo é um termo de compromisso em que a TAM assegura aos familiares das vítimas do

acidente assistência médica, assistência psicológica e psiquiátrica, além de informações sempre que essas forem solicitadas.

O compromisso formalizado perante a Secretaria de Justiça decorre, inclusive, de sugestão aprovada no relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o Apagão Aéreo.

Com 28 itens, o documento está apensado a este pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado da República.

Ao requerer o apensamento, espero que efetivamente todos os pontos sejam rigorosamente cumpridos pela TAM, para, assim, devolver paz e tranquilidade aos familiares das vítimas do acidente com o voo 3054.

Quinto assunto, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores: peço a palavra, neste momento, para fazer o registro da matéria intitulada “Cidades ignoram fundo ambiental”, publicada no jornal **O Estado de S.Paulo** em sua edição de 9 de março do corrente.

A matéria trata, em síntese, da questão do desmatamento e outros tipos de agressão ambiental e as queixas de falta de dinheiro para ajudar na preservação do meio ambiente.

Segundo a matéria, “os recursos só não são maiores porque os municípios não se empenham na criação de fundos de compensação”. Estudos mostram que, com a criação desses fundos, as prefeituras poderiam arrecadar pelo menos R\$4 bilhões para investir em ações ambientais.

Sr. Presidente, pela oportunidade do assunto, requeiro que a matéria acima citada passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Muito obrigado.

Sexto e último assunto, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores: peço a palavra neste momento para saudar o artigo de autoria do jornalista econômico Alberto Tamer, publicado no jornal **O Estado de S.Paulo** em sua edição de 9 de março do corrente com o título “O realismo solitário do BC”.

Em seu artigo, Tamer trata da nova onda de incertezas na economia mundial e suas possíveis repercussões no Brasil. Para o jornalista, a única voz sensata no governo diante da crise é a do Presidente do Banco Central, Henrique Meireles.

O artigo destaca as declarações do ministro da Fazenda, Guido Mantega, chamando-as de “bravatas”, por insistirem em afirmações do tipo “estamos imunes” ou “a crise não chegou a Copacabana”.

O jornalista parabeniza a postura de Henrique Meireles, que alertou que a situação é difícil e que o BC precisa estar vigilante, acompanhando a evolução dos mercados. Segundo Tamer “Essa posição foi muito oportuna no dia em que os mercados tremeram,

chocados com mais dados negativos da economia americana”.

Sr. Presidente, pela oportunidade do assunto, requiero que o artigo acima citado seja considerado, na íntegra, como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Muito obrigado. Era o que tinha a dizer.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR ARTHUR VÍRGILIO EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos do art. 210, inciso  
I e § 2º, do Regimento Interno.)*

**ANEXO. Noticiário de “O Estado de S. Paulo”, edição de  
4 de março de 2008.**

**Olha o que a arte pode fazer pela floresta**

*diferentes gerações de artistas. Essas obras são abrigadas na mostra dentro de núcleos livres, concebidos pelo curador Jacopo Crivelli Visconti de forma a promover aproximações entre as criações. Os núcleos não têm títulos próprios. Cabe ao espectador fazer suas relações.*

*A iniciativa contou com a adesão de 150 artistas de todo o Brasil, incluindo os grandes nomes de nosso cenário de artes visuais, como Tomie Ohtake Tunga, Nelson Leirner, Paulo Pasta, Regina Silveira, Sandra Cinto, Thomaz Farkas e Maria Bonomi. Eles cederam suas criações para a mostra e, depois, para a realização de um leilão, previsto para o dia 3 de abril, em um shopping da cidade.*

*As escolhas das obras foram feitas pelos próprios artistas. Muitos criaram trabalhos específicos para o projeto; outros decidiram apresentar peças já prontas e há criadores que optaram por reeditar obras realizadas há tempos. “Não gosto de tema para trabalhos, então resolvi colocar uma obra inusual minha, uma monotopia de uma série de 2005 que nunca havia mostrado. Essa exposição é bacana, é um jeito de ajudar em algo”, diz o pintor Paulo Pasta, referindo-se aos possíveis desdobramentos do projeto, voltado para uma criação de reserva natural na Amazônia. Sandra Cinto também entrou com a vontade de ajudar. “Nunca fico preocupada com o literal. Meu trabalho em si já tem relação com a paisagem e resolvi participar com um desenho inédito e novo”, afirma a artista, que também indicou as jovens Michele Lerner e Alice Ricci a participar.*

*Preocupada em realizar ações de preservação da floresta e programas para a população ribeirinha local, a produtora da mostra é a Base 7 Projetos Culturais. “É fundamental chamar a atenção para a Amazônia e promover sua preservação consciente”, diz o artista Ricardo Ribenboim, proprietário da Base 7, ao lado de Arnaldo Spindel e Maria Eugênia Saturni e principal articulador do projeto.*

*Como conta Ribenboim, que criou, ele próprio, a obra Intangível para a mostra, as primeiras conversas para a realização do projeto vêm sendo feitas há oito meses em parceria com a CO2 Soluções Ambientais. Com a verba do leilão, será criado um fundo para o recém-nascido Instituto Arte + Meio Ambiente, que, concebido este mês, poderá ter estrutura própria.*

*Tudo será focado para o plano de criação de uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) a ser comprada em local já definido, no sul do Amazonas. “É uma área equivalente a 5,3 vezes o Parque do Ibirapuera”, afirma Ribenboim. “As reservas particulares são uma solução saudável para a Amazônia. Os recursos são particulares, mas a guarda é do Governo”, ainda diz. Segundo ele explica, quando se constitui uma reserva, não se constrói nada no local, mas se instalam sensores em núcleos estratégicos que indicam se há queimadas e desmatamento na área. “Eles acionam a segurança”, conta.*

*O local escolhido para a reserva particular, perto da divisa com o Mato Grosso, é, segundo Ribenboim, um lugar estratégico dentro da área de cinco Estados brasileiros que compreende a Amazônia. “Com o Amazonas sentimos mais firmeza. É o Estado com menor índice de desmatamento; que quer trabalhar para a preservação da floresta em pé e pela sustentabilidade; e que tem um Instituto Socioambiental seriíssimo”, diz. No leilão, que será comandado pelo martelo do leiloeiro James Lisboa, 70% do valor de cada obra (os lances mínimos foram estipulados pelos próprios artistas) serão destinados ao projeto e 30% vai para o criador. “Mas há os que cederam integralmente sua obra”, diz Ribenboim.*

**Mundos, Esferas e Universos**

**SEM FRONTEIRAS:** Este é um segmento que, como afirma Ribenboim, fala de “rasgar a idéia das fronteiras” - ele completa que problemas ambientais como o aquecimento global são de responsabilidade do mundo todo. A fotografia Nem Lá...Nem Cá, realizada em 2005 por Rafael Assef, é uma feliz representação da idéia de abstração de fronteiras: nela, a pele é tomada em uma grande área pela tatuagem lisa feita com tinta escura, ficando apenas uma pequena tira ílesa na composição. Já Tunga, como conta Ribenboim, criou uma obra especialmente para a mostra, uma aquarela que “faz a representação de fumaça diluída.” Na mesma linha, Shirley Paes Leme exibe suas telas em que os desenhos são feitos com fumaça congelada. Já em fotografia, Cao Guimarães apresenta duas pequenas bexigas penduradas em um bastão em uma rua qualquer: uma delas está murcha, a outra, aparece como um frágil corpo inflado. Carmela Gross exibe a instalação Alagados, feita com barras de ferro articuladas. “Cada um contribui com um tijolo imaginário, e o que conta é o resultado desse esforço coletivo, desse movimento. O objetivo é começar a colocar limites, traçar no chão uma linha que não pode ser ultrapassada, uma tentativa de fronteira que delimite o nosso universo, o dos ideais que não podem e não devem ser negociados. O trabalho propriamente artístico sublima-se, aqui, no gesto democrático, e seu valor precisa, portanto, ser repensado, medido com novos parâmetros”, define em texto o curador Jacopo Crivelli.

### Natureza Deturpada

**FLORESTA ASSASSINADA:** Dentre os quatro núcleos da exposição, está o que trata, como não poderia deixar de ser, da devastação da natureza pela visão poética dos artistas. Ao se ver o conjunto de obras reunidas em toda a mostra, tem-se a impressão de que elas tratam mais do tema de forma poética e lírica do que de maneira radical. "Denúncia não é preciso mais", diz Ribenboim. Segundo ele, as primeiras propostas que trataram da natureza, e que fizeram intervenções sobre ela, ocorreram nas décadas de 1950 e 1960, visando "à transformação das artes pela sua aderência à vida cotidiana" e manifestando "não apenas o interesse pela paisagem, mas a efetiva integração do ambiente no fazer artístico". A land art e seus similares "aparecem hoje desdobradas em inúmeras proposições referidas ou não às questões ambientais", afirma ainda. É assim que, nesse núcleo, estão, entre outros, a fotografia de peixes cortados com intervenções pictóricas realizada por Alex Flemming; a aquarela de Janaína Tschape; o delicado objeto Spilling (Derramamento), de Jeanete Musatti; a pintura Floresta, de Sergio Fingermann; a gravura sobre papel Gracias a La Vida, Gracias a La Muerte, de Alex Cervený; e a grande instalação de teto Man at First, feita com xilogravura e colagem sobre papel Nepal por Maria Bonomi, uma das maiores, em dimensão, da mostra, que talvez vá itinerar por outras cidades brasileiras - "por enquanto, a primeira aproximação é realizá-la na Espanha, em Madri ou Barcelona", como adianta Ribenboim.

### Retratos

**PRESENÇA DA FOTO:** O gênero fotográfico é meio valioso tanto para a realização de obras de caráter documental quanto para os trabalhos que se transformam em visões mais livres - e até abstratas - sobre a floresta e seus habitantes. É também nas obras fotográficas que aparece a cor verde tão característica da ampla mata. "Cada geração escolhe as suas batalhas: algumas lutaram pela paz, outras defenderam os direitos das minorias, outras, ainda, exigiram um mundo mais justo e igual. A batalha mais urgente e iniludível, hoje, é voltada para o planeta", afirma o curador Jacopo Crivelli. Os retratos presentes no segundo núcleo da exposição são, portanto, os realizados por criadores de diversas gerações. Uma das mais emblemáticas desse conjunto é o retrato O Derrubador, realizado por Thomaz Farkas, fotógrafo e cineasta com uma das carreiras mais extensas entre os participantes. Nesse seu trabalho, um homem, com forte expressão, está sentado na ponta de um barco segurando um machado. Há também outras fotos, como, por exemplo, a Paisagem Bovina, de Tadeu Jungle; A Mata, de Claudia Jaguaribe; Perto de Manaus, de João Luiz Musa; Piragüçu, de Caio Reisewitz; Rosa no Arraial, de Luiz Braga; trabalho realizado por Miguel Rio Branco no Pará; e e Dilúvio, por Gal Oppido. Mas não se pode dizer que esse segmento se encerra na fotografia. Há também, entre outros, a pintura realista O Tempo e o Improvável, de Mariana Palma; e um belo desenho de paisagem em preto-e-branco de Gil Vicente.

### Abstração

**LIBERDADE:** Nesse segmento figuram obras não que tratam de uma representação da floresta, mas interpretações abstratas livres e carregadas de sentidos. A monotipia de Paulo Pasta, assim como o desenho de Sandra Cinto. E há ainda as gravuras da consagrada Tomie Ohtake e a recente tela Lembranças do Tocantins, realizada especialmente para o projeto, por Feres Khoury. É um segmento amplo, repleto de obras diferentes em que a natureza foi cada vez mais abstraindo, transformando-se em figura aquosa e orgânica, como na peça de Manoel Veiga, no emaranhado de linhas de aço feito por Angelo Venosa ou de tinta sobre espelho, por Carlito Carvalhosa. A Amazônia sobre tela de Carlos Matuck é composição de apenas cores. A abstração não vem do nada, ela tem o seu referencial no mundo. Como conta o artista Pazé, que apresenta a tapeçaria Labirinto, produzida com Tomi Roman e com a Associação de Moradores do Bairro Jardim Indaiá, seu desenho foi retirado de série de desenhos recolhidos pelo antropólogo Darci Ribeiro em 1949, produzidos pelos índios Cadiwéu do MT. "Ele é exatamente o mesmo desenho (abstraindo-se os desenhos das folhas em sua lateral) cunhado nas moedas encontradas na Ilha de Creta, referente ao Labirinto onde se encerrava o Minotauro", completa Pazé. O mesmo ocorre no tríptico Dormentes, de Edith Derdyk, feito com fotos de trilhos que remetem à história da comunicação e do ciclo da borracha assim como à adormecida e "afundada Transamazônica".

### Serviço

Arte Pela Amazônia. Pavilhão da Bienal. Avenida Pedro Álvares Cabral, s/n.º, piso 3, 3088-4530, Parque do Ibirapuera, entrada pelo portão 3. De 3.ª a dom., das 10h às 20h. Grátis. Até 30/3

- COMENTÁRIOS



# Água fria na fervura

**A** incursão das forças colombianas contra um acampamento das Farc localizado no lado equatoriano da fronteira – da qual resultou a morte do Raúl Reyes, segundo homem na hierarquia da organização terrorista – constituiu, sem dúvida, uma violação da integridade territorial e da soberania do Equador. Mas o incidente não provocaria as reações que tiveram os presidentes Rafael Correa, do Equador, e Hugo Chávez, da Venezuela, se os dois não estivessem cada vez mais comprometidos com as Farc.

Há alguns anos, aviões e helicópteros colombianos invadiram o espaço aéreo brasileiro em perseguição a narcoguerrilheiros. Detectados pela defesa aérea do Brasil, os aparelhos colombianos recuaram. O Itamaraty apresentou à chancelaria colombiana enérgicos protestos, recebeu garantias de que fatos como aquele não mais ocorreriam e o incidente foi encerrado aí. Mas o mais importante é que o governo brasileiro tomou providências para evitar a infiltração, em nossas fronteiras, de narcoguerrilheiros das Farc, porque são eles, e não as Forças Armadas colombianas,

o fator de instabilidade na região.

Mas os atuais governos do Equador e da Venezuela não pensam assim. Há vários meses, o governo colombiano vem advertindo as autoridades do Equador a respeito da existência de acampamentos das Farc em seu território – e a resposta invariável era de que a denúncia não procedia. O governo de Rafael Correa argumentava, ainda, que mantinha uma posição de neutralidade em relação ao conflito interno colombiano, o que agora se sabe que não era verdade.

O governo da Venezuela, por sua vez, há muito tempo aceita a presença dos narcoguerrilheiros em seu território, seja em bases de descanso e treinamento, seja em entrepostos para o tráfico de cocaína – a principal fonte de renda das Farc, à frente da rendosa indústria do seqüestro e da extorsão. E o presidente Hugo Chávez tem usado suas boas relações com os dirigentes das Farc para pressionar politicamente o presidente Álvaro Uribe, que acusa de ser lacaio do imperialismo ianque. Além disso, agora se vê que Chávez tem sobre Rafael Correa uma ascendência

maior do que se imaginava.

Assim que o presidente Uribe soube dos resultados da incursão militar, telefonou para o seu colega equatoriano, que interrompeu um programa de rádio para ouvir as explicações. Segundo uma fonte colombiana, a conversa foi “calma e franca” e Correa teria admitido que certamente “Reyes se encontrava infiltrado” em seu país. De volta ao microfone, Rafael Correa contou aos ouvintes que houve combates na zona de fronteira e reconheceu: “Muitos desses combates vieram do lado equatoriano. Parece que as Farc incursionaram em nosso território.”

A essa reação serena seguiu-se um telefonema do coronel Hugo Chávez e a atitude de Correa mudou. Chamou o embaixador em Bogotá, endureceu o discurso e despachou tropas para a fronteira, não para limpar o terreno de narcoguerrilheiros, mas para proteger o país da “agressão”.

Chávez, por sua vez, deslocou 10 batalhões para a fronteira com a Colômbia, retirou o embaixador em Bogotá de uma forma que caracteriza o rompimento de relações di-

plomáticas e fez as ameaças de sempre: “Nós não queremos guerra, mas não permitiremos que o império americano nem seu cachorro, o presidente Uribe, nos dividam.” E abriu escancaradamente o seu jogo, decretando um minuto de silêncio em homenagem a Raúl Reyes, um “bom revolucionário (...) covardemente assassinado”. Seu chanceler, Nicolás Maduro, por sua vez disse que a morte do segundo homem das Farc foi uma “bofetada” e um “duro golpe” nas negociações para a libertação de seqüestrados.

O fato é que tanto Chávez quanto Correa estão apoiando a luta de um grupo de terroristas e narcotraficantes contra um governo constituído democraticamente e que conta com a aprovação da imensa maioria do povo colombiano.

O presidente Álvaro Uribe, com serenidade, decidiu não reforçar militarmente as fronteiras com o Equador e a Venezuela.

Enquanto isso, cabe aos governos democráticos da região, especialmente ao do Brasil, jogar água fria na fervura, envidando esforços diplomáticos para evitar a escalada do conflito, que é o que deseja Chávez, para recuperar o apoio que perdeu do povo venezuelano.



# Retomada alvissareira?

Mario Cesar Flores

Nos últimos meses a defesa nacional tem sido objeto de notícias alusivas a intenções do governo de retomar o há muito tempo negligenciado preparo militar brasileiro, por vezes associadas a programas militares em curso na América do Sul. Vale a pena comentar essa aparente e inusitada atenção.

A qualidade e a credibilidade do preparo militar de qualquer país dependem da lógica da concepção político-estratégica que inspira seu projeto. No Brasil essa concepção conceitual básica deve compatibilizar, realisticamente e sem devaneios ufanistas, o preparo militar com a posição relativa e a responsabilidade do Brasil, a que o credenciam suas circunstâncias geográficas, econômicas e demográficas regionais. Sem devaneios ufanistas, mas atenta ao fato de que nosso mundo hobbesiano não funciona condicionado apenas pelo juridicismo utópico, imune às injunções do poder: o peso relativo do Brasil terá influência inferior à sugerida por suas demais circunstâncias, se não contar com respaldo de poder militar compatível com elas.

Da concepção conceitual básica – talvez a “política” prometida para setembro de 2008 que, supõe-se, deva expor princípios e premissas

conceituais, identificar preocupações e vulnerabilidades, formular objetivos e uma orientação geral – e do projeto de preparo militar por ela regulado deverão resultar medidas simples e imediatas, outras demoradas, a serem levadas a cabo com continuidade, sem tropeços como os da odisséia do programa da propulsão naval nuclear em curso. Algumas, importantes e

complexas, estarão sujeitas a controvérsias motivadas por perspectivas e convicções culturais das Forças Armadas, organizações hierarquizadas e de formação homogênea que, receptivas às tecnologias novas, evoluem com menos desenvoltura nas suas concepções clássicas. Entre elas, as que “mexirão” em questões como a integração (estratégica, operacional, logística e de inteligência) e organização das Forças Armadas (estruturação, dimensões, meios e sistemas de armas), suas doutrinas, o serviço militar ante a tecnologia moderna e a distribuição territorial.

A despeito de eventuais controvérsias, os militares, tradicionalmente pautados pela conveniência nacional, vão superar suas dificuldades conceituais. Mas isso não é tudo: para que a ajustagem da defesa nacional ao século 21 seja bem-sucedida há que respaldá-la na reversão do descaso societário e político pelo tema. Sem essa reversão será difícil dirimir o processo vicioso que volta e meia enseja dúvidas sobre as finalidades do poder militar, prejudiciais à qualidade da concepção conceitual básica cuja formulação é responsabilidade militar e civil (política, diplomacia, instituições afins ao tema): a defesa externa, contra quais ameaças imagináveis? A garantia da lei, ordem e segurança pública? O apoio ao desenvolvimento e a populações marginalizadas, a presença territorial? A participação em intervenções sob mandato internacional? É comum a crítica, acadêmica e da mídia, à autonomia corporativa das Forças Armadas: não seria essa autonomia estimulada pela apatia alienante? Nas pesquisas de opinião, as Forças Armadas são bem situadas no quesito confiabilidade, mas a defesa está ausente dessa aferição: trata-se da confiabilidade relativa à ética, num universo público entendido como venal.

Essa questão estrutural está na agenda de muitos países. Precisamos resolvê-la identificando e avaliando nossas preocupações, vulnerabilidades e problemas verossímeis, definindo as prioridades de preparo que lhes correspondam – o que pode gerar polêmicas e ressentimentos – e procurando compatibilizá-las com o sufoco fiscal. Sufoco compreensível diante de outras demandas nacionais, errado é ele atuar menos por criteriosa

opção racional indicadora de percepção do que justifica cuidados e dos riscos por não atendê-los e mais no “embalo” do desinteresse.

No desdobramento do projeto concreto do preparo militar um aspecto se enquadra com propriedade no momento presente do desenvolvimento brasileiro: a tecnologia e sua indústria correlata.

Dos 1930 aos 1970 os militares estimularam a implantação da indústria de base e de transformação, entendidas à época como necessárias à segurança nacional; hoje essa idéia se aplica com mais razão à alta tecnologia, essencial à capacidade militar moderna e autônoma. Mas a tecnologia militar moderna é cara e sujeita à rápida obsolescência. Essa dupla complicação, econômica e tecnológica, exige a associação do preparo militar ao desenvolvimento nacional de alta tecnologia, ao acervo tecnológico e industrial que já existe e ao que tenha potencial promissor. Em suma, às instituições de pesquisa e desenvolvimento e empresas de alta tecnologia, ca-

O preparo parametrado pelo avanço tecnológico e a revisão das questões citadas acima (integração, estrutura, organização, meios, distribuição territorial, dimensões, serviço militar), de conformidade com a concepção básica, darão respaldo e respeito estratégico à tradição brasileira de buscar soluções negociadas para contenciosos internacionais. E darão credibilidade à candidatura ao Conselho de Segurança da ONU, que pressupõe condições de contribuir ponderavelmente para o controle de perturbações da estabilidade e da ordem, no mínimo na sua região geopolítica.

Os que se preocupam com o tema defesa nacional “torcem” para que a retomada do preparo militar, aparentemente objeto de alvissareira, embora de tardia atenção, não venha a ser uma frustração. “Torcem” para que ela se realize, com comediamento, mas atenta à conveniência de ser o ideal pacifista apoiado em capacidade estratégica coerente com o Brasil. ■

Mario Cesar Flores, almirante-de-Esquadra (Reformado)

## Espera-se que a recuperação militar não se torne uma frustração

pazes de desenvolvimentos autóctones e/ou de absorver e praticar a alta tecnologia obtida do exterior – condição indispensável à credibilidade do uso soberano de meios importados, que deve referenciar a propalada aproximação estratégica França-Brasil.

# O que ruboriza uma prostituta

**N**OSSO FILÓSOFO POPULAR TIM MAIA dizia que “não pode dar certo um país em que prostituta se apaixona, cafetão tem ciúme e traficante se vicia”. Seguindo o mesmo raciocínio, não pode ser sério um país em que organizações não-governamentais (ONGs) são sustentadas pelo governo e desviam dinheiro público. Estamos falando de um ralo de R\$ 12 bilhões (repetindo, “bilhões”) sem prestação de contas desde 1999. É um escândalo nacional que ruborizaria nossas prostitutas. Quando a fiscalização bate à porta do ministro do Trabalho, Carlos Lupi (PDT-RJ),

ele cancela convênios sem explicar por quê, promete investigar irregularidades nas ONGs de parentes e pedetistas, mostra que favoreceu a todos os partidos, não só o seu, mistura prefeituras com ONGs e merece elogios do presidente Lula como “o mais republicano dos ministros”. (Leia mais na página 40.)

Como se sabe, ONGs deveriam existir por motivos nobres. Para suprir necessidades que o Estado, imperfeito ou omissor, não atende. Deveriam cuidar de questões periféricas, mas, em países como o Brasil, penetram nos serviços essenciais e viram apêndices do Estado. Até aí, tudo bem. Que o Estado repasse verbas para ONGs eficientes, nada contra. Mas o que vemos é a desmoralização dessas entidades tupiniquins, sob a vista grossa do poder. Elas vicejam com a cumplicidade suspeita de políticos, governadores e ministros. Há exemplos de ONGs que nascem apenas para receber a grana de convênios. Há outras criadas com fins políticos. A Anara (associação de apoio à reforma agrária) repassou dinheiro para o Movimento de Libertação dos Sem-Terra. Lembra dos sem-terra que promoveram o quebra-quebra no Congresso em 2006? Pois é, os atos de vandalismo podem ter sido financiados com dinheiro público. Meu, seu, nosso.

Em 2006, 3.136 ONGs prestaram serviços ao governo federal. Os critérios para abrir a elas os cofres

públicos lembram roteiros delirantes como os de Gláuber Rocha, uma espécie de *Deus e o Diabo na Terra do Sol*. Saúde indígena e shows folclóricos são algumas especialidades das ONGs. Filantropia virou pilantropia. Ninguém verifica como o dinheiro foi gasto, mas os motivos são vistosos: fantasias, dança e música. O maior filão do momento, que rende repasses milionários imediatos, sem licitação, fiscalização ou controle, é a tal “capacitação profissional”. De jovens, velhos, agricultores, índios e sem-ter-

ra. Se estivéssemos efetivamente usando essa fortuna em cursos técnicos, se essas ONGs não fossem de fachada, se as sedes não fossem fantasmas, olha, sem brincadeira, teríamos uma força de trabalho com qualidade comparável à dos escandinavos.

A picaretagem das ONGs, apadrinhadas por políticos, servindo de intermediárias para terceirizar empréstimos a fundo perdido, tem um vulto absurdamente maior que o escândalo que derrubou a ministra da Igualdade Racial. Somando todos os gastos – legítimos ou não – com cartão corporativo de 2004 a 2007, o total não chega a R\$ 145 milhões.

Se alguém se der ao trabalho de examinar detidamente as últimas fotos do ministro do Trabalho, Carlos Lupi, verá que ele começou a suar copiosamente. A testa franze como se exibisse veios em dunas de areia. Ele assinou um convênio de R\$ 3,6 milhões para capacitar jovens num asilo de idosos

em Catanduva, São Paulo. O asilo é uma ONG de um colega seu pedetista, que recebeu R\$ 367 mil de “adiantamento”. O convênio acaba de ser cancelado “por motivos técnicos”. Acossado por desvio de ética, ao acumular a presidência do PDT com a pasta do Trabalho, Lupi se agarrou ao topo do coqueiro e se recusa a cair. Seu trunfo é a fidelidade de 24 deputados pedetistas a Lula.

Sério. Quem pode ver algo de condenável no amor de uma prostituta? ♦

**A picaretagem das ONGs no Brasil move bilhões, muito mais que a farra do cartão corporativo**

## **TAM assina termo de compromisso inédito para assistência aos familiares**

*Documento foi formalizado na Secretaria de Justiça do Estado de São Paulo junto à Defensoria, Ministério Público e Procon*

**São Paulo, 19 de setembro de 2007** – A TAM assinou hoje um Termo de Compromisso com os familiares das vítimas do voo 3054, na sede da Secretaria de Justiça do Estado de São Paulo, juntamente com a Defensoria Pública, Ministério Público e Fundação Procon. O documento é inédito e assegura aos familiares os compromissos – que já vinham sendo cumpridos pela empresa desde os primeiros momentos após o ocorrido – em relação ao dever da assistência, incluindo pontos como “Informação”, “Assistência Médica”, “Assistência Psicológica e Psiquiátrica”, entre outros.

De acordo com representantes dos familiares presentes na assinatura do Termo de Compromisso, o documento avança em relação à atual legislação (Instrução de Aviação Civil IAC 200-1001) que versa sobre assistência e apoio a familiares de vítimas de acidentes aéreos. “Nós sugerimos aos deputados da CPI do Apagão Aéreo que esse Termo de Compromisso passe a ser o novo padrão de plano de emergência no caso de acidentes no Brasil”, disse o engenheiro Archelau de Arruda Xavier, um dos familiares que compareceu à Secretaria de Justiça.

O vice-presidente de Finanças da TAM, Líbano Barroso, disse que a assinatura do Termo de Compromisso também torna pública a assistência prestada pela empresa e demonstra transparência nesse processo.

São Paulo, 04 de março de 2008

Excelentíssimo Sr. Senador Arthur Virgílio

Prezado Senador,

Conforme contato telefônico, encaminho anexo nosso Plano de Assistência aos Familiares com dados atualizados até o dia de hoje, 04 de março, bem como press release relativo à assinatura de um inédito Termo de Compromisso firmado entre a TAM e diversas autoridades (Ministério Público de São Paulo, Fundação Procon – SP, Defensoria Pública e Secretaria de Justiça do Estado de São Paulo). Por meio desse documento, assumimos o compromisso de continuar assegurando o plano de assistência médica, psicológica e psiquiátrica aos familiares por um período de dois anos, sendo que os atendimentos psicológicos e psiquiátricos são prorrogáveis em caso de justificado diagnóstico. Também nos comprometemos com o pagamento de despesas relativas às passagens aéreas, traslado terrestre, alimentação e hotel para que os familiares possam participar de reuniões convocadas pelas autoridades competentes.

No último mês de fevereiro, em outra iniciativa inédita, a TAM e a Seguradora Unibanco-AIG definiram, junto com as mesmas autoridades e mais a Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça, parâmetros indenizatórios que permitiram a criação de uma câmara destinada a desburocratizar e acelerar os processos de indenização. Essa câmara será um apoio legal a mais para as famílias na definição do valor da indenização.

Atenciosamente,



Paulo Castello Branco  
Vice-presidente de Planejamento e Alianças da TAM

# Ações TAM versus padrão internacional de assistência (3/3)

Comparativo preparado pela FEI Behavioral Health – 20/08/2007

	<b>Padrão internacional de assistência</b>	<b>Resposta da TAM</b>
<b>Recuperação dos bens das vítimas</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Retorno de bens das vítimas</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Contratação da Global BMS para recuperação dos bens</li><li>• Recuperação em coordenação com autoridades</li></ul>
<b>Auxílio saúde para os familiares</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• 1 ano de auxílio psicológico para os familiares diretos</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• 2 anos de assistências média e psicológica para familiares, conjugues e irmãos</li><li>• Cobertura estendida para todas as vítima fatais e não fatais que estavam no vôo ou não</li></ul>
<b>Adiantamento de indenizações</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Pagamento inicial como parte da indenização</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Pagamento inicial como parte da indenização</li></ul>
<b>Encontros com a seguradora</b>	Sem referência	<ul style="list-style-type: none"><li>• Montagem de postos de atendimento</li><li>• Disponibilização de número para agendamento com a seguradora</li></ul>
<b>Website para familiares</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Sem referência</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Disponibilização de <i>website</i> seguro para parentes das vítimas</li></ul>



## TERMO DE COMPROMISSO

Compromisso que firma, perante a **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, ora representada pelo 1º Subdefensor Público-Geral do Estado, Dr. Renato Campos Pinto De Vitto e pela Defensora Pública do Estado Chefe de Gabinete, Renata Flores Tibyriçá, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**, ora representado pelos Promotores de Justiça Dr. Angelo Patrício Stacchini, 5º Promotor de Justiça do Consumidor e pela Promotora de Justiça Coordenadora do Centro de Apoio Operacional do Consumidor, Dra. Deborah Pierri, e perante a **SECRETARIA DE JUSTIÇA E DEFESA DA CIDADANIA**, por intermédio da **FUNDAÇÃO PROCON**, ora representada pelo seu Diretor Executivo, Dr. Roberto Augusto Castellanos Pfeiffer, tendo como compromissada a **TAM LINHAS AÉREAS S/A**, por intermédio dos Srs. Líbano Miranda Barroso, Vice-Presidente Financeiro e José Zaidan Maluf, Diretor de Contratos Internacionais, com os poderes outorgados no mandato que junta neste ato, doravante denominada simplesmente TAM, na forma seguinte.

### I - PRELIMINARMENTE

Considerando os fatos relativos ao acidente do voo 3054, ocorrido em 17 de julho de 2007;

Considerando que a TAM compareceu espontaneamente perante as autoridades públicas acima mencionadas;

Considerando que as autoridades acima mencionadas reconhecem o esforço e empenho da TAM no apoio e assistência até agora prestados aos familiares das vítimas do voo 3054;

Considerando a responsabilidade objetiva do transportador nos contratos de transporte, e do fornecedor de serviços pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação de serviços;

Considerando, ainda, que a TAM, desde a data do acidente ocorrido no dia 17 de julho reconheceu e assumiu sua responsabilidade no atendimento das necessidades dos familiares das vítimas;

A **TAM**, por este compromisso, ratifica e formaliza a assistência até agora prestada aos familiares das vítimas e assume obrigações futuras, nas seguintes condições:

### II – OBJETO

O presente instrumento tem por objeto a ratificação e a fixação de garantias de assistência em favor dos familiares das vítimas do evento ocorrido aos 17 de julho de 2007 com o avião da TAM, voo 3054, em São Paulo, Capital, de acordo com a Política Nacional de Defesa dos Consumidores e também aos direitos básicos do consumidor, previstos respectivamente nos artigos 4º e 6º da Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990 e artigo 948, inciso I, do Código Civil.

### III - OBRIGAÇÕES

Pelo presente a **COMPROMISSÁRIA** se obriga a adotar todas as providências necessárias para dar suporte aos familiares das vítimas do referido acidente,

disponibilizando recursos materiais e humanos para atendimento de suas necessidades físicas e psíquicas.

Sem prejuízo das medidas já adotadas e de outras medidas que eventualmente venham a ser necessárias, a TAM assume as seguintes obrigações:

#### **A) RELATIVAS À INFORMAÇÃO**

1. A TAM manterá, até o final das investigações pelas entidades referidas no item 9, serviço de atendimento telefônico gratuito (ex. 0800), com atendimento exclusivamente voltado aos familiares das vítimas, residentes no Brasil e no exterior. E para o mesmo fim, sítio de acesso restrito na rede mundial de computadores (*website*), a fim de que, aos familiares previamente cadastrados, sejam prestadas informações relativas à apuração do acidente e aos dados relativos aos procedimentos de reparação dos danos.

1.1. O sítio de acesso restrito, mencionado no item 1 supra, também servirá à prestação de informações sobre direitos e benefícios relativos aos familiares de vítimas que mantinham com a empresa relação de trabalho (por exemplo, planos de previdência, saúde, seguros contratados que confirmam cobertura ao sinistro em questão).

2. A TAM divulgará, novamente, em 72 (setenta e duas) horas<sup>4</sup> o número 0800 restrito, para agendamento de atendimento dos familiares das vítimas, nos escritórios regionais, situados nos Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, a fim de que naqueles locais haja um serviço próprio de agilização e interlocução com os familiares, voltado especialmente às providências necessárias para o bom e fiel desempenho do presente compromisso, bem como, para que haja efetiva agilidade nos procedimentos de assistência, ressarcimento de despesas razoáveis e reparação do dano. Nos demais Estados, o atendimento dar-se-á, na respectiva unidade da Federação, em local designado pela TAM, mediante agendamento solicitado pela família com antecedência mínima de cinco dias.

3. A TAM se compromete, toda vez que solicitada, a prover resposta oficial às demandas dos familiares, que tenham sido apresentadas, formal e diretamente, nos escritórios regionais, situados nos Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, ou às equipes de atendimento, bem como àquelas que sejam remetidas por via postal, ou eletrônica, observando o prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas contadas de seu recebimento.

4. A TAM informa, novamente, que possui seguro de responsabilidade civil contratado junto à Unibanco AIG Seguros e que a cópia da apólice de seguros contratada para cobertura do sinistro em questão, foi entregue ao Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça e está juntada aos autos do Procedimento Administrativo nº 08012.010046/2007-94.

#### **B) RELATIVAS AOS PROCEDIMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO, REGISTRO DE ÓBITO E INUMAÇÃO**

5. Até que seja identificada a última vítima, ou cessadas as diligências voltadas à sua identificação, a TAM continuará fornecendo todo o suporte para agilização dos procedimentos pertinentes, com a cessão de maquinário, insumos ou técnicos necessários à realização de exames, desde que solicitado pela direção do Instituto Médico Legal.

6. A **TAM** manterá o apoio logístico e jurídico para obtenção das cópias de boletim de ocorrência, declaração e certidão de óbito, autorização judicial para cremação, bem como eventual justificação judicial voltada à lavratura do assento de óbito, junto à Vara de Registros Públicos competente, na hipótese de não identificação de vítima(s), independentemente das providências já adotadas pela Promotoria de Justiça de Registros Públicos do Ministério Público do Estado de São Paulo.

7. A **TAM** continuará providenciando, às suas expensas, o traslado dos corpos das vítimas ao local de sepultamento, arcando, nos termos do artigo 948, inciso I, do Código Civil, com as despesas de funeral, custos do velório, urna funerária, jazigo, lápide e coroa de flores.

8. Nos casos em que tenha sido utilizado o jazigo de propriedade da família, a **TAM** se obriga, quando do pagamento das respectivas indenizações, a ressarcir o valor correspondente à fração ideal utilizada em decorrência dos sepultamentos, ou o menor valor do jazigo no cemitério utilizado, desde que devidamente comprovado.

#### **C) REFERENTES AO TRANSPORTE, ALIMENTAÇÃO E ACOMODAÇÃO DOS FAMILIARES.**

9. Durante o decurso de qualquer procedimento investigatório que se relacione com o acidente do voo 3054, no âmbito da Polícia Judiciária, do Ministério Público, da Defensoria Pública, do Poder Legislativo, de órgão do Poder Executivo que funcione na investigação, dos órgãos do sistema nacional de defesa do consumidor, a **TAM** obriga-se a custear as despesas relativas às passagens aéreas, traslado, alimentação, acomodação de dois familiares por vítima, e, quando justificada a presença de um terceiro acompanhante, permitindo e facilitando-lhes a presença em reuniões que tenham sido convocadas pelas autoridades competentes. As reuniões poderão ocorrer em São Paulo, Porto Alegre ou qualquer outra Capital do país, provendo a **TAM** a infraestrutura e espaço adequados para tal.

10. A hospedagem de todos os familiares de outras localidades dar-se-á preferencialmente no mesmo hotel, ressalvada a indisponibilidade de vagas. O espaço destinado às reuniões também será disponibilizado preferencialmente no local em que estão hospedados os familiares das vítimas.

11. A alimentação abrangerá café da manhã no local da hospedagem, além de duas refeições com bebidas não alcoólicas, a serem providas no próprio Hotel, ou, se de preferência do familiar, fora dele. A alimentação realizada no próprio hotel terá como limite o valor de R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais) por pessoa e por refeição. No caso de alimentação realizada fora do Hotel, o reembolso se dará mediante a apresentação de nota fiscal com discriminação dos itens consumidos, até o limite de R\$ 50,00 (cinquenta reais) por pessoa e por refeição.

12. O traslado referido no item 9, inclui os seguintes deslocamentos: residência (ou trabalho) ao aeroporto na cidade de origem, do aeroporto ao hotel na cidade de destino, e vice-versa, bem como os deslocamentos necessários ao processo de identificação, retirada de corpos, providências referentes ao registro de óbito, sepultamento, assistência médica dos familiares e reuniões convocadas na forma do item 9.

13. Havendo necessidade justificada, as autoridades referidas no item 9, poderão requisitar com antecedência mínima de cinco dias, equipamentos multimídia, como aparelhagem de áudio, microcomputadores com acesso à internet e projetores.

#### **D) REFERENTES À ASSISTÊNCIA MÉDICA**

14. A TAM obriga-se a prover assistência médica aos cônjuges, filhos, pais e irmãos das vítimas. Referido benefício será também concedido aos companheiros (as) que apresentarem decisão judicial que reconheça a união estável/sociedade de fato ou escritura pública declaratória de união estável/sociedade de fato, ou outros meios de prova estabelecidos em legislação ou normas infralegais. A assistência médica poderá ser estendida a outras pessoas que comprovem o vínculo afetivo e convívio com a vítima, o que será analisado caso a caso. Os planos já concedidos serão mantidos pelo prazo abaixo estabelecido.

15. A assistência médica compreende a contratação de plano de assistência médica do tipo "Amil – Plano Opções", contratada junto à empresa Amil Assistência Médica Internacional Ltda., pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, válida até 1º de outubro de 2009. Referido benefício terá abrangência nacional e cobertura ampla, incluindo, assim, necessariamente a cidade em que residem os beneficiários. Nas hipóteses em que a operadora de plano de saúde indicada pela TAM não tiver rede credenciada na cidade em que os familiares residem, a empresa compromete-se a contratar outra operadora imediatamente após a comunicação formal desta circunstância pelo beneficiário.

16. No caso de familiares previstos no item 14 residentes no exterior, a TAM proverá a contratação de assistência médica com padrão compatível ao plano referido no artigo 15.

#### **E) REFERENTES À ASSISTÊNCIA PSICOLÓGICA E PSIQUIÁTRICA**

17. A TAM obriga-se a prover assistência psicológica e psiquiátrica aos cônjuges, filhos, pais e irmãos das vítimas. Referido benefício será também concedido aos companheiros (as) que apresentarem decisão judicial que reconheça a união estável/sociedade de fato ou escritura pública declaratória de união estável/sociedade de fato, ou outros meios de prova estabelecidos em legislação ou normas infralegais. A assistência psicológica e psiquiátrica poderá ser estendida a outras pessoas que comprovem o vínculo afetivo e convívio com a vítima, o que será analisado caso a caso.

18. A assistência psicológica e psiquiátrica será prestada por médicos credenciados pela empresa prestadora de serviços contratada pela TAM e terá prazo de 24 (vinte e quatro) meses, válida até 1º de outubro de 2009, prorrogável em caso de justificado diagnóstico, feito pelo profissional responsável pelo tratamento. O relatório de diagnóstico apresentado pelo paciente será submetido à análise da Junta Médica da TAM.

18.1. Se a Junta Médica da TAM concordar com a necessidade de continuidade do tratamento, a assistência psicológica e psiquiátrica será prorrogada até alta médica ou por ulteriores 24 (vinte e quatro) meses (o que ocorrer primeiro), ocasião em que será novamente revista nos termos desta cláusula.

18.2. Se a Junta Médica da TAM não concordar com a necessidade de continuidade do tratamento, o profissional responsável pelo paciente e a Junta Médica da



**TAM** elegerão um terceiro profissional, devidamente inscrito no Conselho Regional de Medicina ou Conselho Regional de Psicologia. O profissional eleito em consenso pelas partes fará o diagnóstico final, que será acatado, tanto em se tratando de alta médica, quanto em se tratando de necessidade de continuidade do tratamento. Sendo necessária a continuidade do tratamento, a prorrogação obedecerá a previsão contida na cláusula 18.1 acima.

19. Além dos psicólogos e psiquiatras já credenciados pela empresa prestadora de serviços contratada pela **TAM** para o atendimento acima referido, os familiares poderão solicitar o credenciamento de outros profissionais de sua escolha, cabendo a empresa contratada analisar a decisão pelo credenciamento ou não daquele profissional, caso o mesmo não atenda os pré requisitos definidos pela prestadora de serviços contratada pela **TAM**.

20. A **TAM** reembolsará os medicamentos relativos ao tratamento psicológico e psiquiátrico, em até 05 (cinco) dias, desde que comprovada a necessidade pelo médico responsável pelo tratamento.

#### **F) OUTRAS OBRIGAÇÕES**

21. A assistência médica, psicológica e psiquiátrica, bem como as demais despesas incorridas pela **TAM** em cumprimento às obrigações supra citadas não serão deduzidas da futura indenização que será devida aos familiares das vítimas, registrando-se que as prestações relativas ao presente não irão compor o montante total da indenização, tampouco serão novamente cobradas pelos familiares.

22. A partir da assinatura do presente Termo de Compromisso, na hipótese de pagamento de quaisquer valores (referentes a adiantamentos e pagamento do seguro obrigatório RETA) aos familiares, a **TAM** obriga-se a observar o modelo de recibo constante dos anexos I e II, orientando eventual companhia seguradora com quem tenha vínculo contratual a seguir tal convenção.

23. Eventuais recibos, anteriores à assinatura deste Termo de Compromisso, ficam ratificados como se suas respectivas redações contivessem aquela sugerida nos modelos constantes dos anexos I e II.

#### **IV - CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES PELA SIGNATÁRIA**

24. O descumprimento de quaisquer das obrigações assumidas no presente compromisso deverá ser denunciado a um dos seguintes órgãos: **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO, MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO e FUNDAÇÃO PROCON-SP**, que acompanharão o fiel cumprimento das obrigações decorrentes deste instrumento.

25. As autoridades públicas mencionadas acima, recebendo notícia de eventual descumprimento das obrigações constantes deste instrumento, oficialarão a **TAM** franqueando a ela prazo de 10 (dez) dias para prestar esclarecimentos, justificando ou curando o descumprimento noticiado.

26. Ultrapassado o prazo acima fixado, sem que a **TAM** justifique ou sane o descumprimento noticiado, ficará sujeita, à multa de 30.000 (trinta mil) UFIR's, ou padrão superveniente, por obrigação descumprida devidamente comprovada, cujo produto deverá ser recolhido ao Fundo Especial de Despesa de Reparação de Interesses Difusos

Lesados, previsto no art. 13 da Lei nº 7.347/85 e regulamentado pela Lei Estadual nº 6.536/89, sem prejuízo de execução específica da mesma obrigação.

## V - VIGÊNCIA

27. O presente termo de compromisso tem vigência imediata, a partir de sua assinatura.

28. Exceção feita à informação, assistência médica, psicológica e psiquiátrica previstas nos itens **A**, **D** e **E** acima, os benefícios previstos neste Termo de Compromisso têm como condição resolutive e não serão mais devidos aos familiares das vítimas que porventura proponham medidas judiciais contra a **TAM**.

Estando assim compromissada, a **TAM**, por intermédio de seu representante legal firma o presente instrumento, na presença dos representantes da **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, do **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO** e da **FUNDAÇÃO PROCON-SP**, abaixo identificados, para que produza os seus legais e jurídicos efeitos.

São Paulo, 19 de setembro de 2007.

  
Angelo Patricio Stacchini  
5º. Promotor de Justiça do Consumidor

  
Deborah Pierri  
Promotora de Justiça Coordenadora do Centro de Apoio Operacional do Consumidor do  
Ministério Público do Estado de São Paulo

  
Renata Flores Tibyriçá  
Defensora Pública do Estado Chefe de Gabinete

  
Renato Campos Pinto De Vito  
1º Subdefensor Público-Geral do Estado de São Paulo

  
Luiz Antonio Guimarães Marrey  
Secretário de Justiça e Defesa da Cidadania

  
Roberto Augusto Castellanos Pfeiffer  
Diretor Executivo da Fundação Procon-SP

## REPRESENTANTES DA TAM

  
Libano Miranda Barroso  
Vice-Presidente Financeiro

  
José Zaidan Maluf  
Diretor de Contratos Internacionais

**ANEXO I  
MODELO DE RECIBO****RECIBO**

R\$ \_\_\_\_\_

Na qualidade de \_\_\_\_\_ do(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_ falecido(a) no acidente ocorrido

no dia 17 de julho de 2007, nas proximidades do Aeroporto de Congonhas, São Paulo, com o voo JJ 3054, operado pela TAM Linhas Aéreas S/A ("TAM"), DECLARO que recebi em moeda corrente (ou mediante depósito a ser realizado – no prazo de xxx dias, na conta corrente nº xxx, da Agência xxx, do Banco XXX que tem como correntista o Sr.(a) \_\_\_\_\_), reconheço o crédito realizado a título de adiantamento de despesas decorrentes da ocorrência acima descrita.

Declaro, neste ato, ser um dos beneficiários (ou o único beneficiário) do Sr.(a) \_\_\_\_\_, pelo que dou quitação ao valor recebido, ressalvando a futura discussão a respeito da extensão dos danos indenizáveis.

Declaro, ainda, que o presente documento NÃO prejudica quaisquer direitos que eventualmente se tenha contra a TAM e/ou quaisquer terceiros, por conta desse acidente.

Comprometo-me a utilizar referido montante em prol de todos os demais dependentes.

São Paulo, de de 2007.

\_\_\_\_\_  
Nome

Identidade/CPF

**ANEXO II  
MODELO DE RECIBO (RETA)****RECIBO**

R\$ \_\_\_\_\_

Na qualidade de \_\_\_\_\_ do(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_

falecido(a) no acidente ocorrido no dia 17 de julho de 2007, nas proximidades do Aeroporto de Congonhas, São Paulo, com o voo JJ 3054, operado pela TAM Linhas Aéreas S/A ("TAM"), DECLARO que recebi em moeda corrente (ou mediante depósito a ser realizado, no prazo de xxx dias, na conta corrente nº xxx, da Agência xxx, do Banco XXX que tem como correntista o Sr.(a) \_\_\_\_\_), a título de liquidação do seguro obrigatório, referente à cobertura de responsabilidade do explorador aéreo – RETA.

Declaro, neste ato, ser um dos beneficiários (ou o único beneficiário) do Sr.(a) \_\_\_\_\_, pelo que dou quitação ao valor recebido, ressalvando a eventual discussão a respeito do valor da indenização, junto às entidades competentes.

Comprometo-me a utilizar referido montante em prol de todos os demais dependentes.

São Paulo, de de 2007.

\_\_\_\_\_  
Nome

Identidade/CPF

# Resumo de assistência às vítimas – números gerais

São Paulo, 04 de março de 2008

## Assistência aos familiares das vítimas do vôo 3054 (1/4)

Status 04/mar/08

	Assistência prestada	Detalhamento
Apoio aos familiares	Concessão de passagens aéreas	• 3.515 passagens emitidas - vôos TAM (até o momento)
	Apoio geral ( Hospedagem, alimentação, telefone, lavanderia e etc.)	• Aproximadamente R\$ 11 milhões (faturados até o momento)
	Reembolso de despesas gerais	• Aproximadamente R\$ 940 mil em despesas (até o momento)
	Atendimento psicológico	• Aproximadamente 7.000 horas de atendimento (até o momento)
	Concessão de planos de saúde	• 587 planos de saúde concedidos por um período de 2 anos (até 14/02/08)
Voluntários PEACE (funcionários da TAM)	Apoio de voluntários treinados do PEACE	• 900 voluntários treinados (PEACE/TAM) • 314 voluntários ativados (PEACE/TAM)



# Assistência aos familiares das vítimas do voo 3054 (2/4)

Status 04/mar/08

	Assistência prestada	Detalhamento
Apoio ao IML	Apoio na coleta de DNA	<ul style="list-style-type: none"><li>• 250 amostras coletadas (São Paulo, Brasília, Porto Alegre, Fortaleza e exterior)</li></ul>
	Aluguel e apoio na concessão de equipamentos e operadores de raio-X	<ul style="list-style-type: none"><li>• Aparelhos portáteis de raio-X</li><li>• Processadoras de filme de raio-X</li><li>• Reveladora / processadora automática MX2</li><li>• Biombos de chumbo</li><li>• Operadores e assistentes</li><li>• Chassis ecrans</li><li>• Tomográficos</li></ul>
Assistência funerária	Contratação de empresa de serviços funerários (translado terrestre, flores, embalsamento, jazigo)	<ul style="list-style-type: none"><li>• 195 vítimas tiveram funeral (194 envolvidas no acidente e 1 parente )</li><li>• Aproximadamente R\$2,6 milhões de reais (faturados até o momento – valores já inclusos no apoio geral)</li></ul>
Apoio em recuperação de pertences	Serviço de recuperação de pertences	<ul style="list-style-type: none"><li>• Trabalho em andamento pela BMS (empresa especializada que atuou no WTC)</li></ul>

# Assistência aos familiares das vítimas do voo 3054 (3/4)

Status 04/mar/08

Assistência prestada	Detalhamento
Indenizações	
Disponibilização de telefone 0800 para dúvidas e agendamentos	<ul style="list-style-type: none"><li>• 1.548 atendimentos telefônicos</li><li>• 154 pessoas contatadas pela seguradora para agendamentos</li></ul>
Atendimentos nos postos do seguro	<ul style="list-style-type: none"><li>• 177 atendimentos</li></ul>
Concessão de adiantamento das indenizações	<ul style="list-style-type: none"><li>• 152 familiares receberam adiantamento</li></ul>
Acordos firmados para indenizações finais	<ul style="list-style-type: none"><li>• 50 acordos fechados e pagos</li></ul>
Pagamento do Seguro RETA	<ul style="list-style-type: none"><li>• 130 familiares receberam seguro RETA</li></ul>

# Assistência aos familiares das vítimas do voo 3054 (4/4)

Status 04/mar/08

Assistência prestada		Detalhamento
Comunicação com o público em geral	Comunicados da assessoria de imprensa da TAM	<ul style="list-style-type: none"><li>• 60 notas de esclarecimento</li><li>• 68 atualizações lista de identificados IML</li><li>• 128 comunicados</li></ul>
	0800 para comunicação pública	<ul style="list-style-type: none"><li>• 0800 XXXX (especial para os familiares) jun/07 a mar/08 – 9.568 ligações</li><li>• 0800 XXXX (especial para a emergência) jun/07 a mar/08 – 108.263 ligações</li><li>• 5582 - XXXX internacional (collect call internacional) – 1200 ligações</li><li>• 1-800- XXX (internacional 17/07/07 a 19/07/07) – nenhuma ligação</li></ul>
Comunicação com os familiares	Ações de contato telefônicos ativos	<ul style="list-style-type: none"><li>• 3 ações de contato telefônico ativo (139 pessoas em 24/07/07; 121 pessoas em 31/07/07; 53 pessoas em 13/08/07)</li></ul>
	Envio de cartas e telegramas	<ul style="list-style-type: none"><li>• 153 cartas enviados</li><li>• 285 telegramas enviados</li></ul>
	Acessos ao <i>website</i> de relacionamento com os parentes das vítimas	<ul style="list-style-type: none"><li>• 137 famílias acessaram (de 6/08/07 a 04/03/08)</li><li>• 950 <i>webhits</i> (de 6/08/07 a 04/03/08)</li></ul>
	Reuniões com a administração da TAM	<ul style="list-style-type: none"><li>• 11 reuniões</li></ul>

# Resumo de assistência às vítimas – comparativo assistência internacional

São Paulo, 28 de agosto de 2007

## Ações TAM versus padrão internacional de assistência (1/3)

Comparativo preparado pela FEI Behavioral Health – 20/08/2007

Padrão internacional de assistência		Resposta da TAM
Número gratuito para informações	• Disponibilização de 1 número no país de operação	• 2 números disponibilizados – 1 para Brasil e outro para o exterior
Translados		
	• Translado imediato (resposta inicial)	• Translado imediato (resposta inicial)
	• Translado ao funeral para os familiares das vítimas	• Translado para familiares das vítimas ao funeral • Translado de táxi e microônibus para encontros e manifestações de familiares • Translado para reunião de familiares



## Ações TAM versus padrão internacional de assistência (2/3)

Comparativo preparado pela FEI Behavioral Health – 20/08/2007

Padrão internacional de assistência	Resposta da TAM
<b>Hospedagem ( No caso de fatalidades)</b> <ul style="list-style-type: none"><li>•Resposta inicial: hospedagem por 7 a 10 dias</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Resposta inicial de hospedagem conforme solicitações</li><li>• Hospedagem fornecida para oficiais do governo</li><li>• Atualmente algumas famílias continuam hospedadas</li></ul>
<b>Apoio emergencial aos familiares (comida, roupas, etc.)</b> <ul style="list-style-type: none"><li>•Conforme solicitações</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Conforme solicitado</li></ul>

# Cidades ignoram fundo ambiental

Adriana Fernandes  
Luciano Nunes Leal  
BRASÍLIA

O desmatamento e os outros tipos de agressão ao ambiente rivalizam com as queixas de falta de dinheiro para ajudar na preservação, mas os recursos são não são maiores porque os municípios não se empenham na criação de fundos de compensação. Cálculo do presidente do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA). Elias Araújo, com base em levantamentos sobre a existência e o funcionamento de fundos ambientais, mostra que as prefeituras podem arrecadar pelo menos R\$ 4 bilhões para investir em ações ambientais.

A prática, porém, está longe de ser ideal. Algumas cidades confundem compensação ambiental com escambo e aceitam doações de serviços e bens — carros e tratores, por exemplo — como contrapartida aos danos provocados por obras públicas e particulares.

Araújo baseia-se em estudo do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), segundo o qual só 8% de cerca de mil fundos ambientais existentes no País — federal, estaduais e municipais — funcionam adequadamente.

O estudo foi feito em 2001, revisado em 2003 e novo levantamento está sendo feito pelo Funbio. O ambientalista Fernando Tatagiba, do Funbio, calcula que o percentual de fundos ambientais que operam adequadamente não ultrapassa os 10%.

## SÓ NO PAPEL

De modo geral, as prefeituras não criam os fundos por falta de informação e capacitação, por indefinições da legislação

e, às vezes, por conveniência política. Uma das fontes para os recursos destinados a ações ambientais é a Lei 9.985, de 2000, que fixa regras para a compensação ambiental e obriga empresas a indenizar, em unidades de conservação, pelo menos 0,5% do valor dos empreendimentos que causem grande impacto.

Tatagiba acredita que a tendência a médio prazo é que cada vez mais municípios se interessem em assumir responsabilidades de, por exemplo, licenciar projetos, que permitam às prefeituras obterem receita com as taxas de compensação. Hoje, os Estados são os principais responsáveis.

Governos estaduais começam a municipalizar o licenciamento, mas às vezes enfrentam resistência dos prefeitos, como ocorreu no Espírito Santo.

Assumir o licenciamento significa abrir uma fonte de recursos e dá crédito à imagem, o que é a chave para a captação de outros recursos", diz Tatagiba, também coordenador da Rede Brasileira de Fundos Socioambientais.

Segundo o presidente do FNMA, que analisou arrecadações de municípios e Estados grandes, médios e pequenos, os mais de 900 fundos que ficam apenas no papel ou não cumprem a função de financiar ações poderiam gerar R\$ 4 bilhões, "em uma via são conservadora", mas os recursos poderiam chegar a R\$ 6 bilhões anuais. "Existem várias formas de captar recursos e os fundos ambientais são a porta de entrada. Mas hoje há medo de vinculação de receitas. Os recursos não vão se realizar se não houver mecanismos para gerar a receita", diz Araújo.

# O realismo solitário do BC

O presidente do Banco Central (BC), Henrique Meirelles, parece ser a única voz sensata no governo diante da nova onda de incerteza na economia mundial. Nada de bravatas do tipo “estamos imunes” ou “a crise não chegou a Copacabana”, segundo o ministro da Fazenda.

Em reunião internacional, realizada no Rio, na sexta-feira, Meirelles utilizou a palavra certa: “O Brasil está sereno”. Mas acrescentou: “Estamos aguardando o desenrolar da economia mundial, a situação nos EUA, que é a maior preocupação nos diversos mercados.”

Mas e a reação positiva dos países emergentes, como Brasil, Rússia e Índia, que continuam crescendo? “Os primeiros reflexos no Brasil e nas economias emergentes foram menores do que se esperava, o preço das commodities é um bom indicativo, mas, evidentemente, é muito prematuro para que cheguemos a alguma conclusão... Vamos ver como os mercados emergentes reagirão à desaceleração econômica... e à nova injeção de liquidez do banco central americano”, afirma ele.

Em outras palavras, é tempo de espera, de seguir se preparando para o que está por vir; nada de invenções fantasiosas,

como a idéia de Mantega de criar o tal fundo soberano. Às vezes, acho até bom que eles deixem de ter idéias luminosas e se limitem ao receituário sobejamente conhecido para enfrentar crises; está em todos os manuais de economia e foi aplicado com êxito nas crises das duas décadas anteriores.

## SERENO, MAS VIGILANTE

Meirelles, o realista solitário do bom senso, afirmou que o Brasil está preparado e sereno, mas, ao mesmo tempo, ao contrário dos seus efusivos colegas da área econômica, alertou: “Não há dúvida de que a situação é muito difícil... compete ao BC estar vigilante, acompanhando a evolução dos mercados.”

Essa posição foi muito oportuna no dia em que os mercados tremaram, chocados com mais dados negativos da economia americana. Maior nível de desemprego, agora em 4,8% da força de trabalho, embora com rendimento ligeiramente maior, 0,3%. Até Bush mudou de tom e admitiu que está preocupado e agindo em tempo para reanimar a economia.

Em meio ao susto, o petróleo passou de US\$ 106, puxado pela especulação, a inconsciência da Opep e pelo recuo do dólar. O Fed apressou-se em injetar US\$ 100 bilhões no mercado, prometendo mais US\$ 100 bilhões nesta semana.

No fim da tarde de sexta-feira, corriam rumores de que o Fed poderia até antecipar o corte dos juros, esperado para a reunião do dia 18. Parecia certo que a redução seria de 0,75 ponto

porcentual, mas poderia vir mais. Presidentes regionais do Fed desmentiram a precipitação, mas tudo vai depender do desenrolar dos acontecimentos nesta semana.

## RECESSÃO, RETRAÇÃO

Ao mesmo tempo, as interpretações variavam. Para Michael Woolfolk, estrategista sênior do Bank of New York Mellon, a perda de empregos e a queda nos índices da indústria e da construção desde o início de 2007 “são sinais de que a atividade econômica está desacelerando.” Mas, para John Ryding, economista-chefe do Bear Stearns, “o declínio do emprego é uma forte indicação de que a economia caiu na recessão”.

## EUROPA E ÁSIA DECISIVAS

O que estamos vendo, de verdade, é um forte desaquecimento gradual da economia americana. Não há os sinais recessivos de desemprego em massa, de falências, que caracterizam as grandes crises. Ninguém ainda se suicidou, só os loucos muçulmanos, que se explodem até em velórios.

O PIB americano vai crescer menos de 2%, e isso, ou algo mais, vai depender, em grande parte, não tanto da evolução do mercado financeiro americano, mas dos efeitos da crise nos países grandes importadores, Europa e Ásia. O Japão já se entregou há muito tempo, a China resiste e seus parceiros asiáticos ainda vão bem.

Está faltando decisão ao Banco Central Europeu, que manteve a taxa de juros em 4%, nesta

semana, com medo da inflação de 3,2%. É da capacidade da Ásia e da Europa de absorver exportações americanas que vai depender, em grande parte, a recuperação da economia americana e mundial. Não há, ainda, nada de dramático, a desaceleração é gradual, sem grandes saltos, mas esse é um cenário sombrio, que preocupa o único homem de bom senso na área econômica do governo, Henrique Meirelles.

## É AGIR. NÃO ESPERAR

É pelo recuo do comércio mundial que a crise financeira vai nos contagiar. Estamos muito iludidos com o desempenho das exportações neste início de ano, mas é importante atentar que isso ocorre sempre nos primeiros meses, nos quais se concentra o grosso das exportações das commodities agrícolas. Elas representaram 86,3% das nossas exportações no ano passado e se destinaram, em grande parte, aos mercados europeu, hoje declinante e ainda mais intensamente protegido, e asiático. Os grandes números decorrem não tanto do volume exportado, mas dos preços elevados – eles mesmos sensíveis à retração do consumo mundial.

É exatamente por isso que urge ao governo pôr em prática medidas de estímulo às exportações, estreitando a porta ainda aberta pela qual seremos afetados pela crise. Afinal, o ano apenas começou, e nada indica que a tempestade lá fora tende a amainar. ●

E-mail: at@attglobal.net

**O SR. PRESIDENTE** (João Pedro. Bloco/PT – AM)

– Nada mais havendo a tratar e não havendo mais oradores inscritos, a Presidência vai encerrar a sessão, às 19 horas e 29 minutos do dia de hoje, desejando uma feliz Páscoa a todos os Senadores e servidores desta Casa, registrando a presença do nosso Senador Paulo Paim.

Obrigado e boa-noite.

**O SR. PRESIDENTE** (João Pedro. Bloco/PT – AM)

– Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 19 horas e 29 minutos.)*

## **Agenda do Presidente do Senado Federal**

### **Senador Garibaldi Alves Filho**

**19/03/2008**

**Quarta**

- 10:30**     **Audiência com representantes do Movimento Popular**  
Deputado Geraldo Magela - PT - DF  
Gabinete do Presidente do Senado
- 11:00**     **Audiência do Secretário-Geral do Itamaraty**  
Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães  
Gabinete do Presidente do Senado Federal
- 14:00**     **Audiência do Ministro José Gomes Temporão**  
Ministro da Saúde  
Gabinete do Presidente do Senado Federal
- 15:00**     **Audiência com Dr. Pedro Abramovay**  
Secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça  
Gabinete do Presidente do Senado Federal
- 16:00**     **Ordem do dia - Sessão Deliberativa do Senado**  
Plenário do Senado Federal



## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

### Bahia

**Minoria-DEM** - Antonio Carlos Júnior\* (S)  
**Bloco-PR** - César Borges\*  
**PDT** - João Durval\*\*

### Rio de Janeiro

**Bloco-PRB** - Marcelo Crivella\*  
**Maioria-PMDB** - Paulo Duque\* (S)  
**Bloco-PP** - Francisco Dornelles\*\*

### Maranhão

**S/PARTIDO** - Lobão Filho\* (S)  
**Maioria-PMDB** - Roseana Sarney\*  
**PTB** - Epitácio Cafeteira\*\*

### Pará

**Minoria-PSDB** - Flexa Ribeiro\* (S)  
**PSOL** - José Nery\* (S)  
**Minoria-PSDB** - Mário Couto\*\*

### Pernambuco

**Minoria-DEM** - Marco Maciel\*  
**Minoria-PSDB** - Sérgio Guerra\*  
**Maioria-PMDB** - Jarbas Vasconcelos\*\*

### São Paulo

**Bloco-PT** - Aloizio Mercadante\*  
**PTB** - Romeu Tuma\*  
**Bloco-PT** - Eduardo Suplicy\*\*

### Minas Gerais

**Minoria-PSDB** - Eduardo Azeredo\*  
**Maioria-PMDB** - Wellington Salgado de Oliveira\* (S)  
**Minoria-DEM** - Eliseu Resende\*\*

### Goiás

**Minoria-DEM** - Demóstenes Torres\*  
**Minoria-PSDB** - Lúcia Vânia\*  
**Minoria-PSDB** - Marconi Perillo\*\*

### Mato Grosso

**Minoria-DEM** - Gilberto Goellner\* (S)  
**Bloco-PT** - Serys Slhessarenko\*  
**Minoria-DEM** - Jayme Campos\*\*

### Rio Grande do Sul

**Bloco-PT** - Paulo Paim\*  
**PTB** - Sérgio Zambiasi\*  
**Maioria-PMDB** - Pedro Simon\*\*

### Ceará

**PDT** - Patrícia Saboya\*  
**Minoria-PSDB** - Tasso Jereissati\*  
**Bloco-PC DO B** - Inácio Arruda\*\*

### Paraíba

**Minoria-DEM** - Efraim Morais\*  
**Maioria-PMDB** - José Maranhão\*  
**Minoria-PSDB** - Cícero Lucena\*\*

### Espírito Santo

**Maioria-PMDB** - Gerson Camata\*  
**Bloco-PR** - Magno Malta\*  
**Bloco-PSB** - Renato Casagrande\*\*

### Piauí

**Minoria-DEM** - Heráclito Fortes\*  
**Maioria-PMDB** - Mão Santa\*  
**PTB** - João Vicente Claudino\*\*

### Rio Grande do Norte

**Maioria-PMDB** - Garibaldi Alves Filho\*  
**Minoria-DEM** - José Agripino\*  
**Minoria-DEM** - Rosalba Ciarlini\*\*

### Santa Catarina

**Bloco-PT** - Ideli Salvatti\*  
**Maioria-PMDB** - Neuto De Conto\* (S)  
**Minoria-DEM** - Raimundo Colombo\*\*

### Alagoas

**Minoria-PSDB** - João Tenório\* (S)  
**Maioria-PMDB** - Renan Calheiros\*  
**PTB** - Fernando Collor\*\*

### Sergipe

**Maioria-PMDB** - Almeida Lima\*  
**Bloco-PSB** - Antonio Carlos Valadares\*  
**Minoria-DEM** - Maria do Carmo Alves\*\*

### Amazonas

**Minoria-PSDB** - Arthur Virgílio\*  
**PDT** - Jefferson Peres\*  
**Bloco-PT** - João Pedro\*\* (S)

### Paraná

**Bloco-PT** - Flávio Arns\*  
**PDT** - Osmar Dias\*  
**Minoria-PSDB** - Alvaro Dias\*\*

### Acre

**Maioria-PMDB** - Geraldo Mesquita Júnior\*  
**Bloco-PT** - Sibá Machado\* (S)  
**Bloco-PT** - Tião Viana\*\*

### Mato Grosso do Sul

**Bloco-PT** - Delcídio Amaral\*  
**Maioria-PMDB** - Valter Pereira\* (S)  
**Minoria-PSDB** - Marisa Serrano\*\*

### Distrito Federal

**Minoria-DEM** - Adelmir Santana\* (S)  
**PDT** - Cristovam Buarque\*  
**PTB** - Gim Argello\*\* (S)

### Tocantins

**Bloco-PR** - João Ribeiro\*  
**Maioria-PMDB** - Leomar Quintanilha\*  
**Minoria-DEM** - Kátia Abreu\*\*

### Amapá

**Maioria-PMDB** - Gilvam Borges\*  
**Minoria-PSDB** - Papaléo Paes\*  
**Maioria-PMDB** - José Sarney\*\*

### Rondônia

**Bloco-PT** - Fátima Cleide\*  
**Maioria-PMDB** - Valdir Raupp\*  
**Bloco-PR** - Expedito Júnior\*\*

### Roraima

**Bloco-PT** - Augusto Botelho\*  
**Maioria-PMDB** - Romero Jucá\*  
**PTB** - Mozarildo Cavalcanti\*\*

### Mandatos

\*: Período 2003/2011    \*\*: Período 2007/2015

## COMPOSIÇÃO

### COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

#### 1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)  
 (Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)  
 (Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Raimundo Colombo (DEM-SC) <sup>(7)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) <sup>(9)</sup>

**RELATOR:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) <sup>(9)</sup>

**Leitura:** 15/03/2007  
**Designação:** 05/06/2007  
**Instalação:** 03/10/2007  
**Prazo final:** 12/05/2008

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB ) <sup>(1)</sup></b>	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Raimundo Colombo (DEM-SC)	
Sérgio Guerra (PSDB-PE)	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) <sup>(4,8)</sup>
Lúcia Vânia (PSDB-GO) <sup>(5)</sup>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(10)</sup></b>	
Fátima Cleide (PT-RO)	1. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) <sup>(2,6)</sup>	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
Sibá Machado (PT-AC) <sup>(3)</sup>	
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	
<b>PDT</b>	
Jefferson Peres (AM)	
<b>PDT/PSOL <sup>(11)</sup></b>	
	1. Osmar Dias (PDT-PR)

**Notas:**

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. Senador Raimundo Colombo foi eleito em 3.10.2007.
8. O Senador Álvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na Sessão Deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
9. Em 10.10.2007, foram eleitos a Senadora Lúcia Vânia como Vice-Presidente e o Senador Inácio Arruda como Relator.
10. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
11. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.

**Secretário(a):** Will de Moura Wanderley  
**Telefone(s):** 3311-3514  
**Fax:** 3311-1176

## **2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA**

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 7 membros e igual número de suplentes, com o objetivo de investigar e apurar a utilização da internet para a prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado, com a duração de 120 dias.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Leitura:** 04/03/2008

## **COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS**

### **1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL**

**Finalidade:** Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)

**Número de membros:** 5 titulares

**Leitura:** 05/03/2008  
**Prazo final:** 03/06/2008

#### **TITULARES**

---

Senador Gerson Camata (PMDB)

---

Senador César Borges (PR)

---

Senador Papaléo Paes (PSDB)

---

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

---

VAGO

---

## COMPOSIÇÃO

### COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

#### 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Aloizio Mercadante (PT-SP)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(3)</sup></b>	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Francisco Dornelles (PP)	2. Paulo Paim (PT)
Delcídio Amaral (PT)	3. Ideli Salvatti (PT)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Sibá Machado (PT)
Renato Casagrande (PSB)	5. Marcelo Crivella (PRB)
Expedito Júnior (PR)	6. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Slhessarenko (PT)	7. Patrícia Saboya (PDT) <sup>(1)</sup>
	8. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	9. César Borges (PR)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valter Pereira (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	5. VAGO <sup>(4)</sup>
Neuto De Conto (PMDB)	6. Paulo Duque (PMDB)
Gerson Camata (PMDB)	7. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Adelmiir Santana (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
Jayme Campos (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	5. Marco Maciel (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) <sup>(2)</sup>
Cícero Lucena (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	10. João Tenório (PSDB)
<b>PTB <sup>(5)</sup></b>	
João Vicente Claudino	
Gim Argello	
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. Jefferson Peres

**Notas:**

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

**Secretário(a):** Luiz Gonzaga Silva Filho

**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3311-4605 e 33113516

**Fax:** 3311-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br



### 1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(3)</sup></b>	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
Sibá Machado (PT)	2. Serys Silhessarenko (PT)
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO <sup>(4)</sup>	2. Renato Casagrande (PSB) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO <sup>(5)</sup>
Raimundo Colombo (DEM)	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Eduardo Azeredo (PSDB)
<b>PDT PMDB PSDB <sup>(1)</sup></b>	
Cícero Lucena (PSDB)	1. VAGO

**Notas:**

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.

2. Vaga do PMDB cedida ao PSB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

**Secretário(a):** Luiz Gonzaga Silva Filho

**Telefone(s):** 3311-4605 e 33113516

**Fax:** 3311-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

### 1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PREVIDÊNCIA SOCIAL

**Finalidade:** Debater e examinar a situação da Previdência Social

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Luiz Gonzaga Silva Filho

**Telefone(s):** 3311-4605 e 33113516

**Fax:** 3311-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

### 1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REFORMA TRIBUTÁRIA

**Finalidade:** Avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional na forma do inciso XV do art. 52 da Constituição Federal, assim como tratar de matérias referentes à Reforma Tributária

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)

**RELATOR:** Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(3)</sup></b>	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Renato Casagrande (PSB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO
Neuto De Conto (PMDB)	2. VAGO
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Raimundo Colombo (DEM)	1. João Tenório (PSDB) <sup>(2)</sup>
Osmar Dias (PDT) <sup>(1)</sup>	2. Cícero Lucena (PSDB) <sup>(2)</sup>
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)

**Notas:**

1. Vaga cedida ao PDT

2. Vaga cedida ao PSDB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

**Secretário(a):** Luiz Gonzaga Silva Filho

**Telefone(s):** 3311-4605 e 33113516

**Fax:** 3311-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

#### 1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

**Finalidade:** Debater e estudar a regulamentação dos Marcos Regulatórios nos diversos setores de atividades que compreendem serviços concedidos pelo Governo, como telecomunicações, aviação civil, rodovias, saneamento, ferrovias, portos, mercado de gás natural, geração de energia elétrica, parcerias público-privadas, etc.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)

**RELATOR:** Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(1)</sup></b>	
Delcídio Amaral (PT)	1. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Renato Casagrande (PSB)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
VAGO <sup>(2)</sup>	2. Valter Pereira (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Kátia Abreu (DEM)	1. José Agripino (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Romeu Tuma (PTB)
Sérgio Guerra (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

**Secretário(a):** Luiz Gonzaga Silva Filho

**Telefone(s):** 3311-4605 e 33113516

**Fax:** 3311-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

## 2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(3)</sup></b>	
Patrícia Saboya (PDT) <sup>(1)</sup>	1. Fátima Cleide (PT)
Flávio Arns (PT)	2. Serys Silhessarenko (PT)
Augusto Botelho (PT)	3. Expedito Júnior (PR)
Paulo Paim (PT)	4. VAGO <sup>(5)</sup>
Marcelo Crivella (PRB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Ideli Salvatti (PT)
José Nery (PSOL)	7. Magno Malta (PR)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Romero Jucá (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
VAGO <sup>(7)</sup>	2. Valter Pereira (PMDB)
VAGO <sup>(4)</sup>	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	5. VAGO
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Jayme Campos (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Romeu Tuma (PTB) <sup>(2)</sup>
Eduardo Azeredo (PSDB)	5. Cícero Lucena (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	6. Sérgio Guerra (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	7. Marisa Serrano (PSDB)
<b>PTB <sup>(6)</sup></b>	
Gim Argello	1. VAGO
<b>PDT</b>	
João Durval	1. Cristovam Buarque

### Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

**Secretário(a):** Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3311-3515

**Fax:** 3311-3652

**E-mail:** scomcas@senado.gov.br



## 2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(1)</sup></b>	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2. VAGO
<b>Maioria (PMDB) e PDT</b>	
VAGO <sup>(2)</sup>	1. VAGO
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Jayme Campos (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

**Secretário(a):** Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

**Telefone(s):** 3311-3515

**Fax:** 3311-3652

**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

## 2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (PT-PR)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(1)</sup></b>	
Flávio Arns (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Paulo Paim (PT)	2. VAGO
<b>Maioria (PMDB) e PDT</b>	
VAGO <sup>(2)</sup>	1. VAGO
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Rosalba Ciarlini (DEM)	
Eduardo Azeredo (PSDB)	1. Papaléo Paes (PSDB)
	2. Marisa Serrano (PSDB)

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

**Secretário(a):** Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

**Telefone(s):** 3311-3515

**Fax:** 3311-3652

**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

## 2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Papaléo Paes (PSDB-AP)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(1)</sup></b>	
Augusto Botelho (PT)	1. VAGO
Flávio Arns (PT)	2. VAGO
<b>Maioria (PMDB) e PDT</b>	
João Durval (PDT)	1. Adelmir Santana (DEM) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Papaléo Paes (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vaga cedida pelo PDT ao DEM.

**Secretário(a):** Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

**Telefone(s):** 3311-3515

**Fax:** 3311-3652

**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

### 3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Marco Maciel (DEM-PE) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(3)</sup></b>	
Serys Slhessarenko (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Sibá Machado (PT)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Eduardo Suplicy (PT)	3. César Borges (PR)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Magno Malta (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. José Nery (PSOL)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. José Maranhão (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	6. Neuto De Conto (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Adelmiir Santana (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Marco Maciel (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	4. Alvaro Dias (PSDB) <sup>(2)</sup>
Antonio Carlos Júnior (DEM)	5. Maria do Carmo Alves (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	8. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	9. Mário Couto (PSDB)
<b>PTB <sup>(4)</sup></b>	
Epitácio Cafeteira	1. Mozarildo Cavalcanti
<b>PDT</b>	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

**Notas:**

1. Eleito em 8.8.2007.

2. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

**Secretário(a):** Gildete Leite de Melo

**Reuniões:** QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3311-3972

**Fax:** 3311-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

### **3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES**

**Finalidade:** Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

**Número de membros:** 5 titulares

**Secretário(a):** Gildete Leite de Melo

**Telefone(s):** 3311-3972

**Fax:** 3311-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

### **3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Gildete Leite de Melo

**Telefone(s):** 3311-3972

**Fax:** 3311-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br



#### 4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gilvam Borges (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(3)</sup></b>	
Flávio Arns (PT)	1. Patrícia Saboya (PDT) <sup>(1)</sup>
Augusto Botelho (PT)	2. João Pedro (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	7. João Vicente Claudino (PTB)
Sérgio Zambiasi (PTB)	8. Magno Malta (PR)
João Ribeiro (PR)	9. Sibá Machado (PT)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
VAGO <sup>(5)</sup>	6. VAGO
Gerson Camata (PMDB)	7. Neuto De Conto (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO <sup>(4)</sup>	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. Demóstenes Torres (DEM)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Gilberto Goellner (DEM)
Marco Maciel (DEM)	4. José Agripino (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	5. Kátia Abreu (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) <sup>(2)</sup>
Marconi Perillo (PSDB)	7. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	9. Sérgio Guerra (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	10. Lúcia Vânia (PSDB)
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

**Notas:**

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3311-3498

**Fax:** 3311-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### 4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(1)</sup></b>	
Paulo Paim (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Magno Malta (PR)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
VAGO <sup>(2)</sup>	1. Marcelo Crivella (PRB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
<b>PDT</b>	
Francisco Dornelles (PP)	1. Cristovam Buarque

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3311-3498

**Fax:** 3311-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### 4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3311-3498

**Fax:** 3311-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### 4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3311-3498

**Fax:** 3311-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### 4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3311-3498

**Fax:** 3311-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### 5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(2)</sup></b>	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Sibá Machado (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Serys Slhessarenko (PT)
César Borges (PR)	4. Inácio Arruda (PC DO B)
VAGO <sup>(3)</sup>	5. Expedito Júnior (PR)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Almeida Lima (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Eliseu Resende (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO <sup>(1)</sup>
Gilberto Goellner (DEM)	3. VAGO <sup>(4)</sup>
José Agripino (DEM)	4. Raimundo Colombo (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	5. Lúcia Vânia (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
<b>PDT</b>	
Jefferson Peres	1. VAGO

**Notas:**

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.

4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho

**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

**Telefone(s):** 3311-3935

**Fax:** 3311-1060

**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

### 5.1) SUBCOMISSÃO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho

**Telefone(s):** 3311-3935

**Fax:** 3311-1060

**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

### 5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL

**Finalidade:** Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

**RELATOR:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(1)</sup></b>	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Expedito Júnior (PR)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
	1. Adelmir Santana (DEM)
Marconi Perillo (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho

**Telefone(s):** 3311-3935

**Fax:** 3311-1060

**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.



**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS  
SÓLIDOS**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Ribeiro (PR-TO)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(2)</sup></b>	
João Ribeiro (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Shessarenko (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
César Borges (PR) <sup>(1)</sup>	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

**Notas:**

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho

**Telefone(s):** 3311-3935

**Fax:** 3311-1060

**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

**6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH****Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(8)</sup></b>	
Flávio Arns (PT)	1. Serys Silhessarenko (PT)
Fátima Cleide (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Sibá Machado (PT)
Patrícia Saboya (PDT) <sup>(5)</sup>	4. Ideli Salvatti (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Marcelo Crivella (PRB)
José Nery (PSOL) <sup>(1,2)</sup>	
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Roseana Sarney (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
César Borges (PR) <sup>(4)</sup>	1. VAGO
Eliseu Resende (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Romeu Tuma (PTB) <sup>(6)</sup>	3. Jayme Campos (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Mário Couto (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	6. Lúcia Vânia (PSDB)
Magno Malta (PR) <sup>(3,7)</sup>	7. Papaléo Paes (PSDB)
<b>PTB <sup>(9)</sup></b>	
	1. Sérgio Zambiasi
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. VAGO

**Notas:**

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.

2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.

3. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

4. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.

5. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).

6. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

7. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.

8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

9. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

### 6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(1)</sup></b>	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Sibá Machado (PT)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. VAGO
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. VAGO
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO
Lúcia Vânia (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares

**Telefone(s):** 3311-4251/2005

**Fax:** 3311-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

### 6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares

**Telefone(s):** 3311-4251/2005

**Fax:** 3311-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

### 6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO TRABALHO ESCRAVO

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador José Nery (PSOL-PA)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE)

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(2)</sup></b>	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
José Nery (PSOL) <sup>(1)</sup>	2. Patrícia Saboya (PDT)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Inácio Arruda (PC DO B)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. VAGO <sup>(3)</sup>
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

**Notas:**

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares

**Telefone(s):** 3311-4251/2005

**Fax:** 3311-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

### 6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS DIREITOS DAS MULHERES

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Ideli Salvatti (PT-SC)

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP )</b>	
Ideli Salvatti (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Patrícia Saboya (PDT) <sup>(1)</sup>
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Roseana Sarney (PMDB)	1. VAGO
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Romeu Tuma (PTB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. VAGO

**Notas:**

1. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares

**Telefone(s):** 3311-4251/2005

**Fax:** 3311-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br



**7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE****Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(4)</sup></b>	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Aloizio Mercadante (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. Augusto Botelho (PT)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	4. Serys Slhessarenko (PT)
João Ribeiro (PR)	5. Fátima Cleide (PT)
	6. Francisco Dornelles (PP)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	4. Gilvam Borges (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. VAGO <sup>(5)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Heráclito Fortes (DEM)	1. José Nery (PSOL) <sup>(6)</sup>
Marco Maciel (DEM)	2. César Borges (PR) <sup>(2)</sup>
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Kátia Abreu (DEM)
Romeu Tuma (PTB) <sup>(3)</sup>	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. VAGO <sup>(1)</sup>
João Tenório (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
<b>PTB <sup>(7)</sup></b>	
Fernando Collor	
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

**Notas:**

1. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
6. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva  
**Telefone(s):** 3311-3496  
**Fax:** 3311-3546  
**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(1)</sup></b>	
Augusto Botelho (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. Fátima Cleide (PT)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
<b>PDT</b>	
Jefferson Peres	1. Cristovam Buarque

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva  
**Telefone(s):** 3311-3496  
**Fax:** 3311-3546  
**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME  
INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Ribeiro (PR-TO)

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(2)</sup></b>	
VAGO <sup>(3)</sup>	1. Inácio Arruda (PC DO B)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
VAGO	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Romeu Tuma (PTB)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

**Notas:**

1. Senador Fernando Collor, eleito em 01.03.2007, encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29.08.2007, pelo prazo de 121 dias (Requerimento nº 968, de 2007).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva

**Telefone(s):** 3311-3496

**Fax:** 3311-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO  
DAS FORÇAS ARMADAS**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(2)</sup></b>	
VAGO <sup>(1)</sup>	1. Marcelo Crivella (PRB)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
<b>PDT</b>	
Jefferson Peres	1. VAGO

**Notas:**

1. O Senador Fernando Collor foi substituído na Comissão de Relações Exteriores, conforme Ofício n.º 146/2007 - GLDBAG, lido em 05/09/2007, pelo Senador Euclydes Mello.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva

**Telefone(s):** 3311-3496

**Fax:** 3311-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI****Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTEs
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(2)</sup></b>	
Serys Slhessarenko (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Ideli Salvatti (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Francisco Dornelles (PP)	4. João Ribeiro (PR)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Augusto Botelho (PT)
Expedito Júnior (PR)	6. Renato Casagrande (PSB)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Romero Jucá (PMDB)	1. VAGO <sup>(3)</sup>
Valdir Raupp (PMDB)	2. José Maranhão (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	3. Gilvam Borges (PMDB)
VAGO <sup>(4)</sup>	4. Neuto De Conto (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	6. Pedro Simon (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Demóstenes Torres (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Marco Maciel (DEM)
Jayme Campos (DEM)	3. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	5. Romeu Tuma (PTB) <sup>(1)</sup>
João Tenório (PSDB)	6. Cícero Lucena (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Eduardo Azeredo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Mário Couto (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Tasso Jereissati (PSDB)
<b>PTB <sup>(5)</sup></b>	
Gim Argello	1. João Vicente Claudino
<b>PDT</b>	
João Durval	1. VAGO

**Notas:**

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

**Secretário(a):** Dulcília Ramos Calhao**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 14:00 HS - Plenário nº 13 - ALA ALEXANDRE COSTA**Telefone(s):** 3311-4607**Fax:** 3311-3286**E-mail:** scomci@senado.gov.br



### **8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO**

**Finalidade:** Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Dulcília Ramos Calhao

**Telefone(s):** 3311-4607

**Fax:** 3311-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

### **8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Dulcília Ramos Calhao

**Telefone(s):** 3311-4607

**Fax:** 3311-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

**9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR****Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(5)</sup></b>	
Fátima Cleide (PT)	1. Sibá Machado (PT)
Patrícia Saboya (PDT) <sup>(4)</sup>	2. Expedito Júnior (PR)
João Pedro (PT)	3. Inácio Arruda (PC DO B)
João Vicente Claudino (PTB)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	5. José Nery (PSOL) <sup>(1,2)</sup>
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
José Maranhão (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gim Argello (PTB) <sup>(3)</sup>	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
VAGO <sup>(6)</sup>	3. Pedro Simon (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Marco Maciel (DEM)	3. Kátia Abreu (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Lúcia Vânia (PSDB)	5. Tasso Jereissati (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
<b>PTB <sup>(7)</sup></b>	
Mozarildo Cavalcanti	
<b>PDT</b>	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

**Notas:**

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira**Reuniões:** QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -**Telefone(s):** 3311-4282**Fax:** 3311-1627**E-mail:** scomcdr@senado.gov.br

**10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA****Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Expedito Júnior (PR-RO)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(2)</sup></b>	
Sibá Machado (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Aloizio Mercadante (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. César Borges (PR)
Expedito Júnior (PR)	4. Augusto Botelho (PT)
João Pedro (PT)	5. José Nery (PSOL) <sup>(1)</sup>
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
VAGO <sup>(3)</sup>	1. Valdir Raupp (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	4. Mão Santa (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Heráclito Fortes (DEM)	1. VAGO <sup>(4)</sup>
Jayme Campos (DEM)	2. Eliseu Resende (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	5. Marconi Perillo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	6. João Tenório (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. João Durval

**Notas:**

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

**Secretário(a):** Marcello Varella**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -**Telefone(s):** 3311-3506**E-mail:** marcello@senado.gov.br

### 10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador João Tenório (PSDB-AL)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Sibá Machado (PT-AC)

TITULARES	SUPLENTEs
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(1)</sup></b>	
Sibá Machado (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO <sup>(2)</sup>	1. Raimundo Colombo (DEM)
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

**Secretário(a):** Marcello Varella

**Telefone(s):** 3311-3506

**E-mail:** marcello@senado.gov.br



**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E  
INFORMÁTICA - CCT**

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(2)</sup></b>	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Expedito Júnior (PR)
Augusto Botelho (PT)	2. Flávio Arns (PT)
Renato Casagrande (PSB)	3. João Ribeiro (PR)
Ideli Salvatti (PT)	4. Francisco Dornelles (PP)
	5. Fátima Cleide (PT)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gerson Camata (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	3. Mão Santa (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Romeu Tuma (PTB) <sup>(1)</sup>	2. Heráclito Fortes (DEM)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Marco Maciel (DEM)
Antonio Carlos Júnior (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Marconi Perillo (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	7. Papaléo Paes (PSDB)
<b>PTB <sup>(3)</sup></b>	
Sérgio Zambiasi	
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. VAGO

**Notas:**

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

**Secretário(a):** Égli Lucena Heusi Moreira

**Reuniões:** QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -

**Telefone(s):** 3311-1120

**Fax:** 3311-2025

**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

### 11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(1)</sup></b>	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Valter Pereira (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

**Secretário(a):** Égli Lucena Heusi Moreira

**Telefone(s):** 3311-1120

**Fax:** 3311-2025

**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

### 11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PÓLOS TECNOLÓGICOS

**Finalidade:** Estudo, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(2)</sup></b>	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Augusto Botelho (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Romeu Tuma (PTB) <sup>(1)</sup>	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Eduardo Azeredo (PSDB)

**Notas:**

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

**Secretário(a):** Égli Lucena Heusi Moreira

**Telefone(s):** 3311-1120

**Fax:** 3311-2025

**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

**COMPOSIÇÃO**  
**CORREGEDORIA PARLAMENTAR**  
(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) <sup>(1)</sup>	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

**Atualização:** 17/10/2007

**Notas:**

1. Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93. O Senador Romeu Tuma, comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**  
**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo  
**Telefone(s):**3311-5255 **Fax:**3311-5260  
**E-mail:**scop@senado.gov.br

**COMPOSIÇÃO**  
**PROCURADORIA PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
VAGO	
VAGO	
VAGO	
VAGO	
VAGO	

**Atualização:** 23/11/2007

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**  
**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo  
**Telefone(s):**3311-5255 **Fax:**3311-5260  
**E-mail:**scop@senado.gov.br

## COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

### 1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) <sup>(5)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Adelmir Santana (DEM-DF) <sup>(3)</sup>

<b>1ª Eleição Geral:</b> 19/04/1995	<b>4ª Eleição Geral:</b> 13/03/2003
<b>2ª Eleição Geral:</b> 30/06/1999	<b>5ª Eleição Geral:</b> 23/11/2005
<b>3ª Eleição Geral:</b> 27/06/2001	<b>6ª Eleição Geral:</b> 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP )</b>	
Augusto Botelho (PT-RR)	1. VAGO
João Pedro (PT-AM) <sup>(6)</sup>	2. Fátima Cleide (PT-RO) <sup>(4)</sup>
Renato Casagrande (PSB-ES)	3. Ideli Salvatti (PT-SC) <sup>(2)</sup>
João Vicente Claudino (PTB-PI) <sup>(1)</sup>	4. VAGO
Eduardo Suplicy (PT-SP)	5. VAGO
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE) <sup>(7)</sup>	2. Gerson Camata (PMDB-ES)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	3. Romero Jucá (PMDB-RR)
Leomar Quintanilha (PMDB-TO)	4. José Maranhão (PMDB-PB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO <sup>(9)</sup>
Heráclito Fortes (DEM-PI)	2. César Borges (PR-BA)
Adelmir Santana (DEM-DF)	3. Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Marconi Perillo (PSDB-GO)	4. Arthur Virgílio (PSDB-AM)
Marisa Serrano (PSDB-MS)	5. Sérgio Guerra (PSDB-PE)
<b>PDT</b>	
Jefferson Peres (AM)	1. VAGO
<b>Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)</b>	
Romeu Tuma (PTB/SP) <sup>(8)</sup>	

Atualização: 17/10/2007

#### Notas:

1. Eleito na Sessão de 29.5.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Eptácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 - GLDBAG) (DSF 18.10.2007).
2. Eleitos na Sessão de 29.5.2007
3. Eleito em 30.5.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP
4. Eleita na Sessão de 27.6.2007
5. Eleito em 27.06.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP
6. Eleito na Sessão de 16.08.2007.
7. Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.6.2007
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
9. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

### SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3311-5255 Fax: 3311-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

## 2) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Número de membros: 12 titulares

**PRESIDENTE:** Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) <sup>(1)</sup>

**1ª Designação:** 03/12/2001

**2ª Designação:** 26/02/2003

**3ª Designação:** 03/04/2007

MEMBROS
<b>PMDB</b>
Roseana Sarney (MA)
<b>DEM</b>
Maria do Carmo Alves (SE)
<b>PSDB</b>
Lúcia Vânia (GO)
<b>PT</b>
Serys Slhessarenko (MT)
<b>PTB</b>
Sérgio Zambiasi (RS)
<b>PR</b>
VAGO
<b>PDT</b>
Cristovam Buarque (DF)
<b>PSB</b>
Patrícia Saboya (PDT-CE)
<b>PC DO B</b>
Inácio Arruda (CE)
<b>PRB</b>
Marcelo Crivella (RJ)
<b>PP</b>
VAGO
<b>PSOL</b>
VAGO

**Atualização:** 02/10/2007

**Notas:**

1. Eleitos em 21.06.2007

### SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** 3311-5255 **Fax:** 3311-5260

**E-mail:** scop@senado.gov.br



# CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)  
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

## COMPOSIÇÃO

**Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal  
**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<b><u>PRESIDENTE</u></b> Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	<b><u>PRESIDENTE</u></b>
<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senador Álvaro Dias (PSDB-PR)
<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Senador Efraim Moraes (DEM-PB)
<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Waldemir Moca (PMDB-MS)	<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Senador César Borges (DEM-BA)
<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Senador Magno Malta (PR-ES)
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Deputado Zenaldo Coutinho (PSDB-PA)	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u></b> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u></b> Deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u></b> Senador Marco Maciel (DEM-PE)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> Deputado Vieira da Cunha (PDT-RS)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 12.12.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

**CONGRESSO NACIONAL  
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier

Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho<sup>1</sup>

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO <sup>2</sup>	EMANUEL SOARES CARNEIRO <sup>2</sup>
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO <sup>2</sup>
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE <sup>2</sup>
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT <sup>2</sup>	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER <sup>3</sup>	(VAGO)
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA <sup>2</sup>	STEPAN NERCESSIAN <sup>2</sup>
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS <sup>2</sup>	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO <sup>2</sup>
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHÉLIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO <sup>2</sup>	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ <sup>2</sup>
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

<sup>1</sup> Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

<sup>2</sup> Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br) - [www.senado.gov.br/ccs](http://www.senado.gov.br/ccs)

<sup>1</sup> Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

<sup>2</sup> Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

<sup>3</sup> Eleito como suplente na Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004. Foi convocado como titular na 6ª Reunião de 2006 do CCS, realizada em 7.8.2006, em função do falecimento, em 30.5.2006, do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

# **REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL**

## **COMPOSIÇÃO**

**18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)**

**Designação: 27/04/2007**

Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)<sup>2</sup>

Vice-Presidente: Deputado George Hilton (PP-MG)<sup>2</sup>

Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz (PSDB-RS)<sup>2</sup>

### **SENADORES**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Maioria (PMDB)</b>	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
<b>DEM</b>	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (DEM/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO (DEM/SC)
<b>PSDB</b>	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
<b>PT</b>	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
<b>PTB</b>	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR <sup>3</sup> (PTB/AL)
<b>PDT</b>	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)
<b>PCdoB</b>	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

### **DEPUTADOS**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</b>	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENMANN (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
<b>PSDB/DEM/PPS</b>	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. FERNANDO CORUJA (PPS/SC)
GERALDO RESENDE (PPS/MS)	2. MATTEO CHIARELLI <sup>4</sup> (DEM/RS)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. (vago) <sup>1</sup>
<b>PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN</b>	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
<b>PV</b>	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 2.10.2007)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: [cpcm@camara.gov.br](mailto:cpcm@camara.gov.br)

[www.camara.gov.br/mercosul](http://www.camara.gov.br/mercosul)

<sup>1</sup> Vago em virtude do falecimento do Deputado Júlio Redecker (PSDB-RS), ocorrido em 17.07.2007.

<sup>2</sup> Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

<sup>3</sup> Encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29 de agosto, pelo prazo de 121 dias conforme Requerimento nº 968, de 2007, publicado no DSF de 29.8.2007.

<sup>4</sup> Em substituição ao Deputado Gervásio Silva, conforme Ofício nº 331-L-DEM/07, de 2.10.2007, do Líder do Democratas, Deputado Onyx Lorenzoni. À publicação em 2.10.2007.

**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE**  
**INTELIGÊNCIA**

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

**COMPOSIÇÃO**

<b>CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>	<b>SENADO FEDERAL</b>
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> VALDIR RAUPP PMDB-RO
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> ZENALDO COUTINHO PSDB-PA	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u></b> DEMOSTENES TORRES DEM-GO
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> VIEIRA DA CUNHA PDT-RS	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> HERÁCLITO FORTES PFL-PI

(Atualizada em 1º.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)



**PODER LEGISLATIVO  
SENADO FEDERAL  
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL  
PREÇO DE ASSINATURA**

**SEMESTRAL**

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	<b>R\$ 58,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 488,40</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	<b>R\$ 546,40</b>

**ANUAL**

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	<b>R\$ 116,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 976,80</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	<b>R\$ 1.092,80</b>

**NÚMEROS AVULSOS**

Valor do Número Avulso	<b>R\$ 0,50</b>
Porte Avulso	<b>R\$ 3,70</b>

**ORDEM BANCÁRIA**

<b>UG – 020055</b>	<b>GESTÃO – 00001</b>
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

**OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.**

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

**Contato internet: 3311-4107**

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES  
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF  
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**





SENADO FEDERAL  
Secretaria Especial de Editoração e Publicações  
Subsecretaria de Edições Técnicas

# Legislações Brasileiras

Coletânea de publicações, com  
atualização periódica, sobre  
temas diversos da legislação  
brasileira.



**Conheça nosso catálogo na Internet**

**[www.senado.gov.br/catalogo](http://www.senado.gov.br/catalogo)**

## **Para adquirir essa ou outra publicação:**

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu “Transferências”, escolher a opção “para Conta Única do Tesouro”, informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo “UG Gestão finalidade”, o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



**EDIÇÃO DE HOJE: 192 PÁGINAS**